



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

JAMERSON RANIERE MONTEIRO DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA
POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
AGRESTE PARAIBANO**

**JOÃO PESSOA - PB
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

JAMERSON RANIERE MONTEIRO DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA
POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
AGRESTE PARAIBANO**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação do Professor Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

**JOÃO PESSOA - PB
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729r Souza, Jamerson Raniere Monteiro de.

A reprodução camponesa no contexto da política de
aquisição de alimentos no agreste paraibano / Jamerson
Raniere Monteiro de Souza. - João Pessoa, 2022.
352 f. : il.

Orientação: Marco Antonio Mitidiero Junior.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia humana - Reprodução camponesa. 2.
Campesinato. 3. Programa de Aquisição de Alimentos -
PAA. 4. Programa Nacional da Alimentação Escolar -
PNAE. I. Mitidiero Junior, Marco Antonio. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.3(043)

"A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO"

por

Jamerson Raniere Monteiro de Souza

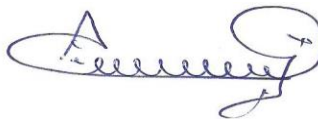
Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:



Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Orientador



Prof. Dr. Anieres Barbosa Da Silva
Examinador interno



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva
Examinador externo



Profª Drª. Marta Inez Medeiros Marques
Examinadora externa



Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Abril/2022.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, pessoas que eu amo: José Martins de Souza e Rosilda Monteiro de Souza, à minha esposa Denize Maria Leal Ramalho Monteiro e ao meu querido filho Mateus, por terem sido minhas grandes companhias sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, José Martins de Souza e Rosilda Monteiro de Souza, minhas inspirações, que sempre juntos me ajudaram na construção deste trabalho. Sem eles eu nada seria, de onde vem muita força, muito incentivo e muito orgulho.

Agradeço à minha esposa, Denize Maria Leal Ramalho Monteiro, pela companhia, pelo entendimento necessário em todas as horas. Pela sua ajuda incansável, nas longas viagens até João Pessoa, na companhia da pesquisa de campo, na revisão conjunta do texto, mesmo carregando o nosso Mateus na barriga, com muito carinho e atenção sempre.

Agradeço às irmãs Janiérika Monteiro de Souza e Janaina Monteiro de Souza e em nome delas à toda a minha família, pelo apoio e o incentivo aos estudos.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior, pessoa por quem eu tenho muita admiração e terei sempre, pela confiança depositada em mim, pelo seu conhecimento, pela sua compreensão aos nossos limites, por todas as orientações, que foram de grande valia para apresentação desse trabalho.

Agradeço à UFPB e ao PPGG, por terem me dado esta oportunidade, de conviver com grandes professores como Marco Mitidiero, Emília Moreira, Ivan Targino, Anieres Barbosa, Maria Franco, Bartolomeu Israel, dentre outros. Grandes profissionais que só enriquecem esta caminhada até aqui.

Agradeço aos meus colegas de doutorado, especialmente aos da nossa região David Luiz, Izabelle e Josué pelas caronas e pelas risadas e ao meu colega de área Rômulo Panta que me auxiliaram na construção deste sonho, que agora realizo.

Agradeço aos que de forma direta ou indireta me ajudaram na construção desse trabalho. Às pessoas que me receberam em suas casas, aos que se permitiram ser entrevistados, os que não se furtaram em fornecer orientações e informações, enfim a todos.

RESUMO

Esse estudo discute a reprodução camponesa a partir do contexto da Política de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) no Agreste Paraibano entre 2003 e 2019. Tendo como recorte territorial a área formada pelos municípios de Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça. Discute, também, a reprodução camponesa na Paraíba à luz das teorias da geografia agrária, buscando problematizar a atuação das políticas públicas para a agricultura camponesa no tocante à soberania alimentar, examinando as contribuições para a reprodução camponesa na área de estudo, bem como o modo como o contexto atual de rompimento democrático de 2016 incide sobre essa reprodução. Para tanto apresenta, inicialmente, um panorama do modo como o fenômeno da reprodução camponesa no capitalismo tem sido debatido por diversos intelectuais ao longo do tempo. Mostrando como as interpretações ensejam perspectivas contraditórias, e assinalando o modo como, mesmo em situações de dificuldade e ao contrário do que muitos pensadores previram, o campesinato tem conseguido se reproduzir, formando um contingente populacional importante, com intenso papel produtivo e estratégico para o país. Esse estudo parte da avaliação de que apenas tardiamente, no final do século XX e início do XXI, o Estado brasileiro formulou políticas públicas de apoio a esse segmento social. Apontando como essas políticas públicas redimensionaram o universo camponês brasileiro na medida em que os incluíram na agenda, ainda que não rompesse com a enorme concentração fundiária, centrada na persistência do latifúndio e da grande monocultura, e com o modelo neoliberal da economia. Desse modo, destacou-se nesse estudo, as Políticas de Aquisição de Alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE), construídas no governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Esses programas passaram a realizar a compra pública de alimentos provenientes da agricultura camponesa para o abastecimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e da merenda escolar, eliminando a necessidade de intermediários, o que possibilitou, de um lado, o aumento da renda dessa população, contribuindo para a construção de uma renovada territorialidade e para o melhoramento da alimentação desses grupos sociais. Entre outros aspectos positivos, consolidou um programa nacional de segurança alimentar. Dessa forma, pautando-se num caminho metodológico crítico que compreendeu extensa pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados estatísticos e censitários, uma pesquisa documental sobre os programas governamentais, pesquisa de campo que permitiu o levantamento de dados primários com aplicação de questionários, de entrevistas semiestruturadas, anotações, gravações, fotografias, que contribuíram para a elaboração dessa tese.

Palavras-Chave: Reprodução Camponesa. Campesinato. PAA. PNAE.

ABSTRACT

The present study discusses the peasant reproduction from the context of the Food Acquisition Policy (PAA and PNAE) in the agreste region from Paraíba between 2003 and 2019. It has as a territorial cut the area formed by the following cities: Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca and São Sebastião de Lagoa de Roça. It also discusses peasant reproduction in Paraíba based on the theories of agrarian geography, seeking to problematize the performance of public policies for peasant agriculture with regard to food sovereignty, examining the contributions to peasant reproduction in the study area, as well as the way as the current context of democratic rupture, started in 2016, affects this reproduction. To do so, it initially presents an overview of the way in which peasant reproduction phenomenon has been debated by several intellectuals over time in the capitalist system. Showing how the interpretations give rise to contradictory perspectives, pointing out how, even in difficult situations and contrary to what many thinkers predicted, the peasantry has managed to reproduce itself, forming an important population contingent, with an intense productive and strategic role for the country. This study starts from the evaluation perspective that only late, at the end of the 20th century and the beginning of the 21st, the Brazilian State formulated public policies to support this social segment. Pointing out how these public policies resized the Brazilian peasant universe according as it was included by them on the agenda, even if they did not break with the enormous land concentration, centered on the persistence of large landowners and large monoculture, and with the neoliberal model of economy. Thus, in this study, the Food Acquisition Policies (Food Acquisition Program – PAA and National School Feeding Program – PNAE), built in the government of the Workers' Party (2003-2016), stood out. These programs started to carry out the public purchase of food from peasant agriculture to supply socially vulnerable people and school meals, eliminating the need for intermediaries. It made possible to increase the income of this population, contributing to the construction of a renewed territoriality and to the improvement of the diet of these social groups. Among other positive aspects, a national food security program was consolidated. Thus, based on a critical methodological path that included extensive bibliographic research; the collection of statistical and census data; documental research about government programs; field research that allowed the collection of primary data with the application of questionnaires, semi-structured interviews, notes, recordings, photographs, which contributed to the elaboration of this thesis.

Keywords: Peasant Reproduction. Peasantry. PAA. PNAE.

RESUMEN

Este estudio aborda la reproducción campesina a partir del contexto de la Política de Adquisición de Alimentos (PAA y PNAE) en Agreste Paraibano entre 2003 y 2019. Teniendo como delimitación territorial el área formada por los municipios de Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca y São Sebastião de Lagoa de Roça. También discute la reproducción campesina en Paraíba basado en las teorías de la geografía agraria, buscando problematizar el desempeño de las políticas públicas para la agricultura campesina en torno a la soberanía alimentaria, examinando los aportes a la reproducción campesina en el área de estudio, así como la forma en que el actual contexto de ruptura democrática de 2016 incide en dicha reproducción. Así, inicialmente presenta un panorama de la forma en que el fenómeno de la reproducción campesina en el capitalismo ha sido debatido por muchos intelectuales a lo largo del tiempo. Mostrando como las interpretaciones dan lugar a perspectivas contradictorias, y señalando cómo, aun en situaciones difíciles y contrariamente a lo que muchos pensadores vaticinaron, el campesinado ha logrado reproducirse, conformando un importante contingente poblacional, con un intenso rol productivo y estratégico para el país. Esta investigación parte de la evaluación de que sólo tarde, a fines del siglo XX y principios del XXI, el Estado brasileño formuló políticas públicas para apoyar a este segmento social. Señalando cómo estas políticas públicas redimensionaron el universo campesino brasileño en la medida en que las incluyeron en la agenda, aunque no rompieron con la enorme concentración de la tierra, centrado en la persistencia del latifundio y el gran monocultivo, y con el modelo neoliberal de la economía. Así, en este estudio, se destacaron las Políticas de Adquisición de Alimentos (Programa de Adquisición de Alimentos – PAA y Programa Nacional de Alimentación Escolar – PNAE), construidas en el gobierno del Partido de los Trabajadores (2003-2016). Estos programas comenzaron a realizar la compra pública de alimentos de la agricultura campesina para abastecer a personas en situación de vulnerabilidad social y alimentación escolar, eliminando la necesidad de intermediarios, lo que permitió, por un lado, aumentar los ingresos de esta población, contribuyendo a la construcción de una territorialidad renovada y la mejora de la alimentación de estos grupos sociales. Entre otros aspectos positivos, consolidó un programa nacional de seguridad alimentaria. Así, a partir de una ruta crítica metodológica que abarcó una extensa investigación bibliográfica, la recolección de datos estadísticos y censales, una investigación documental sobre los programas gubernamentales, una investigación de campo que permitió la recolección de datos primarios con la aplicación de cuestionarios, entrevistas semiestructuradas, apuntes, grabaciones, fotografías, que contribuyeron a la elaboración de esta tesis.

Palabras Clave: Reproducción campesina. Campesinado. PAA. PNAE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Posse de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	33
Figura 02 -	Mapa de Localização da Mesorregião do Agreste Paraibano.....	41
Figura 03 -	Mapa de Localização dos Municípios da Mesorregião do Agreste Paraibano.....	42
Figura 04 -	Mapa de Localização da Mesorregião dos Municípios Estudados.....	43
Figura 05 -	Mapa de Localização do Território Rural da Borborema.....	44
Figura 06 -	Comparação entre os anos de 2016 e 2019 dos municípios com unidades fornecedoras – PAA/Conab.....	182
Figura 07 -	Ruínas do Engenho Araticum.....	222
Figura 08 -	Casa de farinha abandonada.....	224
Figura 09 -	Aspectos internos de uma casa de farinha antiga.....	225
Figura 10 -	Aspectos da pequena criação de bovinos.....	230
Figura 11 -	Aspectos da pequena criação de caprinos e ovinos.....	230
Figura 12 -	Aspectos da produção de banana.....	231
Figura 13 -	Aspectos da produção de laranja.....	231
Figura 14 -	Aspectos da produção diversificada de hortaliças.....	232
Figura 15 -	Aspectos da produção e irrigação de hortaliças.....	232
Figura 16 -	Aspectos da produção dos roçados.....	233
Figura 17 -	Agricultores trabalham na produção de hortaliças.....	233
Figura 18 -	Cadeia de comercialização da agricultura camponesa no Agreste Paraibano.....	235
Figura 19 -	O atravessador e o poder de transporte.....	236
Figura 20 -	Aspectos da feira agroecológica de Lagoa Seca.....	238
Figura 21 -	Marcha das Mulheres pela agroecologia em 2015.....	241
Figura 22 -	Marcha da Juventude Camponesa do Polo da Borborema 2019	241
Figura 23 -	Banco de Sementes da Paixão em Lagoa Seca.....	242
Figura 24 -	Aspectos da Feira Agroecológica de Esperança.....	242
Figura 25 -	Produtos da agricultura camponesa sendo vendidos na feira agroecológica apoiada pela AS-PTA.....	243
Figura 26 -	Lançamento do livro sobre Elisabeth Teixeira em 2017 no Centro de Formação do MST em Lagoa Seca.....	244

Figura 27 -	Alunos do Ensino médio aprendendo práticas agroecológicas.....	245
Figura 28 -	Associação rural de São Tomé em Alagoa Nova.....	282
Figura 29 -	Família de camponeses fornecedores do PAA/PNAE.....	286
Figura 30 -	Expansão da área de cultivo.....	295
Figura 31 -	Aquisição de novos animais.....	296
Figura 32 -	Expansão das pequenas criações.....	296
Figura 33 -	Aquisição de reservatórios de água.....	297
Figura 34 -	Aquisição de misturador de ração.	297
Figura 35 -	Aquisição de máquina forrageira.....	298
Figura 36 -	Aquisição de pequenos tratores.....	298
Figura 37 -	Construção de aviários.....	299
Figura 38 -	Construção de berçário de aves.....	299
Figura 39 -	Perfuração de poço artesiano.....	300
Figura 40 -	Cercamento e construção de pequenos barreiros.....	300
Figura 41 -	Aspectos da produção agroecológica de hortaliças.....	302
Figura 42 -	Aspectos da produção agroecológica de bananeiras.....	302
Figura 43 -	O desafio da permanência do jovem no campo.....	315

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Número de ações referentes a Reforma Agrária.....	32
Tabela 02 -	Número de pessoas em situação de Segurança e Insegurança Alimentar em 2020.....	114
Tabela 03 -	Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras permanentes) entre estabelecimentos agropecuários menores 50 ha e maiores de 1000 ha – 2017.....	119
Tabela 04 -	Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras temporárias) entre estabelecimentos agropecuários menores 50 ha e maiores de 1000 ha – 2017.....	121
Tabela 05 -	Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (horticultura) entre estabelecimentos agropecuários menores de 50 ha e maiores de 1000 ha – 2017.....	123
Tabela 06 -	Brasil – Confronto do volume de produção (extração vegetal) menores de 50 há, maiores de 1000 ha entre e produtor sem área – 2017.....	126
Tabela 07 -	Brasil - Confronto na distribuição dos plantéis nos estabelecimentos agropecuários menores de 50 ha e maiores de 1000 ha - 2017.....	128
Tabela 08 -	Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (derivados da pecuária) menores de 50 ha e maiores de 1000 ha - 2017.....	129
Tabela 09 -	Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (agroindústria rural) entre menores de 50 ha e maiores de 1000 ha – 2017	129
Tabela 10 -	Resumo de Execução do PAA Brasil por modalidade - 2016.....	170
Tabela 11 -	Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2019 (MC e MAPA) pela Conab.....	173
Tabela 12 -	Quantidade de Alimentos adquiridos, agricultores beneficiados e projetos aprovados do PAA entre 2016 e 2019.....	178
Tabela 13 -	Evolução das Modalidades do PAA 2009 – 2019 (Valor em mil reais)....	178
Tabela 14 -	Distribuição dos recursos do PAA por modalidade e estados – 2016.....	179
Tabela 15 -	Distribuição dos recursos do PAA por modalidade e estados – 2019.....	179
Tabela 16 -	Distribuição dos recursos do PAA por regiões e estados entre 2016 e 2019.....	180
Tabela 17 -	Quantidade (kg) de produtos adquiridos por modalidade de comercialização - 2016.....	183

Tabela 18 -	Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores - 2016.....	185
Tabela 19 -	Quantitativo de beneficiários fornecedores - 2016.....	186
Tabela 20 -	Número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidade – 2016...	187
Tabela 21 -	Valores transferidos pelo FNDE para as Unidades Executoras e valor potencial para aquisições da Agricultura familiar – Brasil (2011-2021)...	198
Tabela 22 -	População e área das Microrregiões do Agreste Paraibano.....	218
Tabela 23 -	População Urbana e Rural da Mesorregião do Agreste.....	218
Tabela 24 -	Número e área dos estabelecimentos - 2017.....	247
Tabela 25 -	Direção dos estabelecimentos - 2017.....	248
Tabela 26 -	Agricultores familiares e não familiares - 2017.....	249
Tabela 27 -	Produtores por sexo - 2017.....	249
Tabela 28 -	Idade dos produtores - 2017.....	249
Tabela 29 -	Escolaridade dos produtores - 2017.....	250
Tabela 30 -	Cor ou raça do produtor - 2017.....	251
Tabela 31 -	Associação a cooperativa ou entidade de classe - 2017.....	251
Tabela 32 -	Número de estabelecimento por utilização das terras - 2017.....	252
Tabela 33 -	Área dos estabelecimentos por utilização das terras - 2017.....	253
Tabela 34 -	Número de estabelecimentos por grupos da atividade econômica – 2017.	254
Tabela 35 -	Lavouras permanentes – Número de estabelecimentos - 2017.....	255
Tabela 36 -	Lavouras permanentes – Quantidade produzida em - 2017.....	255
Tabela 37 -	Lavouras permanentes – Valor da produção em mil reais - 2017.....	256
Tabela 38 -	Lavouras temporárias – Quantidade de estabelecimentos - 2017.....	257
Tabela 39 -	Lavouras temporárias – Quantidade produzida - 2017.....	258
Tabela 40 -	Lavouras temporárias – Valor da produção em mil reais - 2017.....	259
Tabela 41 -	Horticultura – Quantidade de estabelecimentos - 2017.....	260
Tabela 42 -	Horticultura– Quantidade produzida - 2017.....	261
Tabela 43 -	Horticultura – Valor em mil reais - 2017.....	263
Tabela 44 -	Estabelecimentos com floricultura - 2017.....	264
Tabela 45 -	Valor da produção da Floricultura - 2017.....	265
Tabela 46 -	Extração vegetal, nº de estabelecimentos, quantidade produzida e valor da produção - 2017.....	265
Tabela 47 -	Agroindústria rural – Número de estabelecimentos - 2017.....	266
Tabela 48 -	Agroindústria rural – Quantidade produzida - 2017.....	266

Tabela 49 -	Agroindústria rural – Valor produzido - 2017.....	267
Tabela 50 -	Criação animal – Número de estabelecimentos - 2017.....	268
Tabela 51 -	Criação animal – Número do efetivo por município - 2017.....	268
Tabela 52 -	Produção de leite - 2017.....	269
Tabela 53 -	Produção de ovos - 2017.....	270
Tabela 54 -	Estabelecimentos com e sem energia elétrica - 2017.....	270
Tabela 55 -	Recursos hídricos - 2017.....	270
Tabela 56 -	Irrigação – Número de estabelecimentos - 2017.....	271
Tabela 57 -	Adubação - 2017.....	272
Tabela 58 -	Uso de Agrotóxicos - 2017.....	273
Tabela 59 -	Utilização de tratores - 2017.....	273
Tabela 60 -	Número de estabelecimentos com transporte - 2017.....	273
Tabela 61 -	Quantitativo de transportes - 2017.....	274
Tabela 62 -	Armazenamento – Número de estabelecimentos - 2017.....	274
Tabela 63 -	Recebimento de Assistência técnica - 2017.....	275
Tabela 64 -	Recebimento de financiamento - 2017.....	275
Tabela 65 -	Proveniência dos recursos e total de estabelecimentos - 2017.....	276
Tabela 66 -	Pessoal ocupado – 2017.....	276
Tabela 67 -	Pessoal ocupado com ou sem laço de parentesco com o produtor – 2017..	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Evolução dos níveis de Segurança Alimentar no Brasil (2004-2020)...	115
Gráfico 02 -	Evolução da população rural e urbana no Brasil.....	132
Gráfico 03 -	Quantidade de agrotóxicos liberados no Brasil entre 2010 e 2019.....	185
Gráfico 04 -	Evolução do Financiamento Agrícola no país de 2003 a 2016 em bilhões de reais.....	153
Gráfico 05 -	Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos entre 2003 e 2019.....	175
Gráfico 06 -	Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2019 (SEAD e MDS) pela Conab.....	176
Gráfico 07 -	Montante de recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA por região de 2003 a 2019 (SEAD e MDS).....	177
Gráfico 08 -	Evolução do percentual de participação da Região Nordeste - Aplicação de recursos na aquisição de produtos do PAA entre 2003 e 2019 (SEAD e MDS) pela Conab.....	177
Gráfico 09 -	Distribuição percentual dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2016.....	182
Gráfico 10 -	Distribuição percentual dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2019.....	183
Gráfico 11 -	Renda média dos beneficiários fornecedores por região 2016 e 2019.....	189
Gráfico 12 -	Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2019.....	190
Gráfico 13 -	Comparação entre o valor potencial das aquisições do PNAE e o número de alunos atendidos no período 2011-2020 (valores em milhões).....	199
Gráfico 14 -	Relação com a terra dos beneficiários do PAA.....	281
Gráfico 15 -	Conhecimento inicial sobre o PAA/PNAE.....	282
Gráfico 16 -	Filiação ou participação em organização.....	283
Gráfico 17 -	Mão de obra familiar e contratação.....	286
Gráfico 18 -	Principal forma de comercialização da produção.....	287
Gráfico 19 -	Percentual da comercialização com atravessadores.....	290
Gráfico 20 -	Avaliação dos preços praticados pelo PAA/PNAE em relação aos atravessadores.....	291
Gráfico 21 -	Percentual da comercialização com PAA/PNAE.....	292
Gráfico 22 -	Aumento da renda após a comercialização com o PAA/PNAE.....	293

Gráfico 23	– Unidades com produção agroecológica.....	301
Gráfico 24	– Participação em outras políticas públicas para o campo.....	303
Gráfico 25	– Outras fontes de renda.....	304
Gráfico 26	– Dificuldades apresentadas na participação do PAA/PNAE.....	305
Gráfico 27	– Transporte dos produtos para o PAA/PNAE.....	310
Gráfico 28	– Avaliação geral do PAA e/ou PNAE.....	312

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Organização do CONSEA.....	164
Quadro 02 -	Modalidades do PAA.....	168

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
As'	Clima Tropical Semiúmido
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRF	Brasil Foods
BSH	Clima Tropical Semiárido
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CD/FNDE	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional da Educação
CDS	Compra com Doação Simultânea
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASAS	Centrais de Abastecimentos de Sociedades Anônimas
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CGU	Controladoria Geral da União
CLOC	Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPCE	Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais

CPR-ESTOQUE	Apoio a Formação de Estoques pela agricultura familiar
CPS	Centro de Políticas Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEM	Democratas
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviço Agrícolas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FE	Formação de Estoques
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPA	Frente Parlamentar da Agricultura
FUNAME	Fundação Nacional de Merenda Escolar
GGPAA	Grupo Gestor do PAA
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Estudante
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JBS	José Batista Sobrinho
LGBT'S	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MC	Ministério da Cidadania
MAB	Movimento dos Atingidos Por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCS	Organização de Controle Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PEAE	Programa Estadual da Alimentação Escolar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PMA	Programa Mundial de Alimentos da ONU
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos)
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
RN	Rio Grande do Norte
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
SINDIVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STRs	Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
SUREGS	Superintendências Regionais
SW-NE	Sudoeste-Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VIGISAN	Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 CAPITALISMO, TERRITÓRIO E REPRODUÇÃO CAMPONESA.....	52
1.1 A abordagem espaço/territorial nos estudos geográficos e sua contribuição para a pesquisa.....	53
1.2 A literatura clássica sobre a reprodução camponesa no capitalismo.....	60
1.2.1 O marxismo ortodoxo e heterodoxo.....	65
1.3 A reprodução camponesa na literatura sobre a questão agrária no Brasil.....	71
1.4 O conceito de campesinato e sua importância política.....	82
1.5 O cenário para a agricultura camponesa no começo do século XXI.....	88
1.6 Resistência e recriação camponesa na construção de novas territorialidades	94
2 A REPRODUÇÃO CAMPONESA E SUA RELAÇÃO COM A SOBERANIA ALIMENTAR.....	102
2.1 A responsabilidade do Estado brasileiro na soberania alimentar.....	103
2.2 O papel estratégico da agricultura camponesa para a soberania alimentar brasileira.....	116
2.3 Reprodução camponesa, migração rural-urbana e alimentação.....	131
2.4 A construção de políticas voltadas para a reprodução camponesa e soberania alimentar.....	137
3 A REPRODUÇÃO CAMPONESA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES (PAA e PNAE).....	140
3.1 Políticas públicas: Estado e sociedade.....	141
3.2 A implantação de políticas públicas no universo camponês: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	149
3.3 A implantação de uma política de ampliação do mercado institucional.....	154
3.4 A atuação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	158
3.4.1 A participação da CONAB.....	171
3.5 A atuação do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE.....	190

3.6	As avaliações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	200
4	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS DO AGRESTE PARAIBANO E A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NOS MUNICÍPIOS DE ALAGOA NOVA, ESPERANÇA, LAGOA SECA E SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA.....	214
4.1	Características históricas e geográficas do Agreste Paraibano.....	215
4.2	A formação do campesinato em Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça.....	221
4.3	A comercialização da produção: um problema central para a reprodução camponesa.....	234
4.4	A inserção da Agroecologia no <i>lócus</i> de pesquisa.....	239
4.5	Aspectos gerais do campesinato local segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017.....	246
5	A REPRODUÇÃO CAMPONESA DENTRO DO CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAÍBANO.....	278
5.1	Caracterização da pesquisa de campo das unidades fornecedoras	279
5.2	A importância das associações, cooperativas e sindicatos.....	281
5.3	Principais produtos fornecidos.....	284
5.4	Diminuição na contratação de mão de obra.....	285
5.5	Diminuição da importância dos atravessadores.....	287
5.6	Aumento da renda e melhoria das unidades.....	293
5.7	O incentivo à produção agroecológica.....	301
5.8	Integração com outras políticas públicas.....	303
5.9	Principais dificuldades apresentadas.....	305
5.10	Avaliação dos programas pelas unidades fornecedoras.....	312
5.11	O desafio da permanência e o interesse do jovem camponês.....	313
5.12	O cenário de cortes.....	316
5.13	Os programas e o futuro.....	318

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	325
REFERÊNCIAS.....	332
APENDICES.....	349

INTRODUÇÃO

Apesar da histórica e persistente negação do Estado brasileiro e das exigências tecnológicas da “moderna¹” sociedade de mercado, a reprodução da agricultura de base camponesa permanece sendo extremamente importante para alimentar o mercado interno do Brasil e para assegurar a ocupação de parcela significativa de sua população² (OLIVEIRA, 2013). Contrariando a forma de pensar de alguns pesquisadores³ que previram seu desaparecimento com o desenvolvimento do capitalismo, o campesinato permanece e se reproduz em sua estrutura contraditória, instigando o interesse de diversos autores⁴ que se dedicaram a investigá-lo.

A reprodução camponesa no capitalismo tem sido um fenômeno intrigante, que sempre se requalifica graças à sua dimensão estratégica, e se constitui como uma fonte de debate inesgotável no campo das ciências sociais. A cada elemento novo que se desdobra sobre esse universo modificam-se as inter-relações e novas realidades são construídas. Portanto, há um desafio, sempre redesenhado, em entender como a produção e a reprodução territorial camponesa têm se reinventado e se readaptado – através da sua capacidade de resistência, luta e transformação –, às mais diversas faces da exploração do sistema capitalista.

Tal reprodução está relacionada à capacidade do campesinato de transpassar no tempo e no espaço, mesmo em um modo de produção⁵ que lhe é adverso. Embora esse fenômeno seja observado de maneira secular/milenar e de forma intergeracional⁶, ele é construído no cotidiano pela adoção de inúmeras estratégias de luta pela sobrevivência. As mesmas se refletem na interação dos sujeitos sociais com o trabalho, com a terra e com a sociedade, o que permite a permanência da atividade de base familiar.

¹ Resolveu-se destacar o termo “moderna” se referindo à sociedade de mercado capitalista, entendendo que apesar dela ter incorporado diversos elementos tecnológicos neste estágio, a agricultura camponesa, de tradição milenar, muitas vezes erroneamente comparada ao arcaísmo por alguns autores, continua sendo importante para o seu funcionamento.

² Segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, as propriedades com menos de 100 hectares são ocupadas por mais de doze milhões de pessoas, compreendendo 80,5% do pessoal ocupado no setor. Além disso, diversas publicações da academia, imprensa e movimentos sociais assumiram a informação de que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil, a exemplo do Portal Brasil (2015).

³ Há uma linha teórica dos estudos agrários, que tem desdobramentos no Brasil, baseada principalmente no marxismo ortodoxo, que defende a tese do fim do campesinato, da qual trataremos no capítulo I desta tese.

⁴ A exemplo disso, observa-se que o Programa Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) tem se destacado, ao longo do tempo, por ser um importante centro de estudo, debate e produção em temas como Reforma Agrária e Reprodução do campesinato, trazendo contribuições não somente para a Paraíba, mas para todo o panorama nacional e internacional.

⁵ Reportamos aqui o conceito marxista de “modo de produção”, entendido como um todo composto pelas estruturas: econômica, político-jurídica e ideológica que determinam como a sociedade produz e se reproduz.

⁶ Destaca-se aqui que o processo de reprodução camponesa tem como característica a típica sucessão familiar.

Na decomposição desse processo, primeiramente, é preciso considerar que existem dois aspectos internos importantes, inerentes à atividade dos camponeses, que precisam ser exercidos frente ao sistema hegemônico para que a reprodução camponesa aconteça. De um lado, a *resistência*, característica que está ligada ao processo de permanência, no sentido lato do termo, configurando-se como um laço axiológico com a terra que possibilita ao camponês uma natural resiliência ao se manter produzindo, mesmo diante desse ambiente tensionado. E a *recriação* que, por sua vez, está relacionada às diversas formas de adaptação e readaptação individuais ou coletivas encontradas pelo camponês como estratégia para continuar resistindo, num redesenho constante no qual a relação/apropriação da terra é essencial.

Na verdade, a resistência⁷ e a recriação funcionam como um processo uno e são as *faces internas*⁸ do fenômeno da reprodução camponesa. Suas particularidades estão construídas tanto historicamente quanto territorialmente, e estão profundamente imbricadas numa simbiose que se retroalimenta (enquanto a resistência só é possível por causa da recriação, o contrário também acontece).

Também deve-se considerar para a reprodução camponesa a sua *face externa*, que se encontra no próprio funcionamento do capitalismo, já que a reprodução deste último, contraditoriamente, depende da exploração de formas de fazer não-capitalistas⁹. Desse modo, a reprodução social de parte do campesinato continua útil ao sistema maior, estando subordinada a ele, seja pelo fornecimento de produtos explorados a baixo custo, seja por constituir importante parcela do mercado consumidor, ou ainda por se apresentar como reserva de mão de obra, recursos naturais, dentre outros expedientes divisados pela dinâmica de exploração capitalista.

A literatura existente sobre o fenômeno da reprodução do campesinato no capitalismo tem consagrado esses dois aspectos de sua reprodução. De um lado a *resistência/recriação* e de outro a *subordinação* ao capitalismo, que se nutre economicamente do produto e da realidade social desse contingente.

Historicamente, o campesinato tem utilizado estratégias variadas para se reproduzir no capitalismo, manifestas nas diferentes formas de luta¹⁰ pela sobrevivência dessa forma de ser

⁷ Entende-se que a resistência e a recriação são inerentes à própria organização interna do campesinato frente aos diversos modos de produção, permitindo ao mesmo resistir historicamente (FERNANDES, 2000).

⁸ Resolveu-se destacar os termos “face interna” e “face externa”, justamente porque entende-se o processo de reprodução camponesa de forma dual, uma a partir da própria configuração do campesinato, outra a partir da necessidade do capitalismo de se nutrir de formas de fazer não capitalistas.

⁹ Rosa Luxemburgo, de cujos estudos trataremos mais adiante, foi uma autora precursora no entendimento da reprodução do capital a partir de formas de fazer não capitalistas.

¹⁰ Quanto ao entendimento de formas de luta camponesas, sublinhamos a importância de entendê-las para além dos movimentos sociais. “[...] os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o

social, que se consolidou como um importante tema de investigação no âmbito das pesquisas científicas, especialmente no campo das ciências sociais.

O fenômeno da reprodução camponesa dá vida teórico-prática ao importante conceito de campesinato que, na literatura, geralmente, é abordado de duas formas, sem que uma necessariamente exclua a outra. Ora ele é compreendido enquanto “modo de vida” ou “modos de vida”¹¹, ora como “classe social”¹². A primeira abordagem, consagrada pelos estudos antropológicos dos contingentes sociais, busca apreendê-lo enquanto comportamento social de um grupo *sui generis*¹³, dinâmico e multifacetado, baseado na relação constante do trinômio família-terra-trabalho. Para a segunda, trata-se de uma classe social organizada, com densidade histórica e política, contra-hegemônica ao capitalismo, distribuída territorialmente e capaz de influenciar politicamente nas decisões do Estado.

O conceito de campesinato enquanto “classe social” também é constantemente negado por parte de alguns autores nas ciências sociais, o que causa, conseqüentemente, polêmicas em relação ao seu conteúdo histórico e político. O principal tronco teórico que subsidia a tese da possibilidade da reprodução camponesa no capitalismo se constrói na crítica daqueles que previram o desaparecimento do campesinato e, mais recentemente, daqueles que negam a sua existência nos dias atuais. A construção e a reconstrução do conceito se encontram, assim, em constante movimento e profundamente relacionadas com a sua própria antítese.

Na verdade, territorialmente, a agricultura camponesa se reproduz em todo o mundo, em diferentes formas de organização e em diversos graus de articulação com o mercado, consistindo em um fenômeno complexo e de difícil mensuração. Aliás, aponta-se também que, quando organizada, ela atua como força política¹⁴ importante, através da ação de grupos e movimentos que, em diversas sociedades (WOLF, 2003), se voltam principalmente contra as formas de exploração capitalistas. Em vários países, as formas de resistência camponesa são

monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. (FABRINI, 2007, p. 9). Portanto, plantar, colher, produzir, comer, sobreviver, permanecer etc. São aqui considerados momentos de um movimento de resistência, pelo grau de tensionamento do campesinato no capitalismo.

¹¹ Além dos estudos antropológicos, diferentes estudos de cunho sociológico permitem classificar o campesinato dentro do conceito de modo de vida, como os de Maria Nazareth Baudel Wanderley, Klass Woortman e Theodor Shanin.

¹² Entre os autores que compreendem o campesinato a partir da ideia do embate de classes sociais, destacamos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino e Rosimeire de Almeida.

¹³ O uso do conceito de campesinato enquanto modo de vida aparece muito ligado à particularidade da forma de produzir no campo, uma vez que ela se baseia em premissas que divergem daquelas que estão na base das relações tipicamente capitalistas de produção.

¹⁴ Diversos movimentos se manifestam no mundo em torno da questão camponesa, sobretudo na América Latina, onde existe uma articulação de movimentos através da Via Campesina e da CLOC (Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo), a exemplo do Zapatismo no México e do MST no Brasil.

negadas e fortemente reprimidas pelo Estado e pelas elites locais. A violência dos conflitos¹⁵ é negligenciada, lideranças camponesas são perseguidas e criminalizadas e esses fatos são marginalizados pelas mídias dominantes.

Mensurar a dimensão estratégica do campesinato em relação ao Estado e o poder de organização política destes sujeitos sociais é uma tarefa extremamente difícil. No Brasil, apesar das particularidades regionais – existentes pela dimensão continental e pela heterogeneidade das formas de produção –, a agricultura camponesa se constitui como importante base de articulação social, econômica e política. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 – o mais recente realizado até então no país –, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários identificados, 3.897.408 são considerados como “familiares”, o que corresponde à 76,8% do total. Não obstante, o percentual da área ocupada por esses estabelecimentos (80.891.084 hectares) em relação à área total cai para 23%. Em contrapartida, os estabelecimentos considerados “não-familiares” somam 1.175.916 unidades, o que equivale a 23,2% do contingente, e ocupam 270.398.732 hectares, ou seja, 77% da área total.

Essa disparidade também pode ser observada em relação ao pessoal ocupado. De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, foram identificadas 15.105.125 pessoas ocupadas no setor, destas 10.115.559 estão nos estabelecimentos considerados familiares, o que equivale a 67% do pessoal ocupado. Já nos estabelecimentos não-familiares o contingente corresponde a 4.989.566 pessoas ocupadas, o que equivale a 33%. Ou seja, esses últimos, a despeito da importância dos estabelecimentos considerados familiares – responsáveis por garantir boa parte da alimentação do país (EVANGELISTA, 2000) e por abranger a maior parte do pessoal ocupado –, ocupam mais que o triplo da área total absorvendo apenas um terço do contingente envolvido na produção.

Esse quadro revela a subserviência histórica do Estado brasileiro e seu compromisso com as oligarquias rurais ao manter intocável a concentração fundiária¹⁶ e o controle territorial que ela engendra desde os tempos coloniais¹⁷. A não resolução da questão agrária no Brasil reverbera nos seus mais distantes confins, traduzindo-se em conflito, violência e expropriação. Todavia, esse mesmo Estado, que não prescinde da reprodução do campesinato para a sua

¹⁵ De acordo com o Caderno de Conflitos Brasil 2018, o Brasil registrou no mesmo ano 1489 conflitos no campo, envolvendo 960.342 pessoas e 28 assassinatos.

¹⁶ Segundo o site oficial do MST, existem no Brasil mais de 120 mil sem-terra vivendo acampados debaixo de lona preta.

¹⁷ Com base no livro *Na Teia do Nepotismo. Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil* (2012) É possível afirmar, a partir de estudos de genealogia, a união entre as oligarquias políticas tradicionais e o latifúndio desde os tempos coloniais.

soberania alimentar¹⁸, se vê diante da necessidade de transformá-la em política de Estado¹⁹ como trataremos mais adiante.

Nesse sentido, no Brasil, a agricultura camponesa se reproduz em meio a um processo contínuo de exploração²⁰. Constata-se que o Estado, historicamente, não ofereceu a essa classe o acesso a uma vida digna, relegando-a à própria sorte a sofrer as pressões da economia competitiva de mercado, a viver em condições precárias ou a migrar²¹ em direção às grandes cidades, formando um conjunto de mão de obra barata ou desempregada nas periferias urbanas. Essa expropriação é que os leva, na maioria das vezes, a lutar, das mais diversas maneiras, inclusive pelas políticas públicas, ou seja, pela intervenção do próprio Estado para garantir sua sobrevivência e reprodução.

A influência dessas políticas públicas, bem como a participação do Estado para a reprodução camponesa, serão aqui analisadas tendo em vista o âmbito dos estudos geográficos, sobretudo, a importante contribuição desses para compreender os arranjos territoriais na contemporaneidade. Entendemos também que não há como pensar o fenômeno da reprodução camponesa no país em sua atualidade sem analisar a influência²² do campesinato brasileiro na formulação dessas políticas.

Então, preterida pelo Estado brasileiro, a agricultura camponesa se vale da pressão dos movimentos sociais organizados como: MST (Movimento dos trabalhadores Sem-Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Via Campesina, dentre outros, que têm historicamente agido como força política importante, exigindo do Estado ações que forneçam melhores condições

¹⁸ “Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar diferenciando-o de segurança alimentar, como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor.” (ALTIERI, 2010, p. 30)

¹⁹ “Usa-se o termo “política de Estado” para conceituar políticas públicas perenes de cunho mais generalista, essenciais para o funcionamento base do Estado, assim como é a saúde, a educação e a segurança. E também para diferenciá-la da “política de governo”, que usaremos mais adiante, e que trata de ações, diversas vezes passageiras, relacionadas ao cunho político-administrativo dos mandatos partidários.” (RUA E ROMANINI, 2013, p.10)

²⁰ “Segundo os estudiosos do processo de desenvolvimento, o movimento primordial comum foi a migração rural-urbana, estamos agora, talvez, num segundo momento de movimentos migratórios, com o agravamento da crise metropolitana no final do século passado, uma vez que os habitantes rurais se deslocam em busca de melhores oportunidades, muitas vezes não disponíveis nos centros urbanos. Cresceram nesse período o desemprego, a pobreza, a informalidade e a violência nas grandes cidades [...]” (NERI, MONTE E MELO, 2012, p. 112)

²¹ “O Brasil se transformou ao longo do último século num país essencialmente urbano, com 85% da população morando em cidades e 15% no campo, de acordo com o Censo Demográfico 2010. Segundo o Censo de 1940, 68,8% da nossa população morava no campo. Logo, a chance de um brasileiro que tem 70 anos ou mais hoje ter nascido na área rural é predominante. Seguramente, nenhuma transformação foi mais importante na vida do Brasil e dos brasileiros que a migração campo-cidade.” (NERI, MONTE E MELO, 2012, p. 112)

²² Considera-se aqui que a importância atual das políticas públicas para a reprodução camponesa não se dá somente pela condição estatística atingida, mas, sobretudo, pelo recente ideário político trazido juntamente com esse fenômeno na formulação, participação e crítica praticada por esses sujeitos.

para os pequenos produtores, sem destruir o seu modo de vida, nem os subordinar aos interesses do grande capital. Na verdade, políticas que se destinem a proporcionar maior autonomia para essas populações, para que possam se reproduzir em situações mais equânimes de renda. Entretanto, o Estado brasileiro agiu sempre de forma a reprimi-las, deturpando-as e encampando os interesses das classes sociais dominantes. Na verdade, na maioria das vezes, este respondeu às pressões com paliativos que reforçam a tendência histórica de comprometimento com o capital, com a concentração fundiária e a manutenção do *status quo*.

A partir dos anos de 1990, com a submissão do território brasileiro ao processo de abertura econômica ao capital mundial e aos ditames do neoliberalismo econômico, a situação social e econômica dos camponeses piorou drasticamente, o que influenciou no aumento das pressões dos movimentos camponeses sobre o Estado. Esse fato culminou no surgimento de políticas públicas mais incisivas nesse setor, a exemplo do nascimento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Além de tardio, o movimento do Estado pouco alterou a estrutura produtiva do país, que ainda contrasta o vasto território agricultável com a realidade da fome e da vulnerabilidade social, inclusive, no universo camponês. Mais recentemente, com os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), em relação ao qual nutria-se a expectativa de uma maior abertura para democratização do acesso à terra – uma vez que a concentração fundiária persiste como o principal problema²³ que incide sobre o setor agrário do país –, houve uma evidente marginalização do tema na agenda política estatal. O que reforçou o papel contraditório do Estado capitalista nesse contexto.

A resposta do Estado às pressões desses movimentos sociais, no âmbito do setor agrário-camponês, concentrou-se na política de aquisição de alimentos²⁴, através do fortalecimento e ampliação do mercado, por meio da compra institucional. Essa conjuntura resultou, por conseguinte, em novo redimensionamento de parte do universo camponês, e é esse “contexto”²⁵ que será discutido nesta tese.

²³ Tratou-se como principal problema a concentração fundiária, sobretudo, por ser uma questão estrutural e geradora de outros problemas no campo.

²⁴ Embora seja importante apontar que a resposta do Estado se concentrou nessa política, vale assinalar que os governos do Partido dos Trabalhadores não deixaram de investir na Reforma Agrária, ainda que tenha havido diminuição dessas ações, como mostram os números. Como buscaremos discutir, entretanto, a prioridade da agenda estatal para a agricultura camponesa nesse contexto foram outras políticas públicas. Outro aspecto importante a ser considerado é que apesar dessas políticas terem nascido atreladas à outras políticas maiores, a exemplo do Programa Fome Zero, e do Programa da Alimentação Escolar, elas se popularizaram e ganharam relevância a ponto de lograrem uma centralidade e, nesse caso, uma evidente setorialização, o que, para o contexto desta pesquisa, possibilita que elas sejam observadas em separado.

²⁵ A palavra “contexto” foi destacada pois, como fica sugerido no título desta tese, propomos examinar a sobreposição de fatores estruturais e conjunturais que levaram à formação da Política de Aquisição de Alimentos.

A política de aquisição de alimentos²⁶ refere-se à adoção, por parte do Estado, de ações que visam comprar alimentos diretamente da agricultura camponesa, garantindo aos pequenos produtores a aquisição de parte da sua produção com vistas a melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda e da merenda escolar, ao mesmo tempo em que geram mais possibilidades de renda para os pequenos produtores. Duas políticas se destacam quanto a este aspecto:

- a) PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); criado em 2003 pelo governo federal, através da lei 10.696/2003:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. (Regulamento)

§ 1o Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2o O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3o O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o caput.

§ 4o A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras. (BRASIL, 2003)

- b) PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar); que existe desde 1955, mas determinou através da Lei 11.947/2009 que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os

²⁶ Embora este termo ainda não conste na literatura, resolvemos empregá-lo por conseguir sintetizar de forma mais didática a proposta do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), que consistem na aquisição direta de alimentos, com dispensas de processos licitatórios, por parte do Estado. Outros termos vêm sendo utilizados para se referir a essas políticas, como: Programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ou Programas de Aquisição de Alimentos, mas entendemos que os mesmos podem confundir ou comprometer o objetivo da pesquisa. No primeiro caso, porque entendemos que o termo que melhor contempla a perspectiva desta pesquisa é o de soberania alimentar e no segundo, porque o termo se confunde com o nome de um dos programas.

assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (BRASIL, 2009)

Em 2012, no auge do PAA, segundo o compêndio²⁷ de informações do mesmo programa, o governo chegou a investir R\$586.567.131,00 milhões de reais apenas em compras desempenhadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), sem considerar os convênios realizados com estados e municípios. No mesmo ano, segundo o FNDE²⁸ (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o PNAE garantiu, através do percentual mínimo de 30%, R\$991.951.271,40 milhões de reais em compras diretamente dessa modalidade. Ou seja, o peso dessas aquisições, naquela altura, aproximou-se de um valor potencial de 2 bilhões de reais²⁹.

Pela repercussão dessas políticas públicas no Brasil e até no exterior³⁰, é possível constatar uma literatura extensa sobre a temática que oferece contribuições importantes para o entendimento desse contexto. Entretanto, o diálogo estabelecido nesta tese concentrou-se, sobretudo, nos estudos de autores³¹ que apresentam contribuições relevantes na temática da reprodução camponesa. Dentre os estudos sobre a Política de aquisição de alimentos, há inúmeros artigos locais que avaliam principalmente as contribuições materiais dos programas. Além disso, a maioria deles são individualizados, ou estudam o PAA ou o PNAE isoladamente.

²⁷ Dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento. **Compêndio de Estudos Conab** / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1. Brasília: Conab, 2016.

²⁸ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Liberações**: Consultas gerais. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2012&programa=C7&cnpj=&estado=0&tipoEntidade=todos&confirmar=Confirmar>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

²⁹ Nos últimos anos esse valor potencial, tem chegado à casa dos 3 bilhões, um aumento de 50% em relação a 2012.

³⁰ “O programa ‘Purchase from Africans for Africa’ – PAA África, ou “Compra de Africanos para a África” – foi um programa inovador que combinou a demanda de alimentos de escolas e outras instituições públicas com o fornecimento agrícola de agricultores familiares locais e organizações de agricultores. O PAA África foi implementado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA) desde 2012, em parceria com os governos nacionais da Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal. Inspirado pela experiência brasileira bem-sucedida do “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA), a parceria foi concebida para apoiar os esforços globais de erradicação da fome e da desnutrição, e representa uma oportunidade estratégica para cooperação horizontal com os países africanos. A iniciativa contava com a parceria de especialistas brasileiros e do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.” (ONU, 2016).

³¹ Alguns autores se destacaram no estudo e avaliação dessas políticas públicas, recebendo enorme número de citações em vários textos, a exemplo de Ana Muller, Lauro Mattei, Cátia Griza, Guilherme Delgado, Walter Belik, dentre outros.

Entre essa literatura, destacam-se os ensaios fundamentados no campo da avaliação formal e material³² dessas políticas, cujas análises se baseiam em modelos próprios dessa área do conhecimento (políticas públicas). Seguindo uma via distinta, nossa proposta de pesquisa busca atender ao campo da discussão/reflexão, tentando entender o processo de reprodução camponesa no contexto de emergência e implementação desses dois programas³³.

Nesse sentido, apesar de serem políticas públicas que apresentam diferenças no seu funcionamento orgânico, a abordagem conjunta se mostra proveitosa para o contexto da reprodução camponesa, especialmente porque, tendo em vista as repercussões para os agricultores (cerne da discussão), entende-se que as implicações são praticamente idênticas. Além disso, há nesses programas uma concisão nas ideias de “Política de Aquisição de Alimentos”, “ampliação do mercado institucional” e “canal alternativo de comercialização”, dentre outras, que indicam um mesmo norte de tendências.

Desse modo, o contexto temporal de participação dessas políticas públicas foi examinado como uma face da discussão sobre o fenômeno da “reprodução camponesa”, que carece de ser refletido com base no arcabouço teórico que lança luzes sobre o seu entendimento. Tal abordagem parte do reconhecimento de que a reprodução camponesa é um fenômeno maior, secular/milenar e que extrapola a discussão do contexto desses programas³⁴.

Além disso, apesar da repercussão e do impacto financeiro já mencionado, é importante assinalar que, para a reprodução camponesa brasileira, a participação nesses programas ainda é de ínfima importância estatística, considerando o universo camponês nacional. O que não diminui a relevância da temática, sobretudo porque ela permite indagar a participação do Estado capitalista, com todas as suas contradições que, necessariamente, se refletem nas políticas públicas.

Entendemos, por isso, a importância de delinear o escopo dessa análise sem deixar de fazer as devidas ressalvas, sob pena de negligência. Pois, ao priorizar a política de aquisição de alimentos nesse período, o Estado escamoteou outros problemas do campo brasileiro, a exemplo

³² Nesse caso, tratam-se de estudos que envolvem modelos de avaliação pré-determinados, desenvolvidos por especialistas na área de política públicas.

³³ Alguns textos e relatórios já consideram as duas políticas públicas de forma complementar, apresentando-as de forma conjunta. “Acredita-se que, juntas, as duas iniciativas configurem um dos maiores programas de compras institucionais do mundo que prioriza, deliberadamente, aquisições junto aos agricultores familiares mais vulneráveis. [...] O PAA adquire alimentos para formação de estoque (armazenamento), regulação de preços e assistência alimentar a grupos vulneráveis, enquanto o PNAE investe exclusivamente na alimentação escolar como forma de promover a segurança alimentar, manter as crianças matriculadas e com bom desempenho na escola e fortalecer as atividades agrícolas dos agricultores familiares”. (IPC-IG, 2013, p. 7)

³⁴ Embora a repercussão dos programas tenha sido significativa, observa-se, pela restrição orçamentária, que uma amostra muito pequena do universo camponês foi contemplada pelas políticas públicas estudadas. O tímido alcance e a baixa popularização revelam uma limitação importante da execução dessas ações por parte do Estado.

da concentração fundiária, apontada anteriormente. Os números mostram que pouco se fez com relação ao tema nos governos petistas. Aliás, em algum grau, essa política serviu também para arrefecer parte da pressão dos movimentos sociais e tergiversar a questão agrária cujo núcleo é a concentração.

Tabela 01- Número de ações referentes a Reforma Agrária

Ações	FHC	Lula	Dilma
Criação de Assentamentos	4307	3607	620
Número de Famílias assentadas	464174	425485	47916
Ocupações de terra	3845	3804	1433
Total de famílias nas ocupações	525178	493479	168946

Fonte: Boletim Dataluta (2017).

Segundo os dados do Boletim Dataluta (2017), nos governos petistas foram criados menos assentamentos do que no governo tucano: FHC (4.307); Lula (3.607); Dilma (620). O número de famílias assentadas também foi menor: FHC (464.174); Lula (425.485); Dilma (47.916). Embora se pondere a melhoria da qualidade dos assentamentos, os dados mostram que houve uma opção do PT em não alterar a concentração fundiária brasileira.

Enquanto isso, as pressões pela Reforma Agrária também caíram. Segundo o mesmo relatório, o número de ocupações de terra foram respectivamente: FHC (3.845); Lula (3804); e Dilma (1433). Assim como o total de famílias nas ocupações diminuiu expressivamente: FHC (525.178); Lula (493.479) e Dilma (168.946). Em que pese a interrupção precoce do governo Dilma, houve relativa diminuição da pressão dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária nesses governos, o que motivou duras críticas internas, dividindo parte da opinião da esquerda em torno da questão agrária brasileira. Embora os dados apontem um retrocesso em relação à questão agrária, as opiniões se dividem especialmente porque, nesse mesmo período, houve o estabelecimento das políticas públicas de aquisição de alimentos que, associadas a outras políticas³⁵, tiveram um importante impacto social, a exemplo do programa Bolsa Família. Em suma, os impactos das políticas empreendidas nesse período se fizeram sentir em diversos âmbitos da vida social, mas não romperam com a estrutura agrária brasileira.

Os governos petistas também não diminuíram outros problemas do campo, como a violência da fronteira agrícola sobre os povos tradicionais; a grilagem; o trabalho escravo; a degradação ambiental; a estrangeirização da terra; a caça, o desmatamento e o garimpo predatórios; nem mesmo representou um rompimento com o modelo neoliberal ou apresentou um novo modelo social para o campesinato. De modo geral, ao basear suas principais ações

³⁵ Juntamente com as políticas de aquisição de alimentos, em muitas localidades outras políticas tiveram um efeito de proteção social, a exemplo do Bolsa Família, Seguro Safra, Um milhão de Cisternas, etc.

para o setor na Política de Aquisição de Alimentos, a resposta desses governos incidiu de modo paliativo e insuficiente frente às problemáticas supracitadas.

É importante considerar também que a política de aquisição de alimentos não representou segurança jurídica para os camponeses, tendo em vista que, por ser uma política de governo, ela poderia se extinguir a qualquer momento. Aspecto que reforça o papel contraditório do Estado nesse contexto.

Figura 01 - Posse de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Fonte: Magela, 2016.

Portanto, é importante reconhecer que o governo petista se mostrou profundamente contraditório ao tentar sustentar, durante os sucessivos mandatos, um apoio calejado aos movimentos sociais, por exemplo “vestindo o boné” do MST em diversas ocasiões, ao mesmo tempo em que mantinha relações de apoio ao agronegócio, inclusive nomeando para o ministério da agricultura alguns de seus representantes mais ferrenhos³⁶ (Ver figura 01). Além disso, o mesmo governo foi responsável por financiar, através dos bancos estatais, as atividades de grandes frigoríficos³⁷, bem como por manter a estrutura oligárquica da indústria da cana ao impulsionar, com a narrativa da energia limpa e sustentável, a produção e comercialização do etanol para o mundo.

³⁶ A posse da pecuarista Katia Abreu, rotulada pelos ambientalistas como “Miss Desmatamento”, gerou inúmeras polêmicas no ano 2016.

³⁷ Com financiamento estatal, os grupos JBS (dono das marcas Seara, Swift, Friboi, Vigor) e BRF (dono da Sadia e Perdigão) foram acusados, em 2017, de adulterar a carne no mercado interno e externo, ganhando repercussão internacional a partir da chamada “Operação Carne fraca”.

Por isso, entende-se que a discussão sobre a política de aquisição de alimentos se insere no bojo das contradições que perpassam os próprios governos petistas. É na relação com esse governo que o campesinato, historicamente tão explorado e tensionado, se vê constrangido a lutar pela participação do Estado em sua reprodução, mesmo reconhecendo sua face controversa. E, nesse sentido, é indispensável reconhecer a agência das organizações campestinas nesse processo, uma vez que, ainda que essas políticas tenham um caráter compensatório que não rompe a estrutura capitalista, há muito esforço/luta dos grupos sociais subalternos na construção das mesmas.

É importante assinalar também, que esta pesquisa foi realizada num momento de grandes incertezas, sendo contemporânea ao desenrolar de fatos que eram imprevisíveis até para os mais pessimistas dos pesquisadores, o que gerou dificuldades para a formalização do trabalho. Além disso, foi contemporânea a um golpe de Estado e a grandes mudanças no cenário político e econômico do Brasil e do mundo, alcançando até os tempos de pandemia pelo vírus Covid-19. A proposta de estudo foi formalizada durante o período democrático, porém a sua realização ocorreu em meio a um golpe político-parlamentar/jurídico/midiático que implodiu a democracia com apoio determinante dos grandes proprietários rurais, enquadrados como representantes do agronegócio. O resultado tem sido a ascensão de forças liberais que trabalham diuturnamente para destruir propostas mais progressistas.

Apontam-se tempos difíceis para a agricultura camponesa. Não há como prever os desdobramentos da ascensão de uma nova onda conservadora no mundo, que se coadunou com a ruptura democrática registrada no ano de 2016, e que foi sucedida pelo ressurgimento de forças da extrema direita no Brasil. Mas é notório que a ascensão de governos autoritários, com o levante de tendência liberal culminou, no Brasil, na eleição do presidente Jair Bolsonaro.

O que se sabe até então é que muitos direitos adquiridos nos últimos anos, conquistados pela luta incansável dos movimentos sociais, sindicatos e outras entidades, estão sendo retirados de forma rápida e sorrateira, sob alegações vãs e notadamente controversas. Os rebatimentos dessa situação têm influenciado significativamente a perda de representação política, o que provoca a fragilização e a deterioração das conquistas sociais. Com efeito, caminhos e possibilidades abertos pelas políticas públicas nos últimos anos estão sendo desfeitos³⁸, o que provocará, certamente, retrocessos. E a política de aquisição de alimentos está provavelmente entre as principais vítimas desse processo.

³⁸ É possível dimensionar durante todo o texto e mais precisamente no tópico 3.4 e 5.13 o tamanho dos ataques recebidos por essas políticas públicas e os novos desafios colocados pelos projetos de lei e medidas provisórias que gravitam em torno do seu desmantelamento.

As pressões dos setores mais conservadores do campo, sobretudo dos que defendem os interesses da hegemonia do agronegócio e que têm ampla representatividade política, foram fundamentais para a ruptura da ordem democrática e para a construção de um golpe que movimentou diversos setores da direita brasileira. Esse acontecimento provocou um horizonte perverso por desvendar. Para começar, o anúncio de vultosos cortes de orçamento na agricultura camponesa, alteração de leis importantes, políticas públicas e ministérios extintos e perseguições. Além disso, passaram a ser votadas no congresso pautas que não tinham força política para aprovação e estavam engavetadas há vários anos por representar alto teor de perversidade, como as grandes reformas no campo trabalhista e previdenciário, que prejudicam a parte mais frágil da relação. Somado a isso, mais privatizações, desregulação e desregulamentação de setores importantes estão sendo anunciados com uma velocidade nunca antes observada.

Toda a conjuntura acima citada, de mudanças bruscas e repentinas, em certa medida, tornou impossível acompanhar, do modo como gostaríamos, o amplo espectro do desenrolar dessas políticas públicas nesse cenário contínuo de cortes, alterações de leis, que interferem na dinâmica das mesmas e incidem na demora ou não disponibilização de dados³⁹. Portanto, consideramos mais adequado discuti-las com base no período que vai do ano de 2003 até o ano de 2016, que foram os anos em que se deram os governos petistas, e no cenário mais acentuado de cortes entre 2016 e 2019.

Diante dessa realidade complexa, a Política de Aquisição de Alimentos refletiu e sintetizou a maneira contraditória como os governos petistas administraram o Estado brasileiro, em especial, no universo agrário. De um lado, colaborou com a manutenção da estrutura fundiária e do modelo econômico neoliberal, que privilegiou o setor do agronegócio; de outro, possibilitou a amenização de questões sociais a partir de políticas públicas que são compensatórias, evidentemente, mas que trazem consigo alguns avanços relevantes em relação aos governos anteriores, especialmente, no campo da inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados, apesar da pequena inserção dos programas no universo do campesinato nacional.

Essas políticas públicas, em que pese a insuficiência⁴⁰ e setorização já mencionadas, de alguma forma movimentaram a posição dos sujeitos sociais envolvidos através da

³⁹ A maioria dos bancos de dados oficiais sobre o PAA e PNAE disponibilizados nos respectivos sites, até o presente momento, apresentam dados até o ano de 2019.

⁴⁰ Usamos a palavra “insuficiência” para relacionar esses programas a um contexto geral de transformação do campo, já que foram as principais inovações dos governos petistas para o setor. Entretanto, sabe-se que a Política de Aquisição de Alimentos não foi criada com o objetivo de transformação da estrutura agrária brasileira.

comercialização e ampliação do mercado institucional, contribuindo para novas territorialidades, que se configuraram como alternativas para o campesinato e, conseqüentemente, para a sua reprodução.

Portanto, passa a ser inegável o fato de que houve uma mudança considerável no campo do planejamento dos programas voltados para esse seguimento. Sob o berço de um ambiente mais democrático de formulação, assentado na participação de diversas entidades e movimentos camponeses, foi possível identificar em diversos aspectos a interação da pauta desses movimentos com certa permeabilidade dos governos petistas, o que ajudou concretamente na construção e gestação das propostas. A influência de programas-piloto anteriormente criados por governos populares resultou em experiências positivas que confluíram para o ajuste dos modelos.

A ampliação do comércio garantiu, no geral, melhores condições materiais para os agricultores beneficiados⁴¹: um canal de comercialização alternativo aos atravessadores⁴², melhores preços que o de mercado, possibilidades de planejamento, incentivo ao associativismo, cooperativismo, agroecologia, etc. Dando-lhes, assim, formas de poder diferenciadas que repercutem fundamentalmente na produção camponesa e na sua permanência territorial.

Além disso, pode-se falar não apenas de contribuições materiais para o campesinato, mas de contribuições subjetivas, especialmente porque inaugurou uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a compra de parte da produção dos camponeses e ao mesmo tempo a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade. Contrariando, portanto, a política creditícia, o Pronaf, predominante até então, que se demonstrou profundamente incompatível com o modo de funcionamento da agricultura camponesa, especialmente, no Nordeste e na Paraíba⁴³.

⁴¹ Utilizou-se o termo beneficiário/contemplado em alguns momentos do texto para identificar os agricultores que participaram/participam dessas políticas públicas. Entretanto, entende-se aqui que os termos não estão sendo usados para corroborar com a ideia de “benesse” do Estado. Portanto, reafirma-se o entendimento desses programas como conquistas sociais.

⁴² Os termos “atravessador” e “intermediários” foram utilizados como equivalentes, para designar os comerciantes, que podem ser pessoas ou instituições, que compram a mercadoria direta do produtor e a revendem para o consumidor final ou para outros estabelecimentos e que são bastante comuns no comércio da agricultura camponesa da maior parte dos municípios da Paraíba. Boa parte deles se aproveita da vantagem de obter um transporte de carga, o que facilita a sua locomoção para feiras e supermercados de outras cidades maiores.

⁴³ A política de financiamento da produção agrícola no universo camponês é um tema frequentemente debatido pela academia, os principais resultados têm sido a inadimplência e o endividamento, o que tem, por sua vez, gerado um gigantesco arrolamento das dívidas. “Em 2009, o montante do empréstimo acumulado na Paraíba pelo Banco do Brasil, através do Pronaf chegou a 75 milhões com 18 mil produtores financiados. Micro e pequenos agricultores de 140 municípios paraibanos (62% do total do Estado estavam inadimplentes e com o crédito suspenso do Pronaf.” (GREGÓRIO, 2009). À época, o então MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) suspendia os créditos do Pronaf ao município, quando a inadimplência na linha b ultrapassava os 15%, e nas

Ao inserir-se principalmente no processo de comercialização, a política de aquisição de alimentos resguarda parte da autonomia relativa⁴⁴ de que o camponês é detentor, como a escolha do que plantar e a forma de plantação, cultivo e colheita, por exemplo, respeitando as características da produção local. Dessa forma, a sua mediação preserva o modo de operação da unidade familiar, colaborando para a preservação do mesmo. Ao mesmo tempo em que incide justamente em um dos principais problemas da atividade camponesa atualmente, que é a perda de espaços de comercialização.

Considera-se também que, subjetivamente, essa política pública estabeleceu, de forma mediada pelo Estado, uma nova relação entre as famílias camponesas, no que diz respeito a produção e comercialização dos seus produtos, uma vez que possibilitou que os verdadeiros beneficiados fossem os filhos de camponeses e de trabalhadores urbanos, classes subalternas no capitalismo. Pois, através da alimentação nas escolas públicas, das refeições nos restaurantes populares e demais instituições beneficiadas, priorizou-se o fornecimento de produtos advindos de assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Desse modo, ao mesmo tempo em que geraram renda para a população camponesa, trouxeram para as classes menos favorecidas acesso à alimentação de qualidade.

Também é importante constatar que se alegam ainda muitos problemas relacionados à logística e a operacionalização dessas políticas, como a burocracia, a politicagem, o clientelismo, o baixo valor econômico etc. Situações que comprometem e até mesmo inviabilizam seu funcionamento em vários locais, temática da qual trataremos posteriormente no texto.

Pode-se dizer também que a política de aquisição de alimentos ressignificou o papel da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), conferindo-lhe importante missão quanto a uma renovada política nacional de abastecimento. Já que, devido a essas políticas públicas, os principais fornecedores do órgão passaram a ser os próprios camponeses, configurando uma intermediação interessante entre camponeses e abastecimento.

Essas políticas públicas também reforçaram, no campo da agenda estatal, temáticas que estavam em evidência na época como a discussão da “segurança” e “soberania alimentar”. Além

demais linhas quando chegava aos 10%. A inadimplência dos agricultores ganhou tamanha proporção devido às oscilações dos juros que ficavam entre 1% e 5%, os mesmos foram intensamente problematizados pelas secretarias municipais locais junto aos agricultores na Paraíba.

⁴⁴ Eliane Tomiasi Paulino e Rosimeire Aparecida Almeida (2010) dão importância ao conceito de “autonomia relativa” quando afirmam que o campesinato sujeita apenas sua renda e não a produção e as relações de trabalho ao capitalismo, dessa forma a maior parte da produção camponesa está em discrepância com o modelo agrícola dominante, aspecto que também pode ser considerado como um ponto importante para a disputa territorial que se dá entre o campesinato e o agronegócio.

da interação com os princípios da “agroecologia”. Esses debates trouxeram à tona pautas como a dimensão estratégica do Estado, a contribuição da reprodução camponesa para a diminuição da “vulnerabilidade alimentar”, o “desabastecimento”, a promoção de uma “alimentação saudável”, a “permanência no campo”, dentre outras.

No campo da Geografia, bem como das demais ciências sociais, essas políticas públicas esquentaram o debate nos congressos, nas revistas temáticas e na produção acadêmico-científica como um todo, contribuindo para a melhoria do universo analítico. Houve um aumento sensível no número de trabalhos e estudos sobre a temática, que teve como produto uma aproximação entre Geografia e o campo científico das políticas públicas. Talvez preenchendo uma lacuna importante da pesquisa na ciência naquela altura.

Então, pode-se dizer, no contexto geral, que a participação nessas políticas públicas, mesmo ainda recente no universo camponês, tornou-se mais uma estratégia para a reprodução camponesa no capitalismo, uma vez que houve nas unidades contempladas uma reorganização da produção e da comercialização, o que possibilitou um rearranjo produtivo, que na maioria dos casos se configura como um dos elementos importantes para a permanência no campo.

Nesse caso, para entender a realidade concreta da política de aquisição de alimentos no país, é preciso observar a heterogeneidade de formas assumidas pelo campesinato brasileiro. Especialmente no semiárido do Nordeste, onde se concentra alto grau de precarização⁴⁵, e a necessidade de políticas públicas urge. Muitos camponeses, por exemplo, que ainda trabalham em antigas relações de produção não têm sequer qualquer documentação que lhes confira direitos. Por isso não têm acesso a crédito, à assistência técnica e nem mesmo à possibilidade de participarem de algumas políticas públicas já existentes. Além do mais, ainda existem lugares em que a participação nesses programas é questão de sobrevivência.

Uma das maiores dependências, por exemplo, está na forma de comercialização, tema que muitas vezes é secundarizado na teoria agrária, e em relação ao qual a política de aquisição de alimentos apresenta impactos significativos, justamente por incidir sobre o modo como a renda da terra é sujeitada pelo capital comercial na forma de atravessadores, como trataremos no texto. Por isso, ao contrário do imaginário espaço agrário tradicional do Nordeste do país, marcado pelo latifúndio e pelo domínio das elites locais, nosso recorte está na “antiga” mesorregião do Agreste Paraibano⁴⁶ (Ver Mapa 01), compreendendo a área formada pelos

⁴⁵ São muitos os fatores que podem caracterizar esse alto grau de precarização, o analfabetismo e a pequena escolaridade, o baixo padrão de renda, a falta de transporte, as dificuldades com o associativismo e cooperativismo, baixa participação do poder público, dentre outros, números que podem ser facilmente aferidos no sítio do IBGE.

⁴⁶ Decidiu-se por permanecer no trabalho com a antiga divisão regional do IBGE, tendo em vista que, quando submeteu-se o projeto de pesquisa ao programa, ainda vigorava essa regionalização em Mesorregiões e

municípios⁴⁷ de Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça (Ver Mapa 02 e 03). Ao nosso ver, essa área corresponde a de maior presença e característica camponesa⁴⁸ do estado da Paraíba, e pode contribuir para melhor demonstrar a reprodução camponesa no contexto dessas políticas.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010) essa área possui 87.714 habitantes, dos quais 41.063 residem na zona rural, isso equivale a 46,8% da população, enquanto a média paraibana é de 32,7% e a brasileira 15,6%. Enquanto esses quatro municípios juntos possuem uma área de 446,67 km², ou seja, menos de 0,8% do território da Paraíba, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, essa região possui 6.781 estabelecimentos agropecuários, o que equivale a aproximadamente 5% dos estabelecimentos paraibanos. Nesse mesmo recorte, 99,3% das propriedades rurais tem menos de 50 hectares.

Além disso, mesmo incrustados na região do semiárido brasileiro e integrando, consequentemente, o conhecido “Polígono das Secas”, juntos, esses municípios possuem uma representação importante no campo da produção de alimentos no território paraibano: 55,3% da produção de alface; 58,7% da produção de coentro; 74,9% da produção de cebolinha; 58,2% da produção de couve-folha; 40,7%, da produção de chuchu; 75,8% da produção de feijão-vagem; 72,3% da produção de pepino; 75,6% da produção de jiló; 56,1% da produção de berinjela; 62,6% da produção de abobrinha; 49,1% da produção de tangerina/mexerica; 46,5% da produção de laranja; 48,8% da produção de limão, dentre outros gêneros. O que sublinha a importância da reprodução camponesa nessa área para soberania alimentar desse território, ao mesmo tempo que demonstra o minifúndio e a policultura, características marcantes dessa forma de produzir.

O estudo sobre reprodução camponesa nessa área torna-se importante e ao mesmo tempo desafiador, uma vez que a maioria dos estudos sobre essa temática, geralmente, são realizados em assentamentos de Reforma Agrária, ou seja, dentro de espaços mais condicionados, diferentes da realidade encontrada. Considera-se que o contexto geográfico dessa área propiciou o desenvolvimento da agricultura camponesa bastante articulada com o mercado regional

Microrregiões Geográficas, de 1989. Essa regionalização repercutiu fortemente na produção cartográfica e bibliográfica disponível até então, cristalizando conceitos regionais do processo histórico de formação do campesinato. Já a nova divisão denominada de Regiões Imediatas e Intermediárias foi calcada, principalmente, “na malha político-administrativa” IBGE (2017, p. 7), o que supervaloriza as chamadas cidades-polos, mas não consubstancia o fulcro do processo das formações regionais, não se adaptando aos propósitos da pesquisa.

⁴⁷ A ideia inicial era também de incluir o município de Matinhas-PB, que possui características muito próximas as encontradas na área pesquisada, mas devido às dificuldades no acesso à informação no município, ele foi descartado.

⁴⁸ Considerou-se a área como a de maior característica camponesa do estado, não pelo grau de “campesinidade” (aspecto sociológico), mas pelo peso de sua produção para o estado da Paraíba.

devido à pequena distância de centros importantes. A posição estratégica⁴⁹ desse espaço contribui para o fornecimento de alimentos não só para Campina Grande-PB e João Pessoa-PB, que são os centros mais próximos, mas para outros núcleos geoeconômicos tanto do interior do estado como para fora dele, a exemplo de: Patos-PB, Natal-RN, Mossoró-RN, Caruaru-PE, Recife-PE, dentre outros.

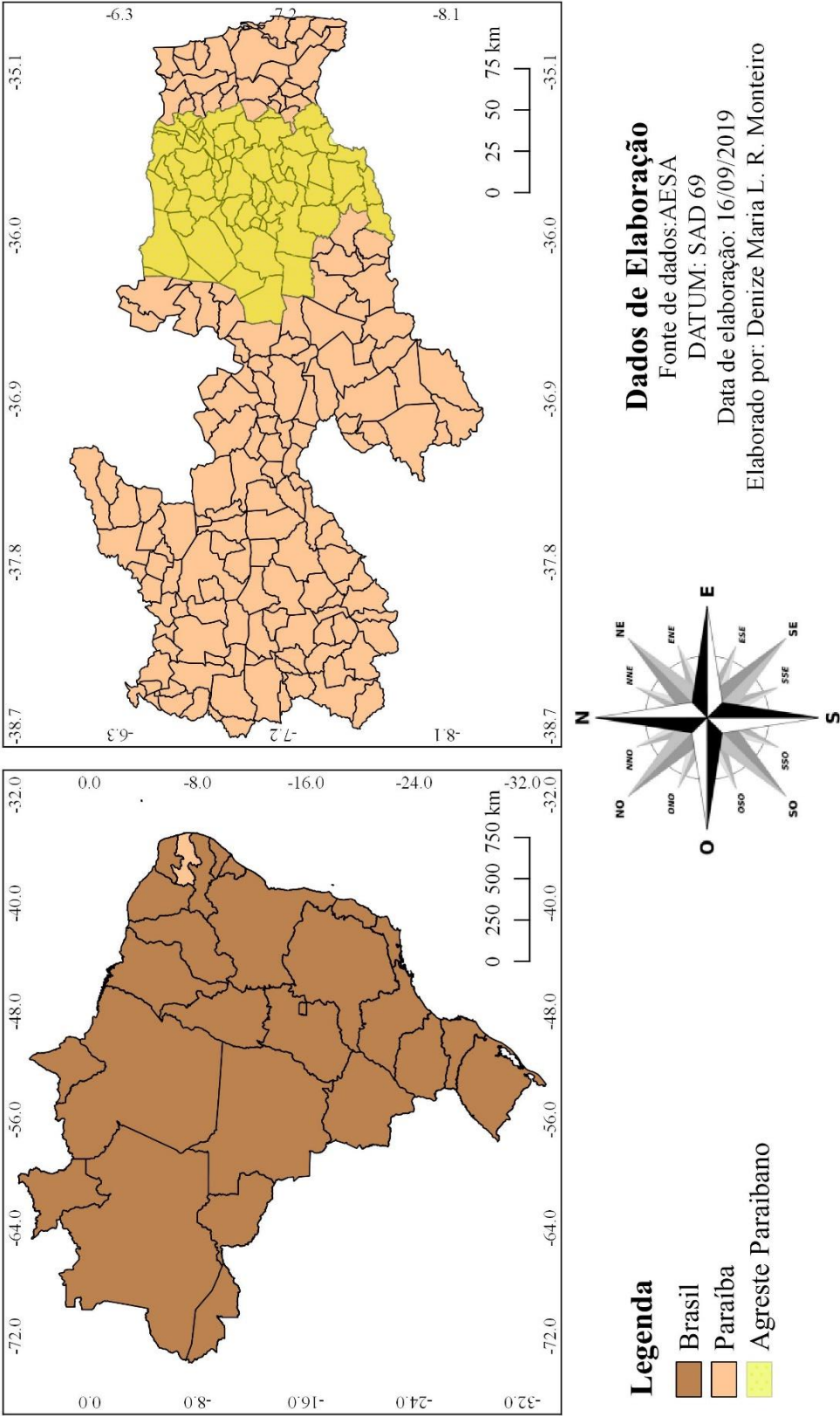
Além da importância em termos regionais, nessa área a maior parte dos produtores praticam a policultura e fazem menor uso de agrotóxico. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, 83,8% dos estabelecimentos não utilizam agrotóxicos. Ainda mais importante é a forte inclusão da agroecologia, já que esses municípios fazem parte da área de atuação do Polo da Borborema (Território rural da Borborema⁵⁰ - Ver Mapa 05), uma rede de sindicatos, associações comunitárias, cooperativas, entidades representativas, assentamentos, órgãos de assistência técnica, extensão rural e organizações agroecológicas que promovem práticas sustentáveis, a exemplo de bancos de sementes crioulas, feiras agroecológicas, práticas de intercâmbio etc. Pode-se dizer que esse território é estratégico do ponto de vista da soberania alimentar do país, uma vez que é responsável por parcela expressiva da produção de alimentos do Estado da Paraíba – um dos estados mais pobres da federação – e também para além dele.

⁴⁹ Além da proximidade geográfica com os municípios de Campina Grande e João Pessoa, importantes centros de distribuição de produtos (Lagoa Seca, mais próxima à 8 km e Esperança, mais distante 30 km), a área se encontra num importante entroncamento rodoviário da região Nordeste, entre a BR-104, que corta a região no sentido (norte-sul) e a BR-230 (Transamazônica), que corta a região no sentido (leste-oeste), o que possibilita um rápido escoamento da produção desse campesinato.

⁵⁰ “Com a publicação da resolução nº 4 do FNDE, em 02 de abril de 2015, as regras para a seleção de propostas de venda de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar deixam mais clara a previsão dos **territórios rurais como critério de seleção dos projetos**, que agora deverão ser aplicados na prática. A concepção de território utilizada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e aprovada pela Resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF em 16 de fevereiro de 2005 é de: “espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” É fundamental considerar que a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento busca integrar políticas no território, pois nele se combinam a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos e o acesso ao mercado. Nesse sentido, o fortalecimento da articulação das prefeituras, cooperativas, entidades representativas da agricultura familiar, entidades de assistência técnica e extensão rural, assentamentos etc., existentes no território, é essencial para gerar processos de desenvolvimento, sendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) uma política central neste processo de integração.” (CECANE UFRGS, 2020, p. 1) **grifo nosso**. Há no Brasil, atualmente, 239 territórios rurais espalhados pelo território nacional.

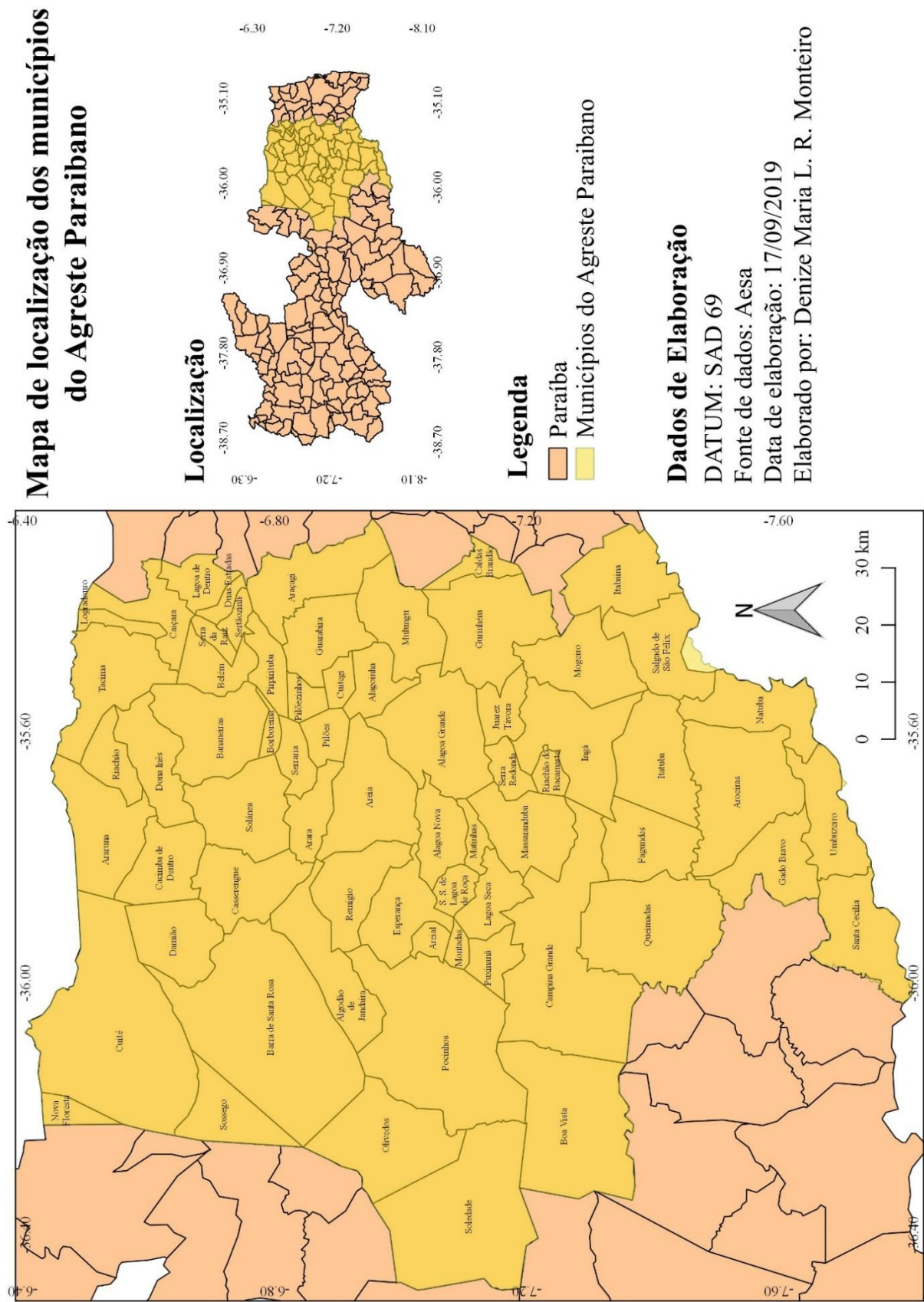
Figura 02 – Mapa de Localização da Mesorregião do Agreste Paraibano

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO AGRESTE PARAIBANO



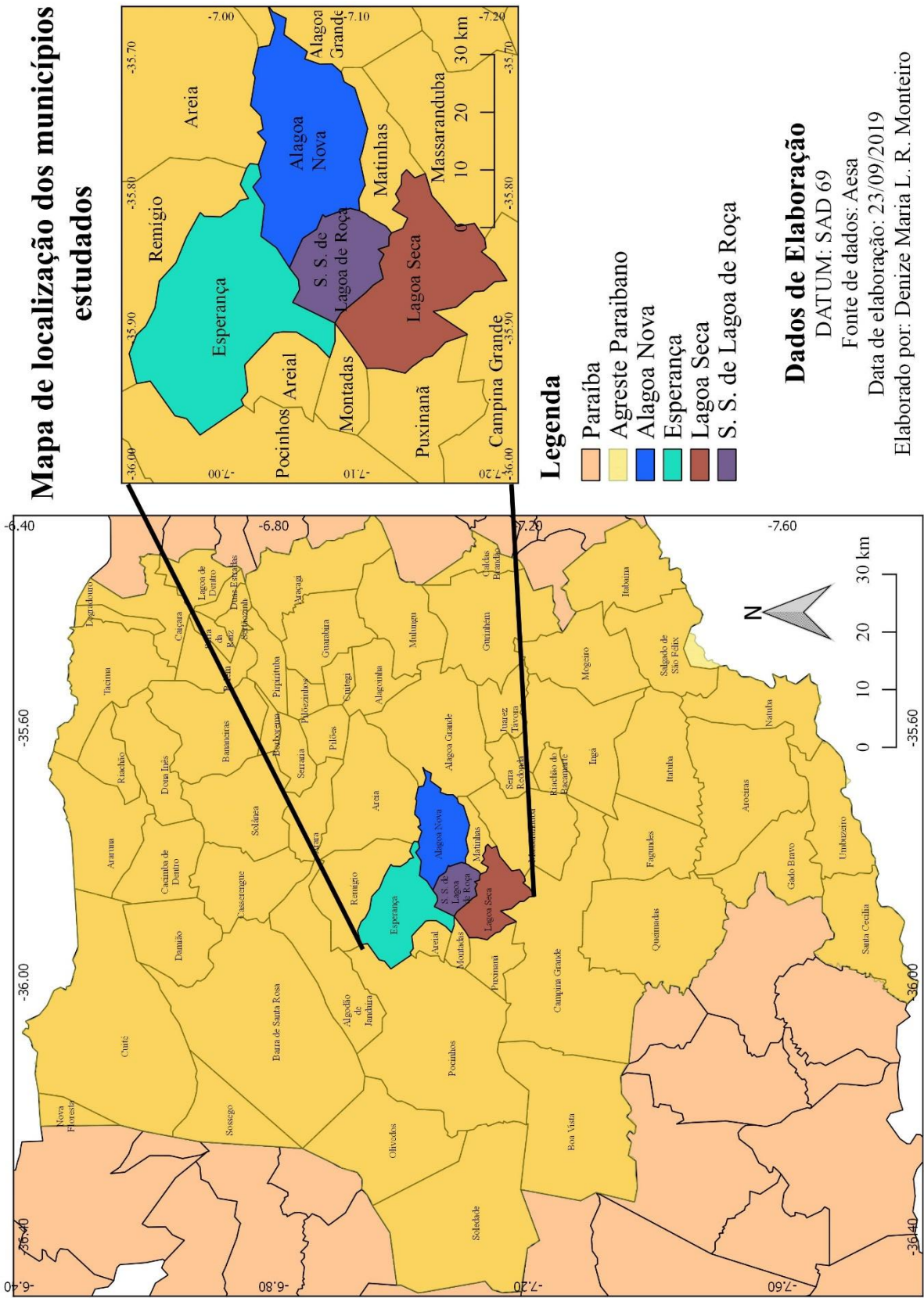
Fonte: Monteiro, 2020.

Figura 03 – Mapa de Localização dos Municípios da Mesorregião do Agreste Paraibano

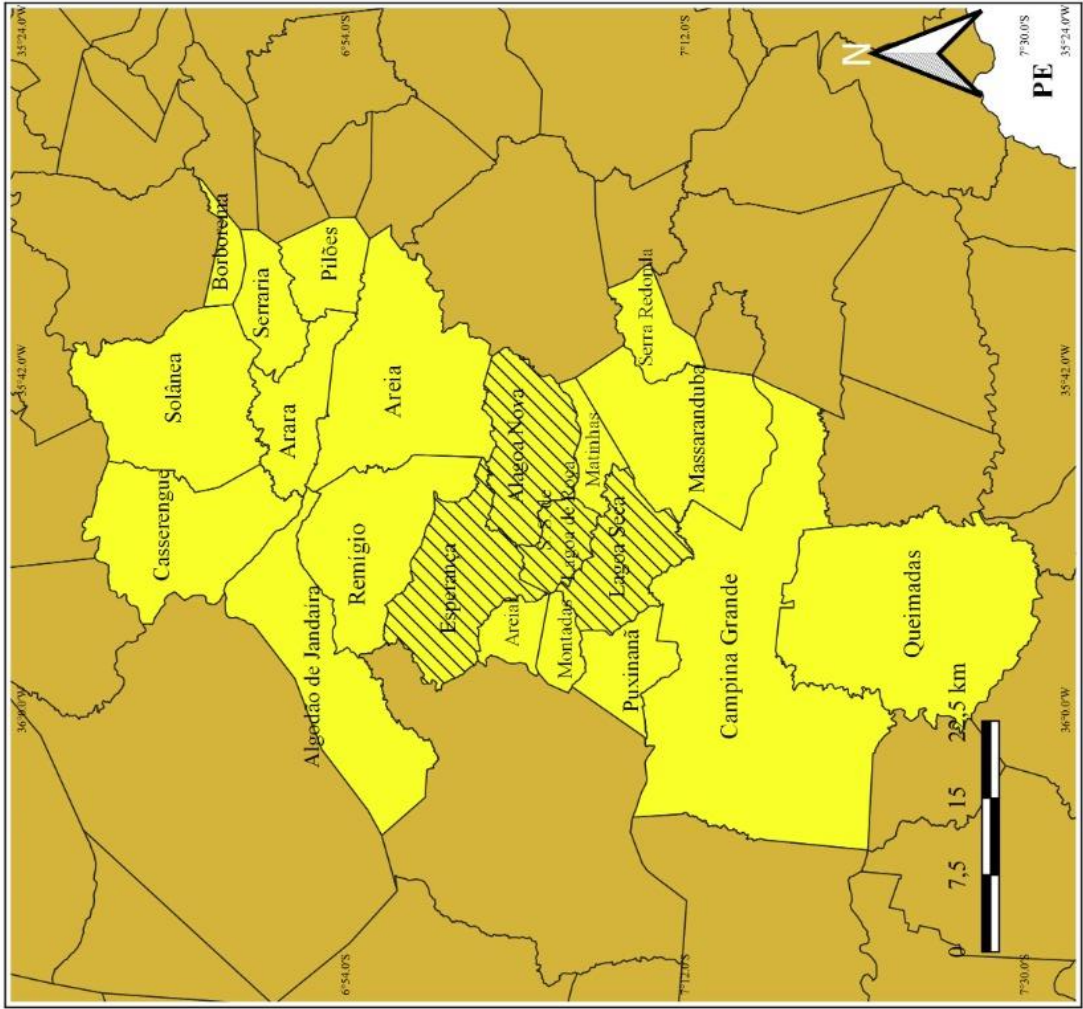
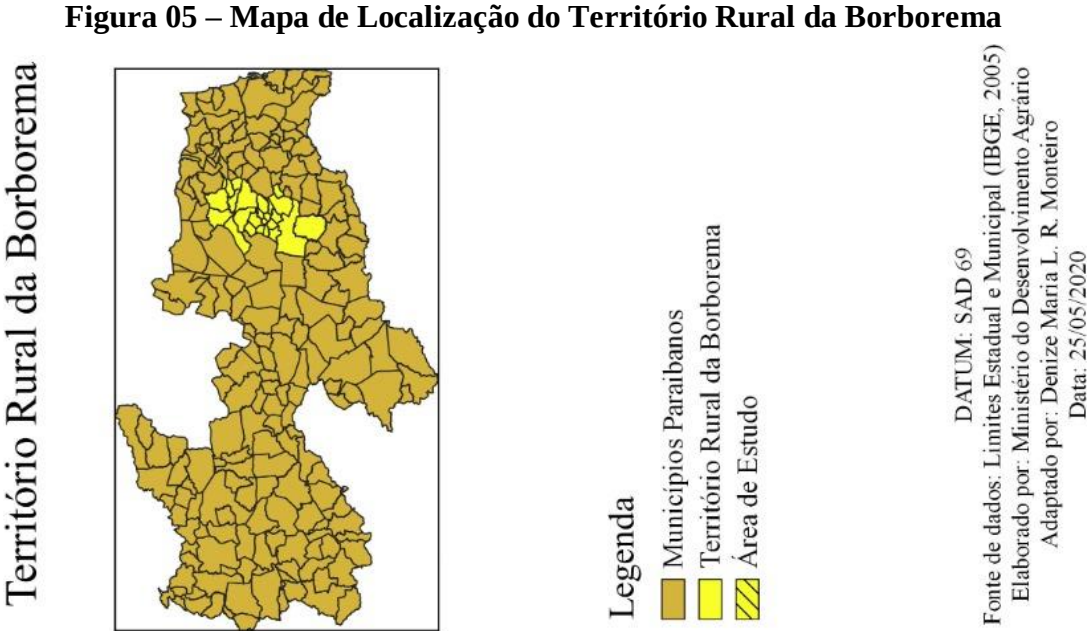


Fonte: Monteiro, 2020.

Figura 04 – Mapa de Localização dos Municípios Estudados



Fonte: Monteiro, 2020.



Fonte: Monteiro, 2020.

Embora haja ainda todos esses dados positivos na produção dessa área, o que se vê em termos históricos é a diminuição contínua da população rural⁵¹, em detrimento da população urbana ao longo dos últimos quarenta anos, o que denota as dificuldades e a expropriação vivida por essas populações.

As formas de comercialização dos produtos da agricultura camponesa, bastante tradicionais, podem ser consideradas como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores desse território. A ação de pequenos, médios e grandes atravessadores fazem com que o preço praticado dos produtos no mercado eleve-se, de forma considerável, sem beneficiar o produtor. Este se vê, cada vez mais, com menos capacidade de manter sua unidade familiar. Em decorrência dessa realidade, muitos agricultores estão sendo repelidos dessa forma de atividade, transformando-se em mão de obra barata para serviços urbanos pesados que não careçam de instrução. Outros são relegados à sorte do chamado “trabalho acessório”, para assegurar a sobrevivência quando não há condições de garanti-la em atividades relacionadas com sua origem camponesa.

O baixo preço e a alta margem de lucro praticada pelos atravessadores exploram e submetem esses pequenos produtores a uma sobrecarga de trabalho cada vez maior para a manutenção da sua unidade familiar. Associado a isso, a falta de acesso a transporte, o isolamento, o alto nível de perecimento da produção e a perda de outros espaços de comercialização condicionam o comércio entre produtor e atravessador à uma submissão desmedida.

No contexto dessa área, a reprodução da agricultura camponesa se mostra extremamente importante. Mesmo na população urbana, são muitos os que trabalham direta ou indiretamente na atividade como meeiros, parceiros, contratados, boias-frias, carroceiros, sacoleiros, fretistas etc. No recorte do estudo, as transformações na organização da produção camponesa atingem direta ou indiretamente a maior parte da população.

A importância de estudar as políticas de aquisição de alimentos nesse espaço se embasa, portanto, em uma redefinição da estratégia de reprodução social da vida do camponês, que é considerável para: a diminuição dos fluxos migratórios, para a soberania alimentar regional e significativa no que diz respeito à manutenção desse modo de vida.

⁵¹ Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), em 1970 a população total dessa área era 67.897 habitantes, em 2010 esse número subiu para 87.714, uma alta de 22,6%. Entretanto, quando consideramos a população rural, que vive diretamente das atividades camponesas, observa-se que em 1970 ela era de 50.709 habitantes e atualmente ela é de 41.063 habitantes, o que representa um decréscimo em torno de 19%.

De forma geral, objetivou-se na pesquisa: discutir o processo de reprodução camponesa a partir do contexto da Política de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) no Agreste Paraibano entre 2003 e 2019, tendo como recorte territorial a área formada pelos municípios de Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça. E de forma específica: discutir a reprodução camponesa à luz das teorias da geografia agrária; problematizar a atuação das políticas públicas para a agricultura camponesa no tocante à soberania alimentar e sua reprodução; analisar as contribuições das políticas de aquisição de alimentos para a reprodução camponesa na área de estudo e discutir o contexto atual de quebra democrática de 2016 sobre estas.

Para isso desejou-se distanciar-se da simples avaliação técnica dessas políticas, procurando fazer uma discussão mais profunda, ligada à reprodução camponesa nesse contexto, inclusive, visibilizando o potencial da produção local.

Tendo em vista atingir tais objetivos, foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Pesquisa bibliográfica: o levantamento bibliográfico acerca da temática abordada permitiu a construção do referencial teórico sobre reprodução camponesa a partir dos teóricos clássicos e seus desdobramentos no Brasil, bem como balizou, através da posição interpretativa dos autores, a importância do momento atual e seus principais prognósticos sobre a situação do campo no país. Posteriormente fundamentou a responsabilidade do Estado brasileiro em relação à segurança e soberania alimentar, alimentação saudável e permanência no campo, bem como proporcionou fazer uma análise do contexto de criação dos principais programas analisados. Também permitiu debater a realidade da pequena produção nessa área, em sua contextualização histórico-temporal.
- b) Pesquisa documental⁵²: Para estudar o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional da Alimentação Escolar, bem como qualquer política pública foi imprescindível a leitura e análise de documentos oficiais. Como, por exemplo, leis de criação e alteração, portarias, resoluções e cartilhas de funcionamento etc.

⁵² “A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.” (GIL, 2008, p. 51)

- c) Levantamento de dados estatísticos⁵³: para entender o contexto da agricultura de base camponesa nesses municípios, foram levantados os dados fornecidos pelo Censo demográfico de 2010 e anteriores, Censo Agropecuário de 2017, 2006 e de 1995/96; foram levantadas informações a respeito da população, estrutura fundiária municipal, a composição da produção agrícola e pecuária, as relações de trabalho e a base técnica de produção e demais características gerais. Também foram levantados dados das bases técnicas da Conab; do FNDE e do Censo escolar a fim de entender a execução das políticas públicas estudadas de modo geral.
- d) Pesquisa de campo⁵⁴: O levantamento de campo compreendeu um estudo com 40 unidades familiares que fornecem⁵⁵ ou forneceram⁵⁶ para o PAA e/ou para o PNAE, dando-se da seguinte forma:

A partir das características próprias dos programas (PAA e PNAE) que permitem o ingresso a partir de DAP's coletivas e individuais e de grupos formais e informais de camponeses, não foi possível fechar um número sobre a quantidade exata de unidades fornecedoras no espaço de tempo estipulado pela pesquisa (2003-2019), o que seria o nosso universo analítico. Entretanto, baseando-se na realidade dos encontros informais com associações, bases municipais, dentre outros, arbitrou-se que nos quatro municípios há um universo analítico total de cerca de 200 unidades que fornecem ou forneceram para os programas estudados. Nesse estágio, atingiu-se uma amostra relativa de 25%.

Inicialmente, a proposta de estudo objetivava um acompanhamento de um número ainda mais amplo de unidades familiares. Entretanto, a aplicação dos instrumentos se deu mediante um cenário de instabilidade, como cortes expressivos no número de beneficiários das políticas públicas estudadas e em outras como, por exemplo, o bolsa família, a partir das realidades dos governos Temer e Bolsonaro, isso

⁵³ Como observado, a pesquisa estatística também se permite classificar como “pesquisa documental” no entendimento de Gil (2008). Concluiu-se importante destacar em separado para diferenciá-la dos tipos de fontes de pesquisa elencadas no item b.

⁵⁴ “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.” (GIL, 2008, p. 51)

⁵⁵ Os agricultores que foram entrevistados compreendem os grupos de agricultores aptos aos programas conforme o previsto na Lei 10.696/2003 e que possuíam a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf).

⁵⁶ A realidade imposta pelas mudanças governamentais bruscas, já apresentadas aqui, levou-nos a incluir entre os pesquisados mesmo aqueles que já tinham sido cortados dos programas, para contemplar também suas experiências. Desse modo, a pesquisa também incluiu o contexto de apreensão dos entrevistados, que fica evidente nos depoimentos.

prejudicou a receptividade das famílias. O PAA, na altura da realização da pesquisa de campo, chegara quase à extinção. Posteriormente, a pandemia da COVID-19 restringiu severamente a circulação de pessoas impedindo um melhor alcance da pesquisa. Nesse sentido, o trabalho de campo foi imensamente dificultado, porque muitos agricultores que deixaram de participar do programa, se negaram a prestar informações. Por isso, tivemos que readequar a realidade do número de beneficiários ouvidos a partir de então, bem como adaptar nossos instrumentos de pesquisa (questionários e entrevistas semiestruturadas) para serem mais curtos e mais diretos, afim de serem aplicados no menor tempo possível.

Dentre as 40 unidades familiares pesquisadas, foram utilizados, para a aplicação dos instrumentos, um primeiro critério geográfico e um segundo critério numérico, que os dividiu de forma equitativa entre os 4 municípios. Dessa forma foram aplicados 10 instrumentos em cada um deles (municípios), sendo 5 questionários e 5 entrevistas, o que resultou no total em dois grupos (20 entrevistas e 20 questionários). Dada as realidades encontradas não se estabeleceu um terceiro critério de tipo, de modo que foram mesclados tanto fornecedores de PAA e/ou PNAE, já que muitas unidades fornecem para as duas políticas conjuntamente. A escolha entre as unidades que receberiam as entrevistas ou questionários se deu de forma aleatória, sem nenhum critério prévio.

Nesse sentido, a pesquisa de campo se realizou a partir de:

I- Visitas às unidades de produção para levantamento das condições de intermediação *in lócus* e aplicação de instrumentos de pesquisa. Em relação a esse último procedimento, visando atender os objetivos estabelecidos⁵⁷ e considerando as realidades da produção local, dividiu-se o contingente em dois grupos, nos quais, procedeu-se da seguinte forma:

Em vinte unidades, houve aplicação de questionários para o levantamento de dados quantitativos sobre a realidade estudada, seguindo os critérios já informados. Gil (2008, p. 122) explica que entre outras vantagens o questionário “possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa”. O resultado da aplicação dos mesmos se deu na forma de tabelas e gráficos. E em vinte outras unidades, aplicação de entrevistas. As mesmas, como instrumento

⁵⁷ Sublinha-se aqui a importância do trabalho e a análise tanto de dados quantitativos como qualitativos de forma complementar. Afim de que os mesmos permitam uma maior profundidade e uma relação de transparência mais fidedigna com a realidade encontrada.

de pesquisa, foram escolhidas visando sua vantagem de permitir, como nenhuma outra técnica, a captação da informação desejada. “Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais” (LUDKE, 1986, p. 34); “A grande vantagem da entrevista, sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante, e sobre os mais variados tópicos” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.35). As entrevistas foram gravadas e arquivadas em modo de transcrição direta.

II- Visita informais aos lugares de comercialização direta dos produtos para identificar as formas de venda direta ao consumidor, os apoios institucionais recebidos nesse processo, as condições de comercialização, a periodicidade dessas vendas etc.

III- Visitas informais junto aos produtores não beneficiários e aos intermediários para levantar as condições de produção (organização da produção, canais de comercialização, ação dos intermediários, articulação com os órgãos públicos adquirentes dos produtos, formas organizativas e articulação com grupos de assessorias etc.);

IV- Visitas informais a diversos órgãos municipais/estaduais que prestam algum tipo de assessoria às unidades beneficiadas com os programas, como associações, sindicatos, cooperativas, secretarias municipais de agricultura, extensão rural, dentre outros que prestaram informações importantes sobre o funcionamento do programa e facilitaram o acesso às unidades.

- e) Registro das atividades de campo: todas as etapas das atividades de campo foram registradas através de fotografias, anotações e gravações.
- f) Tratamento e apresentação dos dados: Parte dos dados levantados foram trabalhados com base na estatística descritiva e serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. A outra parte foi detalhada e apresentada a partir da transcrição direta de depoimentos identificados pelas letras iniciais dos nomes dos entrevistados.

Visando atender aos objetivos propostos, dividiu-se o trabalho em cinco capítulos:

O primeiro capítulo visa inserir o leitor no debate sobre a reprodução camponesa e a construção do conceito de campesinato desde as correntes clássicas até a atualidade, saindo do contexto geral para os novos desafios da questão agrária no Brasil. Para isso foi preciso fazer uma recomposição histórica breve da literatura acerca do tema, analisando a conjuntura atual das formas de lutas camponesas, assim como foi preciso introduzir o papel das políticas públicas para o campo nesse contexto.

O segundo capítulo objetivou mostrar a dimensão estratégica da reprodução camponesa para a soberania alimentar brasileira, trabalhando com: as leis, os dados estatísticos e os problemas do êxodo rural, da alimentação saudável e da comercialização. Esta seção teve a intenção de mostrar ao leitor a necessidade de investimentos e de políticas públicas no tocante ao campesinato como forma de fomentar a sua reprodução.

O terceiro capítulo apresenta o contexto de criação do PAA e do PNAE e suas formas de operacionalização, bem como tenta analisar as avaliações que já foram feitas, diferenciando-as de outras políticas públicas como por exemplo as creditícias voltadas para este segmento. O capítulo permite mostrar o avanço que houve com relação aos equívocos cometidos pelo Pronaf, particularmente, no Nordeste.

O quarto capítulo visa situar o contexto histórico e geográfico da produção agrícola local, a formação desse campesinato e suas principais características, descrevendo a realidade com base nos números apresentados pelo Censo Agropecuário atual e visibilizando o potencial produtivo da área, bem como a necessidade urgente do investimento em políticas públicas para o setor.

O quinto mostrará a reprodução camponesa no contexto da política de aquisição de alimentos na área estudada quanto as suas contribuições materiais, subjetivas e contextuais. Além de analisar as principais críticas à atuação dessas políticas. Essa seção busca resgatar a maior parte dos dados da pesquisa de campo, como as percepções de agricultores, atravessadores, secretários municipais, gestores escolares e demais envolvidos quanto à execução dessas políticas públicas.

Durante todo o texto tentou-se avaliar os impactos do golpe de 2016 sobre essas políticas, bem como identificar a ligação da ruptura democrática com o horizonte desses programas, a partir dos cortes orçamentários, extinções, mudanças etc.

Enfim, para situar esta pesquisa, trata-se da culminância de uma trajetória que começou no trabalho monográfico⁵⁸ sobre a relação entre os produtores e atravessadores na

⁵⁸ Na oportunidade, foi realizada pesquisa durante seis meses, centrada na observação dos preços das mercadorias nas comunidades rurais daquela área, comparando-os com os preços praticados nas feiras mais próximas. Nesse estudo, Souza (2011) constatou uma diferença considerável entre os preços pagos pelos atravessadores e os praticados nas feiras livres. Eles compravam a mercadoria a um preço muito baixo, de tal forma que subordinavam toda a produção familiar, sobrecarregando a unidade familiar de carências econômicas. Em consequência, muitas pessoas eram levadas a deixar a unidade familiar para integrar-se na economia urbana como mão de obra barata, na indústria ou no comércio como trabalho acessório. Os produtos eram revendidos por um preço elevado em outras feiras, constituindo-se como mecanismo central de extração do sobretrabalho realizado na unidade camponesa. Por outro lado, isso ocasionava uma percepção ilusória por parte da sociedade de que os pequenos produtores tinham uma boa remuneração pela produção. Entretanto, a ação desses atravessadores era condição importante para que o pequeno produtor tivesse acesso ao mercado e, assim, garantisse seu sustento. Pois a intermediação destes era quase que a única forma viável de escoar a produção. Sem escolaridade, sem

comercialização da agricultura camponesa do município de Lagoa Seca. Este primeiro estudo possibilitou uma discussão importante sobre a exploração imposta pelos comerciantes aos pequenos produtores camponeses. Após a defesa do trabalho monográfico, a pesquisa fomentou vários artigos em torno dessa mesma discussão, levando a concluir que a comercialização da produção camponesa no município, e conseqüentemente na região, era um dos seus principais problemas, mas, mesmo assim, não se constituía em impedimento para que os camponeses continuassem a se reproduzir.

O contato com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, que compra produtos diretos da agricultura familiar para fornecer a diversas instituições públicas, fez despertar o interesse do autor por esta forma de ação pensada a partir do Estado capitalista. Pois essas políticas públicas geravam repercussões nas formas de produção que não obedeciam totalmente às formas hegemônicas. Essa contradição se revelou na pesquisa de mestrado na qual estudou-se o processo de resistência e recriação camponesa no município de Lagoa Seca a partir do PAA e concluiu-se que: Com relação à comercialização, no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização. Os contemplados pela política pública se distanciaram dos demais, pois havia uma configuração diferenciada em relação àqueles que não eram contemplados. De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa se configuravam em um elemento importante para a manutenção das unidades familiares.

Para esta tese, inserimos a discussão sobre a reprodução camponesa, ampliando o raio da pesquisa para quatro municípios e aumentando o número de políticas públicas pesquisadas, de uma para duas (PAA e PNAE), unificadas na ideia de “Política de Aquisição de Alimentos”, considerando o modo como atingem o mesmo objetivo quanto à reprodução camponesa e à ampliação do mercado institucional. Toda essa estratégia pôde lançar luzes para o entendimento mais amplo e para uma discussão mais objetiva desse contexto.

Por fim, a escolha da temática se deu também por razões pessoais já que, filho da terra, membro de uma família de camponeses e, conseqüentemente, imerso na realidade da pequena produção desde o nascimento, esse despertar ocorreu de forma natural, transpassando por toda a trajetória acadêmica. Espera-se que essa experiência contribua na construção do trabalho e na compreensão dos desafios enfrentados pelos camponeses que lutam pela sobrevivência e permanência na terra.

conhecimento de mercado, sem acesso ao crédito e, principalmente, sem transporte, o produtor familiar situa-se como refém da estrutura comercial capitalista. Embora alguns produtores se utilizem da venda direta, isso não se aplica à maioria dos camponeses, devido à perda contínua de espaços e canais de comercialização.

CAPÍTULO I
CAPITALISMO, TERRITÓRIO E REPRODUÇÃO
CAMPONESA

1.1 A abordagem espaço/territorial nos estudos geográficos e sua contribuição para a pesquisa

O uso de conceitos, categorias, termos e noções, que compõem o repertório dos estudos geográficos, se apresenta como objeto de intensos debates na constituição da Geografia como campo científico. Nesse processo, problemas como a polissemia dos termos, subjetivações complexas e até adjetivações exageradas engendram utilizações díspares e por vezes imprecisas que comprometem a clareza e o entendimento de concepções importantes para a ciência geográfica. Contudo, o debate que a utilização dos conceitos enseja contribui para movimentar e aprofundar o entendimento dos mesmos, bem como para aprimorar a atividade científica e a construção do conhecimento nesse campo de estudos.

Ao longo do tempo, esse campo se remodelou de forma dinâmica, de modo que seus conceitos-chave, assim conhecidos, se adequassem a diferentes contextos, possibilitando multifacetadas formas de uso. Por isso, faz-se necessário entender o caminho percorrido para uso do conceito de território e, por conseguinte, para a abordagem espaço/territorial nessa pesquisa.

Antes de adentrar nessa discussão, ressalta-se que neste estudo entende-se o território, assim como o espaço geográfico, a partir da perspectiva da geografia crítica, movimento que nasce contrário à corrente positivista e neopositivista, que considerava o espaço de forma autônoma e homogênea. A geografia crítica teve influência de quatro tendências: a anarquista, influenciada pelo pensamento de Réclus e Kropotkin; a popular-radical, que defende o contato direto dos geógrafos com as populações investigadas; a geografia voltada para o terceiro mundo, que se dedica, particularmente, aos estudos sobre o imperialismo; e a de orientação marxista, fundamentada na obra de Marx e Engels, que se baseia na procura de pressupostos teóricos para o entendimento da sociedade dentro do sistema capitalista. (MOREIRA, 2013)

Nesta pesquisa, considera-se, antes de tudo, o espaço como um produto histórico-social, fruto da evolução da sociedade, da produção humana como um todo, qualificada pela luta de classes emanadas da articulação e materialização das formações econômico-sociais que se sucederam ao longo do tempo. A utilização da categoria “espaço” para o embasamento da pesquisa deve-se à reflexão crítica que ela possibilita sobre o processo de produção e evolução da sociedade, além de sua estreita relação com o conceito de território, sobre o qual nos debruçaremos. Na construção teórica dessa categoria, destacam-se as contribuições de Henry Léfèbvre e de Milton Santos.

Para Henry Léfèbvre (1974), há uma relação intrínseca entre o tempo histórico e o espaço, sendo que este último é um produto social fundamentado nas relações cumulativas de transformação entre sociedade-natureza e sociedade-sociedade.

Em diálogo com as proposições de Léfèbvre, Milton Santos (1980) define o espaço como sistema de objetos e sistema de ações. Em seus estudos, ele evidencia a historicidade do espaço e as formas de resistência ao criar expressões como “rugosidades do espaço” e “testemunho”, conceito que para ele é entendido como um produto que materializa as formações sociais presentes nas paisagens. (SANTOS, 1997)

Por serem entendidos a partir da dinâmica social, da relação entre as classes sociais, os conceitos de espaço e território estão imbricados, já que um não existe sem o outro. De acordo com esse entendimento, há uma produção social que materializa as formas de poder no próprio espaço, ou seja, dizendo de outra maneira, as relações de poder produzem espaço.

Nesse cenário, o espaço está submetido ao processo de produção e exploração característico do sistema capitalista, sendo por ele produzido e organizado.

Se levarmos em conta que nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço acha-se antes de tudo subordinado às necessidades de acumulação de capital (produção de mais-valia) e que este processo de acumulação é desigual (ele se dá de forma diferenciada quer entre setores da atividade, quer entre as diversas regiões do mesmo país), concluiremos que o espaço, enquanto produto das necessidades de acumulação, sofre as diferenciações decorrentes desse processo. Pode-se mesmo afirmar que a cada forma assumida pelo processo de acumulação, corresponde uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial. (MOREIRA e TARGINO, 2014, p. 8).

Entende-se que o espaço é reflexo e produto social dinâmico das relações estabelecidas pelas classes sociais e suas territorialidades. Territorialidades manifestas de forma material ou de forma simbólica pela desigualdade de poder e pela segregação entre as próprias classes. A luta classista/territorial se materializa no espaço, dizendo de outro modo, ela produz o espaço.

A opção pela abordagem territorial justifica-se pelo modo como ela compreende e articula as noções de domínio, poder e conflitos. No âmbito da ciência geográfica, a categoria território consubstancia uma síntese indissolúvel, de: por um lado, uma base espacial, um aspecto material e por outro, uma dimensão subjetiva de cunho político-social e simbólico. Sublinha-se, pois, que não há um território sem domínio, sem o exercício do poder. Também não há domínio sem dominados, ou seja, sem formas de resistência e de luta por reprodução.

É na própria Geografia crítica, que nasce como movimento de renovação dentro da ciência geográfica, especialmente a partir dos estudos marxistas, que encontramos a

possibilidade de analisar o mundo, dentre outros aspectos, a partir da dimensão histórica da dinâmica da luta de classes. Movimentos de resistência e de recriação tornam-se elementos centrais de um novo temário, forjado a partir do olhar particular e metodológico das ciências humanas, que passa a considerar diferentes modos de produção e formações sócioterritoriais. Segundo Mitidiero Jr. (2008):

A Geografia Crítica que toma o espaço e/ou o território como norteador dos seus estudos, passou a se interessar por temas antes inexistentes na preocupação do geógrafo. As desigualdades sócio-territoriais produzidas pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção, as formações econômico-territoriais das diferentes nações, a política produtora de eventos territoriais, a política no âmbito local e global, a circulação e o movimento do capital como mola propulsora das conformações territoriais, a subserviência do movimento da sociedade em relação ao movimento do capital, a natureza constantemente apoderada e artificializada pelo trabalho humano e suas consequências ambientais, o processo de homogeneização do território capitalista, as implicações simbólicas e culturais diante do processo de territorialização do capital, os diferentes níveis de opressão e exploração que os grupos humanos sofrem, o processo histórico como vetor explicativo das situações sócio-territoriais contemporâneas e os movimentos de resistência à avassaladora e acelerada transformação sócio-territorial capitalista, são temas basilares dos estudos geográficos atuais. (MITIDIERO JR, 2008, p. 61-62)

Incorporando esse renovado temário, a geografia crítica deixa de se embasar nos estudos puramente positivos e pragmáticos, geralmente voltados para fins de ação e controle dos Estados-nacionais, para desenvolver uma “práxis” concreta ao lado daqueles que desafiam o poder hegemônico. Surge, portanto, uma ciência geográfica renovada que não é apenas mais um apêndice do Estado, mas uma ciência que se permite movimento e ação transformadora.

Nesse sentido, é preciso assinalar que, apesar da abordagem do território como sinônimo de Estado ser preponderante nos estudos sociais, a associação entre Estado e território é apenas uma das dimensões da disputa territorial. Por isso é fundamental que essa categoria de análise venha acompanhada de um exercício crítico por aqueles que vislumbram possibilidades de ação, especialmente no campo da construção da equidade social.

No tocante a essas possibilidades é preciso entender a natureza e o tamanho das ações políticas dos grupos sociais – estes que dão vida ao território –, a força dos seus posicionamentos, de suas resistências e de suas adaptações. Entender a história humana a partir do conflito é a possibilidade de imaginar a formação do território como uma grande arena⁵⁹ construída pelo movimento dos grupos que duelam pelo seu domínio, com armas diferentes, pelos mais diferentes campos, geralmente com distintas possibilidades. No caso da produção

⁵⁹ Ressalta-se aqui o entendimento de “arena” não como um *a priori* como se fosse um cenário ou palco, mas como construção dinâmica e inconstante da luta de classes que, por sua vez, que constroem o território.

de políticas públicas (abordadas nesse estudo), é preciso entendê-las como conquistas, fruto das lutas de um grupo social subalterno que consegue parcialmente se estabelecer perante o Estado capitalista que, nesse caso, também atende a interesses de outros grupos sociais.

Segundo Rogério Haesbaert e Ester Limonad (1999), existem basicamente três abordagens conceituais de território: 1. Abordagem jurídico-política (majoritária na Geografia), que considera o território no âmbito do Estado-Nação e das diversas organizações políticas envolvidas; 2. Abordagem culturalista, que considera o lugar, o cotidiano e a identidade dos atores para com o território; 3. Abordagem econômica, que trata da divisão territorial do trabalho, classes sociais e relações de produção no território.

O fenômeno da reprodução camponesa no contexto das políticas públicas aqui estudadas poderia ser situado nos três campos de análise acima citados. De certo modo, entende-se que essas diferentes abordagens podem contribuir, sobremaneira no olhar sobre o território, ensejando uma discussão mais crítica.

Entretanto, justamente por tratar-se da temática de políticas públicas, e pela primazia dada à abordagem político-jurídica nos estudos do campo do planejamento estratégico nacional, entendemos a importância de assinalar que não é com essa discussão de território, no sentido da criação de modelos e programas, que queremos contribuir, mas com a discussão de território que abarca a construção social dos sujeitos, formada em si, consigo, pelos camponeses na relação com o capitalismo e com as suas políticas públicas.

Portanto, no caso específico deste estudo, preferimos optar pela terceira abordagem, a econômica, que analisa o território a partir do conflito entre trabalho e capital, que se manifesta, no caso estudado, principalmente através da comercialização que extrai o sobretrabalho dos camponeses a partir da renda da terra, sujeitando-a ao capital e às classes por ele favorecidas. Submetendo, assim, o território da reprodução camponesa à exploração do sistema capitalista na forma de atravessadores.

Considera-se a participação nas políticas públicas de aquisição de alimentos uma alternativa atenuante a esse processo, uma vez que ela possibilita a formação de novas territorialidades, que se manifestam no espaço à medida em que o camponês possui condições diferenciadas de permanência na terra. À medida em que diminui a dependência do atravessador, por exemplo, o camponês pode dar à sua terra outras configurações, o que movimenta a produção do espaço e a construção do território.

Nesse sentido, preferiu-se dar atenção aos autores que definem o território a partir da ideia de conflito entre as classes/forças sociais e as estruturas de poder daí decorrentes. Essas

formas produzem não só o território, mas estabelecem suas territorialidades⁶⁰. Uma vez que as unidades familiares que participam das políticas públicas se rearranjam e constroem uma estrutura diferenciada daqueles que não participam.

Esses embates resultam das formas de exploração e subordinação do trabalho próprias do modo de produção capitalista. Com efeito, entende-se que a dinâmica da acumulação capitalista é desigual e contraditória e precisa de formas de produção não necessariamente capitalistas para se desenvolver. Uma delas, como já dissemos, é a forma de fazer camponesa.

Destacam-se também na construção teórica de alguns destes autores diversos conceitos relacionados à ideia de processos de apropriação, expropriação e retomada do território⁶¹, como os de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Esses conceitos traduzem-se nos diferentes processos e conflitos da questão agrária, ou seja, se unificam como parte de um processo contínuo, inacabado e instável, assim como é a própria vivência humana.

Encontramos em diversos autores das ciências sociais contribuições importantes no sentido de unir o conceito de território, com o de controle dos grupos sociais, com o de política ideológica, o de conflito, o de construção da vida humana em sociedade, que se articulam com o conceito de produção do espaço social.

Robert Sack (1986) afirma que território implica “controle do acesso”. Neste caso, os territórios são formas socialmente construídas de relações sociais e seus efeitos dependem dos sujeitos sociais que o controlam e dos seus propósitos. O território é assim controlado por grupos sociais cujas ações refletem os anseios desses mesmos. Dessa forma, o que guia um grupo social para o controle do território é uma ideologia política que os une.

Nesse sentido, é importante entender a contribuição dos camponeses enquanto um grupo social organizado na construção desse território. Embora bastante heterogêneo em suas formas, e aparentemente disperso por inúmeras pautas, é possível perceber importantes traços de luta ampla, em diversas frentes, mas em um mesmo sentido, que é o da sobrevivência dessa forma de produzir no sistema capitalista. A geografia crítica encontra nesse processo de permanência e resistência um campo fértil de análises sempre renovado.

Ainda com relação à ação social no estudo do território, é imprescindível destacar a contribuição dada por Claude Raffestin ao enfatizar as relações de poder humanas como

⁶⁰ Destacamos as territorialidades dos grupos sociais como um recorte analítico momentâneo do processo de luta. Mas entendemos que a disputa pelo território é processo dinâmico, multifacetado e sempre inacabado.

⁶¹ Vale destacar que apesar da luta pela terra se constituir como uma das pautas mais importantes da geografia agrária, a luta pelo território (conceito mais abrangente) e atualmente a ideia de luta pela vida, vêm se tornando cada vez mais constantes nesse ideário.

elementos centrais da sua constituição. O autor enxerga a política e o poder como necessidades humanas e assinala que o seu reflexo está em todas as sociedades.

Raffestin (1993, p. 7-8) afirma que “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”. Ou seja, ele pressupõe primeiramente a ideia de que o espaço é anterior ao território. E que o território, portanto, seria um produto relacional dos diferentes atores sociais. Para o autor, o espaço é dado, é primário, enquanto o território é qualificado pela construção permanente das ações humanas.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Ao tentar separar os conceitos de espaço e território, o autor nos remete a outra discussão que é sobre o real objeto de análise da geografia. O geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes, quando analisa a relação entre espaço e território afirma que “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território” (MORAES, 2000, p. 17). Para este autor, enquanto o espaço é uma categoria muito mais geral e aberta o território seria na realidade um conceito palpável da geografia.

A valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. As construções e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história. (MORAES, 2000, p.17)

Para Moraes (2000) a formação do território é que valoriza o espaço, na medida em que a natureza vai sendo transformada dentro do processo histórico pelas ações dos grupos sociais. Por isso, estaria a formação de um território condicionada a um movimento contínuo e sempre inacabado. Portanto, as ações sociais e as obras humanas que transformaram a natureza se acumulam nos lugares, dando-os valor. Essa valorização está contida no espaço, ou seja, o

território é a própria relação da sociedade com o seu espaço. Esse entendimento, reforça a importância atribuída ao conceito.

Já Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999) desenvolve uma concepção mais incisiva quanto ao caráter “conflituoso” da produção do território a partir da luta de classes. Para este autor a produção do território é um processo dialético. Já que para o desenvolvimento das forças produtivas é preciso uma interação conflituosa entre as classes sociais.

O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza.

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. (OLIVEIRA, 1999, p.74)

O autor também reafirma o conceito de território como um processo contínuo e simultâneo de construção/destruição/manutenção/transformação. A partir da ideia de síntese, há nesse conceito uma unicidade de fenômenos contraditórios, que dão forma, vida e interesse à investigação do espaço.

João Edmilson Fabrini (2007) resume bem como o conjunto de relações camponesas encontram no território a base de sustentação para a resistência à dominação capitalista e ao controle do seu processo produtivo.

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana. (FABRINI, 2007, p. 9)

Nesse sentido, ao identificar a realidade local, prefere-se considerar o espaço agrário das áreas estudadas como um território do capitalismo, sendo por ele organizado. Embora a territorialidade camponesa seja historicamente construída e esteja sempre em um processo contínuo de reprodução, as territorialidades estudadas são aqui pensadas como frações do

território capitalista onde as principais relações ainda são camponesas, resistentes e atuantes. No sentido de que, embora a maior parte da população residente nessa área tenha traços característicos da forma camponesa de ser e produzir, o território ainda se encontra sob a esfera do capital que o explora submetendo-o aos seus interesses.

Entende-se que o Estado enquanto sinônimo de território é também uma das dimensões na qual grupos/classes duelam para o seu domínio. Essa disputa não deixa de ser mais um plano de fundo para esta pesquisa. Já que no contexto da relação entre políticas públicas e reprodução camponesa, estabelecer-se enquanto classe social para os camponeses é fundamental para o exercício das relações de poder.

A história mostra que em decorrência desses conflitos há uma contínua adaptação dos camponeses às formas de dominação do capitalismo, que remodelam o território. Os camponeses dão formas e contornos paisagísticos diferentes ao espaço, qualificando-o. A população camponesa tem buscado resistir de diversas formas aos ditames do capital para a sobrevivência da unidade familiar, ora priorizando este ou aquele alimento a ser produzido, ora aumentando ou diminuindo sua integração ao mercado, mas permanecendo na relação de subordinação desigual e contraditória que se manifesta nesse território. Essa, por vezes, se manifesta, inclusive, na própria dimensão invisível (simbólica). Atualmente, é preciso entender que a reprodução camponesa tem se servido da materialização dessa luta na participação dos processos decisórios do Estado, construindo, demarcando e cristalizando posições.

1.2 A literatura clássica sobre a reprodução camponesa no capitalismo

Ao examinar a literatura acerca do fenômeno da reprodução camponesa no capitalismo encontramos uma extensa produção baseada principalmente em estudos do campo filosófico marxista, que compreendem desde os do próprio Karl Marx até as pesquisas mais especializadas dos dias atuais. Para compreender a importância e os desdobramentos desses estudos para a temática da reprodução camponesa, propomos retomá-los, situando alguns autores cujas obras se tornaram referência para as pesquisas sobre essa temática.

O final do século XIX provocou grandes mudanças no campo, sobretudo por causa do processo de subordinação da agricultura à lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital. As transformações decorrentes desse processo motivaram uma série de discussões sobre a possibilidade ou não de resistência das formas camponesas de organização da produção. Como veremos, nem todos os autores que aqui citaremos resumidamente concordam quanto a

possibilidade de o campesinato se reproduzir dentro do capitalismo, tampouco podiam prever a participação do Estado capitalista nessa reprodução.

Como apontamos na introdução, o principal tronco teórico que subsidia a tese da possibilidade da reprodução camponesa no capitalismo se constrói na crítica daqueles que previram o desaparecimento do campesinato e, mais recentemente, daqueles que negam sua existência enquanto classe social, ou mesmo enquanto um grupo social. De forma que a discussão desse fenômeno se encontra profundamente relacionada ao diálogo com a sua própria antítese.

Parte dos autores que negam atualmente a existência e a reprodução de um campesinato dinâmico, multifacetado e articulado politicamente também se fundamenta na construção teórica marxista. Nesse sentido, as previsões de desaparecimento do campesinato no sistema capitalista foram importantes para a construção desse debate, que não pode ser apresentado de maneira descontextualizada, sem buscar, mesmo que brevemente, suas raízes.

Alguns equívocos ocorreram nessa compreensão da reprodução do campesinato no capitalismo, pois vários autores negligenciaram tanto a lógica particular da produção camponesa quanto a possibilidade de articulação deste grupo enquanto classe social no próprio capitalismo. Além do próprio interesse na exploração do modo de produção em parte do campesinato (teorias que subsidiam a tese da reprodução camponesa).

Apesar de já ser considerado clássico, esse debate da reprodução camponesa é inacabado e se revitaliza quando se analisa, contemporaneamente, diversas posições científicas que negam a condição camponesa até hoje, por variados fatores. Posições que acabam reverberando na produção das políticas públicas atuais e, conseqüentemente, no funcionamento das mesmas.

Entre os autores clássicos, podem ser identificadas duas correntes⁶² de posições teóricas a esse respeito: de um lado, os que advogavam o fim do campesinato tais como Karl Marx, Karl Kautsky e Vladimir Lênin, e, de outro lado, os que defendiam a possibilidade de permanência dessa forma de produção, a partir de diferentes prismas como, por exemplo, Rosa Luxemburgo, Alexander Chayanov, Teodor Shanin e Eric Wolf.

Primeiramente é importante ressaltar que quando se analisa as posições de Marx sobre a reprodução da pequena agricultura em vista do avanço capitalista (alvitre seminal para estes

⁶² “A primeira corrente deu ênfase à discussão do campesinato atrelada à análise das mudanças surgidas pelo avanço das relações de mercado, bem como aos processos de modernização e industrialização que estavam vinculados ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Ela pressupunha o desaparecimento do campesinato na medida em que se implantava e se desenvolvia o capitalismo. Os principais teóricos desta corrente são Marx, Kautsky e Lênin. A segunda corrente enfatizou a lógica de reprodução camponesa no capitalismo e reforçou a tese da sua permanência. Destacam-se como principais teóricos desta linha de interpretação, Rosa Luxemburgo e Chayanov.” (CORREIA, 2011, p. 37)

estudos), é necessário compreender os estágios de sua trajetória intelectual, já que incitaram diferentes posições. Além disso, sabe-se que o campesinato não foi objeto principal de sua análise, embora esteja atrelado às transformações do sistema de acumulação do capital. Essa imprecisão de suas posições gera até hoje visões diferentes sobre a possibilidade da mediação do Estado capitalista no processo de reprodução camponesa.

Para Correia (2011), é preciso dividir a posição do autor em três momentos históricos diferentes: a) na juventude; b) na maturidade e c) no último Marx. Para entender o pensamento do próprio Marx é indispensável recordar o período em que ele viveu, entre os anos de 1818 e 1883, e os contextos sobre os quais ele se debruça em suas análises, as realidades da Inglaterra, Alemanha, França e Rússia. Como veremos, foi a partir da análise desse último país que os desenvolvimentos teóricos acerca da realidade do capitalismo periférico tomaram forma.

Ainda segundo Correia (2011), ao primeiro Marx, pertencem os escritos de sua juventude que vão de 1840 a 1843. Nessa fase ele viveu na Alemanha, considerada politicamente atrasada em relação à Inglaterra e à França⁶³, e os escritos desse período são notadamente marcados pelo idealismo de Hegel, mais precisamente pela esquerda hegeliana. Na verdade, trata-se de um período de transição marcado também pela influência das ideias socialistas. A partir dos escritos dessa época é possível perceber que ele ainda não estava engajado na defesa do comunismo e desenvolvia estudos sobre as mudanças na concepção de Estado e política. Ainda no início dessa produção intelectual, encontram-se análises sobre a exploração das classes subalternas pela burguesia. A primeira ocasião em que Marx se posiciona publicamente em relação ao campesinato remonta à defesa dos viticultores de Mosella:

Os primeiros esforços de compreensão da questão agrária e camponesa foram feitos pelo próprio Marx quando, ainda no primeiro período de sua vida, realizou um estudo sobre a situação de miséria dos viticultores de Mosella, ocasião em que assumiu a defesa dos camponeses, exigindo do governo providências urgentes para solucionar o problema. (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 9).

Ainda nessa época, a publicação do manuscrito “A Crítica da Teoria do Estado de Hegel”, em 1843, marca seu afastamento das ideias Hegelianas. Entretanto, nesta fase, ele ainda não tinha um pensamento sistematizado sobre o funcionamento do capitalismo e da economia política, ainda que já se posicionasse criticamente em relação à deterioração das condições de vida de famílias camponesas com o avanço do capitalismo. Marx ainda não identificava no proletariado o potencial

⁶³ Destacam-se Inglaterra e França por serem países tradicionalmente revolucionários.

reativo e nem o camponês como um ser atrasado, extremamente conservador e antirrevolucionário, como veremos adiante.

Ainda nesse primeiro momento, Marx foi contemporâneo de diversos movimentos na Europa Ocidental, os quais não deixou de observar, como o movimento comunista que nascia na França, o Cartismo proletário que crescia rapidamente na Inglaterra, bem como os diversos levantes contestadores da ordem vigente que cresciam em outros países da Europa ocidental, impulsionados pela ideia do socialismo utópico. Diante de tal contexto, Marx observava a formação gradual e o crescimento vertiginoso de uma classe social/política proletária, que acabara por influenciar notadamente a sua trajetória intelectual.

No segundo Marx, período de sua maturidade, entre 1844 e 1870, o campesinato passa a ser tratado de forma diferente na visão do autor. Ao estudar o modo de produção capitalista e seus avanços, principalmente na França e na Inglaterra no final do século XIX, Marx deixa de considerar a resistência do campesinato como uma alternativa viável para se chegar ao socialismo, sobretudo ao analisar certo insucesso político dos camponeses nas duas revoluções acontecidas (Revolução Francesa e Revolução Industrial). A partir de então, Marx começa a direcionar seus estudos apenas para a burguesia e o proletariado.

É importante considerar que esse direcionamento foi marcado pelas grandes transformações ocorridas no período, como o crescimento das cidades e suas populações, a expansão vertiginosa da produção industrial alavancada pela criação de sistemas fabris automatizados, o crescimento das exportações e dos mercados consumidores, a progressão da ciência e das inovações técnicas, o avanço da comunicação e da difusão do conhecimento em âmbito internacional e os enormes lucros alcançados pela burguesia na época.

É no Manifesto do Partido Comunista que se pode observar com intensidade que Marx se abre para as contradições existentes entre forças produtivas e relações sociais. A partir dessas elaborações ele irá apontar que em qualquer modo de produção, o motor que delineia e produz a sociedade é a luta de classes. Nesse sentido, Marx passa a defender o tensionamento do conflito entre as classes no próprio capitalismo como a possibilidade de chegar ao socialismo. Ou seja, as próprias relações de produção capitalistas levariam a um esgotamento das forças produtivas, o que geraria, conseqüentemente, uma transição para o socialismo.

Uma das principais polêmicas quanto à postura de Marx em relação aos camponeses deu-se em torno da comparação que ele fez no livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1987), publicado no ano de 1852, entre os pequenos camponeses da França e um saco de batatas.

Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção. (MARX, 1987, p. 137)

Mais tarde, ao dissecar o processo de acumulação em “O Capital”, escrito em 1856, Marx identifica a separação do produtor direto em relação aos meios de produção e a transformação desses últimos em capital como a origem de todo processo de acumulação (MARX, 1975). Liberto dos meios de produção, o campesinato e os artesãos transformam-se em trabalhadores disponíveis à valorização do capital. Desse modo, haveria uma tendência à extinção e insuficiência do campesinato à medida que o modo de produção capitalista se tornasse homogêneo. Graças a esse prognóstico, boa parte das teorizações marxistas que dele se desdobram desacredita e ignora as formas de reprodução do campesinato no capitalismo.

É interessante observar como os principais autores aqui discutidos, inclusive postulantes de políticas públicas para esse setor no Brasil, se formaram dentro dessa escola marxista. E nesse sentido é curioso como o mesmo postulado da desintegração do campesinato no sistema capitalista, que informa a teorização desses autores, fez nascer uma nova categoria conhecida por “agricultor familiar”, que não se liga com a história do campesinato, como veremos posteriormente.

Por isso, é importante considerar o impacto que a compreensão dos propositores sobre esse debate exerce na formulação e proposição das políticas públicas, uma vez que o modo como enxergam ou “não enxergam” o campesinato no capitalismo reverbera na própria política. A análise sobre a reprodução do campesinato precisa estar relacionada com o interesse em conhecer e entender o funcionamento interno da unidade camponesa. Uma vez que aqueles que partem da negação da reprodução do campesinato no capitalismo deixam de levar em conta uma série de fatores históricos, culturais e políticos, promovendo ações que pouco surtem efeito no contexto dessa comunidade.

No período final de sua obra, que compreende os anos de 1871 e 1883, Marx assume uma posição mais flexível a respeito da possibilidade de permanência do campesinato, bem como da possibilidade de sustentar-se, se realizadas sob as formas de cooperação e solidariedade existentes

nas sociedades camponesas que poderiam ser uma alavanca para se chegar ao socialismo, conforme está expresso em suas respostas às cartas de Vera Zasulich e nos Grundrisse (MALAGODI, 2005). Entretanto, boa parte desses escritos apareceram ou foram publicados muito posteriormente à sua morte, 1924 e 1935, respectivamente. Esse último Marx ainda nos ajuda a entender a reprodução camponesa, pois seu pensamento permanece vivo em vários estudiosos.

Em *Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo* (2017), organizado por Theodor Shanin, diversos estudiosos retomaram, de forma densa, vários textos, rascunhos, anotações e cartas. Nesse sentido, passaram a sugerir que, na sua maturidade, Marx rompeu com algumas de suas teses. Observando o potencial revolucionário das comunas russas, passou a afirmar a não dissolução do campesinato e a defender a possibilidade de uma revolução socialista russa sem a passagem do país pelo capitalismo, o que contrariaria o etapismo/evolucionismo contido no livro I de *O capital*.

1.2.1 O Marxismo ortodoxo e heterodoxo

Desse modo, as análises sobre o campesinato na obra de Marx se desdobraram em duas correntes distintas: de um lado, o chamado marxismo ortodoxo, que sustenta a tese da desintegração completa do campesinato em virtude da ampliação do capitalismo e do desenvolvimento industrial, de outro, os autores que buscam justificar a possibilidade de permanência do campesinato, na sua articulação com o próprio sistema dominante, chamado de marxismo heterodoxo, o qual entendemos ser a perspectiva mais acertada para pensar sobre os territórios que formam a periferia do capitalismo, nesse caso o Brasil.

O debate sobre a superioridade econômica da grande propriedade intensificou-se após os anos 1890. O alemão Karl Kautsky, um dos principais representantes do chamado marxismo ortodoxo, em sua obra *A Questão Agrária*, publicada em 1899, faz prognósticos sobre o fim da pequena propriedade em virtude do avanço do capitalismo no campo, o que não se comprovou até hoje no Brasil e em outras partes do mundo, onde as pequenas propriedades são extremamente numerosas e muito mais produtivas, como trataremos adiante. Para Kautsky (1972, p. 129) “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande exploração e a da pequena”. Segundo ele, a grande propriedade se adapta muito melhor do que a pequena às mudanças técnicas possibilitadas pelas inovações do século XIX. No seu texto, em crítica ao professor Sering, a quem intitula de grande entusiasta da pequena exploração, ele observa que:

Considerando todas as vantagens da grande exploração na agricultura – menos superfície inculca, economia de homens, animais e instrumentos, completa utilização de todos os objetos, possibilidades de empregar máquinas (interdita à pequena exploração), divisão do trabalho, direção confiada a agrônomos, superioridade comercial, maior facilidade de conseguir dinheiro – dificilmente se concebe que o professor Sering possa afirmar resolutamente: Não há a menor dúvida de que qualquer ramo de cultura do solo pode ser praticado na média e na pequena propriedade tão racionalmente como na grande e mesmo de que, ao contrário da evolução da indústria, a intensidade crescente da cultura do solo dá à pequena propriedade uma superioridade considerável sobre a grande. (KAUTSKY, 1972, p. 146)

O autor sublinha que dificilmente a pequena exploração teria chances competitivas contra a grande. Consequentemente, no seu pensamento, o campesinato estaria fadado a desaparecer ou diminuir, e o destino dos lavradores das pequenas propriedades seria perder as terras e migrar para as cidades, tornando-se mão de obra para o desenvolvimento industrial. Kautsky aponta no texto que a situação de extrema miséria entre os camponeses, inclusive citando a fome e a má nutrição, levariam a essa desintegração definitiva.

Kautsky estava enganado sobre a periferia do sistema capitalista, onde pode ser observado a permanência e até o crescimento do número de pequenas propriedades, inclusive, subsidiando, dentro da lógica contraditória do sistema capitalista, a grande. Fornecendo alimentos e outros mantimentos para o próprio sistema latifundiário, assim como ocorreu na formação territorial brasileira.

Outro pensador que se destaca como expoente desta corrente é Vladimir Lênin. Na obra “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*”, publicada em 1899, ao observar a realidade do país, Lênin destacou a desintegração progressiva do campesinato em três grupos: os camponeses ricos que se transformaram em proprietários capitalistas; os camponeses pobres que se transformaram em assalariados; e os camponeses médios que tenderiam a se subdividir entre os dois grupos anteriores. Esse processo se intensificaria com a integração do campesinato ao mercado e serviria, pois, para a formação de um mercado consumidor que fortaleceria o capitalismo. Para ele o que existia era uma decadência acentuada do campesinato em detrimento dos empresários rurais.

A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato “médio”, criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando os cultivadores independentes (que praticam agricultura mercantil sob todas as suas formas) [...] O outro tipo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluindo aí os que não possuem nenhuma terra. Mas, o seu representante típico, entre nós, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o

operário da construção civil ou qualquer outro operário com lote de terra. (LÊNIN, 1982, p. 115-116).

Como se pode observar, para Lênin, com o avanço do capitalismo só existiria duas classes sociais, que a partir da dissolução do campesinato se dividiria na aproximação dos eixos extremos. Uma parte estaria fadada à desintegração completa, até virar mão de obra assalariada para as atividades citadinas e rurais, enquanto a outra se incorporaria à burguesia, com progressiva tendência ao aumento das propriedades em vista da regressão da outra parte empobrecida.

Lênin é outro autor que destaca a dificuldade de se manter economicamente a pequena produção em virtude do avanço das ações do capitalismo. Em sua opinião, os camponeses vão sendo absorvidos pela atração de novos empregos que surgem com o desenvolvimento da indústria.

Os prognósticos de Lênin não se confirmaram, sua homogeneização do espaço camponês em apenas dois grupos não foi ratificada no sistema capitalista periférico. Na verdade, os camponeses, a partir do processo de recriação e interação subsidiada com o sistema capitalista, se tornaram um grupo extremamente complexo, heterogêneo, multiforme e dinâmico.

Para os marxistas ortodoxos, a forma de produzir campesina estaria fadada a sucumbir diante das formas capitalistas de produção. A interação com a economia de mercado corromperia totalmente as formas de produção camponesa. Entretanto, outros autores, muito importantes nessa construção teórica, não avaliaram dessa maneira. Seus escritos tratam da relação do campesinato com o capitalismo de maneira distinta, entre eles se destacam Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov.

Rosa Luxemburgo (1985), em sua obra, discorda da interpretação de Karl Marx quanto à exclusividade do modo de produção capitalista no transcorrer do tempo. Para ela, o capitalismo precisa explorar outras formas de produção, para completar seu ciclo de realização. Existe, portanto, uma relação de dominação entre os modos de produção. Dessa forma a autora não previu o desaparecimento do campesinato no modo capitalista, pois a expansão do sistema capitalista depende da existência de “setores externos” a ele. O campesinato passaria por transformações, adaptando-se ao ciclo produtivo do modo de produção dominante, mas sem necessariamente se extinguir. Na verdade, a própria reprodução do campesinato subsidiaria a reprodução do capitalismo nesse sistema.

(...) historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não

capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Rosa Luxemburgo evidencia uma tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo *Capital* de Marx no que se refere à acumulação e rompe com a visão ortodoxa de admitir apenas duas classes sociais dentro do capitalismo. Quando fala da coexistência de modos de produção, aponta que haveria dentro do capitalismo articulações com outras formas de produzir. Por isso, a autora defende a ideia de formações econômico-sociais, nas quais existe a predominância de um modo de produção sobre os demais. Nesse caso, as trocas entre os modos de produção dentro dessa ótica seriam de relações exploratórias. Nesse sentido, é preciso deixar claro que no capitalismo essa relação é primordial para o processo de acumulação contínuo, e que é o próprio movimento deste, de forma ampliada, que gera de um lado a exploração, mas de outro a reprodução do camponês, por ser baseada também em dependência.

É importante depreender, a partir da visão de Rosa Luxemburgo, que se o capitalismo se nutre das formas de fazer não-capitalistas, a partir de uma relação de exploração contínua que provoca expropriação, a permanência de uma parte do campesinato, sujeitada a essa relação, seria útil para a reprodução do capitalismo.

Outro autor que discorda da visão ortodoxa é Alexander Chayanov. Observa-se em duas de suas obras “A organização da Unidade Econômica Camponesa” e “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas”, ambas publicadas em 1924, que ele tratou a questão do campesinato na Rússia de um prisma diferente do marxismo ortodoxo, destacando a lógica interna da unidade familiar. Segundo ele, a organização da unidade de produção camponesa estava baseada no núcleo de trabalho familiar e no balanço trabalho-consumo. Dessa forma, Chayanov contesta as análises da produção familiar baseadas nas categorias de lucro e salário, típicas das relações capitalistas.

De acordo com Chayanov, cada família camponesa possui uma dinâmica demográfica própria, constituída pelo número de trabalhadores e consumidores de acordo com suas respectivas idades. Dinâmica a partir da qual se estabelecia a variação no volume do trabalho e consumo necessários para a reprodução familiar. Dizendo de outra maneira, a produção camponesa varia de acordo com a quantidade de membros consumidores de uma unidade familiar, ou seja, os camponeses buscam sempre ajustar o valor-trabalho ao tamanho de sua família, às necessidades de sua base material.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, *o produto de seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Assim, ele discorda do que havia colocado Lênin sobre a desintegração do campesinato. Para Chayanov, o que existia na verdade era uma estratégia peculiar à própria organização entendida como um modo de produção diferente, que não está baseado nos pressupostos de acumulação do capitalismo. É exatamente essa peculiaridade da produção camponesa que permite a sua sobrevivência e reprodução. Os preços de seus produtos não são estabelecidos a partir de um levantamento de custos, de acordo com a lógica do lucro. O campesinato lida com o preço estabelecido pelo mercado e a partir desse preço define a quantidade a ser produzida, levando em consideração o balanço entre trabalho e consumo, deduzidos os preços do dispêndio material necessário à produção. Desse modo, é através da venda dos produtos que o sobretrabalho da unidade de produção camponesa é apropriado pelo capital.

As obras de Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov são basilares para a tese da reprodução camponesa no capitalismo. Embora partindo de premissas diferentes, esses autores deram as bases para o entendimento do que chamamos de face externa (exploração capitalista de formas de fazer não-capitalistas) e face interna (resistência e recriação) do processo de reprodução camponesa.

Erick Wolf (1970), através da sua análise antropológica, reforça essas conclusões de Chayanov. Em sua análise, ele acrescenta outras variáveis ao balanço trabalho-consumo, incorporando considerações a respeito dos fundos de cerimoniais e dos fundos de manutenção.

Os fundos cerimoniais se constituem na despesa em relação aos aspectos da vida cultural na qual os camponeses estão inseridos. Com uma vida cultural cada vez mais interligada às necessidades da acumulação do sistema capitalista, os fundos cerimoniais também se configuram em um passivo crescente para o campesinato que está, sobremaneira, inserido nessa relação.

A esta altura, é importante recordar que os esforços na vida de um camponês não são regulados exclusivamente por exigências relacionadas ao seu modo de vida. O campesinato sempre existe dentro de um sistema maior. Em consequência, a quantidade de esforço que deverá ser despendido para sustentar os seus meios de produção ou para cobrir as suas despesas cerimoniais estará condicionada à maneira pela qual o trabalho na sociedade a que o camponês pertence, bem como as regras que orientam a divisão do trabalho. (WOLF, 1970, p. 22).

Wolf nesse aspecto vai além de Chayanov. Uma sociedade cujo modo de produção é capitalista provoca prejuízos significativos à estrutura camponesa que terá que se readaptar à questão do poder aquisitivo para conseguir resistir. Ou seja, a quantidade de trabalho despendido dentro da unidade familiar também será mediada pelas transformações culturais da sociedade capitalista. Quanto mais caro é viver nessa sociedade, maior a necessidade de trabalho despendido.

Outro fator é que como os equipamentos de manutenção são gerados no setor capitalista, os camponeses estão sujeitos a um controle de preços mediados pelo sistema dominante, fazendo com que a sua aquisição pela economia camponesa requeira uma quantidade crescente de produto excedente. Desse modo, a comercialização de insumos, ao controlar a precificação dos produtos se constitui como mais um mecanismo de extração do sobretrabalho camponês representado pelo fundo de manutenção, o que torna o campesinato um grupo consumidor importante no capitalismo.

[...] Mas onde as redes de trocas são mais abrangentes e obedecem a pressões que não levam em consideração o poder aquisitivo da população local, um cultivador terá que aumentar de muito a sua produção para obter a quantia necessária para a manutenção. Sob tais condições, uma porção considerável do fundo de manutenção do camponês poderá torna-se o “fundo de lucro” de outrem. (WOLF, 1970, p. 23).

Para Wolf, os excedentes da produção camponesa também são utilizados para o fundo de manutenção que é mediado pela sociedade à qual o camponês pertence. A geração desses excedentes exerce também influência sobre a unidade camponesa.

Outro autor que se debruçou sobre a questão do desaparecimento ou não do campesinato é Teodor Shanin. Ao analisar o aumento do número de estabelecimentos camponeses no Brasil e no México, o autor sublinha a não dissolução do campesinato e a sua integração à economia capitalista como uma forma complementar, uma espécie de acumulação primitiva contínua, integrante do sistema. Na verdade, uma reserva territorial. Para Shanin:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores

assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento”. (SHANIN, 2005, p. 8).

Theodor Shanin traz uma contribuição importante ao debate ao mostrar que a permanência dos camponeses está condicionada ainda a uma espécie de reserva explorada pelo capitalismo a qualquer tempo, já que oferece ao mesmo mão-de-obra e alimentação. Além de uma natural sujeição às atividades marginais do capitalismo, o que oxigena o sistema sempre que preciso.

O debate instigado por esses autores clássicos também esteve presente na pauta dos intelectuais brasileiros. Já na década de 1950, acirraram-se os debates sobre a questão agrária por causa das mudanças estruturais que aconteceram no campo com o processo de modernização da agricultura. Entre os autores brasileiros, podem ser identificadas duas correntes que se dedicam ao estudo da questão do campesinato: uma que aponta para o seu desaparecimento em virtude do avanço do capitalismo na agricultura brasileira, e outra que reconhece a possibilidade de reprodução do campesinato, pois entende o desenvolvimento capitalista no Brasil como desigual e contraditório.

1.3 A reprodução camponesa na literatura sobre a questão agrária no Brasil

O campesinato e sua reprodução, na literatura sobre a questão agrária no Brasil, também foram intensamente debatidos sob os enfoques marxistas, que forneceram subsídios para a discussão sobre a reprodução ou o desaparecimento do campesinato como classe social. É evidente que é preciso considerar as particularidades da evolução da organização do espaço agrário brasileiro e dos avanços tecnológicos sobre a forma de produzir camponesa.

É importante não deixarmos de considerar a forte ação do capitalismo sobre a organização do modo de fazer camponês e os processos de expropriação que se intensificaram

no Brasil após os anos de 1950, período que marcou a aceleração da entrega do território brasileiro às premissas basilares do sistema de acumulação do capital, provocando, inclusive, a intensa modificação da paisagem.

Considera-se que o campesinato resistiu e se readaptou ao esquema de exploração exercido pelo modo de produção capitalista no decorrer da história do Brasil, mesmo integrando-se ao sistema. Desse modo, observa-se que o campesinato disputa e disputou forças dentro do território nacional, mesmo sendo explorado pelas forças burguesas, inclusive subsidiando-as contraditoriamente.

Quando se analisa a literatura sobre a questão agrária no Brasil, é importante ressaltar a posição do livro *Quatro Séculos de Latifúndio* (1968), escrito em 1963 por Alberto Passos Guimarães. O autor considera claramente que o Brasil era uma formação social híbrida que guardou traços do modo de produção feudal, não acompanhando assim a metrópole que já sinalizava uma organização econômica segundo o modo de produção mercantil. Aqui é fundamental destacar que a ideia de desaparecimento do campesinato está muito vinculada à progressão histórica dos modos de produção, tal qual fora traçada por Marx, feudalismo – capitalismo – socialismo.

Outro autor importante a ser destacado é Caio Prado Júnior. Este se diferenciava de Guimarães por defender que a economia brasileira desde o início da colonização foi organizada como uma economia capitalista. Essa tese foi claramente defendida no livro *A Questão Agrária*. Implicitamente, as elaborações desse autor deixam transparecer que com a industrialização do campo, o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. Ele discorda de que haveria restos feudais na economia brasileira, mas assinala que havia, sim, restos escravistas. O autor defende a tese de que na economia colonial já haviam relações assalariadas, sendo o preço do escravo e as despesas com sua manutenção um valor capitalizado de seus salários. O que denota que Prado Jr. tinha uma visão ortodoxa do processo histórico como sucessão progressiva dos modos de produção, assim como pensava Guimarães, visão que não concebia a coexistência de formas de produção⁶⁴.

Com o Golpe Militar de 1964 são feitas uma série de rupturas na discussão sobre o campesinato brasileiro. A chamada necessidade de democratização do acesso à terra como pré-condição para o desenvolvimento brasileiro foi descartada. O governo militar assegurou o

⁶⁴ Essa visão de Caio Prado, foi contestada por Jacob Gorender (2011), quando defendeu a existência de um modo de produção escravista colonial. Em *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro* (2013), Jacob Gorender sugere que no caso brasileiro houve outro tipo de modo de produção, único em suas características adaptados à realidade da colônia. No caso, o Modo de Produção Escravista Colonial.

processo de modernização da agricultura brasileira, sem efetivar a reforma agrária⁶⁵. De acordo com Correia:

Nas décadas seguintes, com o modelo político e econômico implantado pelo regime militar e o desenvolvimento do capitalismo no campo pautado na modernização da agricultura, a questão agrária brasileira ganha novos contornos. É neste contexto que se inserem as contribuições de José Graziano da Silva sobre o campesinato vinculado às transformações capitalistas. Ele corrobora, como será visto a seguir, com a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no campo culmina com o desaparecimento do campesinato, no entanto, faz ressalvas ao caso brasileiro, uma vez que, para ele, no Brasil, a insuficiência do desenvolvimento do capitalismo na agricultura não foi suficiente para expropriar completamente os camponeses de seus meios de produção. (CORREIA, 2011, p. 86).

José Graziano da Silva⁶⁶, em seu livro *A Modernização Dolorosa* (1982), destaca o papel do avanço da mecanização no campo brasileiro e suas repercussões quanto à utilização da força de trabalho. Influenciado pelas ideias leninistas, no caso específico dessa obra, destaca o processo de assalariamento que ocorria na agropecuária brasileira, sem considerar que o capitalismo necessita explorar outros modos de produção para a sua sobrevivência. Dessa forma, também corrobora a tese do desaparecimento da forma de fazer camponesa em virtude do avanço das relações capitalista no campo. Assim, as formas de trabalho campestre desapareceriam, pois seriam dominadas pelo assalariamento progressivo e pela monetarização das relações de trabalho.

A partir da década de 1980, com o avanço considerável da modernização no campo brasileiro, a permanência teimosa de pequenos camponeses contradizia os estudos dominantes até então. Desta forma, os debates foram mudando de rumo, fazendo emergir uma nova nomenclatura que, paulatinamente, se popularizava: a de agricultor familiar. O conceito representava uma espécie de evolução capitalista dessa classe social. Essa categoria, na verdade, está bem vinculada às ideias de José Eli da Veiga e de Ricardo Abramovay.

Tais reformulações conceituais se atrelaram à popularização do termo agricultura familiar, que tanto influenciou a aplicação das políticas públicas vigentes desde a década de

⁶⁵ Esta postura do governo militar não impediu que fosse promulgado o Estatuto da Terra (Lei 4504/1964), que em princípio regulava a realização da reforma agrária no Brasil. Tanto é, que o Capítulo I que trata da reforma agrária, foi o menos utilizado pelos militares. Toda ênfase foi dada ao Capítulo III, referente ao desenvolvimento rural e menos enfaticamente ao capítulo sobre colonização.

⁶⁶ José Graziano foi um autor importante na formulação e implementação do Programa Fome Zero, e consequentemente, na construção da área de políticas públicas para o campo do governo Lula. Ocupando o cargo de Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e posteriormente Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1990 no país e, conseqüentemente, as ações do governo federal através do Pronaf, que dominou a agenda de políticas públicas para o setor.

Para José Eli da Veiga, no artigo *Fundamentos do Agorreformismo* (2013), a agricultura familiar precisa racionalizar sua forma de produção de modo a adequá-la à maneira empresarial ou até industrial do fazer. Por extensão, as pequenas propriedades agrícolas devem buscar o aumento da produtividade, uma melhor adequação às exigências de mercado para que ocorra a sua integração progressiva. Nesse contexto, seria responsabilidade do Estado fomentar as políticas públicas capazes de dar condição à agricultura familiar de alavancar esse processo de transição. Dessa forma, ele imagina uma competição entre os pequenos produtores que inviabilizaria aqueles que permanecessem com certo grau de atraso. Para ele há a adaptação do camponês à parábola do Treadmill⁶⁷, criada no final dos anos 1950 por Willard W. Cochrane.

Os posicionamentos de José Eli da Veiga estiveram totalmente voltados para o aumento da tecnologia na produção familiar para integrar-se positivamente ao mercado. Entretanto, Veiga sugere a participação do setor estatal para a mediação do comércio. De nossa perspectiva, a participação do setor estatal na regulação do mercado para esta modalidade, bem como com o fomento de políticas públicas se mostram relevantes para fortalecer as estratégia de resistência camponesa, e não correspondem necessariamente a um processo destruidor de um modo de vida e de uma forma de produção para atender a demandas de aumento de produtividade.

Pode-se entender que em consonância com esses pontos de vista estão os trabalhos de Ricardo Abramovay, um dos expoentes na discussão das políticas públicas e na disseminação do termo “agricultura familiar”. Para ele, é preciso que haja uma superação do agricultor camponês do passado. Ele interpreta a agricultura familiar como uma nova categoria social. Na sua tese de doutorado, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1990), o autor afirma, de certa forma, o não desaparecimento da pequena agricultura, mas uma superação de antigas formas, dando ao agricultor a posse de um novo formato de agricultura pautado no progresso técnico de suas atividades. Considera que o Estado deve intervir de forma a dar condições de

⁶⁷ “Trata-se de um aparelho, muito usado até o século XVIII, para transformar o andar humano em força motriz. Os infelizes, em geral prisioneiros, subiam em pedais fixados em torno de um cilindro, fazendo girar seu eixo, sem que, no entanto, saíssem do lugar. A parábola de Cochrane é, resumidamente, a seguinte: o agricultor que adota a última palavra em tecnologia (The early-bird farmer) constata que seus custos de produção unitários foram, de fato, reduzidos. Como resultado dessa adoção, Mr. Early-Bird aumenta o output de sua firma e obtém lucro. Ele continuará a obter esse lucro enquanto o preço se mantiver no nível inicial. O preço pode ficar nesse nível devido a situação automatizada do setor. O aumento do output realizado no estabelecimento do senhor Early-Bird terá influência infinitesimal na oferta setorial. Assim, a mesma possibilidade de lucro estará aberta aos outros inovadores que logo passarão a imitá-lo. Então, a produção aumentará consideravelmente e – Numa situação de livre mercado – este aumento causará a queda do preço.” (VEIGA, 2013, p.93).

transformação principalmente através do crédito. Afirma também que o modo camponês é bastante atrasado e necessita de integração ao mercado:

O próprio caráter comunitário da vida camponesa, além da existência de natureza extra-econômica regendo o uso dos recursos materiais de produção e consumo, bloqueiam a livre entrada e saída dos produtores e não elevam a eficiência do critério importante de sobrevivência econômica. Aqui, muito mais importante que a capacidade competitiva típica em uma estrutura comercial de mercado, é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência que a reprodução camponesa se apoia. (ABRAMOWAY, 1990, p. 126)

Para Abramovay, a agricultura camponesa está baseada no que ele chama de mercado incompleto e a superação deve vir a partir de uma conversão dos camponeses em agricultores, sugerindo superações numa ótica produtivista, como se o agricultor se “metamorfoseasse” em um novo sujeito social, dando-lhe mais visibilidade perante os órgãos de governo. Esse novo olhar sobre a agricultura camponesa influenciou a propagação do termo “agricultura familiar” como uma nova categoria que se basearia em melhor acesso ao crédito e no aumento da produtividade da terra, que tornariam a economia mais dinâmica.

Entretanto, “admitir a metamorfose do camponês em agricultor familiar é subavaliar a diversidade de formas possíveis de serem assumidas pelo campesinato e as estratégias por ele desenvolvidas na interação com o modo de produção capitalista”. (GIRARDI, 2008, p. 104). Para o capitalismo, sem dúvida, é interessante transformar uma classe social antagônica politicamente e historicamente resistente aos seus processos em uma massa homogeneizada, uma nova categoria que se integra ao movimento do capital de forma livre e processual sendo, portanto, uma nova categoria consumista. Visualizar a homogeneização da agricultura camponesa brasileira via lógica produtivista é primeiramente ignorar as diversas formas de produção espalhadas em todo o país e contribuir para que, por exemplo, as práticas de resistência, como as agroecológicas, referidas aqui como um modo de vida, ou desapareçam ou estejam totalmente subordinadas ao grande capital, fato que não se configura até então.

Essas posições influenciaram de forma importante a ideia de produtividade e homogeneização para a nova categoria, algo que não se manifesta necessariamente na região Nordeste, nem na Paraíba, onde a heterogeneidade de formas assumidas pelo campesinato é extremamente dinâmica e multiforme.

Essas ideias sobre a pequena produção familiar e as críticas à agricultura camponesa podem ser observadas também no livro *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI* (GUANZIROLI et al., 2001).

A viabilidade de a agricultura familiar absorver progresso tecnológico tem origem nas especificidades naturais do setor agrícola, as quais condicionaram sua evolução tecnológica. O camponês viu seus instrumentos de trabalho se aperfeiçoarem enormemente, sem que o processo de trabalho tivesse sofrido mudanças da mesma ordem daquelas observadas no processo de trabalho do artesão, que foi deslocado pela manufatura e, depois, pela grande indústria. O trator substituiu o cavalo, os fertilizantes químicos a matéria orgânica; as ferramentas e equipamentos se sofisticaram e diversificaram, mas continuam a ser instrumentos cuja boa utilização depende da arte e habilidade do agricultor e que, portanto, dificultam um trabalho de supervisão capitalista caso o agricultor seja um trabalhador assalariado. (GUANZIROLI et al., 2001, p. 20-21).

De acordo com essas posições, a agricultura familiar seria um meio de o agricultor superar as barreiras do “atraso” e ter condições, a partir do progresso técnico, de competir com as grandes empresas capitalistas, dando ênfase às características que são peculiares à grande produção. É nesse contexto que nascem as principais políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura familiar dos anos 1990, como o Pronaf.

Para esses autores, a superação dessas “antigas formas” só seria possível através da aquisição do crédito junto ao Estado, o que alavancaria o nível de produtividade da terra através da compra de insumos, notadamente, advindos das grandes transnacionais. Modelo que fortalece a transferência de recursos do Estado para empresas, sobretudo, grandes corporações internacionais.

Infelizmente, o atendimento da pauta de participação do Estado na reprodução camponesa aparece tardiamente, apenas nos anos 1990 e de forma equivocada, já que apenas o acesso ao crédito não foi suficiente para a transformação sugerida pelos autores.

Outros autores importantes deram continuidade à discussão sobre o destino da agricultura camponesa no Brasil sobre um contorno diferente. Dentre eles se destacam: José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Eliane Tomiasi Paulino e Rosimeire de Almeida, que dão contribuições diferentes e instigantes ao debate.

José de Souza Martins (1995) entende que, com o campesinato, o capitalismo tem se comportado de forma diferente das relações de trabalho tipicamente urbanas, uma vez que o camponês não experimenta, no geral, a experiência do assalariamento assim como teria acontecido com os artesãos. No caso específico do campesinato, ele experimentaria a sujeição da renda da terra ao capital. Ou seja, uma totalidade da renda presente na comercialização da produção, sem interferir necessariamente na forma do trabalho, o que preservaria os seus traços característicos.

Em outras palavras, embora para o capital seja necessária a subordinação, esse escolhe a forma mais lucrativa. Na maioria das vezes subordinar a renda da terra pelo capital mercantil ou industrial na forma de atravessadores é mais fácil e lucrativo do que subordinar diretamente o processo de produção e de trabalho das unidades camponesas. Essa relação preserva uma especificidade do campesinato que é a sua autonomia relativa perante a terra. Os camponeses produzem uma totalidade do trabalho familiar que se traduz no produto, ali está uma síntese do trabalho coletivo da família que vai para o mercado. Desse modo, o mercado submete os camponeses pelo preço pago por sua produção, que serve, por sua vez, unicamente para a geração de lucro.

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos que tais produtos se constituem de matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido. (PAULINO, 2006, p.110)

No geral, se fosse decomposto o valor da renda da terra, a partir da totalidade da produção em salários para os membros da família presentes no trabalho camponês, o valor seria extremamente baixo e incompatível com os preços praticados com o assalariamento nos setores urbanos, o que torna mais lucrativo para o atravessador comprar o todo, como uma espécie de “combo”. Realidade que ainda pode ser aferida no interior do Nordeste, como se discutirá mais adiante.

O fato dos capitalistas perseguirem a renda da terra desloca o foco dos conflitos para a produção camponesa, que é portadora da renda. Em situações de extrema voracidade dos capitalistas, respondem com o abandono das respectivas culturas, buscando outras que lhes permitam auferir uma margem maior de renda. Aliás, esse é o sentido da diversificação dos cultivos e de sua incessante alternância (PAULINO, 2003, p. 13)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira também sustenta a tese da reprodução camponesa no capitalismo e destaca o papel essencial da produção camponesa para o lucro capitalista, bastante influenciado pelas ideias de Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins. Para esse autor, o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e, em seguida, subjuga o trabalho nela praticado. Na visão de Oliveira (2013) o capital monopoliza o território sem, no entanto, territorializar-se.

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aspectos aparentemente contraditórios. É por isso que vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado – os boias-frias, por exemplo –, a presença das relações de trabalho não capitalistas, como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 56).

Concordamos com o autor que o capital não necessariamente precisa territorializar-se, para monopolizar o território. Dessa forma, o capital comercial nas suas diferentes manifestações (insumos, atravessadores, redes de supermercado e etc.) se apropriam a um preço cada vez mais baixo da renda da terra, que nessa medida contribui para o processo de acumulação do capital. Em outras palavras há progressiva subordinação dos produtores camponeses ao capital. No entanto, ficam resguardados traços próprios do campesinato, o que permite a reprodução camponesa atrelada ao funcionamento do capitalismo, como já afirmava Rosa Luxemburgo.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no livro “Agricultura Camponesa no Brasil” (1996), afirma que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se faz de forma desigual e contraditória. Para esse autor a reprodução camponesa também serve contraditoriamente à acumulação do capital, já que para completar a sua reprodução ampliada ele precisa explorar formas não-capitalistas de produção. Nas palavras do autor:

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, P. 11).

O desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista pressupõe, para o autor, que o capital na verdade necessita das relações de produção não-capitalistas para ampliar as tipicamente capitalistas. Nesse caso, o campesinato é útil à reprodução capitalista na maneira em que faz tarefas mais vantajosas de exploração para o capitalismo. Dessa forma o capitalismo não precisa se territorializar de todas as formas, basta apenas que ele controle alguma.

(...) o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 20)

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas. (OLIVEIRA, 2002, p. 80)

Para entender o modo como o autor trata a permanência do campesinato no capitalismo, no campo brasileiro, é preciso integrar dois conceitos importantes que se alimentam mutuamente: o primeiro é o de monopolização do território pelo capital, no qual o capitalismo não precisa se territorializar, basta que ele controle outra etapa do processo, como a circulação por exemplo; e o segundo é o de renda da terra, que considera que o processo de geração de mais valia no caso dos camponeses se decompõe de modo diferente da produção capitalista, já que na exploração dos camponeses o que gera a mais valia não é o trabalho, mas sim a produção como um todo.

Já Bernardo Mançano Fernandes constrói sua tese sobre a reprodução do campesinato no Brasil a partir da recomposição histórica do campesinato enquanto classe social, nos diferentes modos de produção, mostrando como o camponês é um ser que se adapta e readapta, e se permite resistir na luta pela terra. Desse modo, a sobrevivência do campesinato estaria ligada à proposição e atuação política pela reforma agrária.

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-280).

Para o autor, não existirá destruição da forma de fazer camponesa, mas uma recriação do campesinato. Com efeito, se esse grupo não desapareceu nos modos de produção anteriores não desapareceria no capitalismo, porque suas características intrínsecas permitem ao mesmo tempo sua resistência. Por outro lado, essa recriação do campesinato também se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária, à medida que multiplica a pequena propriedade de base camponesa.

Eliane Tomiasi Paulino e Rosimeire Aparecida Almeida (2010) afirmam que o modelo de produção camponesa está em discrepância com o modelo agrícola dominante, o que pode ser um ponto importante para a disputa territorial que se dá entre o campesinato e o agronegócio. As autoras têm criticado intensamente o modelo do agronegócio, que é hegemônico no campo brasileiro, o caráter exportador e a incorporação tecnológica de insumos externos como: máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, transgênicos. Todos esses processos levam a uma intensa subordinação ao mercado mundial e às empresas transnacionais.

Além disso, essas autoras observam que a autonomia relativa com relação à forma de produzir e a capacidade do campesinato de se articular enquanto classe é extremamente importante para conseguir se impor diante dos interesses dominantes do agronegócio. São na verdade trunfos estratégicos na luta contra o capital pela sobrevivência. Basicamente, a possibilidade de buscar diante do Estado as políticas públicas que possam lhes favorecer em destino a reprodução. Em outras palavras, as pressões políticas dos movimentos camponeses sobre o Estado, nos dias atuais, passaram a ser elementos importantíssimos para a efetivação da reprodução camponesa.

No entanto, para Fernandes “somente no final da última década do século XX e na primeira década deste século os movimentos camponeses conseguiram influenciar os governos para a criação de planos e políticas públicas” (2015, p. 21-22). Tal proposição contribui para destacar a força dos movimentos camponeses na formulação de políticas públicas, especialmente, nos governos petistas. Para esse autor, é nesse momento que vários documentos foram criados a partir da ideia de programa, para defender a criação de políticas como o Programa Agrário do MST de 2013 e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) da Via Campesina que chegou a formular uma proposta de Plano Camponês, no qual vários pontos interessantes à causa foram elencados.

Estes documentos são alguns dos registros das principais linhas organizadas por movimentos camponeses da Via Campesina. São a expressão da luta camponesa, que tem influenciado políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), os cursos de Licenciatura em Pedagogia da Terra, implantados em várias universidades federais, o mestrado acadêmico em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Criado na Unesp), o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* e o *Programa Nacional da Alimentação Escolar*. Estas experiências são sementes de um modelo de desenvolvimento que está sendo concebido pela práxis, teoria e militância dos movimentos camponeses e das instituições que os apoiam. (FERNANDES, 2015, p. 23, grifos nossos).

Considerando esse contexto é possível afirmar que a Política de Aquisição de Alimentos não seria, pois, uma concessão do Estado, mas fruto de uma árdua luta camponesa para

participar e influenciar a formulação de políticas públicas, que encontrou nos governos petistas uma maior⁶⁸ possibilidade de abertura. Entretanto, como se observou, essa abertura só se objetivou porque esses movimentos sociais organizados e a participação popular foram essenciais para a eleição, construção e manutenção dos governos petistas, apesar desses governos se adequarem a essa realidade de forma contraditória como já tratamos.

A proposição de políticas de desenvolvimento também é competência da sociedade organizada, de onde deveria nascer a maior parte das políticas públicas. Esta é uma ação importante na disputa do Estado e do governo, na construção de alternativas. Ganhar as eleições não é suficiente, é essencial ter uma postura propositiva para romper com a hegemonia do sistema capitalista. (FERNANDES, 2015, p. 33)

Estas políticas são referências para explicitar a correlação de forças pela disputa do governo e do Estado. Políticas de distribuição de renda como o Bolsa Família não são uma concessão do sistema capitalista, mas, sim, uma ação resultante das lutas populares que pressionam o Estado para minimizar as desigualdades geradas pelas relações capitalistas. (FERNANDES, 2015, p. 33-34)

Apesar de não concordarmos com o termo “governos pós neoliberais”, já que acreditamos que os governos petistas não quebraram com esse modelo econômico, um dos fatos que ficaram claros durante os governos petistas no Brasil é que o campesinato brasileiro pouco conhecia o seu potencial propositivo no campo das políticas públicas. E como esta ação é uma execução da construção do seu poder político, a sua participação deveria ser sempre condição obrigatória, já que são o público alvo da maioria delas, o que, manifestadamente, não se verifica já que o Estado brasileiro tende a conformar interesses.

Fernandes (2015) se entusiasma com a importância e o sucesso dessas políticas públicas, especialmente no Nordeste. Entretanto, como deixamos claro na introdução, sem um movimento de Reforma Agrária, a Política de Aquisição de Alimentos se constrói apenas como um paliativo que traz inúmeros avanços para a discussão, mas não transpõe a fronteira do *status quo*.

As experiências recentes de construção de políticas públicas têm demonstrado que a participação popular é fundamental para o sucesso dessas políticas. O Nordeste é um exemplo de que a questão agrária pode ser minimizada e transformada em política de desenvolvimento, desde que os movimentos camponeses mantenham-se protagonistas de políticas que defendam as relações sociais, familiares e comunitárias e seus territórios. Essa

⁶⁸ Maior possibilidade de abertura no sentido de encontrar espaços que nos governos anteriores eram negados. Embora, precisamos dizer, que a participação no que diz respeito aos investimentos para a agropecuária foi exageradamente maior para o agronegócio.

compreensão é fundamental para mudar o rumo do desenvolvimento desigual. (FERNANDES, 2015, p 35)

Embora todos esses avanços possam regredir nos próximos anos, em virtude da destruição de várias possibilidades, foi experimentado de forma parcelar um momento mais democrático na construção de políticas públicas. As sementes que ficaram desse ambiente podem alimentar a esperança de retomada da ação política. Decerto, do mesmo modo que caminhos podem ser desfeitos, o entendimento sobre essa participação no Estado também foi reformulado, de modo que as resistências continuarão, também reformuladas.

1.4 O conceito de campesinato e sua importância política

Como já tratamos anteriormente, é o fenômeno da reprodução camponesa no capitalismo que dá vida teórico-prática ao conceito de campesinato, já que esse contingente é dotado nesse sistema da capacidade de se agrupar e se cooperar na luta pela permanência no campo através da atividade produtiva e política. Então, para os autores que negam essa possibilidade, é preciso negar também a existência desse grupo social.

Quanto a esse conceito, é necessário pensá-lo para além de um modo de vida ou de um setor da economia, como muitos autores classificam-no. Na verdade, é preciso enxergá-lo como uma classe social do capitalismo, assim como preconiza Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Nesse sentido, o campesinato é referido aqui para definir os camponeses enquanto classe social que tem peso político e é capaz de exercê-lo diante do Estado.

Com efeito, a pesquisa aborda a reprodução do campesinato dentro do sistema capitalista e das relações de poder com as classes dominantes, ou seja, as territorialidades construídas nas formas de resistência e luta que permitem essa reprodução. Dizendo de outra maneira, só existem políticas públicas para esse setor no Brasil porque existe nesse grupo: poder político, peso histórico, ideologia e capacidade de luta, características que categorias como a de agricultura familiar não consegue abarcar satisfatoriamente.

A tentativa de desvirtuar/desconsiderar o conceito de campesinato e o seu poder de articulação coletiva frente ao sistema capitalista foi debatida por diversos estudiosos que defendem diferentes posições quanto ao assunto.

Ressalta-se que o conceito de campesinato não é atemporal, nem estático, e está em permanente evolução, conseguindo dialogar com o tempo presente. Diante das condições impostas pelo capital, a agricultura camponesa tem sofrido fortes interferências em sua dinâmica interna resultantes de sua articulação com o mercado, que conduz à expropriação e,

em certas circunstâncias, à completa desintegração. A ação do Estado diante da exploração posta aos camponeses urge, se tornando elemento indispensável à sua reprodução.

A questão central que tem sido colocada pelos estudiosos é como essa articulação com o Estado e com o mercado afeta a produção camponesa, no sentido subordiná-la ao capital e transformá-la em outro tipo de agricultura, de tal forma que deteriore a sua relativa autonomia e submeta a sua organização produtiva aos interesses hegemônicos da acumulação capitalista.

Nesse contexto, a Política de Aquisição de Alimentos, pela sua centralidade no governo petista e seu peso diante da lógica camponesa, constitui uma base importante para a articulação do campesinato, já que, indubitavelmente, interfere não somente em escala local.

Para Girardi (2008), a diferenciação espacial que toma conta do campesinato não é fruto de uma diferença na forma de organização familiar e sim de uma intensa adaptação dos camponeses ao espaço geográfico e à maneira como eles são tratados pelo Estado.

A diferenciação espacial do campesinato permite diferentes formas e graus de integração ao mercado, de produção e de qualidade de vida, pois os diferentes espaços em que o campesinato está inserido irão lhe propiciar diferentes oportunidades: protegendo, tal como nos países desenvolvidos, com políticas protecionistas para a agricultura camponesa, ou então o deixando à deriva no ambiente totalmente hostil do mercado e do capital. Não se trata de um determinismo espacial como alguns podem pensar, mas sim admitir a importância do espaço na produção e reprodução espacial do campesinato. Ao mesmo tempo em que o camponês está compreendido no espaço ele também contribui para a sua construção através da sua luta para produzir e reproduzir. Desta forma, em escala mundial e até mesmo regional, podemos verificar uma diferenciação espacial do campesinato. Logicamente que a diferenciação espacial também é social, contudo, o espaço desempenha papel importante para este processo. Toda diferenciação espacial também é social, mas nem toda diferenciação social é necessariamente espacial, já que em um mesmo espaço ocorre a diferenciação social. (GIRARDI, 2008, p.103).

Nesse sentido, embora o campo brasileiro apresente tal diversidade, a maior parte dos estudos sobre políticas públicas para agricultura camponesa no contexto da literatura sobre a questão agrária no Brasil se reproduzem o ideário do marxismo ortodoxo, que pressupõe a progressão dos modos de produção, visão que tenta uniformizar os camponeses em uma nova categoria social. Essa visão vem pela ótica do desenvolvimentismo, presente na sociologia e no campo do desenvolvimento rural. São representantes dessa corrente José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, que foram fundamentais para a construção da nova categoria “agricultura familiar” em detrimento do conceito de “campesinato”.

O peso da popularização do termo agricultura familiar é fortíssimo, e foi convenientemente adotado pelo Estado, estando presente nas leis, nos documentos oficiais e nas políticas públicas. No Brasil, entre os próprios camponeses, o termo agricultor familiar foi

disseminado de tal forma, que, na maioria dos casos, se entendem como tal. Excetuando-se os agricultores mais politizados, que conhecem o peso histórico da categoria campesina.

Lamarche (1993, 1998) propõe uma diferenciação entre agricultor camponês e agricultor familiar. Na verdade, ele identifica quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção a partir de uma interação entre laços familiares e graus de dependência em relação ao exterior: a) empresa; b) empresa familiar; c) agricultura familiar moderna e d) agricultura camponesa ou de subsistência. Nesse sentido, ele confirmaria Kautsky e Lênin no tocante à desintegração do camponês.

Hespanhol (2000) concorda com Abramoway e José Eli da Veiga, sobre essa posição, ao afirmar que a categoria campesinato e conceitos similares perderam o seu poder explicativo:

[...]a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

O modo de tratar o conceito de “agricultura familiar” como um progresso ou uma superação das formas camponesas é contrastante com a luta do camponês para se reproduzir, buscando para isto diversas formas, inclusive a integração com o mercado. Afirmer a categoria de agricultura familiar é identificar o camponês ao arcaísmo, como querem os capitalistas. Essa forma de pensar nos parece equivocada por subestimar o próprio espaço e fazer da articulação com o mercado, sinônimo de avanços para uns e de atraso para outros. Trata-se de um julgamento arbitrário que considera o espaço como se ele fosse homogêneo, e como se apenas as políticas públicas de modernização e integração ao mercado bastassem para resolver os problemas dos camponeses.

José de Souza Martins (1981), no livro “*Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*”, mostra a participação política do camponês nos mais diferentes fatos sociais ocorridos na história brasileira, bem como o seu caráter de oposição à ordem hegemônica. Martins (1981) destaca também o escamoteamento e a exclusão dos camponeses por parte da história oficial, inclusive pela falta da adoção de um conceito uno, tendo em vista que, no Brasil, diferentemente da América latina, os camponeses têm sido nomeados de diversas maneiras.

Presentes e decisivos em diversas revoluções que mudaram a história, a exemplo da Revolução Francesa e da Revolução Zapatista no México, os camponeses são, muitas vezes, escamoteados da história oficial (WOLF, 1984). Por isso, é preciso entender o campesinato atualmente como uma força política capaz de se organizar e que possui papel importante dentro das relações de poder entre as classes sociais no Brasil, sendo, inclusive, capaz de interferir na construção de políticas públicas favoráveis à sua reprodução. Por isso, enfatiza-se aqui, a discordância em relação à forma de pensar de Ricardo Abamoway e José Eli da Veiga, bem como as ideias colocadas por Lamarche e Hespanhol, que apresentam o debate como se o camponês tivesse deixado de existir, uma vez que partem das noções de desenvolvimento e superação de antigas formas de trabalho associadas ao campesinato, para afirmar a necessidade de transformação.

O pensamento que separa o campesinato da agricultura familiar ignora as lutas camponesas de resistência ao capital e defendem a “integração” da agricultura familiar ao agronegócio. Não se encontra nos textos da tendência da agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário nenhum estudo sobre a resistência camponesa, nem mesmo quando este se refere ao campesinato, pois a destruição do campesinato ou sua metamorfose em agricultor familiar é compreendida como única possibilidade. (FERNANDES, 2016, p. 323)

Nesse sentido, não é a integração com o mercado que dará ao camponês o status de nova classe social como já debatemos anteriormente. É preciso considerar o espaço à luz de sua história e das condições para que determinados processos se desenvolvam. Consideramos que a forma de pensar esta relação como “nova” escamoteia aspectos importantes das lutas travadas pelos camponeses ao longo da história. Preferimos considerar a ideia de Bernardo Mançano Fernandes de que o campesinato se redefine em todos os modos de produção. Entretanto, é importante enfatizar que a resistência camponesa não se realiza apenas na luta pela terra, mas em todas as formas de luta, como a prática da agroecologia, a disputa das políticas públicas e, por que não dizer, a luta pela sobrevivência. Ressalta-se que aqui, mais uma vez, o território é entendido como uma grande arena, em que as classes sociais estão em permanente conflito.

Em boa parte dos estudos que pressupõem o desaparecimento do campesinato o argumento principal é a integração ao mercado. Para Vergés (2011) todo produto que é lançado no mercado assume a forma de mercadoria, independente do processo de produção que lhe deu origem. É preciso não perder de vista, entretanto, que a exploração do camponês se realiza de forma diferente da exploração do trabalho assalariado, cuja força de trabalho se insere na esfera da produção. A extração do sobretrabalho do camponês se dá na esfera da circulação, onde os

preços pagos pelo mercado não repõem as suas próprias condições, e, desse modo, tal exploração não interfere necessariamente na forma de produzir.

Klaas Woortmann (2018), no texto “*Com parente não se neguceia*”, tenta explicar que a integração no mercado “não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade” (2018, p. 15). O campesinato está subjetivado em um conjunto de componentes morais e sociais, por isso ele propõe o uso do conceito de campesinidade:

Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. (WOORTMAAN, 2018, p. 13)

Para Marques (2016), o campesinato permanece como um conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos, já que figura como contraponto essencial ao latifúndio e suas características. Por isso ele aparece com densidade histórica e possibilidade de futuro.

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou como um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2016, p. 37)

Para Costa e Carvalho (2016), o campesinato é sempre uma classe social em construção política. E esta possibilidade de atuação está na construção de uma identidade social e na sua autonomia relativa em relação ao modo de produção capitalista.

O camponês, enquanto unidade familiar de reprodução e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista: o camponês para a afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social, e como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam

numa dinâmica marcada por relações de poder em disputa. (COSTA E CARVALHO, 2016, p. 28)

Para destacar a retomada do conceito de camponês em novos estudos sobre a questão agrária, consideramos a contribuição de Sevilla e Molina (2013), autores que fazem uma análise do campesinato na antiga tradição dos estudos sobre os camponeses e na nova tradição que destaca a contribuição do campesinato, por exemplo, para a atualidade da produção agroecológica.

Ao interpretar o campesinato e o seu poder explicativo, remete-se ao fato de que essa discussão está materializada a partir dos conflitos de classes sociais, que durante toda a história dos modos de produção se deram sob a forma de dominação e subordinação. Para isso é importante considerar a visão marxista do Estado, mas sem deixar de reconhecer a força dos movimentos sociais.

Conflitos que se materializam, por exemplo, no crescimento dos latifúndios, no aumento dos preços dos insumos e dos transportes, na especulação das terras para a geração de lucro etc. Expedientes que têm sido responsáveis pela expropriação de milhões de trabalhadores de suas terras. O comércio predatório pressiona o pequeno produtor na unidade familiar, provocando carências econômicas na pequena produção. Tal mecanismo revela como o capital, via exploração comercial, depende do campesinato para a realização da sua reprodução ampliada, o que confere um papel importante aos movimentos sociais camponeses.

Essas classes sociais subalternas ganham forças na arena quando se articulam e se manifestam. Esse processo é inerente à luta de classes. Essas conquistas são muitas vezes materializadas em políticas públicas. A luta dos camponeses é primordial nesse processo e se materializa na sua organização enquanto classe social, que pode pressionar os poderes públicos na esfera do Estado. No Brasil, a luta organizada dos camponeses se traduziu, ao longo da história, em muitos movimentos cujas ações contribuíram para a construção de políticas públicas para o setor, como as ações das Ligas Camponesas, da Pastoral da Terra, do MST, da Via Campesina, dos sindicatos rurais locais etc.

Por isso, ainda que seja tido como uma massa dispersa espalhada pelo território nacional, o campesinato permanece articulado em uma teia, por meio de associações, cooperativas, sindicatos, movimentos, universidades, ONG's etc., que lhe conferem um ideal vivo, participativo e propositivo no tocante às questões sociais.

1.5 O cenário para a agricultura camponesa no começo do século XXI

Não são pequenos os novos desafios para a agricultura camponesa no século XXI. Embora a maior parte da produção camponesa no Brasil circule em nível local e regional, o sistema-mundo globalizado do capital submete de forma avassaladora as mais diferentes realidades locais. O capitalismo se revitaliza em tempos de crise aumentando a velocidade de transformação de recursos naturais em ativos financeiros, sobretudo para manter as taxas de lucro da sua reprodução ampliada. Nesse contexto, parece não haver limites ao seu potencial destrutivo com relação às territorialidades camponesas constituídas.

Segundo especialistas, as crises financeiras⁶⁹ internacionais, a exemplo da que se estabeleceu pós-2008, passarão a ser cada vez mais constantes e duradouras, chegando ao ponto em que se estabelecerá um estado de crise permanente. Nesses momentos, o capital apresenta algumas de suas faces mais brutais, recorrendo a diversas formas de violência, no caso estudado, implicando a regressão de direitos conquistados pela luta dos grupos camponeses. Como explica Mitidiero Jr (2016), o avanço do capital sobre os espaços agrícolas resulta dessas crises:

A ideia de que o avanço do capital sobre a natureza, e, em especial nas áreas rurais é reflexo da crise do capital global, é o caminho a ser perseguido. Em outras palavras, contraditoriamente, o aumento de investimentos densos de capital nos espaços rurais ou em atividades econômicas voltadas a exploração de bens naturais é resultado da crise de reprodução ampliada do capital. Desde 2008, quando a crise do mercado imobiliário e do mercado de crédito norte-americano alastra-se como um efeito dominó por outras economias, sobretudo, a europeia, o capital aplicado na esfera financeira quase cessa suas possibilidades de reprodução ampliada, sendo que muitos desses capitais retraíram de forma assustadora para muitos dos investidores. A essa conjuntura soma-se um contexto anterior de diminuição de poder do chamado capital produtivo (industrial) em detrimento do capital especulativo exercitado nas bolsas de valores das principais praças financeiras do mundo capitalista. Portanto, a crise do capital global sedimenta a redução da possibilidade de lucro do capital produtivo e congrega a “trágica” queda do capital especulativo como forma de crescimento ampliado dos investimentos. (MITIDIERO JR, 2016, p. 17-18)

Diante desse contexto, no qual o capitalismo intensifica ainda mais a incorporação de bens naturais ao processo de reprodução ampliada, não se pode deixar de considerar que o interesse do capital internacional na forma de grandes corporações, que gravitam sobre o setor

⁶⁹ Embora, no capitalismo as crises financeiras sejam cíclicas e constantes, entende-se aqui as crises estruturais de proporção avassaladora e de escala mundial.

agrário, submete as principais decisões dos Estados nacionais. Os processos de expropriação que vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos são tributários desse contexto.

Como argumenta Mitidiero Jr, o capitalismo precisa se reinventar para enfrentar a crise de sua reprodução ampliada. Essa tendência ameaça, especialmente, a África e a América Latina, reconhecidos redutos de recursos naturais que ainda não foram predominantemente privatizados. Os camponeses que aí vivem e se reproduzem estarão cada vez mais pressionados pelo processo de expropriação.

No âmbito das relações entre agricultores e grandes empresas ligadas ao setor (produtores de agroquímicos e de sementes, de agroindústrias alimentares ou de cadeia de supermercados), também se observa no período que se seguiu às reformas e no contexto da globalização, um aumento do poder de pressão dessas empresas – a maioria multinacionais – sobre os produtores agrícolas. Por trás dessa pressão crescente observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados etc.). Tais processos estão proporcionando uma modificação na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência para a concentração e a internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos. Tudo isso ligado ao enfraquecimento do papel dos estados nacionais na formulação e aplicação das políticas setoriais para a agricultura, é o que está conduzindo ao desaparecimento da soberania alimentar dos diversos países, junto com uma intensificação das diferenças entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres. (CHONCHOL, 2005, p.47)

O perigo dessa grande manobra está mais uma vez na submissão dos Estados locais aos interesses das grandes corporações internacionais, uma vez que os mesmos estão sendo duramente atingidos pela onda neoconservadora atual que visa consolidar em todas os âmbitos as premissas do neoliberalismo econômico. Via de regra, é essa articulação que permite o avanço do capitalismo de forma assustadora sobre a natureza, o trabalho e a cultura dos povos camponeses provocando, por sua vez, a perda da segurança jurídica dos direitos protetivos e das políticas públicas setoriais voltadas para esse seguimento.

Para Harvey (2005, p.80), o capitalismo “não pode sobreviver sem seus ajustes espaciais”, e “tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica como solução parcial de suas crises. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança”. O autor mostra como, em tempos de crise, uma das principais manobras para a descompressão do sistema é se deslocar territorialmente. Assim, há uma reorganização

constante do espaço geográfico em direção a uma maior exploração e submissão de áreas e setores que ainda estão periféricos ao sistema⁷⁰.

No mundo todo articula-se um reerguimento de lideranças capitalistas autoritárias no campo da extrema direita nacionalista, o que se confirma pela ascensão recente de vários governos com tendências neoliberais nas principais potências mundiais como: Estados Unidos, França, Reino Unido, dentre outros. Na América Latina, que na primeira década do século XXI contava com governos de tendência progressista em vários países, ocorreu um desmoronamento desse ideário, principalmente agravado pela ruptura democrática brasileira e pela situação de crise vivida pela Venezuela, Argentina e Bolívia. A baixa dos preços dos produtos exportados, impulsionada pelo fim do ciclo das commodities, bem como pela recessão mundial, provocou a diminuição do consumo, desgastando essas economias e afetando drasticamente a soberania desses Estados, o que resultou no enfraquecimento do espaço conquistado às pautas progressistas.

A ascensão dessa corrente neoconservadora sobre a democracia nada mais é do que o resultado de um reajuste do sistema para o enfrentamento dos momentos de crise de sua reprodução ampliada. Nesse sentido, esses Estados transformam-se em ambientes abertos para os interesses de apropriação de territórios por parte dos grandes investidores do capitalismo mundial. Isso reflete-se na participação das grandes corporações internacionais nas decisões dos mesmos, reforçando a sua influência sobre o mundo subdesenvolvido e, por consequência, aumentando as formas de exploração e regressão de direitos.

Se observarmos a história mundial nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe, como estamos vendo na América Latina. O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro. Já que tivemos golpes em Honduras e no Paraguai, e possivelmente teremos outro na Venezuela. Isso mostra que a democracia já não está mais sendo útil, que ela está atrapalhando a implantação de políticas neoliberais (LÖWY, 2016, p. 61).

Diante dessa realidade, de forma desmedida no Brasil, o arrocho financeiro e as incertezas quanto ao futuro vêm se tornando o cotidiano das populações camponesas. Desse

⁷⁰ “A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político” (HARVEY, 2005, p. 40).

modo, o aproveitamento do discurso da crise tem provocado um desmonte gigantesco no Estado brasileiro, por meio do congelamento de investimentos nas áreas sociais, extinção de leis e criação de medidas provisórias que retiram direitos conquistados, entre outras ações que tendem a desaguar no aniquilamento de políticas públicas que contribuíram de modo importante para a reprodução camponesa. Políticas que muito provavelmente não terão lugar nesse cenário. Por isso, já vêm se fazendo sentir aspectos da diminuição/extinção dessas ações, como trataremos posteriormente.

Mitidiero Jr (2016) contesta ainda a submissão da elite agrária nacional aos interesses do livre mercado internacional nesse contexto. Para ele, representando o agronegócio exportador mundializado, além de deter importante poder econômico, essa casta tem em suas mãos um poder político concreto no Brasil, materializado em diversas instâncias do poder estatal. Essa estrutura fecha as portas a outras formas de ser e estar no mundo, a outras formas de organização social e econômica, submetendo o território nacional aos interesses das classes dominantes voltados, unicamente, para a acumulação.

O poder da elite nacional (econômico e político, principalmente) e sua articulação com o capital sem pátria tende a aguçar o processo de transformação das diversas dimensões da natureza em objetos de compra e venda, em apropriação patrimonial privada e dimensões da natureza fundamentais à reprodução da vida. Se esses elementos constituem-se como fundamentais à vida, eles são/serão mercadorias especiais dominadas por investidores capitalistas, indicando que tudo (da natureza) pode se transformar em “renda de monopólio” nos termos de Marx (MITIDIERO JR, 2016, p. 24).

Nas palavras do autor não há limitações para a crescente onda de privatização dos bens naturais, sendo o entreguismo da elite nacional fundamental para que esse processo se consolide em nosso país. Em decorrência da crise que se estabeleceu no capital global, dimensões da natureza essenciais à reprodução a vida, como o ar, a água e, especialmente, a terra passam a ser visadas pelo capital que busca monopolizá-las integralmente.

Em tempos de crise, a terra, que é um bem essencial à reprodução da vida humana através da produção de alimentos, especialmente para os camponeses, foi eleita como um dos elementos principais de materialização do capital em forma de patrimônio. Mitidiero Jr (2016) explica que isso ocorreu ao contrário do que pensavam alguns especialistas, que viam no patrimônio/ativo terra uma pequena fluidez no mercado de ativos financeiros. Na verdade, essa foi, em parte, uma das válvulas de escape do capital especulativo já que, por conseguinte, foi possível capitalizar através da propriedade privada ainda mais dinheiro junto ao Estado na

forma de empréstimos financeiros a custos mais baixos, do direito à emissão de títulos, dentre outras⁷¹.

Desse contexto, de apropriação do território nacional por parte do capital especulativo, pode-se depreender que a expropriação camponesa e, por extensão, o aniquilamento de políticas públicas de fomento à sua reprodução, fazem parte de um projeto maior, pensado e articulado pelas elites agrárias alinhadas com os interesses das grandes corporações internacionais. Nesse sentido, o Estado, que deveria ser o agente regulador de tais demandas, fica submetido, como já dissemos, aos interesses dessas instâncias.

No livro *Para além do Capital* (2011), István Mészáros, imbuído pela ideia de crise estrutural do capitalismo, entende que sua resposta à crise é parte de uma fundamentação perversa que se fecha sobre o modo de controle sociometabólico do mesmo. Para o autor, o capital não tolera controles sociais quando se trata da necessidade de sua expansão.

A razão por que o capital é estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas – em vez de tratar a todas as dificuldades e complicações emergentes como efeitos manipuláveis com maior ou menor sucesso – é que esta é a *sua própria fundamentação causal*: uma verdadeira causa *sui perversa*. Qualquer coisa que aspire à legitimidade e à viabilidade socioeconômicas deve ser adaptada ao seu quadro estrutural predeterminado. Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma *função econômica relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. Os fundamentos causais que autoimpelem o sistema não podem ser questionados sob hipótese alguma. Quando aparecem, os problemas devem ser tratados como disfunções “temporárias”, a serem remediadas com a reafirmação sempre mais rigorosa do imperativo da reprodução expandida. Por esta razão, não pode haver *alternativa alguma* para a busca de expansão – a todo o custo – em todas as variedades do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 176).

Para entender o movimento do capital globalizado, sua expansão inexorável e a função do mundo subdesenvolvido nessa lógica, o autor aprofunda Harvey, no sentido de dizer que, para o capital, deslocar problemas e contradições é uma maneira absolutamente necessária. Então, nas palavras de Mészáros, não haveria alternativas para a incorporação de qualquer circunstância que não possa se transformar em mercadoria, por mais cruel que seja, em qualquer

⁷¹ “A terra, meio de produção fundamental à geração de alimentos, é a mais antiga das dimensões da natureza apropriadas privadamente, no olho do furacão da crise econômica global, muitos capitalista passaram a converter o seu capital financeiro em patrimônio materializado em terras, sobretudo na América Latina e África”. (MITIDIERO, 2016, 28)

lugar do mundo, preferencialmente naqueles onde as grandes potências mundiais se utilizam de reservas para o capital.

Além disso, observa-se que os discursos oficiais por trás das crises são ainda mais perversos, pois são legitimadores contumazes da retirada de governos, de direitos, do desmoronamento do público em detrimento do privado. Desse modo, a produção nacional de alimentos, tradicionalmente bancada pelos camponeses no Brasil, tende a se submeter aos interesses e ao controle das grandes corporações.

Para Mitidiero, o Brasil, especialmente, atrai o interesse das grandes empresas e agências do capital financeiro internacional. Tanto pelo fato de os juros serem altíssimos como pelo reconhecimento da extensa reserva de recursos naturais ainda não totalmente exploradas. Baseado em autores como José de Souza Martins e Antônio Carlos R. de Moraes, ele explica que o Brasil se destaca nesse plano por ser “um país que ainda se associa a expansão do capitalismo à ocupação territorial de áreas ainda não exploradas por investimentos financeiros” (MITIDIERO JR, 2016, p. 32). Nesse sentido, para o autor, a expansão do agronegócio no Brasil é a forma expressa da crise do capital.

Para a classe dominante no Brasil que, vale ressaltar, domina também as instâncias político-jurídicas do Estado brasileiro e é representante ferrenha do agronegócio, os direitos dos povos camponeses precisam ser negados. Para isso, é importante que se forje um discurso de apoio, inclusive midiático, ao agronegócio e de maculação dos movimentos sociais camponeses, na tentativa de marginalizá-los perante a opinião pública. Nessa onda conservadora, esses efeitos muito provavelmente serão multiplicados, na estratégia de deteriorar as conquistas e avanços do campesinato nos últimos anos. Para Carvalho (2016):

Para resistir e superar esta concepção de mundo das classes dominantes no Brasil de discriminação social dos camponeses, associada à tendência intrínseca do capital, na dinâmica da sua reprodução ampliada, de eliminar ou submeter todos os demais modos e formas de produção aos seus interesses de classe social, inclusive homogeneizando o universo geral da produção sob o padrão reprodutivo capitalista, o campesinato necessita mais do que nunca de se construir politicamente e se comportar como classe social em contradição inconciliável com o capital (CARVALHO, 2016, p. 154-155).

Diante do cenário de expansão do capital global sobre os países subdesenvolvidos, é preciso elevar consideravelmente o nível de compreensão camponesa para esse momento, especialmente no Brasil.

O desafio maior que enfrentam os intelectuais orgânicos do campesinato é a construção da autonomia relativa dos camponeses perante o capital. E, para tanto, seria fundamental que a consciência política camponesa avançasse para

um nível de compreensão sobre esta autonomia relativa simultaneamente com a negação do modo de produção capitalista. É, o passo fundamental, é o despertar da consciência camponesa de que seu modo de produzir e de viver está em contradição com o modo de produção capitalista (CARVALHO, 2016, p. 156).

Para o autor, é importante buscar na autonomia relativa do campesinato o contraponto fundamental para viver a contradição com o modo capitalista de produção. Nesse sentido, o mesmo convoca os intelectuais orgânicos do campesinato a despertar os camponeses para essa consciência. Portanto, se faz importante a esse contingente se reconstruir politicamente no Brasil.

Entendemos que para que isso aconteça, será necessária uma reaproximação dos movimentos sociais e políticos com suas bases, como por exemplo: *Multiplicar os espaços de formação*, pois em diversos âmbitos precisam ser construídos novos canais para formar uma consciência conjunta, as mídias sociais, por exemplo, se abrem como um canal democrático importante; *Ampliar as alternativas de associação*, ou seja, unir os camponeses e não separá-los por minúcias ideológicas será fundamental para se compor o senso de coletividade e consolidar as posições políticas; *Ampliar espaços de formação de líderes políticos e a reformulação partidária*,; no sentido de que é preciso se articular para a ocupação de cargos públicos que fomentem a produção de políticas públicas favoráveis à reprodução camponesa; *Energizar a promoção da agroecologia*, que se mostra fundamental para construir um modo de viver que negue com êxito o modo de produção capitalista e o agronegócio. E, inegavelmente, *Estar nas ruas*, representando e promovendo o debate sobre a questão agrária no Brasil.

1.6 Resistência e recriação camponesa na construção de novas territorialidades

De acordo com Michel Löwy (2016, p. 62) “desde o início do século XXI, a esquerda ganhou as eleições na maioria dos países latino-americanos, em uma poderosa onda de rejeição popular das desastrosas políticas neoliberais dos governantes anteriores”. Como assinalado no item anterior, o golpe registrado em 2016 no Brasil e a reformulação dos governos Temer-Bolsonaro se afiguram como mais um reflexo da Crise Capitalismo, que vem provocando a ascensão de governos conservadores em diversas partes do mundo, principalmente na América Latina⁷². Esses governos têm realizado cortes gigantescos de orçamento em políticas públicas

⁷² “Desde o início, houve várias tentativas das oligarquias para reestabelecer seu poder tradicional, com vários tipos de golpe, com a benção do imperialismo americano; mas, na maioria dos casos – Venezuela, Bolívia, Equador -, essas tentativas fracassaram, graças a uma ampla mobilização popular antigolpista. Entretanto, em Honduras em 2009, Manuel Zelaya, o presidente democraticamente eleito, que tentou realizar algumas modestas reformas, foi

que se destinavam a prover grandes passivos da sociedade, principalmente no mundo subdesenvolvido.

No Brasil, desde as eleições de 2014, pode-se perceber uma gigantesca polarização que dividiu o país entre tucanos e petistas ou “coxinhas e mortadelas”. A reeleição de Dilma Rouseff representou naquele momento a resistência da maior parte da população brasileira aos repetitivos ataques da mídia sobre os governos petistas, sob a corriqueira alegação de corrupção. Apesar da vitória petista, o clima de acirramento persistiu após o pleito, inclusive com o segundo colocado incitando o questionamento do resultado das eleições. O que provocou um agravamento progressivo e um clima de instabilidade.

No campo econômico, os rebatimentos da crise internacional se fizeram sentir mais fortes em 2015, com o fim do superciclo das commodities (iniciado em 2012) e a queda nas exportações, principalmente para a China, que implicaram na estagnação da economia brasileira. Houve aumento do desemprego e progressivamente das tensões sociais. A reboque dessa situação veio a elevação da inflação que provocou a queda na arrecadação, ocasionando um déficit fiscal de aproximadamente 110 bilhões de reais.

Gradativamente, ao longo de 2015 e 2016, o Partido dos Trabalhadores, aos olhos do conjunto das frações da burguesia brasileira, passou a ser visto – não obstante todos os seus vis esforços em provar o contrário – como um partido incapaz de implementar as contrarreformas e o ajuste fiscal *no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pela crise econômica nos quadros de um capitalismo periférico e dependente*. Possivelmente, tal visão da burguesia deve-se tanto à existência de uma base petista sindical e popular, elemento inconveniente para que o partido executasse as impopulares contrarreformas e o radical ajuste quanto às mobilizações de junho de 2013, as quais evidenciaram que, mesmo que ainda mantivessem o controle sobre os setores mais organizados do mundo do trabalho formal, o PT não dispunha da capacidade de dirigir/controlar os jovens e massivos setores precarizados da classe trabalhadora que eventualmente poderiam vir a se levantar contra os inadiáveis planos de “austeridade”. (DEMIER, 2017, p.96, grifos do autor)

derrubado com uma intervenção pseudo legal da Corte Suprema, com apoio do Exército. Algo parecido sucedeu no Paraguai com o presidente Lugo, acusado em 2012 de apoiar movimentos camponeses e deposto pelo Senado. Governos direitistas e autoritários substituíram os dirigentes progressistas em ambos os países, com o apoio do imperialismo americano. Na verdade, a ofensiva reacionária e conservadora da oligarquia contra os governos de esquerda nunca cessou durante os últimos quinze anos, mas agora tem conseguido algumas vitórias substanciais. Na Argentina a experiência peronista do casal Kirchner terminou recentemente com a eleição de Macri, um candidato diretista pró-imperialista e neoliberal. Na Venezuela, a oposição de direita ganhou as eleições parlamentares, ameaçando seriamente o poder do sucessor de Chávez, Nicolás Maduro. Essas derrotas certamente têm a ver com 1) a conjuntura econômica difícil, devido à queda dos preços do petróleo e de outras *commodities* e 2) os limites e as contradições dos processos de mudanças nos dois países. Mas elas demonstram também a capacidade das forças burguesas e oligárquicas de manipular, enganar e desorientar setores significativos da população, graças a seu monopólio dos meios de comunicação (imprensa, TV, etc.).” (LÖWY, 2016, p. 63, *grifos do autor*). No caso da Venezuela, o exército teve papel importante na manutenção do governo e em Honduras agora sua esposa Xiomara Castro foi eleita e estão tentando bloquear a sua posse. Na Argentina, a experiência foi frustrada, Macri já foi substituído à esquerda por Alberto Fernández.

Talvez ainda seja cedo para dimensionar o tamanho do prejuízo e do retrocesso sobre as conquistas sociais e também sobre os caminhos trilhados para atingi-las no Brasil. O clima de incerteza de futuro, nos últimos anos, tem golpeado severamente a esperança de um país mais justo, democrático e solidário, principalmente para os pequenos agricultores.

Como se sabe, o golpe no governo não foi um golpe no regime vigente, na medida em que a eliminação do primeiro não levou à – ou não se deu por meio da – eliminação do segundo. A *democracia blindada* brasileira – cada vez mais imune às pressões populares – se mostrou capaz de por meio de seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças política incômodas quando necessário para o capital sem ter que alterar a si mesma, isto é, sem ter que se autoeliminar, como antes era o padrão clássico dos golpes de Estado. Por meio da sua *democracia blindada*, a classe dominante brasileira se viu dispensada da tarefa de executar um golpe no regime propriamente dito, logrando cassar o sufrágio universal de 54,5 milhões de brasileiros sem ter que recorrer a um golpe militar, bonapartista, violento. (DEMIER, 2017, p. 95, grifos do autor)

Os cortes que incidiram sobre a agricultura camponesa e, particularmente, sobre a Política de Aquisição de Alimentos, bem como o conjunto de Projetos de Lei que circulam no Congresso sobre o desvirtuamento e extinção/aniquiração dos objetos centrais da política – desde que o ilegítimo presidente Michel Temer assumiu e posteriormente com a eleição de Jair Bolsonaro –, são uma afronta gigantesca à agricultura camponesa brasileira. Entretanto, tais ações parecem ser parte de um fenômeno muito maior, que tem como finalidade destruir qualquer barreira que impeça o capital de ampliar-se, mesmo em tempos de crise. Assim direitos conquistados por esse segmento têm sido destruídos de forma avassaladora.

Embora exista todo um cenário negativo por desvendar nos próximos anos, com destruição de direitos inerentes à vida humana, caminhos e possibilidades sendo desfeitos e um desmonte gigantesco sendo anunciado pelos representantes do Estado, há um fato que não se pode negar. Foi com a participação nas políticas públicas, principalmente dos governos petistas, que se forjaram nos últimos anos uma melhor estrutura de inclusão na vida política e social de populações que foram historicamente renegadas por parte do Estado. Em que pese todas as contradições já mencionadas, essa grande rede de pessoas se entrelaça traduzindo-se como um novo conjunto de camponeses que, ao se beneficiar desse momento mais democrático vivido pelo Estado brasileiro, despertam para entender seu papel na luta pela conquista de seus direitos perante o Estado.

Grupos tradicionalmente subalternos na agenda estatal, a exemplo dos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, mulheres, negros, população Lgbt's, empregadas

domésticas, estudantes, dentre outros, tornaram-se muito mais visíveis nesse período para o Estado brasileiro. Participando, claro, de forma parcelar, como esclarecemos antes, mas de forma incisiva na construção de políticas públicas voltadas para os interesses populares. Essa experimentação poderá servir de combustível nos próximos anos para a rearticulação desses movimentos na disputa por governos mais democráticos e mais acessíveis às demandas daqueles mais foram excluídos pela agenda atual.

Acredita-se que nesse período, entre 2003-2016, houve um contexto que não rompeu diretamente com as políticas neoliberais de ordem econômica. No entanto, houve uma experiência que propiciou a essas populações maior participação na agenda de governo no Brasil.

Toda essa conjuntura de construção de políticas públicas mais democráticas a partir do início do século XXI no Brasil provocaram em determinados lugares mudanças substanciais para a transformação da vida e dos arranjos produtivos locais. Mesmo entendendo que não foram suficientes para um rompimento do modelo de dependência. No Nordeste, onde reconhecidamente a produção camponesa é dominada pelos extratos sociais das classes C, D e E, algumas políticas⁷³ redimensionaram comunidades, onde fundamentos elementares à vida, como acesso à alimentação, renda básica e água potável eram questões de sobrevivência. Essas experiências se refletiram em alguns números de diminuição da miséria no campo⁷⁴ como os aferidos pela CPS/FGV a partir dos microdados do PNAD/IBGE que estão na publicação “*Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo*” assinadas por Neri e Melo (2012) e, nas conclusões, por Marilena Chauí (2016).

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, o Ipea segue o costume de organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critério a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão exercida. Por esse critério chegou-se à conclusão de que entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando dos 96,2 milhões de pessoas para 63,5 milhões de pessoas. No topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas para 22,5 milhões de pessoas. Mas a

⁷³ No Nordeste, por exemplo, o Programa Um milhão de Cisternas, o PAA, o PNAE, o Bolsa Família, o Luz para todos, o Seguro Safra etc. foram políticas de reconhecido ganho social.

⁷⁴ “De 2003 a 2009 houve um forte descolamento do crescimento da renda do PNAD, que pauta as principais pesquisas sociais brasileiras, e o PIB per capita, que é o principal indicador econômico brasileiro. No âmbito do PNAD Rural vis a vis o PIB a diferença é ainda mais substantiva de 25,4%, pois a renda rural cresceu 10,5% acima da renda total do PNAD. Quando comparamos com o PIB da Agropecuária, a diferença é ainda mais expressiva: o crescimento acumulado da PNAD desde 2003 é 36 pontos de porcentagem acima do ganho medido por esse PIB específico do setor. De acordo com a visão objetiva das pessoas na área rural, os seus respectivos padrões médios de vida estão crescendo mais do que o PIB, o principal subproduto das contas nacionais sugere estar associado a expansão de transferências públicas no campo.” (NERI E MELO, 2012, p. 4)

expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões. Essa expansão levou à afirmação de que a classe média brasileira cresceu, ou melhor: de que teria surgido uma nova classe média no país. (CHAUÍ, 2016, p. 15-16)

Nos estudos de Neri e Melo (2012), todos os dados fornecidos pela Pnad indicaram que houve no período entre 2003-2009 uma atuação mais incisiva dessas políticas públicas. Os resultados se fizeram sensíveis nos índices sociais de pobreza no campo. Os caminhos até então apontavam para a redução da miséria, crescimento da classe média⁷⁵ e da inclusão de parte da população mais pobre no círculo produtivo do país.

É nesse período que se consolidou de forma mais significativa, o que podemos chamar de uma rede extensa de camponeses articulados em todo o país, costurados pelos movimentos sociais, como o MST, Via Campesina, CPT, MAB etc. Nessa teia, estão também os núcleos de estudos sobre os camponeses em diversas Universidades, programas institucionais de formação educacional como o Pronera, a criação de cursos de Educação no campo e todo o território nacional e também o aumento sensível do número de Conselhos municipais, sindicatos, cooperativas e associações camponesas. Todas essas instituições, juntas, formaram uma tessitura territorial de extensa capilaridade nacional. Espera-se que essa conexão articulada se objetive na construção de novas territorialidades que defendam, através da participação na proposição política, a retomada das conquistas sociais nos próximos anos.

A participação e o entendimento do funcionamento do Estado mais do que nunca se abre como possibilidade de reversão. É fundamental entender o comportamento da elite agrária neste território, eles consolidaram uma histórica estrutura de representação política para tentar legitimar através de leis, projetos e políticas públicas os seus valores ideológicos. Na agricultura, isso tem se refletido na atual perda de direitos dos povos camponeses. Essa ordem precisa ser quebrada, para isso é necessária a participação da sociedade civil nestes espaços.

Se assim o for, as arenas políticas do poder Executivo Federal e do Congresso Nacional são espaços ocupados e disputados por grupos e classes sociais distintos com projetos políticos e valores ideológicos divergentes, que se confrontam no campo político-institucional e, por consequência, definem espaços e territórios de atuação política e conflitualidades no Estado.

⁷⁵ A nova classe média atingia 20,6% da população rural em 2003, concentra 35,4% em 2009, com 9,1 milhões de pessoas. Este crescimento acumulado de 71,8% desde 2003, equivale a 3,7 milhões de brasileiros residentes em áreas rurais passando a integrar a Classe C nesse intervalo 2003-2009. A proporção de pessoas nesse grupo na área rural equivalia a 55% daquela verificada para a totalidade no país em 2003, chegando a 70% em 2009. (NERI E MELO, 2012, p. 5). As razões da mudança entre 2003-2009, se deram porque a renda per capita média do brasileiro que vive na área rural cresceu 6,1% ao ano em termos reais, isto é, já descontada a inflação e o crescimento populacional. Dessa forma, passou de R\$ 212,58 para R\$ 303,30 (O crescimento médio nacional foi de 4,72%). A fonte de renda que mais cresceu na área rural foi a de programas sociais (21,4% contra 12,9% da média nacional), influenciada pela criação do Programa Bolsa Família em 2003 e expansões. (NERI E MELO, 2012, p. 7)

Sociedade civil, frentes parlamentares, dirigentes de governo e outros agentes podem disputar, por exemplo, o direcionamento de políticas públicas à agricultura, como investimentos, créditos, tributação, programas de comercialização, políticas de acesso à terra e ordenamento fundiário e etc., ou elaboração e o aperfeiçoamento da legislação que rege os interesses e as demandas dos produtos agrícolas sociais do campo, dentre outros temas que surgem na agenda política. (RIBEIRO, 2016, p. 129)

Esse ambiente de discussão geralmente tem sido ocupado pelos representantes da elite agrária brasileira. Há um controle desses espaços materializado pela chamada FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária (Bancada Ruralista), uma composição suprapartidária que visa cristalizar os interesses de diversas entidades do patronato brasileiro, como a UDR (União Democrática Ruralista); a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); a SRB (Sociedade Rural Brasileira); a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária); dentre outras.

Há, portanto, uma articulação dessas entidades com a promoção de políticas, projetos e leis que vislumbram estabelecer o compromisso do Estado com o fomento da questão do agronegócio. Para Ribeiro (2016, p. 139) esse “vínculo se estreita mais quando se verifica que vários líderes de entidades patronais disputam o pleito eleitoral e se elegem deputados federais ou senadores, o que lhes permite compor e organizar a Bancada Ruralista”.

A Bancada Ruralista criou outro perfil de intervenção e articulação, manifestado sobretudo nos últimos dez anos, mediante o acúmulo de conquistas políticas importantes para a agricultura capitalista. Questões como expansão da fronteira agrícola, problemas ambientais no campo, legislação ambiental e fundiária, legislação trabalhista, transgênicos, política de criação de unidades de conservação ambiental e direitos sociais conquistados por segmentos do campo, sobretudo movimentos de luta pela terra, nações indígenas e comunidades quilombolas passaram, cada vez mais, a ser alvo da ofensiva política da Bancada Ruralista. (RIBEIRO, 2016, 142)

Embora haja um núcleo agrário na Câmara e no Senado de base mais progressista, e representantes do MST, Via Campesina, CONTAG, CPT, ABRA e outros, que tenta resistir a essas articulações e seus interesses, quando se trata do comparativo de forças na aprovação de demandas importantes para o setor, esse núcleo encontra-se sempre fragilizado tendo em vista a tamanha superioridade numérica de parlamentares da Bancada Ruralista⁷⁶. O desequilíbrio na composição de forças no legislativo impede que essas ações sejam mais incisivas, no sentido

⁷⁶ Na atual legislatura (2019-2022), a Frente Parlamentar da Agropecuária (Bancada ruralista) passou a contar 257 signatários (na legislatura passada eram 240). PP e PSD são as siglas com mais membros filiados à frente, com 29 e 27, respectivamente. Em seguida, MDB e PSL são os mais numerosos, com 25 parlamentares cada um. São seguidos por DEM (22), PR (18), PSDB (16) e PRB (12), PDT (11) e PSB (11). Os 225 deputados filiados à frente representarão 44% da Câmara, que conta com 513 parlamentares. No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis (39,5%). Faz parte do grupo, também, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). (CONGRESSO EM FOCO, 2019, p.1)

de promover políticas que estejam compromissadas com a causa agrária⁷⁷. Não há dúvidas que a ressignificação da luta camponesa passa por quebrar essa liga, ocupando esses espaços e exercendo o poder da proposição de políticas públicas que os beneficiem.

Mészáros, no seu livro *A montanha que devemos conquistar*, problematiza a crítica marxista da função do Estado no compromisso de consolidar e legitimar a ação do sistema capitalista. Para ele, é preciso também ressignificar a função do Estado, que sempre esteve comprometido com a realização sociometabólica do capital, por isso este se configura em uma “perigosa montanha” que deve ser conquistada em suas mais diversas dimensões que são profundamente integradas. Para o autor, está claro que “o Estado é um componente vital nesse conjunto de inter-relações, tendo em vista o seu papel direto e, agora, avassalador na modalidade necessária de tomada de decisão global”. (MÉSZÁROS, 2015, p 29).

Ao mesmo tempo em que é preciso marcar território nessa arena, quebrando o papel atual do Estado no condicionamento das políticas públicas aos interesses do agronegócio, é preciso criar também mais redes e canais de discussão perante a sociedade, sobre a atuação da bancada ruralista, particularmente com relação às suas diretrizes para o campo brasileiro. É importante observar também, como a influência da mídia brasileira, por exemplo, através dos seus principais canais de divulgação, tem tido participação fundamental na propagação do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o Brasil. Isso tem acontecido de forma acrítica formando uma consciência coletiva alienante para a sociedade.

Algumas ferramentas de discussão pouco a pouco têm se colocado à disposição dos pesquisadores da questão agrária no sentido de se fazer sensíveis à sociedade. A geografia da saúde, por exemplo, surge como possibilidade de fomentar um debate mais incisivo (questão dos agrotóxicos). Além disso, observa-se também as aberturas que se dão nos novos espaços democráticos das mídias sociais para a divulgação de aspectos da questão agrária. A internet, por exemplo, se abre como um excelente canal para a democratização dessa questão. Já a agroecologia, por sua vez, passa a ser um modelo alternativo de agricultura que contrasta com todo o pacote ofensivo à vida: a questão dos transgênicos, dos químicos etc. Debates, enfim, que possibilitam maior alcance e sensibilização.

⁷⁷ Segundo MITIDIERO JR (2016, p. 33) “diante desse processo, o Estado capitalista se mostra subserviente aos ditames do capital, se colocando de forma múltipla, ora garantindo a partir de sua institucionalidade os mandos e desmandos do capital, ora fazendo vistas grossas à usurpação dos bens naturais coletivos por esse capital sem pátria e sem alma. Nesse contexto de crise, o grande capital internacionalizado se coloca em relação ao Brasil no sentido de dominar o território, garantidos por uma “segurança jurídica” gestada no seio do Estado ou por uma absoluta falta de controle desse Estado sobre seu território”.

Enfim, para a população camponesa se faz necessário buscar, mais uma vez, na resistência e na luta, as repaginações de seus mecanismos para seguir alimentando a esperança da retomada de direitos que vem sendo severamente retirados. Apesar de reiterar que a reprodução camponesa continua, preponderantemente presente fora dos contextos dos programas e da intervenção do Estado, se adaptando aos contextos da crise atual.

CAPÍTULO 2
A REPRODUÇÃO CAMPONESA E SUA RELAÇÃO COM A
SOBERANIA ALIMENTAR

2.1 A responsabilidade do Estado brasileiro na soberania alimentar

Uma das características fundamentais para a autonomia de um território está relacionada à possibilidade de garantir a alimentação e o abastecimento de seu povo. Em um Estado-nação em que a fome e a subnutrição se apoderam de parte considerável⁷⁸ da população, não há, por conseguinte, o exercício legítimo da dignidade humana. No mundo⁷⁹ todo, os dispositivos jurídicos apontam que a alimentação do indivíduo é entendida, cada vez mais, como uma responsabilidade do Estado, enquanto os governos (neo)liberais tentam quebrar essa lógica.

No campo internacional há uma série de dispositivos jurídicos que imputam obrigações de gestão e regulação ao Estado quanto à alimentação, que é cada vez mais considerada como um direito humano fundamental moderno. A Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸⁰ desde 1948 já embasa o entendimento sobre essa matéria.

Art. XXV. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, **inclusive alimentação**, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 2019, p. 13, grifos nossos)

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, que dá juridicidade à Declaração, e que foi ratificado pelo Brasil em 1992, reconhece a importância da alimentação no seu artigo 11. Além disso, estabelece a necessidade de programas concretos que visem assegurar a alimentação para que todas as pessoas sejam protegidas da fome. Inclusive através da cooperação internacional.

Artigo 11

§1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, **inclusive à alimentação**, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse

⁷⁸ Segundo os dados da FAO (2018) no estudo “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2018” a fome vem aumentando no mundo, especialmente na África e na América do Sul. No Brasil, embora os números tenham caído de 8,6 em 2006 para 5,2 milhões de pessoas em 2017, o número de pessoas subalimentadas em 2017 equivale a 2,5% da população. Apesar da redução de 39,5%, explicada, principalmente, pelas políticas de combate à fome neste período, o número ainda é assustador dadas as condições agrícolas do país.

⁷⁹ Notadamente, na União Europeia, A Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC) desde os anos de 1960 são um importante sistema de subsídios, programas específicos e garantias que protegem o setor agrícola da concorrência externa através de premissas como preferência comunitária e solidariedade financeira, o que proporciona, apesar das reformas do programa, um melhor desenvolvimento econômico para pequenos produtores.

⁸⁰ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o documento jurídico de maior relevância do século XX, assinado pelas grandes potências mundiais há mais de 70 anos, inclusive sendo assinado pelo Brasil na mesma data.

sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

§2. Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, **inclusive programas concretos**, que se façam necessários para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.
2. Assegurar uma repartição eqüitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios. (BRASIL, 1992, p.1, grifos nossos)

A ONU, através do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, estabeleceu por meio do Comentário Geral número 12 uma síntese do direito à alimentação. O documento discorre por 41 itens, explicando: a importância e a necessidade do reconhecimento da alimentação como um direito humano fundamental; como deve ser a atuação dos Estados⁸¹ que se guiem por este pacto; a necessidade de políticas públicas que fortaleçam o combate à fome; a cooperação internacional, monitoramento e controle⁸² através dos órgãos pertencentes as Nações Unidas. Esclarecendo no item 4 que:

O Comitê afirma que o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos. (ONU, 1999)

⁸¹ O mesmo documento esclarece no item 14 que: “A natureza das obrigações legais dos estados parte está estabelecida no artigo 2 do Pacto e foi tratada no comentário geral número 3, de 1990. A obrigação principal é aquela de adotar medidas para que se alcance, de forma progressiva, a total realização do direito à alimentação adequada. Isto impõe a obrigação de que isto seja feito de forma tão rápida quanto possível. Cada Estado fica obrigado a assegurar que todos que estão sob sua jurisdição tenham acesso à quantidade mínima, essencial, de alimento, que seja suficiente, nutricionalmente adequada e segura, para garantir que estejam livres da fome” (ONU, 1999)

⁸² O documento esclarece no item 41 que: “As instituições financeiras internacionais, de maneira notável o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, deveriam prestar mais atenção à promoção do direito à alimentação nas suas políticas de empréstimo, nos acordos para empréstimos e nas suas medidas internacionais para lidar com a crise da dívida. Deveria ser tomado cuidado em qualquer programa de ajuste estrutural, de acordo com o Comentário Geral No.2, parágrafo 9, para assegurar que o direito à alimentação seja protegido.” (ONU, 1999).

Fundamentalmente, observa-se que esse esforço internacional, sobretudo por parte da ONU, pelo reconhecimento da alimentação como um direito fundamental, obrigou países como o Brasil, cuja subnutrição ainda é um dos principais causadores de morte, a se movimentar em direção à construção de políticas alimentares. Entretanto, no decorrer da segunda metade do século XX, a maioria dos esforços se concentraram na modernização da produção agrícola do país, que resultou em um aumento significativo da produtividade, mas não surtiu o efeito desejado no caso da fome.

Durante a 55ª sessão da Assembleia Geral da ONU, a chamada “Cúpula do Milênio das Nações Unidas”, realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos, ratificou a resolução nº 55/2 que criou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Na ação, os 191 países presentes criaram os oito⁸³ grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da organização com vistas à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta até o ano de 2015, cujo o objetivo nº 1 consistia em “acabar com a fome e a miséria” reconhecendo assim o acesso à alimentação como uma das grandes prioridades internacionais do milênio. Apesar de alguns resultados positivos conquistados nessa direção, a maioria das metas da ODM não foram atingidas até o ano de 2015.

Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, conhecida como “Rio+20”, apareceu a “Agenda 2030” como um apelo, estabelecendo 17 “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS”⁸⁴, entre os quais o

⁸³ “1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.” (ODM, 2000)

⁸⁴ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para o Brasil é uma ação da ONU que visa um plano de Metas para cada país. Atualmente, o ano base de sua realização é 2030.

2.1 – “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 - Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 - Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

segundo “Fome Zero e Agricultura Sustentável” tinha como norte acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. A ação traçou um plano de metas para ser alcançado até o ano de 2030 pelos países membros. Entretanto, no momento atual, o Brasil distancia-se desse objetivo, pela conjuntura que está posta.

É importante lembrar que no ordenamento jurídico brasileiro houve o reconhecimento tardio da alimentação como um direito social inerente ao ser humano. O mesmo demorou a ser positivado, sendo reconhecido, apenas em 2010, pela Emenda constitucional nº 64 que o incluiu no rol de direitos fundamentais do art. 6º da Constituição Federal. A previsão constitucional dá maior visibilidade jurídica ao direito à alimentação e imputa ao Estado brasileiro a obrigação de garantir a erradicação da fome. Atualmente, no texto do artigo 6º, estão dispostos os seguintes direitos: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a *alimentação*, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Todos esses dispositivos jurídicos e o ambiente internacional impelem o Estado brasileiro à sua responsabilidade de garantir uma alimentação adequada para todos os seus indivíduos, especialmente para aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade e, sobretudo, no sentido de criar uma política própria de segurança e soberania alimentar. No entanto, paradoxalmente, o Estado não tem agido no foco do problema, que é a submissão do espaço agrário brasileiro ao comércio internacional, através do modelo do agronegócio. Essa relação proporciona o crescimento de lavouras não alimentares⁸⁵ e de produtos que não estão na dieta básica da população, geralmente destinados a prover demandas de exportação.

2.a - Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b - Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.c - Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.” (ODS, 2021)

⁸⁵ Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017) houve a diminuição da área plantada em várias culturas alimentares, enquanto houve aumento em algumas não alimentares. A área colhida de feijão na Paraíba diminuiu de 124.459 para 99.358 hectares, o que representa uma redução de 20,2% no período, a área colhida de arroz em casca caiu no mesmo período de 5.810 para 1.438 hectares, o que representa uma redução, assustadora e alarmante, de 75,2%. Enquanto a produção de cana-de-açúcar aumentou de 80.177 para 113.870 hectares, o que representou um aumento de 29,6%. A área destinada às pastagens plantadas também aumentou de 21.905 em 2006 para 42.123 hectares em 2017, o que representa um aumento de 48%.

Essa contradição se materializa sobre o território brasileiro na forma de fome, mesmo nas áreas rurais, apesar da gigante disponibilidade de terras agricultáveis e de toda pujança da tecnológica do setor. Nesse sentido, não é para a maioria dos brasileiros que esse modelo atual serve. A submissão do território brasileiro aos interesses do capital internacional é excludente e expropria quem de fato deveria ser privilegiado, os camponeses.

O fenômeno da fome no Brasil demonstra ser um problema profundamente territorial. Desse modo, a pesquisa em geografia tem há muito tempo se dedicado a contribuir com o debate que permeia a discussão sobre a contradição acima levantada. A obra *Geografia da Fome* do médico pernambucano Josué de Castro, lançada em 1946, foi um marco precursor do levantamento da necessidade de políticas públicas que atenuassem o problema.

Muito se tem discutido no âmbito das ciências humanas ao longo da segunda metade do século XX e início no século XXI sobre os conceitos de *segurança alimentar* e mais recentemente sobre o de *soberania alimentar*, ambos profundamente relacionados ao conceito de território. Em face da implementação da Política de Aquisição de Alimentos nos governos petistas observa-se que houve o aquecimento do debate na academia e nos fóruns de discussão dos movimentos sociais sobre o assunto.

Vale primeiramente salientar que ambos são conceitos diferentes. O primeiro considera a alimentação como uma questão inerente à segurança nacional, como um setor extremamente estratégico do Estado, ou seja, uma necessidade produtivista ligada ao perigo da destruição dos campos agrícolas por parte das guerras, fenômenos naturais, dentre outros. Enquanto o segundo é mais completo e, indo além dessa premissa, considera a alimentação campo da liberdade e soberania, ou seja, na independência do país em construir suas próprias políticas alimentares.

Com relação ao conceito de segurança alimentar, sua criação está ligada, particularmente, ao período pós Segunda Guerra Mundial, quando houve a criação do Plano Marshall e de organismos financeiros internacionais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU) e, por consequência, a Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Essas entidades visavam reconstruir⁸⁶ a Europa e seus diversos espaços alimentares afetados pela guerra, o que deu maior visibilidade a esse conceito (RAMOS FILHO, 2015).

⁸⁶ Esse esforço de reconstrução do espaço europeu se confunde com as estratégias tomadas pelos governos estadunidenses de utilizar os alimentos como arma de dominação dos países do Sul e conter a expansão do socialismo soviético, bem como viabilizar a acumulação mundializada das corporações agroalimentares estadunidenses. (RAMOS FILHO, 2015, p.56)

O conjunto dessas intervenções, no entanto, surtiram efeito contrário na questão da alimentação mundial. Tendo em vista que, embora tenham crescido consideravelmente os investimentos na agricultura, com a ampliação dos espaços agrícolas e a criação de inúmeros pacotes tecnológicos que aumentaram consideravelmente a produtividade de alimentos – período conhecido como a “Revolução Verde” –, esses números não se fizeram sentir na questão da fome que se ampliava paradoxalmente.

Para discutir o problema, em 1974, a FAO realizou a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, consolidando o conceito. Posteriormente, em 1996, ela realizou a Cúpula Mundial sobre alimentação que aprovou a Declaração de Roma sobre segurança alimentar⁸⁷ mundial (RAMOS FILHO, 2015).

Consideramos intolerável o facto que mais de 800 milhões de pessoas, a nível mundial, e, particularmente, nos países em desenvolvimento, não tenham alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. Esta situação é inaceitável. A produção alimentar aumentou substancialmente, contudo, dificuldades no acesso aos alimentos a insuficiência de rendimento a nível familiar e nacional para a compra de alimentos, a instabilidade na oferta e procura, assim como as catástrofes naturais ou as causadas pelo homem, têm impedido a satisfação das necessidades alimentares básicas. Os problemas da fome e da insegurança alimentar têm uma dimensão global e são problemas que tendem a persistir e mesmo a aumentar dramaticamente em algumas regiões, a não ser que, se tomem medidas urgentes, tendo em conta o crescimento da população e a pressão exercida sobre os recursos naturais. (FAO, 1996).

Esses documentos que envolvem o conceito de Segurança Alimentar tendem a questionar a estabilidade da oferta de alimentos no mundo, o acesso e a capacidade de aquisição por parte da população mais pobre e a capacidade nutritiva dos alimentos. Embora reconheça-se notadamente esses problemas e alguns esforços por parte da ONU em estabelecer metas e trazer o debate para a escala mundial, é preciso considerar que pouco se questionou a interferência das grandes corporações e a defesa de seus interesses, por parte de alguns Estados, em criar um verdadeiro livre mercado no setor alimentício. Além disso, aponta-se que esse conceito reforça a tendência histórica de dominação dos países desenvolvidos e suas grandes corporações agroalimentares sobre os menos desenvolvidos que são os principais alvos da expansão agrícola destes.

⁸⁷ Na Cúpula Mundial de Alimentação, o Brasil apresentou o seguinte conceito sobre segurança alimentar: A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar, ao desenvolver a narrativa da ampliação da produtividade agrícola, legitima a submissão dos espaços agrários dos países em desenvolvimento aos interesses das grandes corporações agroalimentares internacionais, geralmente situadas em países desenvolvidos, através da importação de seus pacotes tecnológicos (maquinas, equipamentos, insumos, dentre outros), incorporados, inclusive, pelos próprios camponeses. Todo esse pacote neocolonial advindo dessa apropriação territorial retira desses Estados, com auxílio da elite agrária, a função estratégica de regulação da produção e distribuição de alimentos, comprometendo assim a sua soberania no setor.

Diante dessa realidade, com a economia globalizada, o território nacional e a sua produção alimentar são subjugados também pelo mercado internacional, ficando, na maioria das vezes, à mercê dos interesses cambiais. Dessa forma, os preços de vários alimentos sofrem com essa distorção, prejudicando a oferta e a qualidade dos alimentos consumidos no interior do território, como frequentemente acontece no Brasil.

A integração do território nacional à economia globalizada tem gerado intensa lucratividade para o agronegócio brasileiro nos últimos anos. Isso ocorre devido à desvalorização da moeda nacional em relação a moedas comerciais estrangeiras, já que na comercialização a mercadoria é paga nessas últimas. Essa relação ameaça a reprodução camponesa, pois gera a expansão do agronegócio em direção ao aniquilamento das pequenas propriedades, que mesmo dispondo de uma parcela muito menor de terras, são ainda responsáveis pela maior parte do abastecimento feito no país.

Na verdade, o conceito de segurança alimentar, ao se preocupar, notadamente, com a produtividade do setor, negligencia que o fenômeno da fome está ligado não apenas à oferta de alimento, mas, principalmente, à desigualdade na distribuição deste em diferentes escalas. Nesse sentido, a falta de políticas de regulação por parte dos Estados contribui significativamente para o aumento desse fenômeno.

O grande debate gerado pelas conferências mundiais em torno do termo segurança alimentar trouxe como resultado a sua popularização nos documentos oficiais. Logo, a terminologia foi incorporada pelos arcabouços político-jurídicos voltados às políticas públicas alimentares, principalmente àquelas impulsionadas pela FAO no final do século XX e início do século XXI.

Quando criadas as Políticas de Aquisição de Alimentos no Brasil, o Estado adotou essa terminologia de forma oficial e as nomenclaturas seguiram a lógica do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a exemplo da chamada rede SAN, que abarcou nos governos petistas a criação de um ministério e um rol de organismos interministeriais e secretarias, que serão

descritos nos capítulos subsequentes. No campo acadêmico, o termo se propagou em diversos âmbitos como observatórios, núcleos e grupos de pesquisa, eventos científicos, dentre outros. Entretanto, paulatinamente, o termo soberania alimentar vem se consolidando.

A partir de sua leitura mais abrangente e crítica, a nova nomenclatura vem se agregando ao termo anterior ou até mesmo o substituindo para diversos organismos, o que dá sinais de uma possível prevalência do conceito no futuro, já que o conceito de “soberania alimentar” enfrenta a questão de modo mais profundo, propondo um exercício mais reflexivo. Enquanto o conceito de segurança alimentar protege os interesses das grandes corporações, os camponeses desenvolveram outra perspectiva, encampada pela Via Campesina⁸⁸ – articulação internacional de movimentos com vistas às mobilizações sociais que defendem os povos do campo. Essa perspectiva defende que deveriam existir outras possibilidades de ampliação da oferta e acessibilidade alimentar, sem que o poder de expansão das grandes corporações fosse o protagonista do processo.

A Via Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. Somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental. Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI, 2010, p. 30)

Segundo Altieri (2010), esse conceito deve ser usado pelos movimentos sociais camponeses em detrimento do conceito de segurança alimentar. O enfoque local na produção de alimentos articularia agricultores alimentando agricultores, promovendo uma rede entre a produção e o consumo. Já Ramos Filho (2015) destaca a soberania alimentar como projeto de nação.

Não basta que a população de um país tenha uma produção alimentar suficiente para seu contingente demográfico, ou que possuam os meios econômicos para compra-los, ou, ainda, que recebam doações humanitárias

⁸⁸ Desde meados dos anos de 1990, a articulação internacional de movimentos camponeses (Via Campesina) vem denunciando, através de estudos científicos, documentos políticos, campanhas intercontinentais, manifestações públicas e ações de confronto direto ao negócio rentável da (re)produção da pobreza e fome no mundo, a insustentabilidade das políticas neoliberais e a articulação das propostas de segurança alimentar com a busca por um mercado agrícola mundial mais liberalizado e oligopolizado.

internacionais (acesso). É preciso que cada Nação tenha garantido o direito de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos básicos, em consonância e respeito com sua(s) respectiva(s) liberdade(s) cultural(is) e produtiva(s), garantindo o direito de produzir o próprio alimento em seu território afirmando o direito dos povos de ter o controle e exercer o poder sobre suas políticas agrícolas e alimentares. (RAMOS FILHO, 2015, p. 59)

O autor defende a produção de alimentos e a agricultura a partir de um projeto nacional que garanta ao seu povo o direito de produzir. Decerto, essa concepção se articula mais acertadamente com a proteção da renda dos povos camponeses colaborando muito mais para um projeto de inclusão. Dessa forma, um Estado que se compromete com a soberania alimentar deveria se responsabilizar pela extinção da fome e pela proteção do seu povo a partir da ampliação do seu mercado interno, dando ênfase à participação dos pequenos camponeses nas políticas públicas. Para Desmarais (2007), a soberania alimentar se articula com as seguintes premissas:

- dar prioridad a la producción de alimentos saludables, de buena calidad y culturalmente apropiados em primer lugar para el mercado doméstico. Es fundamental mantener una capacidad de producción de alimentos basada en un sistema de producción agrícola diversificado – que respete la biodiversidad, la capacidad de producción de la tierra, los valores culturales, la preservación de los recursos naturales – para garantizar la independencia y soberanía alimentaria de las poblaciones;
- suministrar precios competitivos para los agricultores (hombres e mujeres), lo que supone um poder para proteger los mercados internos contra las importaciones de bajos precios;
- regula la producción de los mercados internos para abolir la creación de excedentes;
- detener el proceso de industrialización de los métodos de producción y desarrollar una producción sostenible basada en familia agraria;
- abolir cualquier ayuda a la exportación directa o indirecta; (DESMARAI, 2007, *apud* RAMOS FILHO, 2015, p. 59-60)

Diante do exposto, considera-se a soberania alimentar para além de um projeto de segurança nacional que subjaz ao conceito de segurança alimentar. A soberania alimentar pressupõe o rompimento drástico com todo o pacote do agronegócio – monocultura, latifúndio, importações tecnológicas, exportação da produção e exposição às leis de mercado –, propondo um modelo muito mais popular e nacional baseado no mercado interno, na produção diversificada com respeito à biodiversidade, aos valores e aos saberes dos povos tradicionais, na participação da mulher, na produção sustentável e na proteção e regulação do mercado de alimentos por parte do Estado. Para Stédile e Carvalho (2012):

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países,

a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (STÉDILE E CARVALHO, 2012, p 717)

Os autores problematizam as políticas públicas dos Estados, que deveriam gerar condições necessárias para garantir os vínculos entre os produtores de alimentos e o próprio povo do território. Para isso deve haver um direcionamento de suas ações. Já que no conceito de segurança alimentar, a alimentação tem sido vista apenas como recurso de poder, que gera capital para as grandes corporações.

Através da teoria dos regimes alimentares pode-se perceber que no capitalismo o alimento tem sido utilizado como um recurso de poder e não como bem social. Por isso, as grandes potências capitalistas fazem uso do mercado de alimentos para expandir seus interesses, sejam eles econômicos, políticos ou culturais. Isso fica evidente na atualidade, através do regime alimentar corporativista, que tem sido o responsável para que os fluxos percorridos pelos alimentos no espaço se tornem cada vez maiores, ocasionando a separação entre os produtores e os consumidores. Como parte disso, tem sido implementado um modelo de alimentação globalizado, que é altamente baseado em bens processados, com baixo valor nutricional. (COCA, 2016, p. 28)

Para isso, não se pode entender a ideia de soberania alimentar separada da reprodução camponesa. Ela tem de estar no centro do processo, pois a partir do momento que o Estado garantir que a unidade familiar permaneça na terra produzindo alimentos saudáveis de forma sustentável observar-se-á uma importante transformação na soberania alimentar, havendo, também, uma diminuição considerável na expropriação desses povos.

O olhar para o futuro e para um projeto de país nos leva a considerar o projeto de soberania alimentar muito mais interessante para os anseios da nossa população. A política de aquisição de alimentos, por sua vez, pode se incluir nessa discussão. Pode-se dizer que esses programas deram mais visibilidade a esse debate. Embora seja importante enfatizar, como apontado anteriormente, que no Brasil a democratização do acesso à terra se antecipa a qualquer projeto de soberania nacional.

O conceito de Soberania Alimentar remete, além disso, a um conjunto mais amplo de relações: ao direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países. Nesta perspectiva, a noção de Soberania Alimentar incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis. (MEIRELLES, 2004, p. 11)

Meirelles (2004) elenca ainda um fator importantíssimo com relação à soberania alimentar, que é o direito dos povos definirem as suas próprias políticas agrárias e alimentares. Mostrando como a soberania alimentar é indissociável da construção de um ambiente democrático e participativo, onde os principais sujeitos com direito de escolha sejam as populações locais.

Entretanto, sabe-se que a mercadorização do acesso aos elementos essenciais à vida submete as populações de tal forma que compromete a própria democracia. Existem diferenças essenciais entre o processo de produção de alimentos e o processo de produção de commodities alimentares. O primeiro está vinculado a um modo de vida histórico carregado de valores humanos, já o segundo segue a ética do mercado.

Nos últimos anos (período pós-2016), a Reforma Agrária e as políticas públicas de proteção dos pequenos camponeses têm sido deixadas de lado, e a nossa população tem sido alijada de seus direitos mais basilares, como a alimentação.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) realizou inquérito populacional visando analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19. O inquérito nacional baseou-se na amostra probabilística de 2.180 domicílios, levando em consideração a localização dos domicílios (áreas urbanas e rurais) das cinco grandes regiões do país. As entrevistas foram realizadas face a face, no período de 05 a 24 de dezembro de 2020. As informações coletadas são pertinentes à Segurança Alimentar (SA) e à Insegurança Alimentar (IA), medidas por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual foi adotada pelo Governo Brasileiro a partir de 2004 nos inquéritos nacionais para a medida de IA na população. Estudos semelhantes foram realizados em 2004 e 2018.

De acordo com a classificação da EBIA (2013), há quatro graus na escala de segurança alimentar. Os dados são baseados no período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista:

- *Domicílios com Segurança Alimentar*, aqueles onde seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo.
- *Domicílios com Insegurança Alimentar Leve* são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis.
- *Domicílios com Insegurança Alimentar Moderada* os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento.
- *Domicílios com Insegurança Alimentar Grave*, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome. (IBGE, 2013).

Os resultados do inquérito mostraram que no ano de 2020, período de agravamento da pandemia no Brasil, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) estavam em situação de Segurança Alimentar. Os outros 55,2% se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar sendo que 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de IA grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%) (REDE PENSSAN, 2021). Segundo o relatório da Rede Penssan (2021, p. 13), “o agravamento da Insegurança Alimentar (IA) no Brasil revelado no inquérito ora divulgado é parte de um processo que já estava em curso de deterioração das condições de vida de um significativo contingente populacional e do aumento das desigualdades sociais”. Entre os principais fatores pode-se também observar que a diminuição do investimento nas políticas sociais que sobrevieram desde 2014 se associaram a pandemia, piorando a gravidade da situação.

Tabela 02 - Número de pessoas em situação de Segurança e Insegurança Alimentar em 2020

Macrorregiões	Total	Segurança Alimentar	IA leve	IA moderada	IA grave
Brasil	211.752.656	94.910.100	73.423.348	24.284.652	19.134.556
Grandes Regiões					
Norte	15.784.923	5.821.979	4.893.907	2.219.719	2.849.319
Nordeste	55.830.694	15.708.938	22.944.801	9.491.974	7.684.981
Centro-Oeste	16.512.384	7.716.552	5.715.511	1.934.023	1.146.298
Sudeste/Sul	123.624.655	65.662.631	39.869.129	10.638.937	7.453.958
Zona Residencial					
Urbana	181.242.978	82.709.666	63.347.618	19.725.548	15.460.147
Rural	30.509.678	12.200.434	10.075.730	4.559.105	3.674.409

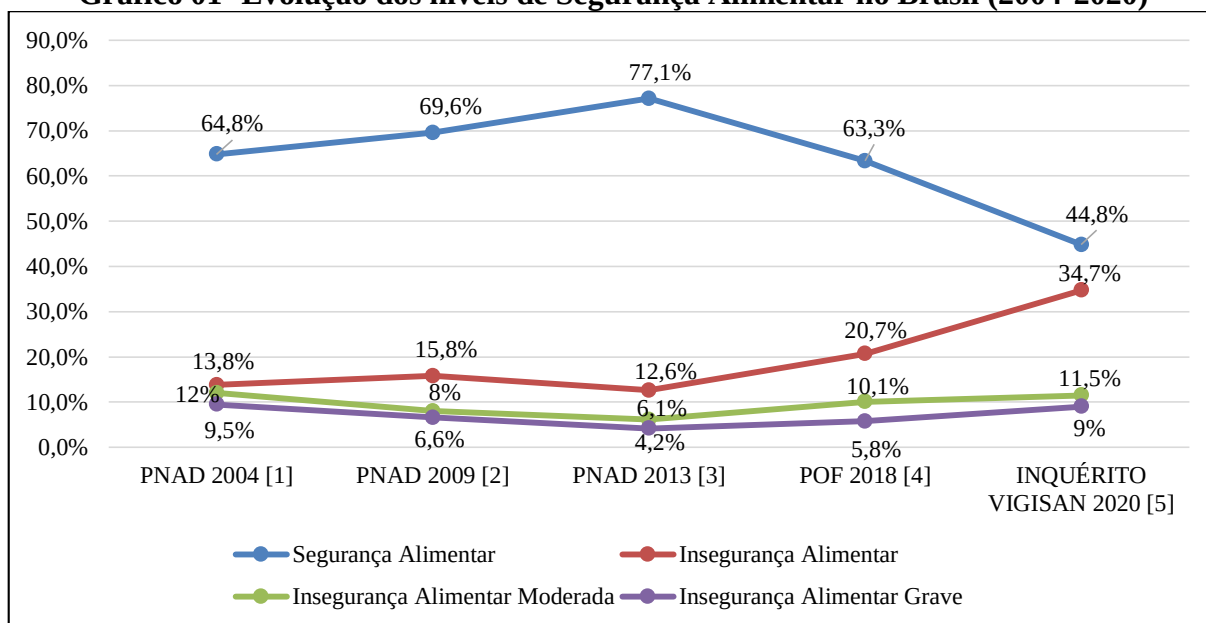
Fonte: Rede Penssan/Estimativa da População IBGE (2021)

Em números gerais, pode-se concluir a partir da pesquisa que, no Brasil, 116,8 milhões de pessoas não possuem acesso permanente e pleno à alimentação. Sendo que 43,4 milhões estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, que é quando não há quantidade de alimentos suficiente. E, o pior, 19,1 milhões passam fome cotidianamente.

Ainda segundo a pesquisa da Rede Penssan (2021), a insegurança alimentar cresceu em todo o país, mas as regiões Norte e Nordeste ainda são as mais atingidas pelo fenômeno. Sendo que o índice de insegurança alimentar atingiu patamares superiores a 60% no Norte e 70% no Nordeste, muito acima dos 55,2% da média nacional. Com relação à insegurança alimentar grave, ou seja, de fome cotidiana, os patamares chegam a 18,1% na região Norte e 13,8% na região Nordeste, acima dos 9% da média nacional. Ainda segundo o instituto, o Nordeste tem o maior número absoluto de pessoas nessa condição, são quase 7,7 milhões. E no Norte está a maior desproporção, já que possui 14,9% do total das pessoas que passam fome, mas por outro lado possui apenas 7,5% da população total.

Outra informação importante mostrada pelo diagnóstico, é que a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome é realidade em 12% da população rural, o que denota que tem aumentado as dificuldades econômicas para camponeses, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros. Infelizmente, a crise sanitária apenas tem piorado números que já estavam em evolução.

Gráfico 01- Evolução dos níveis de Segurança Alimentar no Brasil (2004-2020)



Fonte: Inquérito VIGISAN 2020. A partir de dados analisados da [1] Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2003-2004; [2] Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2008-2009; [3] Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2013-2014; [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares e [5] Inquérito VIGISAN.

Apesar do problema ser histórico, observa-se que o conjunto de políticas públicas voltadas para a redução da fome e da pobreza, entre elas o PAA e o PNAE, pode ser apontado como um dos principais fatores que conseguiram atenuar o problema entre 2004 e 2013. A situação de insegurança alimentar grave chegou a cair para 4,2%, o menor indicador desde que começou a ser medida. Esses indicadores levaram a ONU, através da FAO, a excluir o Brasil

do Mapa da Fome a partir do final do ano de 2013. Infelizmente, em 2018, o IBGE confirmou que o Brasil havia retornado ao mapa, pois esse número havia ultrapassado os 5%.

2.2 O papel estratégico da agricultura camponesa para a soberania alimentar brasileira

A atenção por parte do Estado no fomento de políticas públicas para o campesinato é fundamental para a diminuição da fome e da pobreza extrema no Brasil. Não pensar na reprodução camponesa como parte do processo para a redução do problema é simultaneamente colocar o futuro do país nas mãos de grandes empresas transnacionais que, em sua grande maioria, têm compromisso apenas com o mercado.

Notadamente, os dados apontam para um futuro incerto no que diz respeito à soberania alimentar nacional, na medida em que crescem assustadoramente no Brasil as áreas com culturas não alimentares e as áreas com culturas alimentares destinadas à exportação, inclusive visando a engorda de animais em outros países. Ao mesmo tempo, ao longo dos últimos anos, vem sendo percebida uma inflação⁸⁹ nos preços dos alimentos provenientes da agricultura camponesa, possivelmente resultado do aumento da demanda e da diminuição da oferta, bem como do interesse na exportação para o mercado externo que se mostra mais lucrativa para o agronegócio.

Recentemente, o texto *Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006*, assinado por Mitidiero Jr, Barbosa e Sá (2018), polemizou os bastidores da comunidade científica da geografia agrária. Sobretudo por reafirmar aquilo que já vinha sendo dito pelos portais oficiais do governo brasileiro, como o Portal Brasil: que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção dos alimentos consumidos no país. Embasados pelos números do Censo Agropecuário do IBGE (2006), a crítica do texto se estendeu ainda ao golpe a este anuário estatístico, que para o decênio seguinte, em 2017, devido aos cortes de orçamento, teve de ser drasticamente reduzido, principalmente em aspectos importantes e esclarecedores para o controle do território, como, por exemplo, o valor dos empréstimos concedidos por tipo de agricultura.

Essa problematização gerou polêmica, justamente porque, segundo o mesmo texto, o Censo Agropecuário de 2006, apesar de apresentar inúmeras incoerências metodológicas que

⁸⁹ Em 2016, o quilo do feijão carioca, alimento diário típico do Nordeste, especificamente na região de Petrolina-PE saiu dos 5,00 reais de média e chegou a ultrapassar os 10,00 reais, como indica notícia do Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2016/06/preco-do-feijao-dispara-nos-supermercados-de-petrolina-pe.html>. Acesso em: 11 mar. 2022.

beneficiavam a agricultura patronal, mostrou em dados oficiais a forte representação da agricultura camponesa. Premissa esta que revoltou ferrenhos defensores⁹⁰ de que o agronegócio é o motor e o coração da economia brasileira.

No entanto, a agricultura camponesa demonstrou ser muito mais estratégica para a economia nacional, como a principal fonte de alimentos produzidos no país. Essa expressiva participação da agricultura camponesa, mesmo diante da histórica falta de compromisso do Estado brasileiro com essa população, denota a importância da disputa por políticas públicas para o fomento desse setor.

Mitidiero Jr, Barbosa e Sá (2018), depois de uma extensa crítica aos critérios utilizados pelo IBGE e aos estudos realizados pela CNA, propõem uma metodologia baseada nos dados do Censo Agropecuário de 2006, dividindo os produtores rurais por grupo de áreas (tamanhos dos estabelecimentos), em detrimento da metodologia utilizada pelo IBGE, que utiliza as categorias agricultura familiar (Lei 11.326/2006) e agricultura patronal. Os grupos considerados foram os seguintes: de 0 a 200 hectares, pequenos estabelecimentos; de 200 a 1000 hectares, médios, e acima de 1000 hectares, os grandes. Depois de comparar a quantidade e o valor da produção de cada um dos itens do Censo, foi confrontada com os grandes, nos padrões acima mencionados, uma nova categoria, os estabelecimentos “quase pequenos” (de 0 a 10 há), e o resultado foi devastador.

Os dados definitivos do Censo Agropecuário de 2017, publicados apenas no final de outubro de 2019, também foram esclarecedores. Eles revelam a alta produtividade dos pequenos estabelecimentos em relação aos maiores, derrubando os maiores mitos sobre o campo brasileiro, sobre o latifúndio e agronegócio. Também nos dá clareza sobre a necessidade de racionalizar o uso da terra no Brasil a partir de uma profunda Reforma Agrária, que quebre essa monopolização do território nas mãos de uma pequena parcela da população que se perpetua no controle de grandes latifúndios, beneficiando-se da especulação imobiliária e do uso da propriedade da terra como garantia creditícia a juros subsidiados. Para completar, revela, notadamente, onde deve estar o alvo das políticas públicas que valorizem a soberania alimentar e visem o extermínio da fome da pobreza extrema.

⁹⁰ É o caso das pesquisas produzidas por Antonio Marcio Buainain, Zander Navarro, Eliseu Alves e José Maria da Silveira. Estes autores assinam o texto “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*”. Os mesmos autores organizaram um livro com o título “*O Mundo Rural no Brasil no Século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*” (MITIDIERO JR, BARBOSA E SÁ, 2017, p.59). Entre outros textos nos quais pretende-se negar que o campesinato produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Redimensionando a proposta da metodologia citada anteriormente, decidiu-se trabalhar com estabelecimentos menores de 50 hectares⁹¹, entendendo que esse número se aproxima mais da realidade da pequena e média produção de alimentos no país, uma vez que esses são razoavelmente considerados pequenos na imensa maioria dos estados do Brasil. Por isso, os dados passam a ser irrefutáveis quando comparados os dois extremos: os estabelecimentos com menos de 50 hectares e os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, justificando, por conseguinte, essa escolha.

Essa metodologia demonstra claramente o cenário de quem produz comida no Brasil e para onde devem ser direcionados os investimentos das políticas públicas de combate à fome (estabelecimentos com menos de 50 hectares).

O Censo Agropecuário do IBGE de 2017 identificou um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, somando uma área total de 351.289.316 hectares. Os *maiores que 1000 hectares* somam 51.203 unidades, o que equivale a apenas 1% do total. Entretanto, eles somam uma área de 167.227.511 hectares, o que equivale a 47,6% da área agrícola total, ou seja, praticamente a metade do território pesquisado pelo censo.

Por outro lado, os estabelecimentos *menores de 50 hectares* somam 4.130.208 unidades, o que equivale a 81,4% desses. No entanto, possuem juntos uma área de 44.861.698 hectares, o que equivale a apenas 12,8% da área total dos estabelecimentos considerados pelo censo.

O que permite concluir que, proporcionalmente, comparando os dois grupos, o número de estabelecimentos *menores de 50 hectares* é 80 vezes maior do que o número dos estabelecimentos *maiores que 1000 hectares*. Entretanto, quando se compara a área total, a somatória dos estabelecimentos *maiores que 1000 hectares* ocupa uma área 4 vezes superior à área ocupada pelos estabelecimentos *menores de 50 hectares*. Se realmente os grandes estabelecimentos fossem mais produtivos, a produção deveria se refletir na mesma proporção (4x1), o que não se configura segundo o censo.

A diferença abissal colocada pelas supostas melhores condições de produção de alimentos nos grandes estabelecimentos não se efetiva na prática. Inclusive, é importante ressaltar que deveria até ser maior, já que historicamente as terras ocupadas pelos camponeses foram as marginais aos sistemas produtivos dominantes e exploradas por produtores de baixo nível educacional e de menor poder aquisitivo. (WANDERLEY, 1979).

Também resolveu-se expor apenas os dados relativos ao volume da produção, já que os dados sobre o valor da produção repetem a mesma tendência. Com relação à lavoura temporária

⁹¹ Sabe-se, inclusive, que em algumas regiões do país um estabelecimento menor que 50 hectares não é suficiente para o sustento de uma família.

ficou claro que mesmo tendo uma área maior, na proporção acima, quem coloca comida na mesa dos brasileiros é predominantemente os menores estabelecimentos, os dados explorados podem ser consultados nas tabelas a seguir:

Tabela 03 – Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras permanentes) entre estabelecimentos agropecuários menores 50 ha e maiores de 1000 ha – 2017

Lavouras permanentes	Total	Menor que 50 ha	%	1000 ha acima	%
Abacate (Toneladas)	150627	52472	34,84	1169	0,78
Açaí (fruto) (Toneladas)	280332	185295	66,10	9945	3,55
Acerola (Toneladas)	60966	52969	86,88	1115	1,83
Agave, sisal (fibra) (Toneladas)	37074	18442	49,74	2745	7,40
Agave, sisal (folha) (Toneladas)	9577	5228	54,59	0	0,00
Algodão arbóreo (Toneladas)	11	8	72,73	0	0,00
Ameixa (Toneladas)	45614	29059	63,71	0	0,00
Amora (folha) (Toneladas)	127141	122330	96,22	0	0,00
Amora (fruto) (Toneladas)	2796	2402	85,91	0	0,00
Atemoia (Toneladas)	4840	2745	56,71	0	0,00
Azeitona (oliveira) (Toneladas)	1205	316	26,22	40	3,32
Banana (Toneladas)	4025937	2349974	58,37	144783	3,60
Borracha (látex líquido) (Toneladas)	6210	1465	23,59	672	10,82
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	82245	24268	29,51	11113	13,51
Cacau (amêndoa) (Toneladas)	159856	70805	44,29	5724	3,58
Café arábica em grão (verde) (Toneladas)	1880438	758698	40,35	190577	10,13
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) (Toneladas)	476373	265859	55,81	18158	3,81
Caju (castanha) (Toneladas)	51278	30448	59,38	7276	14,19
Caju (fruto) (Toneladas)	45005	29419	65,37	1975	4,39
Camu-camu (Toneladas)	26	16	61,54	0	0,00
Caqui (Toneladas)	65480	43682	66,71	2430	3,71
Carambola (Toneladas)	1726	974	56,43	0	0,00
Chá-da-Índia (Toneladas)	1972	1134	57,51	0	0,00
Coco-da-baía (Mil frutos)	920155	352797	38,34	112365	12,21
Cravo-da-Índia (Toneladas)	1476	1279	86,65	0	0,00
Dendê (coco) (Toneladas)	837686	30907	3,69	192143	22,94
Ervamate (Toneladas)	250112	164337	65,71	8616	3,44
Figo (Toneladas)	6823	6300	92,33	5	0,07
Fruta-de-conde (Toneladas)	8753	6758	77,21	0	0,00
Goiaba (Toneladas)	146828	101274	68,97	7112	4,84
Graviola (Mil frutos)	7569	5569	73,58	0	0,00
Guaraná (Toneladas)	1496	987	65,98	31	2,07

Jabuticaba (Toneladas)	3751	2202	58,70	0	0,00
Jaca (Mil frutos)	4113	1619	39,36	44	1,07
Jambo (Toneladas)	69	11	15,94	0	0,00
Kiwi (Toneladas)	5659	3001	53,03	0	0,00
Laranja (Toneladas)	15682455	1164264	7,42	7976560	50,86
Lichia (Toneladas)	5103	2786	54,60	0	0,00
Lima (Toneladas)	4835	2982	61,68	0	0,00
Limão (Toneladas)	612546	273561	44,66	49321	8,05
Louro (folha) (Toneladas)	897	490	54,63	0	0,00
Maçã (Toneladas)	1127273	296184	26,27	178780	15,86
Manga (Toneladas)	605956	257797	42,54	43293	7,14
Mamão (Toneladas)	655553	135787	20,71	109332	16,68
Maracujá (Toneladas)	261694	212241	81,10	2003	0,77
Nectarina (Toneladas)	4250	2283	53,72	0	0,00
Nêspera (Toneladas)	830	729	87,83	0	0,00
Noz (europeia, pecã) (Toneladas)	1772	570	32,17	637	35,95
Palmito (Toneladas)	93653	45129	48,19	6409	6,84
Pera (Toneladas)	10723	6203	57,85	0	0,00
Pêssego (Toneladas)	136924	104316	76,19	381	0,28
Pimenta-do-reino (Toneladas)	46899	30301	64,61	1788	3,81
Pitaia (Toneladas)	1459	1080	74,02	0	0,00
Pitanga (Toneladas)	199	72	36,18	0	0,00
Romã (Toneladas)	279	222	79,57	0	0,00
Tangerina, bergamota, mexerica (Toneladas)	437290	253220	57,91	9594	2,19
Urucum (semente) (Toneladas)	8154	5652	69,32	0	0,00
Uva (mesa) (Toneladas)	334198	202524	60,60	7674	2,30
Uva (vinho ou suco) (Toneladas)	831187	734618	88,38	22533	2,71
Pupunha (cacho frutos) (Toneladas)	8873	4235	47,73	0	0,00
Cupuaçu (Toneladas)	21240	11027	51,92	391	1,84
Outros produtos (Toneladas)	64492	33423	51,83	3663	5,68

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

A diferença fica clara quando observamos, a partir desta metodologia, que a produção de vários alimentos presentes diariamente na mesa dos brasileiros concentra-se nos estabelecimentos *menores de 50 hectares*. Quanto às lavouras permanentes, podemos destacar o café, bebida diária dos brasileiros: o café arábica corresponde a (40,35%) e o café canéfora, nas variações robusta e conilon (55,81%).

Na fruticultura o predomínio é também dos estabelecimentos *menores de 50 hectares*, com superioridade no abacate (34,84%), açaí (66,10%), acerola (86,88%), ameixa (63,71%), amora folha (96,22%), atemoia (56,71%), azeitona (26,22%), banana (58,37%), cacau (44,29%), caju (65,37%), castanha de caju (59,38%), camu-camu (61,54%), caqui (66,71%),

carambola (56,43), coco-da-baía (38,34%), cupuaçu (51,92%), figo (92,33%), fruta do conde (77,21%), goiaba (68,97%), graviola (73,58%), guaraná (65,98%), jabuticaba (58,70%), jaca (39,39%), jambo (15,94%), kiwi (53,03%), lichia (54,60%) lima (61,68%), limão (44,66%), maçã (26,27%) manga (42,54%), mamão (20,21%) maracujá (81,10%), nectarina (53,72%), nêspora (87,83%), pera (57,85%), pêssogo (76,19%), pitaia (74,02%), pitanga (36,18%), pupunha (47,73), romã (79,57%), tangerina, bergamota, mexerica (57,91%), urucum (69,32%) uva mesa e uva vinho ou suco, respectivamente (60,60 e 88,38%).

Nesses estabelecimentos, constatou-se também superioridade na produção de ervas destinadas à composição de chás e condimentos, como o chá-da-índia (57,51%), a erva-mate (65,71%), o louro (54,63%), o cravo-da-índia (86,65%) e a pimenta-do-reino (64,61%). Além do palmito (48,19%).

Alguns outros poucos produtos tiveram superioridade nas áreas *maiores de 1000 hectares*, como a laranja (50,86%), a noz europeia ou pecan (35,95%) que registrou percentual muito parecido com o outro grupo e o dendê coco (22,94%), já esperado por necessitar de extensas áreas florestais.

Tabela 04 - Brasil - Confronto do volume de produção (lavouras temporárias) entre estabelecimentos agropecuários menores 50 ha e maiores de 1000 ha –2017

Lavoura temporária (Unidade de medida)	Total	Menor que 50 ha	%	De 1000 ha acima	%
Abacaxi (Mil frutos)	711220	425198	59,78	24429	3,43
Abóbora, moranga, jerimum (Toneladas)	417839	237577	56,86	29110	6,97
Algodão herbáceo (Toneladas)	3747411	1822	0,05	3650299	97,41
Alho (Toneladas)	99413	21256	21,38	13890	13,97
Amendoim em casca (Toneladas)	370249	22573	6,10	76038	20,54
Arroz em casca (Toneladas)	11056719	783691	7,09	5392219	48,77
Aveia branca em grão (Toneladas)	776069	99684	12,84	230182	29,66
Batata-inglesa (Toneladas)	1996145	226530	11,35	706526	35,39
Cana-de-açúcar (Toneladas)	638689875	9918271	1,55	529956332	82,98
Cebola (Toneladas)	802394	481133	59,96	10579	1,32
Centeio em grão (Toneladas)	4170	217	5,20	1732	41,53
Cevada em casca (Toneladas)	238526	19173	8,04	91507	38,36
Colza (canola) (Toneladas)	18845	2120	11,25	4719	25,04
Ervilha em grão (Toneladas)	4359	441	10,12	2372	54,42
Fava em grão (Toneladas)	21109	18047	85,49	16	0,08
Feijão preto em grão (Toneladas)	393710	154354	39,20	59609	15,14
Feijão de cor em grão (Toneladas)	1292645	124427	9,63	681014	52,68
Feijão fradinho em grão (Toneladas)	458069	150471	32,85	228434	49,87
Feijão verde (Toneladas)	70542	41729	59,15	17388	24,65

Fumo em folha seca (Toneladas)	610405	569565	93,31	0	0,00
Gergelim (semente) (Toneladas)	4499	197	4,38	2192	48,72
Girassol (semente) (Toneladas)	71362	496	0,70	57025	79,91
Juta (fibra) (Toneladas)	100	21	21,00	0	0,00
Linho (fibra) (Toneladas)	1924	149	7,74	0	0,00
Malva (fibra) (Toneladas)	3466	2919	84,22	0	0,00
Mamona (Toneladas)	12134	10064	82,94	0	0,00
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	6559289	4213325	64,23	264790	4,04
Melancia (Toneladas)	826924	353621	42,76	114596	13,86
Melão (Toneladas)	244385	43131	17,65	81135	33,20
Milho em grão (Toneladas)	88099622	8274041	9,39	50846502	57,71
Rami (fibra) (Toneladas)	169	59	34,91	0	0,00
Soja em grão (Toneladas)	103156255	5960535	5,78	61527005	59,64
Sorgo em grão (Toneladas)	1690587	35453	2,10	923608	54,63
Sorgo vassoura (Toneladas)	4106	2205	53,70	0	0,00
Tomate rasteiro (industrial) (Toneladas)	1143922	117380	10,26	140636	12,29
Trigo em grão (Toneladas)	4681069	546501	11,67	1332515	28,47
Trigo preto em grão (Toneladas)	8638	316	3,66	1229	14,23
Triticale em grão (Toneladas)	17262	853	4,94	6334	36,69
Forrageiras para corte (Toneladas)	1939864	790956	40,77	194436	10,02
Cana forrageira (Toneladas)	5174583	1403070	27,11	1071564	20,71
Milho forrageiro (Toneladas)	39284175	19016255	48,41	2827936	7,20
Palma forrageira (Toneladas)	2875034	1802010	62,68	60069	2,09
Sorgo forrageiro (Toneladas)	2583083	456736	17,68	910822	35,26
Outros produtos (Toneladas)	595221	132329	22,23	203914	34,26
Sementes de algodão (produzidas para plantio) (Toneladas)	322	1	0,31	0	0,00
Sementes de arroz (produzidas para plantio) (Toneladas)	44387	8706	19,61	5328	12,00
Sementes de feijão (produzidas para plantio) (Toneladas)	7530	566	7,52	1371	18,21
Sementes de milho (produzidas para plantio) (Toneladas)	453848	2134	0,47	312167	68,78
Sementes de soja (produzidas para plantio) (Toneladas)	479984	3084	0,64	388547	80,95
Sementes de trigo (produzidas para plantio) (Toneladas)	41938	814	1,94	32328	77,09
Sementes de forrageiras (produzidas para plantio) (Toneladas)	96746	5621	5,81	47591	49,19
Sementes de batata-inglesa (produzidas para plantio) (Toneladas)	22525	2129	9,45	0	0,00
Toletes de cana-de-açúcar (produzidas para plantio) (Toneladas)	741217	1665	0,22	714384	96,38
Sementes e outras formas de propagação de outros produtos	42908	2988	6,96	22476	52,38

(produzidas para plantio)
(Toneladas)

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017

Quanto às lavouras temporárias, destacam-se, primeiramente, os diversos tipos de feijão, elemento típico da dieta nacional. Nesse caso, os estabelecimentos *menores de 50 hectares* revelaram a supremacia sobre os itens: feijão preto em grão (39,20%), feijão verde (59,15%), e assemelhados como a fava (85,49%). Outros produtos importantes na dieta nacional também se destacam como: a mandioca (64,23%), o abacaxi (59,78%), a abóbora (56,86%), o alho (21,38%), a melancia (42,76%) e a cebola (59,96%).

Por outro lado, no caso das lavouras temporárias, os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares* obtiveram superioridade em alguns produtos alimentares, como no feijão de cor (52,68%), feijão fradinho (49,87%), amendoim (20,54%) melão (33,20%) arroz em casca (48,67,0%), trigo (28,47%), batata inglesa (35,39%), milho em grão (57,71%) e tomate industrial (12,29%), sendo que para esse último o grosso da produção está nos estabelecimentos médios.

Também se constata superioridade em alguns outros produtos que têm pequena expressão da produção no Brasil e contribuem pouco para a tradicional mesa brasileira, como a aveia (29,66%), a ervilha em grão (54,42%) e a cevada em casca (38,36%). Já a cana-de-açúcar (82,98%), a soja (59,64%), girassol sementes (79,91%), gergelim sementes (48,72), algodão herbáceo (97,41%) apresentaram dados já esperados, dado o alto percentual de exportação da soja, a alta participação da cana-de-açúcar para a produção de combustível, e a destinação dos outros itens para a produção de biocombustíveis e para a indústria de tecidos. Dados que revelam o largo aproveitamento das terras brasileiras para culturas não alimentares, como o caso do algodão e do girassol.

Tabela 05 - Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (horticultura) entre estabelecimentos agropecuários menores de 50 ha e maiores de 1000 ha –2017

Horticultura	Total	Menor que 50 há	%	De 1000 há acima	%
Abobrinha (Toneladas)	158518	142200	89,71	80	0,05
Acelga (Toneladas)	52239	44241	84,69	1	0,00
Agrião (Toneladas)	23222	22517	96,96	1	0,00
Aipo (Toneladas)	4711	4421	93,84	0	0,00
Alcachofra (Toneladas)	826	765	92,62	0	0,00
Alcaparra (Toneladas)	2	0	0,00	0	0,00
Alecrim (Toneladas)	573	568	99,13	0	0,00
Alface (Toneladas)	671509	616579	91,82	173	0,03
Alho-poró (Toneladas)	12655	12067	95,35	0	0,00

Almeirão (Toneladas)	23485	22100	94,10	4	0,02
Aspargo (Toneladas)	49	43	87,76	0	0,00
Batata-baroa (mandioquinha) (Toneladas)	51391	23505	45,74	3865	7,52
Batata-doce (Toneladas)	350512	220269	62,84	2740	0,78
Berinjela (Toneladas)	71914	66579	92,58	0	0,00
Bertalha (Toneladas)	1315	1298	98,71	0	0,00
Beterraba (Toneladas)	134969	65181	48,29	9055	6,71
Boldo (Toneladas)	41	34	82,93	0	0,00
Brócolis (Toneladas)	150017	130688	87,12	635	0,42
Bucha (esponja vegetal) (Toneladas)	411	377	91,73	0	0,00
Camomila (Toneladas)	391	215	54,99	0	0,00
Cará (Toneladas)	33760	28363	84,01	0	0,00
Caruru (Toneladas)	1420	1394	98,17	0	0,00
Cebolinha (Toneladas)	97427	92443	94,88	67	0,07
Cenoura (Toneladas)	480252	83368	17,36	122649	25,54
Chicória (Toneladas)	23525	22747	96,69	5	0,02
Chuchu (Toneladas)	271344	247450	91,19	0	0,00
Coentro (Toneladas)	120583	115017	95,38	199	0,17
Cogumelos (Toneladas)	12730	12090	94,97	0	0,00
Couve (Toneladas)	161986	143824	88,79	45	0,03
Couve-flor (Toneladas)	140067	128119	91,47	114	0,08
Erva-doce (Toneladas)	559	509	91,06	0	0,00
Ervilha (vagem) (Toneladas)	6148	3933	63,97	0	0,00
Espinafre (Toneladas)	17413	16728	96,07	0	0,00
Gengibre (Toneladas)	23626	21611	91,47	30	0,13
Hortelã (Toneladas)	7237	6977	96,41	0	0,00
Inhame (Toneladas)	104285	90796	87,07	0	0,00
Jiló (Toneladas)	78851	70797	89,79	79	0,10
Lentilha (Toneladas)	8	0	0,00	0	0,00
Manjeriço (Toneladas)	2432	2328	95,72	0	0,00
Maxixe (Toneladas)	27039	25092	92,80	6	0,02
Milho verde (espiga) (Toneladas)	348904	171466	49,14	83776	24,01
Morango (Toneladas)	139508	132425	94,92	0	0,00
Mostarda (semente) (Toneladas)	1102	1056	95,83	0	0,00
Nabiça (Toneladas)	78	63	80,77	0	0,00
Nabo (Toneladas)	2916	2607	89,40	0	0,00
Orégano (Toneladas)	153	151	98,69	0	0,00
Pepino (Toneladas)	184161	171991	93,39	38	0,02
Pimenta (Toneladas)	28270	24355	86,15	19	0,07
Pimentão (Toneladas)	224286	191516	85,39	840	0,37
Quiabo (Toneladas)	111967	99704	89,05	116	0,10
Rabanete (Toneladas)	8031	7553	94,05	2	0,02

Repolho (Toneladas)	467622	382018	81,69	9736	2,08
Rúcula (Toneladas)	40527	37647	92,89	9	0,02
Salsa (Toneladas)	51084	47184	92,37	3	0,01
Taioba (Toneladas)	1657	1521	91,79	0	0,00
Tomate (estaqueado) (Toneladas)	1291379	885768	68,59	6710	0,52
Vagem (feijão vagem) (Toneladas)	42945	40259	93,75	0	0,00
Outros produtos (Toneladas)	16224	14966	92,25	0	0,00
Sementes (produzidas para plantio) (Toneladas)	737	509	69,06	0	0,00
Mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio) (Mil unidades)	1841238	1777807	96,55	0	0,00

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No caso da horticultura, tendo em vista as suas especificidades, tradicionalmente praticadas em pequenas áreas, foi praticamente desnecessário comparar os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares* com os *menores de 50 hectares*, já que o dado da última coluna do quadro acima, em pouquíssimos casos, ultrapassou 1%. Esse dado é importante, porque devido à tendência de aumento da demanda de produtos hortícolas nos últimos anos, sabe-se, necessariamente, que eles vêm preponderantemente desse extrato.

A produção de horticultura em estabelecimentos *menores de 50 hectares* apresentou superioridade em relação aos grandes nos seguintes itens: abobrinha (89,71%), acelga (84,69%), agrião (96,96%), aipo (93,84%) alcachofra (92,62%), alecrim (99,13%), alface (91,82%), alho-poró (95,35%), almeirão (94,10%), aspargo (87,76%), batata baroa (45,74%), batata doce (62,84%), berinjela (92,58%), bertalha (98,71%), beterraba (48,29%), boldo (82,93%), brócolis (87,12%), camomila (54,99%), cará (84,01%), caruru (98,17%), cebolinha (94,88%), chicória (96,69%), chuchu (91,19%), coentro (95,38%), cogumelos (94,97%), couve (88,79%), couve-flor (91,47%), erva-doce (91,06%), ervilha (63,97%), espinafre (96,07%), gengibre (91,47%), hortelã (96,41%), inhame (87,07%), jiló (89,79%), manjerição (95,72%), maxixe (92,80%) milho verde (49,14%) morango (94,92%), mostarda sementes (95,83%), nabiça (80,77%), nabo (89,40%), orégano (98,69%), pepino (93,39%), pimenta (86,15%), pimentão (85,39%), quiabo (89,05%) rabanete (94,05%), repolho (81,69%), rúcula (92,89%), salsa (92,37%), taioba (91,79%), tomate (68,59%), vagem (93,75%) e na categoria outros produtos (92,25%).

A única exceção é a cenoura (25,54%), que apresentou superioridade nos estabelecimentos *maiores de 1000 hectares*, sendo que, neste caso específico, o grosso da produção está no intervalo dos extratos.

Tabela 06 - Brasil – Confronto do volume de produção (extração vegetal) menores de 50 há, maiores de 1000 ha e produtor sem área – 2017

Extração Vegetal	Total	Menor que 50 há	%	De 1000 há acima	%	Produtor sem área	%
Açaí (fruto) (Toneladas)	449825	362578	80,60	2045	0,45	22176	4,93
Andiroba (semente) (Toneladas)	659	509	77,24	0	0,00	45	6,83
Araticum (fruto) (Toneladas)	64	62	96,88	0	0,00	1	1,56
Babaçu (coco) (Toneladas)	67234	44620	66,37	17	0,03	17120	25,46
Babaçu (amêndoa) (Toneladas)	18907	10080	53,31	0	0,00	8045	42,55
Bacaba (fruto) (Toneladas)	3560	2284	64,16	9	0,25	398	11,18
Bacuri (Toneladas)	1827	1378	75,42	0	0,00	162	8,87
Baru (amêndoa) (Toneladas)	110	93	84,55	1	0,91	5	4,55
Borracha (látex líquido) (Toneladas)	397	81	20,40	107	26,95	6	1,51
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	1128	319	28,28	157	13,92	129	11,44
Buriti (coco) (Toneladas)	5182	3584	69,16	19	0,37	639	12,33
Buriti (palha) (Toneladas)	1137	444	39,05	0	0,00	31	2,73
Butiá (fibra) (Toneladas)	30	21	70,00	0	0,00	5	16,67
Cacau (amêndoa) (Toneladas)	663	420	63,35	0	0,00	65	9,80
Cagaita (fruto) (Toneladas)	13	4	30,77	0	0,00	-	0,00
Cajarana (Toneladas)	1912	1205	63,02	8	0,42	301	15,74
Camu-camu (fruto) (Toneladas)	44	23	52,27	0	0,00	X	0,00
Carnaúba (cera) (Toneladas)	333	120	36,04	0	0,00	X	0,00
Carnaúba (pó de palha) (Toneladas)	8792	3426	38,97	372	4,23	1259	14,32
Casca de angico (Toneladas)	3	0	0,00	0	0,00	-	0,00
Castanha-do-Brasil (castanha-do-Pará) (Toneladas)	27285	13872	50,84	1231	4,51	3369	12,35
Caucho (goma elástica) (Toneladas)	-	0	0,00	0	0,00	-	0,00
Copaíba (óleo) (Toneladas)	140	94	67,14	1	0,71	30	21,43
Cumaru (semente) (Toneladas)	79	52	65,82	0	0,00	3	3,80
Cupuaçu (Toneladas)	787	495	62,90	0	0,00	82	10,42
Erva-mate (Toneladas)	127721	59837	46,85	8939	7,00	X	0,00
Ipecacuanha (raiz) (Toneladas)	-	0	0,00	0	0,00	-	0,00
Jaborandi (folha) (Toneladas)	17	11	64,71	0	0,00	X	0,00
Jambu (folha) (Toneladas)	36	36	100,00	0	0,00	X	0,00
Juçara (fruto) (Toneladas)	138	138	100,00	0	0,00	-	0,00
Lenha (Mil metros cúbicos)	19448	14921	76,72	548	2,82	513	2,64
Licuri (coquilha) (Toneladas)	1736	1348	77,65	20	1,15	183	10,54
Licuri (cera) (Toneladas)	68	56	82,35	0	0,00	12	17,65
Maçaranduba (goma não elástica) (Toneladas)	1	1	100,00	0	0,00	-	0,00
Macaúba (fruto) (Toneladas)	133	122	91,73	0	0,00	5	3,76
Mangaba (fruto) (Toneladas)	2506	1002	39,98	5	0,20	1366	54,51

Maniçoba (goma elástica) (Toneladas)	4	1	25,00	0	0,00	X	0,00
Madeira em toras para papel (Mil metros cúbicos)	94	33	35,11	0	0,00	X	0,00
Madeira em toras outra finalidade (Mil metros cúbicos)	6095	2868	47,05	897	14,72	307	5,04
Murici (Toneladas)	588	501	85,20	1	0,17	42	7,14
Murumuru (semente) (Toneladas)	187	160	85,56	0	0,00	14	7,49
Palmito (Toneladas)	9384	6636	70,72	54	0,58	345	3,68
Oiticica (semente) (Toneladas)	1	0	0,00	0	0,00	-	0,00
Pequi (Toneladas)	17150	9582	55,87	167	0,97	5683	33,14
Piaçava (fibra) (Toneladas)	8196	3551	43,33	132	1,61	1305	15,92
Pinhão (Toneladas)	4447	2625	59,03	24	0,54	49	1,10
Pupunha (coco) (Toneladas)	1492	1203	80,63	0	0,00	62	4,16
Sorva (goma não elástica) (Toneladas)	54	53	98,15	0	0,00	X	X
Ucuuba (amêndoa) (Toneladas)	29	29	100,00	0	0,00	X	X
Imbú ou umbú (Toneladas)	5891	4457	75,66	17	0,29	434	7,37
Outros produtos (Toneladas)	44280	19853	44,84	591	1,33	6235	14,08
Tucumã (Toneladas)	5290	3984	75,31	97	1,83	61	1,15

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à extração vegetal, por incrível que pareça, quando analisamos os dados preferencialmente dos gêneros alimentícios produzidos, predominam os estabelecimentos *menores de 50 hectares*: como açaí (80,60%), araticum (96,88%), o babaçu amêndoa (53,31%), o babaçu coco (66,37%), bacaba (64,16%), bacuri (75,42%), baru (84,55%), buriti coco (69,16%), cacau (63,35%), cagaita (30,77%), cajarana (63,02%), camu-camu (52,27%), castanha-do-pará (50,84%), cupuaçu (62,90%), erva-mate (46,85%), imbú (75,66%), jambu (100%), juçara fruto (100%), licuri coquilho (77,65%), macaúba (91,73%), murici (85,20%) palmito (70,72%), pequi (55,87%), pupunha (80,63%), tucumã (75,31%), e no item outros produtos (44,84%) no confronto com os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares*. Há de se destacar também a grande quantidade de produtores sem área⁹². Se eles fossem somados àqueles que tem menos de 50 hectares a diferença seria ainda mais acentuada.

⁹² No caso do volume de produção da extração vegetal demonstrou-se importante identificar os produtores sem-área. Segundo o IBGE 2017 se identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento e informado que a administração da referida criação/produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário foi aberto para o empregado, como se fosse um novo estabelecimento agropecuário, no qual registrou-se todas as características referentes, todos os quantitativos, e aplicou-se todos os parâmetros da pesquisa, além de considerar este produtor empregado como um “Produtor sem área”. Este procedimento trouxe como consequência o incremento no número de estabelecimentos de produtores sem área, em relação aos Censos anteriores. Para o Censo Agropecuário 2017, não abriu-se questionário para este produtor empregado/morador e toda produção/criação referida a esta condição integraram o questionário do estabelecimento agropecuário.

Os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares*, apesar de cultivar área 4 vezes maior de que o grupo acima, como já citado, só obteve superioridade na extração de mangaba fruto (54,51%).

Tabela 07 – Brasil - Confronto na distribuição dos plantéis nos estabelecimentos agropecuários menores de 50 ha e maiores de 1000 ha - 2017

Rebanho por cabeça	Total	Menos de 50 há	%	Acima de 1000 há	%
Bovinos	172719164	32885192	19,04	58891140	34,10
Bubalinos	950173	138708	14,60	232056	24,42
Equinos	4236062	1586575	37,45	625928	14,78
Asininos	376874	262329	69,61	19103	5,07
Muare	615498	221932	36,06	158679	25,78
Caprinos	8260607	4850060	58,71	346625	4,20
Ovinos	13789345	6693777	48,54	1387816	10,06
Suínos	39346192	24784288	62,99	2383974	6,06
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	1362253509	927790084	68,11	47561999	3,49
Codornas	15281681	10886575	71,24	4182	0,03
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	3779132	2932946	77,61	48112	1,27
Perus	15636988	12613076	80,66	4583	0,03
Avestruzes	13791	4654	33,75	251	1,82
Coelhos	200345	170999	85,35	928	0,46

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação aos rebanhos, os estabelecimentos *menores de 50 hectares* no Brasil apresentaram superioridade na imensa maioria dos rebanhos, como de asininos (69,61%), avestruzes (33,75%), caprinos (58,71%), codornas (71,24%), coelhos (85,35%), equinos (37,45%), galinhas, galos, frangos e pintos (68,11%), muare (36,06%), ovinos (48,54%), patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões (77,61%), perus (80,66%) suínos (62,99%).

O grupo de estabelecimentos *maiores de 1000 hectares* foi destaque apenas em dois rebanhos: os bovinos (34,10%) e os bubalinos (24,2%). Vale ressaltar que os estabelecimentos *menores de 50 hectares* chegam a (19%) de bovinos e (14%) de bubalinos, sendo que o grosso da produção se encontra no intervalo entre os dois extratos. Esses números são facilmente explicados pelo alto percentual de exportação da carne bovina, e pela difusão no Brasil da pecuária extensiva.

Tabela 08 - Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (derivados da pecuária) menores de 50 ha e maiores de 1000 ha - 2017

Derivados da pecuária e aquicultura	Total	Menos de 50 ha	%	Acima de 1000 ha	%
Leite de vaca (mil litros)	30156279	15747489	52,22	845646	2,80
Leite de Búfala (mil litros)	88183	18905	21,44	8086	9,17
Leite de cabra (mil litros)	26100	18913	72,46	356	1,36
Leite de Ovelha (mil litros)	1652	932	56,42	67	4,06
Lã (toneladas)	7120	1133	15,91	2156	30,28
Ovos de codorna (mil dúzias)	315444	167953	53,24	38	0,01
Ovos de galinha (mil dúzias)	4672363	2345345	50,20	222410	4,76
Carne de rã (Quilogramas)	129329	91279	70,58	0	0,00
Mel (Mil toneladas)	31230	18688	59,84	176	0,56
Cera de abelha (toneladas)	387	242	62,53	2	0,52
Peixes (Toneladas)	382385	224342	58,67	42542	11,13
Camarões (Toneladas)	35804	11229	31,36	0	0,00
Ostras/vieiras (Mil dúzias)	2720	2592	95,29	0	0,00
Mexilhões (Toneladas)	5901	5867	99,42	0	0,00

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à produção dos derivados da pecuária repete-se a tendência anterior, de concentração da produção nos pequenos estabelecimentos *menores de 50 hectares*, leite de vaca (52,22%), leite de búfala (21,44%), leite de cabra (72,46%), leite de ovelha (56,42%), ovos de codorna (53,24%), ovos de galinha (50,20%), carne de rã (70,58%), mel (59,84%), cera de abelha (62,53%), peixes (58,67%), camarões (31,36%), ostras/vieiras (95,29%) e mexilhões (99,42%).

Neste segmento, os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares* destacam-se apenas na produção de Lã (30,28%), que não é alimentícia, além disso, o grosso da produção se encontra nos estabelecimentos médios.

Tabela 09 - Brasil – Confronto da distribuição do volume de produção (agroindústria rural) entre menores de 50 ha e maiores de 1000 ha - 2017

Agroindústria rural	Total	Menos de 50 ha	%	De 1000 ha acima	%
Aguardente de cana (Mil litros)	83409	38101	45,68	10874	13,04
Algodão em pluma (Toneladas)	554755	59	0,01	543565	97,98
Caroço de algodão (Toneladas)	203905	23	0,01	203864	99,98
Arroz em grão (Toneladas)	45282	20642	45,59	15962	35,25
Café torrado em grão (Toneladas)	9610	3706	38,56	0	0,00
Café torrado e moído (Toneladas)	5793	2922	50,44	0	0,00
Cajuína (Mil litros)	1730	984	56,88	0	0,00
Creme de leite (Toneladas)	736	551	74,86	0	0,00

Doces e geleias (Toneladas)	15482	11443	73,91	49	0,32
Farinha de mandioca (Toneladas)	706752	554459	78,45	2173	0,31
Fubá de milho (Toneladas)	35122	13492	38,41	1726	4,91
Fumo em rolo ou corda (Toneladas)	6876	6493	94,43	0	0,00
Legumes e verduras (processadas) (Toneladas)	21649	13142	60,70	2583	11,93
Licores (Mil litros)	2126	1302	61,24	0	0,00
Manteiga (Toneladas)	1645	890	54,10	35	2,13
Melado (Mil litros)	9539	8761	91,84	3	0,03
Óleos vegetais (Mil litros)	4589	1918	41,80	637	13,88
Pães, bolos e biscoitos (Toneladas)	24802	21839	88,05	156	0,63
Polpa de frutas (Toneladas)	37132	25103	67,60	35	0,09
Queijo e requeijão (Toneladas)	222652	124892	56,09	3428	1,54
Rapadura (Toneladas)	22615	18340	81,10	15	0,07
Sucos de frutas (Mil litros)	18646	14071	75,46	976	5,23
Vinho de uva (Mil litros)	24210	18864	77,92	119	0,49
Carne de bovinos (verde) (Toneladas)	53686	35958	66,98	4343	8,09
Carne de suínos (verde) (Toneladas)	37494	31375	83,68	971	2,59
Carne de outros animais(verde) (Toneladas)	29320	21490	73,29	497	1,70
Carne tratada (de sol, salgada) (Toneladas)	450	216	48,00	89	19,78
Embutidos (linguiças, salsichas, etc.) (Toneladas)	7278	6088	83,65	11	0,15
Couros e peles (Toneladas)	1389	1246	89,70	7	0,50
Carvão vegetal (Toneladas)	3758128	614816	16,36	2459730	65,45
Produtos de madeira (Mil metros cúbicos)	5935	2575	43,39	1814	30,56
Outros produtos (Toneladas)	305396	130409	42,70	61999	20,30
Goma ou tapioca (Toneladas)	36613	26705	72,94	2069	5,65

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à agroindústria rural, observa-se que os estabelecimento *menores de 50 hectares* têm superioridade em praticamente toda a produção alimentícia: aguardente de cana (45,68%), arroz em grão (45,59%), café torrado em grãos (38,56%), café torrado e moído (50,44%) cajuína (56,88%) creme de leite (74,86%), doces e geleias (73,91%), farinha de mandioca (78,45%), fubá de milho (38,41%), legumes e verduras (60,70%), licores (61,24%), manteiga (54,10%), melado (91,84%), óleos vegetais (41,80%), pães, bolos e biscoitos (88,05%), polpa de frutas (67,60%), queijo e requeijão (56,09%), rapadura (81,10%), sucos de frutas (75,46%) vinha de uva (77, 92%), carne de bovinos (66,98%), carne de suínos (83,68%),

carnes de outros animais (73,29%), carne de sol (48%), embutidos (83,65%), goma ou tapioca (72,94%) e no item outros produtos (42,70%).

Os estabelecimentos *maiores de 1000 hectares* neste segmento tiveram superioridade somente em culturas não alimentares como algodão em pluma (97,98%), caroço de algodão (99,98%) e carvão vegetal (65,45%).

O que se pode concluir a partir dos dados que apresentamos é que os estabelecimentos agropecuários menores de 50 hectares concentram a maior parte da produção de alimentos no Brasil, apesar de apresentar uma área que corresponde a um pouco mais de um décimo da área total dos estabelecimentos agropecuários. Esse quadro mostra que a política de soberania alimentar brasileira depende substancialmente do investimento em pequenos produtores.

2.3 Reprodução camponesa, migração rural-urbana e alimentação

Está também associada à lógica da reprodução camponesa a diminuição da migração rural-urbana e o aumento do consumo de alimentos saudáveis. Ao passo que as famílias consigam permanecer no campo, estabelecendo o seu modo de vida de maneira sustentável, a dimensão estratégica da reprodução camponesa se mostra fundamental para a diminuição de problemas seríssimos que assolam as cidades brasileiras, especialmente as médias e grandes. Para isso, é preciso estratégias eficazes do Estado para proteger o setor. Podemos identificar que todo o pacote tecnológico trazido pelo capitalismo no campo brasileiro, baseado na lógica da mecanização, dos transgênicos, da adubação química industrial, do uso de agrotóxicos etc., age de forma a piorar os dois problemas: a migração rural-urbana e a baixa qualidade da alimentação.

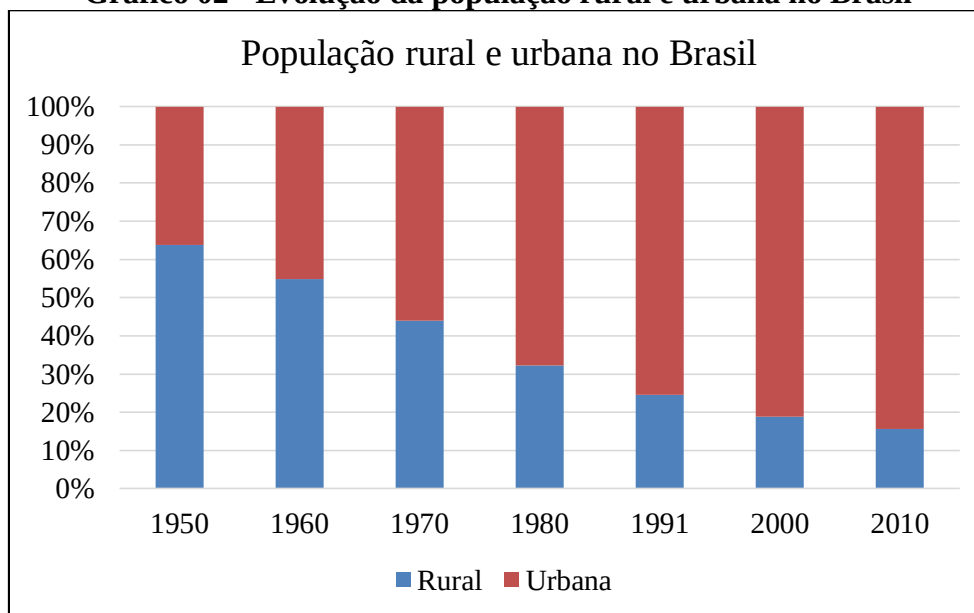
Segundo os dados do IBGE (2017), a população ocupada no campo soma um contingente de 17.549.443 pessoas, desse contingente 12.396.538 está ocupada nos estabelecimentos com até 50 hectares, ou seja, 70,6% da população ocupada no campo. Já os estabelecimentos superiores a 1000 hectares, que somam 47% da área total do território do censo, representam um contingente de 1.183.519 pessoas ocupadas, o que proporcionalmente representa 6,7% das pessoas ocupadas no campo. A lógica é que quanto mais se reduz o tamanho do estabelecimento maior é o percentual de pessoas ocupadas. O valor ínfimo de pessoas beneficiadas pelos latifúndios não justifica, por conseguinte, o percentual de financiamentos. Já que apenas 14,3% dos estabelecimentos com até 50 hectares recebem financiamento contra 28,9% dos estabelecimentos acima de 1000 ha. O valor dos financiamentos não foi levantado pelo IBGE no Censo Agropecuário 2017.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram com clareza que os maiores beneficiados pelos financiamentos no Brasil pertencem à classe abastada da agricultura brasileira. Enquanto aquela que mais emprega, que produz para o mercado interno e que possui o maior contingente de pessoas beneficiadas fica desprestigiada neste setor. Para Mitidiero Jr, Barbosa e Sá (2018):

O questionamento é muito simples: como é que os produtores rurais que possuem menos terra, mas “*botam comida na mesa dos brasileiros*”, receberam a menor parte dos recursos financeiros oferecidos? Por outra dimensão: como é que os grandes estabelecimentos rurais, responsáveis pela menor quantidade de comida produzida, abocanham a maior parte dos recursos, na sua maior parte, públicos? Certamente a resposta a esses questionamentos deve ressaltar a capacidade de resistência do campesinato às adversidades produzidas pelo mundo do mercado e as opções perversas assumidas pelos sucessivos governos que assumiram o Estado brasileiro. (MITIDIERO JR, BARBOSA E SÁ, 2018, p. 53)

A migração rural-urbana foi um dos fenômenos que mais marcaram o século XX no Brasil. O avanço do capitalismo no campo brasileiro se traduziu inequivocamente em expropriação de milhões de camponeses que deixaram a sua contribuição social para integrar uma população marginalizada nas grandes cidades. O avanço da modernização na agricultura e a opção do Estado brasileiro pela manutenção do latifúndio foram expulsando a população camponesa, deixando o interior do Brasil marcado pela paisagem monótona das grandes e vazias monoculturas, no sentido humano da palavra.

Gráfico 02 - Evolução da população rural e urbana no Brasil



Fonte: Sidra – Censo demográfico do IBGE (2010)

Infelizmente, essa situação leva-nos a entender que a atuação política do Estado e o seu compromisso em manter o *status quo* é decisiva quando se trata de acabar com a fome no Brasil ou mesmo reduzir a migração rural-urbana. Essa postura corrobora para a expropriação que leva necessariamente ao inchaço das grandes cidades e ao aumento dos problemas urbanos como: favelização, periferização, desemprego, aumento da violência urbana, impactos socioambientais etc.

O pouco nível de instrução dos camponeses jogados à mão do mercado, relega-os à qualquer sorte nas periferias urbanas, onde fatalmente serão marginalizados pelo próprio sistema. Não é difícil perceber pela transformação demográfica rural/urbana brasileira que a maior parte da população que mora nas periferias das grandes cidades descendem diretamente de migrantes camponeses ou são ex-camponeses.

Outra característica marcante do domínio do capitalismo no campo é a produção de alimentos de má qualidade, basicamente pela forma de processamento dos alimentos, como são os chamados produtos ultraprocessados e pelos altos índices de agrotóxicos utilizados por este seguimento da agricultura. Pesquisas apontam que este é o setor agrícola que mais prejudica a saúde dos trabalhadores e consumidores brasileiros. Como é sabido, o Brasil ocupa desde 2008 o primeiro lugar no ranking mundial de consumidores de agrotóxicos, mesmo não sendo o principal produtor agrícola do mundo. Essa situação mostra que o consumo de veneno no Brasil é altíssimo.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), no ano de 2016 o uso de agrotóxicos esteve presente em 1.681.470 unidades, ou seja, em 33,1% dos estabelecimentos. Enquanto 3.365.826 de unidades, isto é 66,3%, disseram não usar⁹³. Entre os estabelecimentos com menos de 50 hectares, 32,5% desses fazem o uso de agrotóxicos. Já entre aqueles com mais de 1000 hectares o uso de agrotóxico está presente em 51% dos estabelecimentos. Embora, já apareça uma diminuição considerável no índice, quando consideramos que a área dos estabelecimento com mais de 1000 hectares ocupam 47% do território brasileiro, esses números tendem a ser muito mais elevados e assustadores, já que os números do IBGE só aferem o total de estabelecimentos que usam e não a quantidade de veneno utilizada.

Considerando a estatística acima, quando se compra um produto advindo das grandes propriedades, a chance do alimento ter alta contaminação por parte de agrotóxico é muito maior. Entretanto, não podemos deixar de considerar que uma parte dos camponeses também utiliza o agrotóxico, como forma de tentar expandir seus cultivos, sendo assim vítimas diretas da atuação

⁹³ Ainda nesse quesito, segundo o IBGE (2017) outros 134.404 (2,4%) estabelecimento utilizam periodicamente agrotóxicos, mas declararam não utilizar no ano de referência do Censo.

dessas grandes empresas transnacionais, através da sujeição da renda da terra, que compromete também a autonomia relativa de que já tratamos antes. A professora Larissa Mies Bombardi (2013) chama atenção para a formação de gigantescos oligopólios formados pela indústria transnacional agroquímica, cerca de seis empresas que atuam no Brasil e que retiram vultosas rendas líquidas no país sem promover diretamente nenhum cultivo. Enquanto isso, o seu verdadeiro papel tem se constituído em adquirir grande parte da renda da terra de camponeses, contaminar os trabalhadores e a produção, bem como a água dos mananciais, o solo, e os biomas em geral.

Essas empresas têm impactado de modo nocivo a alimentação dos brasileiros, que silenciosamente consomem cerca de 20% de todo agrotóxico consumido mundialmente. Consumo este que, vale ressaltar, tem aumentado de forma muito significativa nos últimos anos (PELAEZ et al, 2015). Segundo Bombardi (2017, p. 33), “o consumo total⁹⁴ de agrotóxicos no Brasil saltou de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 15 anos”. Boa parte deles são enfaticamente recriminados na comunidade internacional ou proibidos na União Europeia por provocar efeitos extremamente nocivos à saúde humana como, por exemplo, o glifosato e o acefato. Os documentários “O veneno está na mesa” e “O veneno está na mesa II” do cineasta Silvio Tendler são um convite à reflexão da inserção do agrotóxico na mesa dos brasileiros, propondo uma reflexão sobre a importância da transição desse modelo para uma agricultura de base agroecológica. Esses documentários têm sido instrumento de reflexão, inclusive entre os segmentos mais abastados, sobre, os perigos da implantação desse modelo produtivo para toda a sociedade.

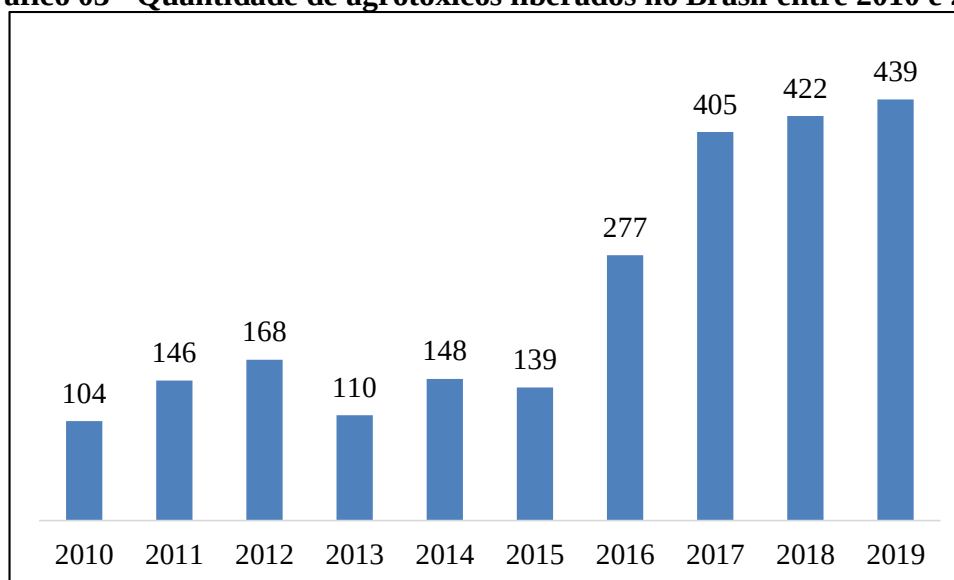
Nos últimos anos, com a flexibilização da legislação sobre registros de agrotóxicos no Brasil, a partir do governo Temer⁹⁵ e, mais incisivamente, no governo Bolsonaro, os números desses vêm crescendo assustadoramente, o que tem gerado polêmica na comunidade científica.

⁹⁴ “De acordo com o SINDIVEG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal), em 2015, a soja ocupou o primeiro lugar como destino do total das vendas de agrotóxicos no país (52%), o milho e a cana empataram, cada um consumindo 10% do total. [...] Para estes três cultivos (soja, milho e cana) converge 72% de todo agrotóxico comercializado. Portanto, dois terços do montante de agrotóxicos comercializados no país têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira e que figuram, como foi apontado, entre os 12 primeiros lugares na pauta total de exportação brasileira.” (BOMBARDI, 2017, p. 33-34)

⁹⁵ “O lobby do agrotóxico é feito pela bancada ruralista, que começou a ganhar mais espaço no governo Temer e se sucedeu no governo Bolsonaro. Foi nesse contexto que o PL 6299/2002, apelidado por ambientalistas de Pacote do Veneno, foi aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados e está pronto para ser aprovado no plenário.” (UOL Notícias, 2019). Segundo a Agência Câmara de Notícias, “O projeto de lei que fixa prazo para a obtenção de registro de agrotóxicos no Brasil; centraliza no Ministério da Agricultura as tarefas de fiscalização e análise desses produtos para uso agropecuário; e prevê a concessão de registro temporário se o prazo não for cumprido.” (AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2022). Atualmente, o PL segue para o Senado.

Segundo levantamento de dados feito pelo Greenpeace, com base em dados do Ministério da Agricultura e publicado recentemente no site UOL Notícias, o número de agrotóxicos liberados para o uso em lavouras em 2019, primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (sem partido até então), é o maior dos últimos dez anos. Entre o dia 1º de janeiro e 27 de novembro, o governo federal aprovou a utilização de 439 novos agrotóxicos, superando o recorde do ano anterior, último ano do governo Michel Temer (MDB), quando foram liberados 422 produtos em 12 meses.

Gráfico 03 - Quantidade de agrotóxicos liberados no Brasil entre 2010 e 2019



Fonte: Greenpeace com informações do Diário Oficial da União

O número de registros⁹⁶ de agrotóxicos no Brasil tem aumentado vertiginosamente a partir do ano de 2016 quando foi registrada uma ruptura democrática sobre a qual já esclarecemos e foi implantada uma agenda política ultraliberal, que tem sido nociva para o meio ambiente e para a qualidade da alimentação.

A política de aquisição de alimentos pode ser importante nessa discussão. Na medida em que ela possibilita preços diferenciados aos agricultores que produzirem de forma agroecológica. Dessa forma, a maioria dos consumidores dessas políticas públicas também são beneficiados na outra ponta, estudantes das escolas públicas e creches, pessoas em situação de vulnerabilidade social, trabalhadores urbanos, idosos em asilos etc., seguimentos que sequer teriam direito de consumirem esses alimentos, pelo alto preço que eles atingiram nos últimos anos por causa da ampliação⁹⁷ desse nicho de mercado. Na verdade, essa política se torna mais

⁹⁶ Segundo os dados do Ministério da Agricultura, os números apontam uma alta de 322% entre 2010 e 2019.

⁹⁷ Segundo levantamento da revista EXAME, o setor da agroecologia já movimenta mais de 2 bilhões de reais por ano, mesmo ofertando produtos que são entre 10% e 40% mais caros que os convencionais. [...] Um dos fatores

do que um incentivo econômico, e se converte num laço produtivo entre famílias camponesas e consumidores atendidos pelo segmento público.

Deste modo, a agroecologia tem sido destacada, no sentido de ser entendida por diversos prismas como uma disciplina científica, como um modo de vida, como uma utopia. Ela redefine um conjunto de formas de relação com a terra no campo.

A Agroecologia –strictu sensu– pode ser definida como uma (re)aproximação entre a Agronomia e a Ecologia, ao estudar os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica, de modo a orientar o redesenho de agroecossistemas em bases mais sustentáveis. Em que pese a importância fundamental da compreensão dos processos ecológicos na agricultura, a Agronomia e a Ecologia seguiram, na maior parte das vezes, por caminhos paralelos. Mais recentemente, enorme esforço vem sendo feito por agroecólogos com o propósito de resgatar conceitos e processos ecológicos. (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2015, p. 3).

Uma parte dos camponeses tem procurado se basear nesses pressupostos, seja na retomada dos conhecimentos tradicionais, seja na revalorização da ecologia. Embora se saiba que os camponeses já têm, historicamente, essas bases agroecológicas. Atualmente, pode-se falar que houve um maior reconhecimento dessa forma de produzir por parte da população em geral. Nesse sentido, houve um redesenho no processo de valorização da agroecologia. Pode-se reconhecer, também, que, no Brasil, ela é muito mais do que uma forma de produção, pois, se configura como um movimento de resistência, sobretudo, no *lôcus* da pesquisa⁹⁸.

A Agroecologia é uma estratégia viável para a agricultura familiar e muitos agricultores reconhecem a melhoria da qualidade de vida, sobretudo em relação à saúde e ao meio ambiente. O desenvolvimento da agroecologia traz de volta antigos conhecimentos e leva a maior sustentabilidade social e cultural da vida no campo. Como ramo científico interdisciplinar, a Agroecologia traz uma visão integrada e sustentável do desenvolvimento rural e procura reaver o valor social da agricultura. É entendida como um conjunto de princípios e técnicas que visam a reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem no campo, a família, o trabalho e a cultura. Além disso, é uma forma de evitar a destruição do meio ambiente por

que elevaram a importância da agroecologia foi a migração de produtores convencionais para a agricultura orgânica. Só de 2014 para 2015, o número deles aumentou 50%. Ainda assim, a área utilizada para produção não passa de 2% e a quantidade de produtos orgânicos utilizados pelo brasileiro não chega a 5% do total de alimentos consumidos. (EXAME, 2017)

⁹⁸ Diante das necessidades de convivência mais harmoniosa com a natureza, um grupo de agricultores da Paraíba (Polo da Borborema) tem se destacado por reconstruir este modo de vida que recupera as formas de produzir em consonância com as nuances naturais da produção. A agroecologia é introduzida neste processo. Através da agroecologia há uma retomada de antigas formas de produzir que ao invés de agredir o meio ambiente, procura formas de convivência mais harmoniosas com a produção. A região do Polo da Borborema tem sido privilegiada com a atuação de diversos grupos que colaboram com o tipo de produção agroecológica e convive há algum tempo com este modelo de produção, embora não seja a maioria no contingente de produtores familiares, algumas experiências já apontam para o sucesso que este tipo de produção terá com o passar do tempo.

ocupações desordenadas e o êxodo no meio rural, permitindo a manutenção dos agricultores e seus familiares na terra, mediante a geração de emprego e renda. (KÜSTER E MARTÍ, 2009, p. 108-109)

Para os autores, o Nordeste tem na agroecologia um campo aberto para implementação de políticas públicas. Inclusive, por possuir grandes áreas destinadas à agricultura familiar que não se abriram ou não tiveram acesso à “modernização da produção”, o que provocou, por sua vez, uma transição mais fácil.

A Agroecologia é favorecida pela estrutura da produção familiar, baseada em minifúndios, contando no Nordeste com cerca de 2,3 milhões de estabelecimentos, dos quais 78% têm menos de 20 hectares. A rentabilidade das propriedades familiares aumenta com a diversificação dos produtos em hortas, quintais e agroflorestas, e o manejo ecológico faz diminuir os custos com insumos. Incentivando os agricultores neste sentido, a transição agroecológica é trabalhada há três décadas por algumas organizações agroambientalistas no Nordeste, que conseguiram incentivar a produção, mas ainda enfrentam diversas dificuldades. (KÜSTER E MARTÍ, 2009, p. 109)

O próprio mercado⁹⁹ tem apontado para essa significação. É cada vez maior a procura por produtos agroecológicos pela atual demanda de alimentos saudáveis. Isso tem contribuído substancialmente para o aumento dos preços desses produtos, o que pode significar a diminuição do acesso à alimentação de qualidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Estado precisa reconhecer esta contribuição da agricultura camponesa e propiciar incentivos nas políticas públicas para que os camponeses permaneçam nessa forma de produzir, garantindo também que esses alimentos cheguem à mesa das pessoas que mais precisam.

2.4 A construção de políticas voltadas para a reprodução camponesa e soberania alimentar

Diante da situação exposta pelos tópicos anteriores, que refletem a dimensão estratégica da reprodução camponesa, observa-se absoluto descaso do poder político com a reprodução camponesa e a soberania alimentar. Nesse sentido, tentou-se construir neste tópico um rol de

⁹⁹ “O consumo de alimentos “limpos e saudáveis”, isentos de insumos químicos e sintéticos, está na pauta do debate atual. Entretanto, as iniciativas nesta direção são ainda incipientes e restritas, com pouca participação do setor público no que se refere a políticas específicas, voltadas a apoiar a produção, a comercialização e a informação, que facilitem o acesso do consumidor aos alimentos agroecológicos. Concomitantemente ao crescimento da produção de alimentos pelos sistemas de produção sustentável – agroecologia, agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, entre outras -, pesquisas indicam que o consumidor vem acompanhando esta tendência, buscando sistematicamente os alimentos sem agrotóxicos ou insumos sintéticos, pelos muitos males que provocam à saúde humana e ao meio ambiente”. (KARAN E ZOLDAN, 2003, p. 3, grifos do autor)

aspectos que têm de ser desenvolvidos para as políticas públicas de ampliação do mercado institucional.

- a) *Associação com uma política de Reforma Agrária:* Considera-se que no Brasil a democratização do acesso à terra é essencial para qualquer projeto que envolva uma ideia de soberania alimentar.
- b) *Desburocratização do acesso às políticas:* Em geral, a maior parte das políticas públicas dirigidas aos camponeses tem demasiada burocracia, isto dificulta o acesso da maior parte destes às políticas públicas recentes.
- c) *Maior divulgação dessas políticas:* Uma grande parte dos camponeses ficam de fora dessas políticas públicas por falta de conhecimento, boa parte das informações sobre elas ficam restritas a grupos que têm interlocução com o poder local.
- d) *Ampliar o orçamento e a participação no mercado institucional¹⁰⁰:* No geral, a participação do Estado na compra de parte da produção camponesa foi um excelente avanço tanto com o PAA como o PNAE. Entretanto, observa-se que devido à importância estratégica já demonstrada por essas políticas não há qualquer razão para que se reduzam o seu orçamento, como o fizeram os governos Temer e Bolsonaro. E, por último, há um espaço bem maior no mercado institucional, ainda a ser desenvolvido e trabalhado tendo em vista que no PNAE se estabelece apenas 30%, acredita-se que este percentual deveria ser elevado.
- e) *Promoção de renda mínima para o camponês:* É preciso que os preços tabelados pelas políticas públicas sejam condizentes com uma renda digna para a manutenção das unidades familiares. Os camponeses não têm condições, no cenário atual no Brasil, de competir com as empresas do agronegócio (investimento, infraestrutura, nível tecnológico etc.). A necessidade de promover mais renda para as unidades familiares passa por manter preços superiores aos de mercado.
- f) *Eliminação de intermediários:* A manutenção de compra direta contribui para melhor relação de comercialização, beneficiando os camponeses como produtores por um preço mais viável, bem como a população consumidora. A atuação dos

¹⁰⁰ Além do mais, os programas teriam ainda enorme espaço para expansão, pois o PNAE, por exemplo, destina obrigatoriamente apenas 30% (percentual mínimo) dos recursos da alimentação das escolas públicas para a agricultura camponesa, margem que poderia ser aumentada. Em outra frente, toda a alimentação do serviço público como presídios, universidades, empresas estatais etc., poderia ser atingida, isso sem falar no aumento das dotações orçamentárias dessas políticas públicas, o que poderia elevar as cotas individuais por agricultores, proporcionando um aumento da sua comercialização com esses canais.

intermediários aumenta os preços dos produtos na cadeia de comercialização, provocando um verdadeiro gargalo na renda dos camponeses.

- g) *Política de preços fixos*: a comercialização de produtos camponeses é marcada pela alta variação de preços, de um lado, na entressafra, os preços sobem vertiginosamente, de outro, na safra, os preços caem sem que os camponeses consigam vender seus produtos. Esse tipo de política permite ao camponês acesso ao planejamento de sua produção, evitando perdas e controlando excessos.
- h) *Diminuição do trabalho acessório*: apesar de muitos estudiosos destacarem a possibilidade de o campesinato estabelecer outras atividades de trabalho fora da unidade familiar como uma premissa positiva, entendemos que essa ideia genericamente denominada de “pluriatividade” é equivocada. Tendo em vista que o camponês, geralmente, apenas se submete a outras atividades quando a unidade familiar está sobrecarregada de carências econômicas para sua manutenção.
- i) *Despertar o interesse do jovem pela atividade*: Não se pode falar em reprodução camponesa sem despertar o interesse do jovem por permanecer na terra produzindo. Nesse caso, é necessário que as políticas públicas criem no jovem esse interesse. Durante muito tempo permanecer na terra tem sido taxado como arcaísmo e atraso.
- j) *Incentivo a agroecologia*: é preciso criar estratégias que visem à conscientização dos camponeses em relação à produção de alimentos saudáveis. Para isso, faz-se necessário também dar uma contribuição financeira superior para esse tipo de produção. Tendo em vista que os produtos convencionais têm muito mais facilidades para serem produzidos.
- k) *Incentivo ao associativismo e ao cooperativismo*: introduzir práticas que valorizem as associações e cooperativas, uma vez que os espaços coletivos favorecem a troca de conhecimentos entre os camponeses, melhoram os índices de participação nas políticas públicas e favorecem o acesso ao crédito e a outras formas de comercialização.
- l) *Redução do impacto do transporte*: os poderes públicos devem favorecer os camponeses que, devido à distância de suas propriedades até os locais de comercialização, não conseguem transportar suas mercadorias ou sequer tem um transporte, ficando à mercê dos atravessadores. O preço do frete encarece o produto para o consumidor e é outra forma de sujeição da renda da terra pelo capital comercial.

CAPÍTULO 3
A REPRODUÇÃO CAMPONESA E SUA RELAÇÃO COM AS
POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES (PAA e PNAE)

3.1 Políticas públicas: Estado e sociedade

Atualmente, nas ciências sociais, tem ocorrido uma efusão de estudos sobre políticas públicas¹⁰¹, pela repercussão que estas têm na estrutura dos territórios e para os sujeitos sociais na atualidade. Pesquisadores de várias áreas do conhecimento têm dado diferentes contribuições teóricas e empíricas sobre a temática. Entretanto o atual estágio do capitalismo, em crise como já debatido, não dá espaço para a democracia, destrói direitos e, conseqüentemente, tem rebatimentos no estudo das políticas públicas, já que elas vêm sendo minimizadas ou destruídas pela sanha neoliberal.

Por articular diversos objetos e campos do conhecimento como Estado, política, território, economia, classes sociais etc., as políticas públicas se constituem como um fenômeno complexo.

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25)

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores sobre a definição do termo “políticas públicas”, admite-se que é uma ação do Estado materializada a partir de uma ideia/ideologia ou de um planejamento maior. De acordo com esta definição, a política pública se constitui como uma estratégia do Estado para atuar sobre determinado problema, se constituindo, portanto, como o “Estado em ação”. Bellini et al (2014, p. 1-2) define como

¹⁰¹ “As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como o estudo das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade dessa área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Essa agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a esse desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.” (SOUZA, 2006, p. 20-21).

“diretriz que orienta conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos e que têm como finalidade o enfrentamento de questões consideradas públicas”.

Silva e Silva apresenta a seguinte definição:

Uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. Seu desenvolvimento se expressa por momentos articulados e, muitas vezes, concomitantes e interdependentes, que comportam sequências de ações em forma de respostas, mais ou menos institucionalizadas, a situações consideradas problemáticas, materializadas mediante programas, projetos e serviços. (SILVA E SILVA, 2001, p.37)

Dentre os estudos sobre políticas públicas, a partir de diferentes classificações, surgiram os mais variados conceitos e tipologias de acordo com formas de Estados¹⁰², que podem ser democráticos ou ditatoriais, liberais ou sociais, por exemplo. Ainda nesse âmbito, temos desde as políticas mais gerais para as mais específicas, as mais globais para as mais locais, as mais permanentes, as mais sazonais, as mais indispensáveis, as menos relevantes etc.

Nesse sentido, elas se moldam a partir dos movimentos internos e externos que refletem a vida política do Estado e se submetem aos conflitos de interesse dentro e fora do escopo político-jurídico deste.

Geralmente, as políticas públicas se decompõem em etapas complexas que se dão desde o início de sua formulação até a avaliação de ajustes necessários. Articulam-se a partir do levantamento de dados, discussões, formulação, implementação e avaliação, podendo ou não ter atendido ao problema que foi inicialmente proposto. Nesse sentido, são campo fértil para as análises dos pesquisadores.

Nesse contexto, Texeira (2002) problematiza a dinamicidade do processo de formulação das políticas públicas, já que este envolve diversos componentes políticos, que podem ou não responder aos interesses das classes.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. (TEXEIRA, 2002, p. 5)

¹⁰² Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p. 31)

Para o autor, as negociações, pressões, mobilizações, alianças e coalizões são fundamentais, diante do formato do Estado moderno, para que uma política pública venha se constituir. Desse modo, ele elenca duas tipologias importantes para o tratamento desse contexto. A primeira diz respeito à natureza ou ao grau de intervenção na realidade.

- a) Políticas Estruturais: destinam-se a interferir em relações estruturais como renda, emprego, produtividade etc. Ex: política de geração de empregos, políticas de desenvolvimento produtivo (industrial e outras) etc.;
- b) Políticas Conjunturais ou Emergenciais: representam intervenções tópicas, orientadas para aliviar uma situação temporária. Ex: a redução da fome, como o Programa Fome Zero no momento em que foi estudado pelo autor. (TEIXEIRA, 2002, p. 20. Grifos do autor.)

A segunda se refere à abrangência dos possíveis benefícios:

- a) Políticas Universais: aquelas anunciadas a todos os cidadãos. Ex: o SUS;
- b) Políticas Segmentais: aquelas que caracterizam um fator determinado (como idade, condição física, gênero etc.). Ex. Estatuto do Idoso e política de cotas no Ensino Superior;
- c) Políticas Fragmentadas: aquelas designadas a grupos específicos dentro de cada segmento da sociedade. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) brasileiro é exemplo de uma política fragmentada, por estar direcionado às famílias com crianças em situação de trabalho, entre a parcela mais pobre da população. (TEIXEIRA, 2002, p. 21. Grifos do autor.)

Nesse sentido, poderíamos destacar que a formulação das políticas públicas estudadas, a partir dessa tipologia, tem um caráter conjuntural e fragmentário, relativo a estratégias observadas nos governos petistas, como já debatido. Entretanto, a partir dos resultados já obtidos, traz-se à discussão, a necessidade de transformá-las em políticas estruturais e universais. Sem desconsiderar a importância de que elas estejam articuladas a ações que visem à democratização do acesso à terra, para sua melhor execução.

Theodor Lowi (apud SOUZA, 2006) desenvolveu estudos clássicos sobre as tipologias de políticas públicas, a partir dos quais elaborou a seguinte máxima: *a política pública se faz a partir da política*. Com essa frase Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição de acordo com a composição política do Estado. Nesse sentido, as disputas em torno de suas decisões passam por arenas diferenciadas. Para esse autor, a composição de forças dentro do Estado influencia, significativamente, as decisões que ele venha a tomar. As decisões subjacentes às políticas públicas estão relacionadas às pressões das classes e à representação política que compõe o Estado.

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das *políticas distributivas*, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram

a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das *políticas regulatórias*, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das *políticas redistributivas*, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das *políticas constitutivas*, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (SOUZA, 2006, p.28, grifos nossos).

Elaborada entre 1964 e 1972, essa é, provavelmente, a principal classificação conhecida sobre políticas públicas. Segundo essa classificação, as políticas direcionadas aos camponeses se qualificariam enquanto políticas distributivas, uma vez que elegem um grupo social em detrimento do todo, gerando mais impactos individuais do que gerais. Essa classificação funcional de políticas públicas foi reavaliada por vários estudiosos, como Robert H. Salisbury (1968), James Q. Wilson (1973), convertendo-se basicamente em três¹⁰³: políticas distributivas, redistributivas e políticas regulatórias (RUA E ROMANINI, 2013).

Como já dissemos antes, a política de aquisição de alimentos está sendo aqui entendida dentro do contexto da produção de políticas públicas dos governos petistas. Elas refletem, exatamente, a composição de forças políticas naquele momento histórico, bem como os anseios e as pressões internacionais e nacionais já debatidas. Na verdade, elas são produtos das condições em que se deram esses governos, permeados pelo conflito de forças entre diferentes projetos políticos para o Estado brasileiro, como já reiterado. O que possibilitou um processo contraditório de formulações, mas que refletiu, indiscutivelmente, a apropriação do Estado pelo modo de produção capitalista.

Ainda na seara das classificações mais organicistas, Maria das Graças Rua (2018) evidencia que é preciso diferenciar políticas públicas de decisões políticas (*policies* e *politics*)¹⁰⁴:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações

¹⁰³ Sobre essas tipologias funcionais das políticas públicas decidiu-se não aprofundar, procurando imergir sobre os conflitos que melhor contribuem para explicar nosso objeto de estudo. Ainda nessa seara de classificação encontram-se estudos divergentes como os de Gormley (1986); Gustafsson (1981); Ripley e Franklin (1982) que reiteram a importância das políticas regulatórias. (RUA E ROMANINI, 2013, p. 6-8)

¹⁰⁴ Rua (2018) explica que o termo política referente ao termo *politics*, refere-se às atividades políticas, ou seja, ao uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e que se destinam a produzir uma solução pacífica a conflitos relacionados a decisões públicas. Já o termo *policy* ou *policies*, está ligado à formulação de propostas, tomadas de decisão e implementação destas. Portanto, refere-se à atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política.

relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 2018, p. 1-2)

A autora sugere pensar “política pública” como saídas para os problemas, cujo espectro está permeado de valores, a partir de um conjunto de decisões políticas estrategicamente pensadas, enquanto essas últimas partem da ideia de hierarquia de prioridades. Nesse sentido, é preciso pensar a primeira a partir de um espectro mais geral, enquanto as últimas se consolidariam no caminho para atingir a sua finalidade.

Para isso, se faz necessário diferenciar o papel do Estado e o papel do governo.

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. (HÖFLING, 2001, p. 31)

Para o autor, subjetivamente, no estudo de políticas públicas é mais importante entender o governo do que o Estado, já que cada governo utiliza os aparelhos do Estado a partir de seus interesses, dando-lhes direcionamento político e balizando-os com a composição da sociedade vigente. Apesar de que, entende-se que o Estado, tal como é hoje, é uma construção do próprio sistema capitalista, do qual ele se serve.

Em Rua e Romanini (2013) há a elaboração de uma tipologia de políticas de acordo com características setoriais, que vão além dos aspectos administrativos, e que “abranjem as dinâmicas e as agendas próprias de cada área setorial, os atores que nelas atuam com seus objetivos e recursos de poder diferenciados, e a forma predominante de organização do interesse em cada área” (RUA E ROMANINI, 2013, p. 9-10).

- a) Políticas Sociais: aquelas destinadas a prover direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação etc.;
- b) Políticas econômicas: aquelas cujo intuito é a gestão da economia interna e a promoção da inserção do país na economia externa. Ex.: política monetária, cambial, fiscal, agrícola, industrial, comércio exterior etc.;
- c) Políticas de infraestrutura: aquelas dedicadas a assegurar as condições para a implementação e a consecução dos objetivos das políticas econômicas e

sociais. Ex.: Política de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, marítimo e aéreo (aviação civil); energia elétrica; combustíveis; petróleo e gás; gestão estratégica da geologia, mineração e transformação mineral; oferta de água; gestão de riscos e resposta a desastres; comunicações; saneamento básico; mobilidade urbana e trânsito etc.;

d) Políticas de Estado: aquelas que visam garantir o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa, as condições essenciais à soberania nacional. Ex.: política de direitos humanos, segurança pública, defesa, relações exteriores etc. (RUA E ROMANINI, 2013, p. 10. Grifos do autor.)

Nessa classificação, a política de aquisição de alimentos pode ser identificada como uma política social¹⁰⁵, já que, como tratamos no capítulo anterior, o direito à alimentação é reconhecido como tal, equiparado ao rol de exemplos elencados pela autora. Em contraposição, o contexto político tem ameaçado a consolidação desses direitos, em âmbito interno e externo, sobretudo com a velocidade da reafirmação das políticas neoliberais na economia.

Outra classificação importante se dá no próprio domínio das políticas sociais, a partir da finalidade das políticas públicas com relação aos problemas sociais e ao modo como o Estado os enfrenta. Para as autoras as políticas sociais se dão de duas maneiras.

a) Políticas Compensatórias: são implementadas com o propósito de minimizar distorções sociais profundas. Ex: políticas de cotas, políticas de demarcação de terras indígenas, etc.;

b) Políticas Emancipatórias: aquelas que se dirigem ao empoderamento e à autonomização dos grupos sociais inicialmente vulneráveis, de modo a promover sua independência frente à ação do Estado. Ex: reforma agrária, inclusão produtiva, qualificação profissional etc. (RUA E ROMANINI, 2013, p. 9)

No entanto, observam-se mudanças, ao longo do tempo, na direção dessas políticas encampadas pelos Estados. Fazendo-se necessário dizer que os governos assumem papel decisivo nas mudanças de rumo das políticas públicas, de modo que o tipo de governo e a sua base ideológica influenciam notadamente na formação dessas políticas. Portanto, para classificar uma política social como compensatória ou emancipatória é necessário um exercício profundo de reflexão. Já que no caso da Política de Aquisição de Alimentos, que poderia ser considerada compensatória, sua gestação e formulação se confundem com o grande esforço dos movimentos sociais. Ou seja, o seu *animus* não parte diretamente do Estado, mas das pressões de um grupo social subalterno.

Höfling (2001) traz um importante conceito de política pública social tomada pelos Estados modernos, em contraponto às políticas liberais, lideradas pela Escola de Chicago.

¹⁰⁵ “Dentre as políticas públicas, as chamadas sociais estão vinculadas, normalmente, às garantias e direitos fundamentais sociais, conforme positivados na Constituição Federal de 1988 (Art. 6º), como exemplos estão: o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, entre outros.” (BELLINI et al, 2014, p. 2)

Nesse sentido, compreende que o Estado cede a determinadas pressões dos movimentos sociais, reconhecendo que o desenvolvimento do capitalismo gera por consequência camadas excluídas. Assim, as políticas públicas se constituíam como instrumentos para a diminuição dessas desigualdades.

[...] políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p. 31)

Sua contribuição está pautada principalmente nas ideias do sociólogo alemão Claus Offe (1984), que se distancia da ideia marxista¹⁰⁶ tradicional sobre o Estado, de que as relações estatais estariam, em última instância, apenas voltadas para garantir a acumulação do capital e o desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, para ele, o Estado moderno se submete também às forças dos movimentos das classes sociais, cabendo a ele a função de mediar tais conflitos.

Para Höfling (2001, p. 37) “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”. O autor explica também que “as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania” (p.38)”.

Desse modo, discutir sobre políticas públicas sociais no Estado moderno¹⁰⁷, é refletir sobre um todo complexo e multifatorial, que não se adequa ao entendimento neutro organicista *ipsis litteris* de que as políticas públicas refletem as respostas do Estados aos anseios das classes sociais, nem à leitura marxista mais ortodoxa, de que o Estado é apenas mais um braço da classe dominante. Embora seja preciso reconhecer que a força do capital se impõe em um contexto de continuidade dos processos estruturais de dominação e manutenção do *status quo*, como já debatido.

¹⁰⁶ “Nunca é demais assinalar que o marxismo não pode ser entendido como uma única abordagem, como único tratamento dado a qualquer tema. A tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias – aliás coerente com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos. Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e às ações estatais – as quais estariam, em última instância, voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo –, outras se desdobram na análise da complexa questão da autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista.” (HÖFLING, 2001, p. 32)

¹⁰⁷ Refere-se aos Estados “Democráticos” do século XXI.

Outro ponto observado, é que a relação Sociedade-Estado nem sempre se reflete no campo da formulação e execução das políticas públicas, por causa da fragilidade na representação dos interesses sociais dentro do espectro político-governamental. Por isso, faz-se importante refletir sobre o conceito de permeabilidade. A interação entre a realidade social e o aparato do Estado tem extrema relevância quando se trata da execução desses programas.

A essa interpenetração e interdependência entre Estado e sociedade foi atribuído o nome de permeabilidade, que se constitui enquanto uma categoria essencial nos estudos que visam entender a dinâmica interna do Estado, sem perder de vista as relações e redes sociais que incidem sobre políticas públicas. (MULLER, SILVA E SCHNEIDER, 2012, p. 6)

Eduardo César Marques (2000) desenvolveu uma importante análise sobre a permeabilidade do Estado a partir do conceito de redes, baseando-se em duas pesquisas empíricas (política de saneamento no Estado do Rio de Janeiro e as políticas urbanas na cidade de São Paulo). Para esse autor, muitas vezes as “redes sociais” se juntam às “redes políticas”, dizendo em outras palavras, é possível que os vínculos interinstitucionais e interpessoais, entre os diferentes sujeitos inseridos em diferentes instituições, contribuam para a formulação de políticas públicas. Em boa parte das vezes esses vínculos se constituem como determinantes para a disseminação de ideias ou interesses comuns, principalmente quando falamos da constituição de políticas públicas no Estado brasileiro.

Com relação ao conceito de permeabilidade, Muller, Silva e Shneider (2012) esclarecem que:

Por permeabilidade entende-se que as esferas estatais e não-estatais não se constituem de maneira autorreferente, sem vínculos com atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário, permeabilidade pressupõe que as “fronteiras” entre estas esferas são, em maior ou menor grau, diluídas por vínculos entre atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influências e dependências. (MULLER, SILVA E SCHNEIDER, 2012, p. 6)

Diante disso, o conceito de permeabilidade torna-se muito importante diante do contexto analisado, porque diferentes elementos passam a compor a formulação das políticas públicas como: a realidade social, a força dos grupos e movimentos, o peso das experiências realizadas, o momento histórico e político vivido, as instituições envolvidas, os vínculos estabelecidos entre os diferentes atores e as redes que os constituem etc.

Os estudos sobre essa temática vêm se multiplicando no Brasil e têm conquistado importante espaço na realização de congressos das mais diferentes ciências. Entende-se,

portanto, a política de aquisição de alimentos como compensatória, sem deixar de considerar que ela trouxe consigo avanços significativos em relação às anteriores.

3.2 A implantação de políticas públicas no universo camponês: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Como já debatido, a agricultura camponesa no Brasil foi preterida pela ação de diferentes governos durante quase todo o século XX. Somente na década de 1990 ela conseguiu alcançar um espaço na agenda do Estado. As pressões dos movimentos sociais no campo começaram a questionar os vultosos empréstimos concedidos para o agronegócio enquanto os pequenos produtores se submetiam à própria sorte aos ditames do mercado, como veremos adiante.

Com a abertura comercial brasileira no plano internacional a partir de 1990, a criação do Mercosul em 1991 e a adoção de práticas neoliberais na economia, a situação dos pequenos agricultores ficou ainda mais difícil, pois passaram a concorrer com grandes corporações agroalimentares que atuavam no mercado internacional. Esse contexto fez com que camponeses, principalmente no sul do país, que enfrentavam uma série de problemas relacionados ao mercado, passassem a exercer uma grande pressão para o reconhecimento de suas demandas.

No governo FHC (1994-2002), através do decreto Presidencial n. 1946, de 28 de julho de 1996, foi lançado o primeiro programa nacional de incentivo à agricultura camponesa, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A criação do programa foi um marco do ponto de vista dos interesses pautados pela pequena produção familiar, uma vez que o Estado passou a subsidiar, via disponibilização de crédito, a produção de pequenas propriedades agrícolas, tal como já o fazia, desde os anos de 1960, com a agricultura patronal. O Pronaf disponibilizava diferentes linhas de crédito que visavam o desenvolvimento da “agricultura familiar” brasileira, sobretudo após a abertura comercial e econômica da década de 1990.

A pressão de diversos movimentos sociais do campo foi decisiva para implementação do Pronaf, principalmente, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como

resposta a dois massacres: Corumbiara¹⁰⁸ em 1995 e Carajás¹⁰⁹ em 1996, CUT (Central única dos Trabalhadores), MMC (Movimento das Mulheres camponesas) MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura). A articulação entre esses movimentos se deu, nesse contexto, especialmente, a partir da participação em eventos como “Jornadas Nacionais de Luta” e o ‘O grito da terra’.

A criação do Pronaf demonstrou o reconhecimento da força dos movimentos sociais que, naquele contexto, conseguiu pressionar bastante o Estado. Porém, escancarou também a demora na resposta às pressões dos camponeses, já que aparecera tão tardiamente. Além disso, o programa acabou marginalizando os camponeses mais pobres, uma vez que houve claro favorecimento para algumas linhas e setores.

Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o início dos anos 90, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades para se manter na atividade (SILVA e SCHNEIDER, 2009, p. 147).

Outro aspecto importante do Pronaf, como já analisado, foi a popularização do termo “agricultura familiar”, apresentado como uma evolução do “camponês” que se integra ao mercado, inclusive ao mercado exterior. Os objetivos da política neoliberal de ampliação de mercados de certa forma coincidiam com o objetivo de modernização agrícola realizada em parte da agricultura camponesa no Brasil, principalmente na região Sul¹¹⁰.

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da

¹⁰⁸ Um episódio que marcou a história de Rondônia e do Brasil: o conflito envolvendo policiais militares e um grupo de sem-terra resultou na morte de 12 pessoas, sendo nove assentados, dois militares e um homem não identificado. O caso ficou conhecido internacionalmente como “massacre de Corumbiara”, nome do município onde se localizava a Fazenda Santa Elina, local do embate. Até hoje vítimas alegam não ter recebido indenizações. (PORTAL G1, 2015).

¹⁰⁹ Era uma quarta-feira, por volta das 16h, do dia 17 de abril de 1996. Cerca de 1,5 mil pessoas estavam acampadas na curva do S, em Eldorado do Carajás, sudeste do Pará, em forma de protesto. O objetivo era marchar até a capital Belém e conseguir a desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra. A caminhada que tinha começado no dia 10 de abril foi parada com sangue em um ataque da Polícia Militar que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás. Um total de 155 policiais militares estiveram envolvidos na operação que deixou 21 camponeses mortos, 19 no local do ataque, e outros dois que faleceram no hospital. (BRASIL DE FATO, 2020).

¹¹⁰ Carlos E. Guanziroli (2007) revela que no início da política os empréstimos destinados à região Sul ultrapassavam em 50% o montante dos recursos.

renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2015, p. 2).

Observa-se que, no contexto de formação desse programa, os camponeses em momento algum estiveram alheios ao processo. Pelo contrário, a criação do programa demarcou a consolidação da luta e da “conquista inicial” no âmbito das políticas públicas. Outro ponto importante foi o reconhecimento do campesinato como uma força na negociação por mais espaço nas decisões políticas. A luta dos camponeses foi primordial para formulação e implantação de outras políticas públicas subsequentes direcionadas a esse segmento produtivo no Brasil.

O contexto de formulação do Pronaf também espelhou o pensamento de grandes intelectuais brasileiros sobre o campesinato naquele momento, permeada pela ótica da transformação do camponês em agricultor familiar. Foram expoentes dessa discussão autores como José Graziano da Silva, José Eli da Veiga e Ricardo Abamoway, uma vez que o programa refletiu os anseios presentes nesses estudos, que tinham por base o fornecimento estatal de crédito agrícola e a ampliação dos mercados.

Entretanto, apenas o crédito e a maneira pela qual ele foi concedido não foi suficiente para realizar as mudanças que deveriam dar proteção necessária aos camponeses, resultando, pelo contrário, no endividamento de muitos agricultores, especialmente no Nordeste.

Embora o programa tenha marcado a presença da “agricultura familiar” na agenda das políticas públicas no Brasil, essa presença se deu sob uma tendência demasiadamente mercadológica, já que se baseou no SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, que implicou na modernização produtiva do país a partir dos anos de 1960. O Pronaf continua sendo, inclusive, a principal política pública, em termos de destinação de recursos, para esse segmento no país.

Infelizmente, os recursos do programa, atualmente, atendem essencialmente à produção de commodities como milho, soja e café, vinculada, em boa parte, aos mercados de exportação. Menos de 30% do montante de custeio liberado prioriza cultivos de consumo interno – trigo, mandioca, arroz, feijão e outras produções típicas de explorações familiares, como hortas, pomares e pequenos animais. (CAPELESSO, CAZELA E BURIGO, 2018; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013; GRISA et al., 2014).

Durante os mandatos do presidente Lula foram efetuados diversos ajustes no Pronaf com o propósito de democratizar a aplicação de seus recursos. Contudo, o acesso ao programa continua desigual e insuficiente face ao

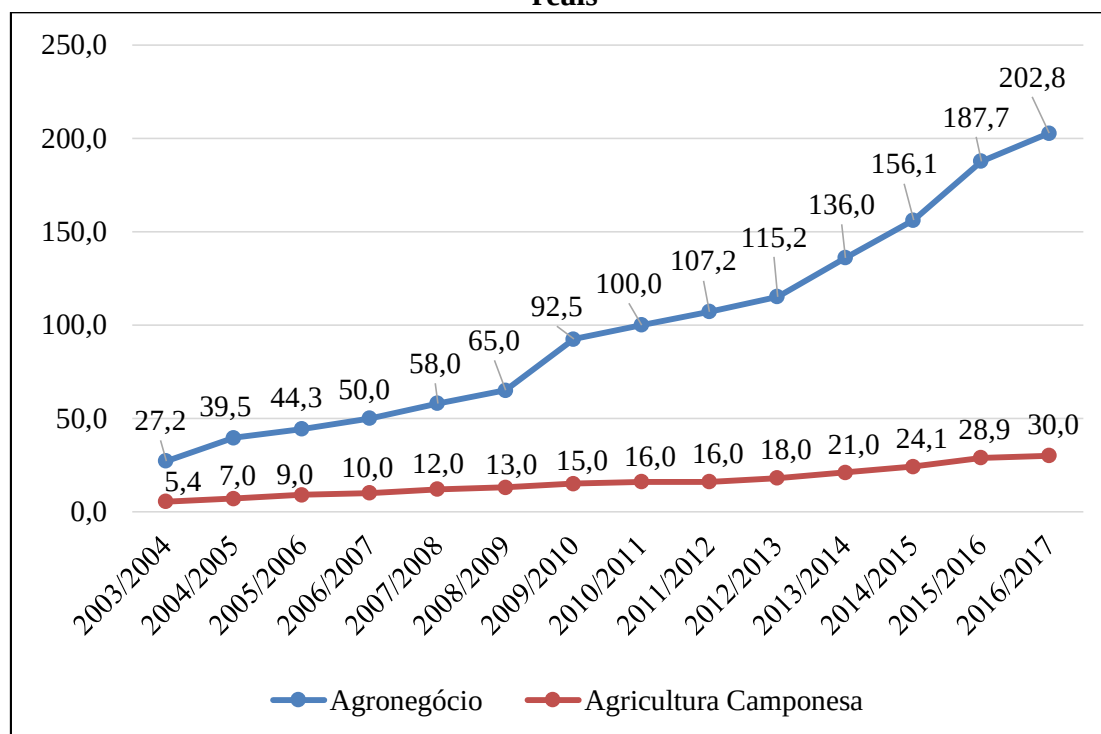
universo e ao perfil do público potencialmente beneficiário. Além de problemas de natureza institucional, que dificultam que os serviços de assistência cheguem de maneira abrangente aos agricultores familiares mais pobres, nota-se que suas verbas continuam primordialmente dirigidas para os sistemas de agricultura integrados às cadeias produtivas mais dinâmicas sob o ponto de vista produtivo e econômico, empreendidas, especialmente, na região Sul do País (CAPELESSO, CAZELA E BURIGO, 2018, p. 1).

A maior parte dos recursos do Pronaf sempre foi direcionada aos gastos com custeio¹¹¹ em detrimento aos de capital. Observa-se que nos últimos anos há um crescimento acelerado de contratos de custeio pecuário e de investimentos, esses últimos usados amplamente no aumento do maquinário. Esses investimentos são direcionados para a modernização do maquinário e para a aquisição de animais por parte dos agricultores mais capitalizados, situados, geralmente, nos estados e regiões onde esse segmento da agricultura gera maior valor de produção.

Alberto Ilha Couto (2006), no estudo *Endividamento dos agricultores assentados pela Reforma Agrária no estado da Paraíba no período 1990 a 2004*, explica que na Paraíba, até o início do mandato do governo Lula em 2003, o número de empréstimos foi decrescente, assim como o valor liberado. Ele mostra também que os valores médios dos empréstimos na Paraíba ficavam praticamente 30% abaixo da média nacional.

¹¹¹ Os créditos do Pronaf se dividem em custeio e investimento. Os de custeio “se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento, (inclusive na aquisição de embalagens, rótulos, aquisição e formação de estoques de insumos e matéria-prima, comercialização, armazenagem e conservação de produtos finais)”. Os créditos de investimento “se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.” (CONTAG, 2012)

Gráfico 04 - Evolução do Financiamento Agrícola no país de 2003 a 2016 em bilhões de reais



Fonte: Plano Safra da Agricultura Familiar – MDA, Plano Agrícola e Pecuário - MAPA

Segundo Oliveira (2016), a evolução do financiamento do agronegócio no Brasil apresentou grande discrepância quando comparada com a da agricultura camponesa. Entre 2003 e 2017 o investimento na agricultura camponesa passou de 5,4 para 30 bilhões, enquanto no agronegócio saiu de 27,2 para 202,8 bilhões, uma variação positiva de 86,6%. No período 2003/2004 a agricultura camponesa representava 19,9 % do montante, já no período 2016/2017 ela registrava apenas 14,8%

Os dados mostram que, em termos de financiamento agrícola, o agronegócio foi amplamente privilegiado mesmo nos governos petistas, o que reitera o caráter contraditório nesse período.

A incompatibilidade do Pronaf com o modo de funcionamento da agricultura camponesa se deu, fundamentalmente, pelas formas equivocadas de operacionalização do crédito e fiscalização por parte das instituições creditícias. Além disso, o Pronaf enquadrava a produção camponesa a partir de projetos praticamente pré-estabelecidos que generalizavam a produção agrícola a nível regional.

Por sua vez, a linha de microcrédito do programa (Pronaf B), classificada como investimento, alcançou o pico de 15% do total de recursos liberados em 2012 e entre 20% e 50% do total de contratos anuais efetuados nos últimos dez anos. Apesar de sua relevância, pois beneficia agricultores tradicionalmente excluídos do crédito rural, sua participação é ainda reduzida

em relação ao conjunto da agricultura familiar que potencialmente demanda esse tipo de recurso. Além disso, as verbas do Pronaf B foram disponibilizadas sem atentar aos preceitos de programas internacionais de microcrédito bem-sucedidos, nos quais a proximidade do serviço financeiro com o tomador é considerada uma estratégia decisiva para o sucesso da operação. Sem o acompanhamento de um agente de crédito, a probabilidade da maioria dos contratos de microempréstimos se tornar inadimplente é muito elevada. Os tomadores do microcrédito não são capazes de modificar sozinhos a estrutura produtiva, nem de gerenciar as atividades de modo a elevar os ganhos de renda (CAPELESSO, CAZELA E BURIGO, 2018, p. 1).

Ficou claro que o camponês, especialmente o nordestino, não se adaptou à lógica imposta pela política. A dinâmica capitalista analisada por Marx, expressa na fórmula D-M-D', não se compatibiliza com a produção no contexto da reprodução camponesa, tal como se apresenta na organização econômica da grande propriedade. A racionalidade empresarial pretendida foi substituída pela compra de objetos de carência econômica do universo camponês: uma cisterna, uma cerca, uma moto etc. O Censo Agropecuário (2006) questionou a dívida média dos agricultores familiares do grupo B do Pronaf que tinham algum débito em aberto no período de referência do Censo. “Na região Nordeste, cada agricultor de baixa renda devia, em média, R\$ 2.922, sendo o maior valor individual registrado na Paraíba (R\$ 3.631) e o menor, no Ceará (R\$ 2.029)” (IPEA, 2013, p. 57). Segundo a mesma base de dados, o Nordeste responde por 53,04% do endividamento dessa linha de crédito

Apesar de alguns reconhecidos avanços, apenas o Pronaf não sinalizava para uma mudança na realidade social de fome e miséria que se agravou na última década do século XX no Brasil, sobretudo sobre a população rural. As desigualdades e contradições do território nacional permaneceram vivas entre essas populações. A dura realidade encerrou o ciclo do governo FHC e foi importante para a constituição do governo Lula, que tentou trilhar novos caminhos, trazendo avanços, mas não superando todos os obstáculos.

3.3 A implantação de uma política de mercado institucional

A partir de 2002, início do governo Lula (2002-2010), as pressões internas e externas¹¹², no tocante às questões sociais, fizeram com que grupos considerados até então subalternos tivessem mais força dentro da agenda nacional das políticas públicas, mesmo de forma

¹¹² Como já dissemos antes, no começo do governo havia um cenário de pressões. As externas vinham das exigências, notadamente, do Banco Mundial, para o financiamento dos programas de combate à fome e à miséria extrema e as internas advinham de muitos setores, mas principalmente dos movimentos sociais camponeses.

parcelar¹¹³, como já debatido. Nesse contexto, surgiu primeiramente o Programa Fome Zero, que visava acabar com a fome no Brasil, combatendo o fenômeno e suas causas estruturais, a partir de um conjunto de políticas públicas que se deram nos mais diversos âmbitos: transferência direta de renda, regulação de preços, estoques estratégicos de alimentos, restaurantes populares, bancos de alimentos, convivência com a seca, dentre outros.

A meta central do Fome Zero era aumentar a demanda interna por alimentos no Brasil, um país caracterizado por níveis historicamente elevados de desigualdade de renda. Neste sentido, o Fome Zero combina o objetivo de promover a segurança alimentar com as preocupações mais amplas de desenvolvimento inclusivo econômico e social, integrando novos programas aos já existentes, de maneira a reforçar a intersectorialidade e a complementaridade destas intervenções. (IPC-IG, 2013, p. 11).

Para a agricultura camponesa, dentro desse contexto, a criação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE surgiu como uma possibilidade de resposta mais clara às suas demandas. Assim, haveria um duplo¹¹⁴ combate à fome, pois a política de aquisição de alimentos conduziria a dois beneficiários: primeiramente os camponeses, na medida em que teriam melhores condições para comercialização de seus produtos, experimentando melhores condições de vida; e depois os consumidores, que teriam acesso subsidiado à alimentação de qualidade.

Segundo Miller (2007), em relação às origens do PAA, pode-se dizer que ele é o resultado da combinação de experiências, realizadas tanto a nível local como regional, e do empenho de uma rede formada por ativistas vinculados a universidades, órgãos estatais, partidos políticos, movimentos sociais e sindicais, cujas ações se orientavam para a promoção da soberania alimentar, para o desenvolvimento local, bem como para o fortalecimento da agricultura camponesa. Para a autora, entre a década de 1980 e 1990, o debate sobre política pública e sobre sua importância para a agricultura camponesa foi ganhando espaço e aproximando esses sujeitos.

Para Pismel (2017), o “Governo Paralelo”¹¹⁵ vinculado ao PT – grupo de trabalho que tinha como objetivo fiscalizar o governo Collor, que funcionou de 1990 a 1992, e que depois

¹¹³ Como já dissemos anteriormente, os governos petistas tiveram uma ação dual, contemplando através das políticas públicas também outros extratos sociais.

¹¹⁴ “Acredita-se que, juntas, as duas iniciativas configurem um dos maiores programas de compras institucionais do mundo que prioriza, deliberadamente, aquisições junto aos agricultores familiares mais vulneráveis.” (IPC-IG, 2013, p. 7).

¹¹⁵ “Inspirado na experiência inglesa, o Governo Paralelo constituiu-se como instrumento de ação política para o exercício de uma oposição qualificada ao recém-empossado governo Collor. Seu objetivo era manter articuladas as forças políticas que se uniram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e empreender uma fiscalização democrática da nova gestão. O Governo Paralelo trabalhou na elaboração de propostas de alcance estratégico, resultado de intensos debates envolvendo os mais variados atores sociais

foi transformado em Instituto Cidadania – parece ter sido um espaço importante para esses atores, pois permitiu a promoção da discussão de problemas setoriais e ajudou na elaboração de intervenções em vários setores da política pública. A finalidade era apresentar propostas e alternativas de políticas públicas. Suas atividades eram divididas em áreas (reforma agrária, desenvolvimento industrial, cultura, saúde etc.), sendo que cada área deveria realizar diagnósticos, discussões e propostas de políticas públicas para os problemas levantados.

Grisa (2012) reconhece a atuação desses grupos de trabalho, nos quais ativistas advindos da academia e de movimentos da agricultura camponesa e da segurança alimentar contribuíam para a aproximação e desenvolvimento de propostas que articulavam os setores. Como fruto dessa articulação foi lançado em 2001 o documento “Política Nacional de Segurança Alimentar”, que teve como organizadores Luís Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva. Takagi (2006) esclarece que o documento defendia que o combate à fome deveria ser realizado conjuntamente com o fortalecimento da produção e comercialização da agricultura familiar. Outra contribuição desse documento foi sugerir a criação de um Conselho ligado à presidência da república que se encarregasse do acompanhamento do tema da segurança alimentar.

Em 2001, a articulação desses autores no instituto Cidadania resultou no lançamento do documento “Projeto Fome Zero: Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil”. Para Pismel (2017, p. 9) “As etapas de elaboração do projeto incluíram a realização de seminários em Fortaleza, Santo André e São Paulo e a presença de debatedores vindos de movimentos sociais campesinos e urbanos, ONGs, sindicatos, institutos de pesquisa e especialistas nos temas”. O projeto Fome Zero valorizaria a compra de alimentos da agricultura camponesa para o abastecimento do mercado institucional como a solução para a insegurança alimentar.

Para Porto (2014), o momento político vivido pelo PT em 2003, quando ganhara as eleições, reunia as condições favoráveis para a execução de uma grande política de combate à fome, assim como foi formulado em seu plano de governo, e que pudesse facilitar a participação de diversos sujeitos sociais na formulação de políticas públicas no setor da agricultura camponesa e no âmbito da soberania alimentar. Em estudo específico sobre o PAA, Muller, Silva e Shneider constataram essa mesma premissa.

coordenados por expoentes da cultura, da ciência e da oposição democrático-popular, como Antonio Candido, José Gomes da Silva e Aziz Ab’Saber, entre tantos outros. A partir da consolidação do impeachment, quando deixaram de existir as razões que levaram ao lançamento do Governo Paralelo, o Instituto Cidadania estabeleceu-se como espaço de discussão e produção de propostas de políticas públicas. Realizou, nos anos seguintes, seminários de análise de conjuntura e debates sobre temas específicos como a seca, o combate à corrupção, desenvolvimento industrial e outros.” (INSTITUTO LULA, 2021)

A partir de depoimentos coletados durante a fase exploratória, gerou-se a interpretação de que os movimentos e organizações sociais de agricultores haviam tido um papel fundamental na construção do PAA, através da reivindicação de políticas diferenciadas para a agricultura familiar. Esta intervenção reivindicatória teria ocorrido no contexto de uma alteração significativa do ambiente político, em função da vitória eleitoral da candidatura do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, em 2003, que possibilitou o ingresso no governo de atores historicamente vinculados aos movimentos e organizações de agricultores. Essa nova composição teria aberto canais de acesso para estes movimentos e organizações junto ao Governo Federal, facilitando a expressão e negociação de suas reivindicações. (MULLER, SILVA E SCHNEIDER, 2012, p. 3)

Pismel (2017) explica que durante os primeiros meses de governo a articulação internacional por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) também propiciou esse momento favorável já que foi criado um Grupo de Trabalho Conjunto entre a Food and Agriculture Organization (FAO), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a equipe do Governo de Transição para definir os caminhos para criação do Programa Fome Zero. Após algumas rodadas iniciais de discussões, a equipe do CONSEA¹¹⁶ escreveu um texto base para ser avaliado pelo presidente Lula. A ideia recebeu apoio e as discussões para pensar suas ações estruturantes, dentre as principais estava o PAA. De acordo com Müller (2007), os principais movimentos organizados que compuseram essas discussões foram o MST, a Contag e a FETRAF.

Apesar de muitas divergências entre os grupos envolvidos em sua elaboração e da problemática com a Lei 8666/93 de licitações e contratos – que especifica que as compras públicas realizadas por todos os Poderes e entes políticos devem ser realizadas por meio de licitações públicas –, o PAA foi criado em 2003 e desde então tem passado por uma série de alterações e ajustes, entre elas, o modelo de chamada pública.

É importante ressaltar que as experiências locais e regionais, principalmente com a participação dos governos petistas, possibilitaram a aproximação entre organizações e ativistas do tema e gestões locais. Gerou-se, portanto, um ambiente mais flexível e democrático de formulação de políticas públicas fazendo com que se chegasse até o PAA em 2003 e, progressivamente, à destinação dos 30% do montante do PNAE para agricultura camponesa.

¹¹⁶ “O CONSEA não só destacou as causas subjacentes da fome como também ajudou a estabelecer um quadro de direitos nas políticas brasileiras de segurança alimentar. A Lei do Direito à Alimentação ajudou a criar um marco legal, em âmbito federal, que facilitou a formulação de políticas para garantir explicitamente a todos os brasileiros, o direito de consumir alimentos saudáveis e culturalmente apropriados. Por meio desses direitos e da participação da sociedade civil brasileira, o CONSEA consagrou-se como um baluarte na luta por programas inovadores. Ele foi responsável pela concepção inicial do PAA e por inúmeras mudanças e melhorias, tanto no PNAE quanto no PAA, desde sua implementação original.” (IPC-IG, 2013, p. 11).

Para Pismel (2017), duas experiências de níveis local/regional foram referência para a criação de uma Política de Aquisição de Alimentos.

A referência mais antiga a programas nos moldes do PAA ocorreu no estado de São Paulo na gestão de Franco Montoro (1983 – 1987). O governador pretendia descentralizar a compra de merenda escolar para os diretores das escolas, visando inibir que o processo de compra fosse usado para alimentar o sistema de caixa dois de certos grupos políticos do estado. O secretário de Agricultura e Abastecimento, José Gomes da Silva, defendia que a merenda deveria ser comprada majoritariamente de famílias assentadas. (PISMEL, 2017, p. 10)

Outro projeto piloto que inspirou o PAA foi o Programa Merenda Ecológica, realizado na região de Colônia Osório, interior de Pelotas (RS), durante o Governo do Olívio Dutra (1999-2003). Esse programa propunha a criação de um mercado institucional, no qual a Secretaria Municipal da Educação de Pelotas era responsável por comprar os produtos da agricultura familiar e destiná-los à merenda escolar e ao Conselho de Alimentação Escolar cabia o controle social. O programa foi apresentado em seminários internacionais e recomendado como uma boa prática para a promoção da segurança alimentar. Sua operacionalização contou com a colaboração do governo do estado, da prefeitura, de cooperativas, redes de organizações sociais e da CEASA/RS. (PISMEL, 2017, p. 11)

Essa conjuntura de experiências prévias, de programas pilotos em níveis locais e regionais, de contribuições de sujeitos sociais engajados em setores como: universidades, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e outras organizações sociais, além da atenção de organismos internacionais à temática, configurou uma sólida rede, que contribuiu para certa permeabilidade junto ao Estado brasileiro, o que permitiu que tais políticas públicas fossem criadas.

3.4 A atuação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que dispõe das informações a respeito dessa política, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003. Atualmente a legislação vigente é a Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. Outras alterações foram feitas pelo decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017, e continuam a ser feitas pelo governo subsequente.

O programa possuía duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. De acordo com o decreto nº 7.775, o PAA busca estimular a

produção e a compra de produtos de agricultores familiares, a formação de estoques estratégicos e a doação de alimentos. O programa adquire alimentos, sem licitação obrigatória, produzidos pela própria agricultura camponesa e os destina a uma rede socioassistencial que visa, no geral, garantir a segurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade, alcançando, conseqüentemente, os dois objetivos supracitados. Desse modo, torna-se possível promover a inclusão econômica e social dos agricultores familiares e sua organização coletiva, criar redes locais e regionais de comercialização e valorizar o saber-fazer local e a produção agroecológica (PISMEL, 2017).

Ainda segundo o decreto 7.775, de 04 de julho de 2012, alterado parcialmente pelo decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017, o programa apresenta nove finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar, e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; (Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017)
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.

Por estar diretamente relacionado ao Programa Fome Zero no início de sua execução, a gênese do PAA se deu dentro do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Com a extinção desse ministério, o programa passou a ser coordenado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), que pertencia ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado em 2006. Durante os governos petistas, o orçamento do PAA era composto de recursos vindos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e teve como principal Executora a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Durante as primeiras semanas do governo Michel Temer, o MDS foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o MDA foi rebaixado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário SEAD, subordinada à Casa Civil. Já no Governo Bolsonaro, o MDSA foi rebaixado à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania e à SEAD, e passou a se chamar Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Iniciado no governo de Michel Temer e aprofundado no governo de Jair Bolsonaro, entrou em curso um processo de destruição da política de aquisição de alimentos, sendo o golpe mais duro sobre o PAA. O rebaixamento e a rearticulação dos ministérios incidiram na organização do programa. Vieram a reboque vultosos cortes de orçamento e a alteração de leis que davam suporte ao programa, como veremos mais adiante.

A criação de um ministério extraordinário próprio, como o MESA, dava à temática “segurança alimentar e nutricional” uma centralidade importante nos governos petistas. A partir dessa criação, havia um papel de destaque na pauta da agenda estatal. As modificações trazidas por Temer e Bolsonaro não só marginalizaram a temática, como a escamotearam. A destruição do modelo organizacional tem sido, a passos largos, uma estratégia para inviabilizar a política de aquisição de alimentos.

De todo modo, a Política de Aquisição de Alimentos demonstrou ser uma articulação complexa, com a participação de inúmeros sujeitos dentro do processo. Tanto que levou décadas para ser criada, executada e aperfeiçoada nos governos petistas, trazendo consigo resultados reconhecidos, inclusive em âmbito internacional. Entretanto, sua implosão parece ser extremamente desproporcional ao seu tempo de elaboração. E o debate sobre os resultados que a política trouxe no campo da segurança e soberania alimentar parecer ser, para o governo atual, bastante efêmero.

A criação do SISAN, foi um passo importante na construção de uma organização das políticas públicas voltadas para este setor, e foi estabelecida pelo governo Lula por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, (LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), parcialmente alterada no governo Bolsonaro pela Lei nº 13.839, de 2019. O SISAN é uma espécie de sistema geral que articula criação, execução e monitoramento de políticas públicas que buscam atingir a segurança alimentar no Brasil.

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;

II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e

IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;

IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V – articulação entre orçamento e gestão; e

VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. (BRASIL, 2006)

De acordo com o art. 11, item II da Lei nº 11.346:

Integram o SISAN:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN;

II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN. (BRASIL, 2006)

O SISAN, criado nos governos petistas, no modelo sistêmico e de redes com órgãos executores e consultivos em toda as esferas públicas, dava modelagem e funcionalidade à política. Ainda de acordo com o art. 11, da mesma Lei, o parágrafo primeiro explicava como era feita a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹¹⁷ e dava diretrizes de como se organizaria o CONSEA, órgão recriado em 2003 que tinha caráter consultivo de assessoramento imediato à Presidência da República e que integrava o sistema nacional.

¹¹⁷ A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que estava para acontecer no ano de 2019, e que marcava a realização de diretrizes de planos quadrienais para a Segurança Alimentar e Nutricional, simplesmente não aconteceu, devido ao desmantelamento do CONSEA nacional e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

A composição do SISAN e sua estrutura orgânica, com órgãos consultivos, executores e avaliativos demonstram a importância da complexidade trazida pela política, no sentido da movimentação de diversos atores e da participação da sociedade civil. A realização das conferências, por sua vez, contribuiria para o aperfeiçoamento do debate tanto a nível local, como a nível nacional.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distrital e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada. (BRASIL, 2006)

Desde que assumiu, em 1 de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro tem dado continuidade ao projeto de implosão da política de aquisição de alimentos. Na mesma data em que assumiu, já editou uma Medida Provisória de número 870 que desarticulou a LOSAN e extinguiu, por conseguinte, o Consea, pilar importante da realização da política de aquisição de alimentos.

Em meio à imensa insatisfação popular, surgiu no Congresso Nacional um número significativo de emendas à MP acima citada, para que não fosse alterado o conteúdo original da Lei, inclusive no item que reestabeleceria o Consea, ementas que foram aceitas no relatório da Comissão Especial e aprovadas nos dois plenários da casa. Entretanto, esse item foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, se convertendo na Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, em vigor até então. A partir dessa realidade, provavelmente será extinta a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e inviabilizado o plano Nacional de SAN. Apesar da destruição do Consea nacional, os Conseas estaduais permanecem ativos no plano institucional, dando continuidade aos seus trabalhos.

Várias organizações do campo da segurança nutricional e da segurança alimentar têm tentado a reativação do Consea e a manutenção das Conferências Nacionais junto ao congresso. Entretanto, por parte do governo não há nenhuma movimentação de reconhecimento desse esforço junto à sociedade civil.

De acordo com o site da Presidência da República, o Consea era composto por: um Plenário, composto pelos 60 membros, sendo 40 da sociedade civil (dois terços) e 20 do governo (um terço; Secretaria Geral; Secretaria Executiva; Mesa Diretiva; Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho; Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais e do Distrito Federal de Segurança Alimentar e Nutricional).

Quadro 01 – Organização do CONSEA

Órgão	Função
O Plenário	Segundo o Regimento Interno, o Consea deve realizar seis reuniões plenárias ordinárias por ano. Os temas tratados em cada reunião plenária são debatidos previamente pelas instâncias (comissões permanentes ou grupos de trabalho), que elaboram propostas a serem submetidas à apreciação do plenário. O Consea busca adotar decisões consensuais, mas, caso seja necessário, as mesmas podem ser tomadas mediante votações de seus membros. Após aprovação em plenário, as propostas são encaminhadas à Presidência da República, à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário por meio dos seguintes instrumentos de comunicação: 1. Recomendações: são documentos sucintos com considerações e proposições específicas que se destinam a um determinado órgão público. 2. Exposições de Motivos: são documentos analíticos que discorrem sobre temas abrangentes e apresentam proposições que se destinam à Presidência da República. 3. Resoluções: tratam de assuntos internos ao Consea (ex.: criação de Grupos de Trabalho, criação de comissão de transição etc.).
Secretaria Geral	A Secretaria Geral do Consea é exercida pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que também preside à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Compete à Secretaria Geral, dentre outras atribuições, acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo Consea para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).
Secretaria Executiva	A Secretaria Executiva do Consea localiza-se na Presidência da República. Composta por servidores públicos e servidoras públicas, a Secretaria Executiva tem o papel de dar suporte técnico e administrativo para o devido funcionamento do Conselho. Cabe também à Secretaria Executiva a gestão orçamentária do Consea e a organização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, organiza-se em três equipes: assessoria técnica, comunicação e administrativa.
Mesa Diretiva	A Mesa Diretiva é instância colegiada com o papel de contribuir com a gestão da Presidência do Consea na construção da agenda do Conselho, dentre outras atribuições. É composta pelo(a) presidente(a) do Conselho, coordenadores(as) das Comissões Permanentes, coordenador da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE), representante do(a) Secretário(a) Geral do Consea, além dos(as) Secretários(as)-Executivo(a) do Consea e da Caisan. Reúne-se previamente às reuniões plenárias.

Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho	As Comissões Permanentes são instâncias internas ao Consea, organizadas por temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e/ou grupos populacionais específicos tais como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. As comissões permanentes reúnem-se previamente às reuniões plenárias do Consea. Cabe às comissões encaminhar discussões e elaborar propostas a serem submetidas à aprovação do Plenário. Caso haja necessidade de aprofundamento de um tema específico, são criados pelas Comissões Permanentes ou pela Mesa Diretiva os Grupos de Trabalho com duração, objetivos e resultados predefinidos.
Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais e do Distrito Federal de SAN (CPCE)	A CPCE é uma comissão instituída no âmbito do Consea como um mecanismo permanente de articulação entre o Consea Nacional e os Conseas Estaduais e do Distrito Federal. É composta por Presidentes(as) dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal. Reúnem-se, em geral, previamente às reuniões plenárias do Consea.

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>

Infelizmente, com a extinção do Consea, foram comprometidas várias ações no plano da Segurança Alimentar e Nutricional, como a realização de Conferências Nacionais, Planos de trabalho a nível nacional, e demais articulações nessa escala. Por enquanto, até 2021, o PAA, permanece em vigor, ainda que sob vultoso corte de orçamento e grave ameaça de desarticulação.

Segundo o decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o PAA está organizado em:

- a) Grupo Gestor do PAA (GGPAA¹¹⁸) – é formado por representantes dos ministérios envolvidos no programa e responsável por estabelecer os preços de referência dos

¹¹⁸ Segundo o decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012

“Art. 20. O GGPAA, órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA.

§ 1º O GGPAA será composto por um representante titular e um representante suplente de cada um dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento;

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - Ministério da Fazenda; e

VI - Ministério da Educação.

§ 2º Os representantes serão indicados pelos titulares dos ministérios e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 21. O GGPAA definirá, no âmbito do PAA:

I - a forma de funcionamento das modalidades do Programa;

II - a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

III - a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;

IV - as condições de doação dos produtos adquiridos;

V - as condições de formação de estoques públicos;

VI - os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores e das regiões de atuação; (Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017)

VII - as condições para a aquisição e doação de sementes, mudas e outros materiais propagativos a que se referem os arts. 8º, 17 e 19. (Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014)

VIII - a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e

IX - outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA.

produtos e as condições de doação dos produtos adquiridos, além de acompanhar a operacionalização do programa.

- b) Unidades Gestoras – São os estados, municípios, Distrito Federal e CONAB.
- c) Gestores Locais ou Organizações Fornecedoras – Cooperativas e organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a DAP¹¹⁹ Especial de Pessoa Jurídica. São responsáveis por implementar os projetos aprovados pelas unidades gestoras.
- d) Beneficiários Produtores¹²⁰ – São agricultores familiares, silvicultores, acampados e assentados da reforma agrária, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais,

Art. 22. O GGPAA constituirá comitê de caráter consultivo para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do PAA, composto por representantes governamentais e da sociedade civil.

Art. 23. A participação no GGPAA e no Comitê Consultivo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 24. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome fornecerá o apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do GGPAA.

Art. 25. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do GGPAA, especialmente para atendimento do estabelecido nos incisos II e V do caput do art. 21.

Art. 26. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, em articulação com outros órgãos da administração pública federal estabelecerá os meios para a identificação e a emissão de documento de comprovação de aptidão para participação no Programa.” (BRASIL, 2012)

¹¹⁹ “A DAP contém vários grupos ordenados que ajudam a distinguir entre os vários níveis de agricultores familiares. Por exemplo, o grupo A é de produtores mais vulneráveis, composto por quilombolas (descendentes de escravos), assentados da reforma agrária, mulheres chefes de família e pessoas extremamente pobres (com renda mensal per capita inferior a BRL70 / USD35). Os grupos subsequentes (B e A/C) são determinados pelo nível e segurança da renda dos agricultores familiares. Esses grupos ajudam a determinar quem é elegível para determinadas linhas de crédito e quais agricultores familiares devem ser priorizados por programas específicos, incluindo o PAA e o PNAE.” (IPC-IG, 2013, p. 11).

¹²⁰ Segundo a Lei Nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, Cap. III.

“Art. 16. Podem fornecer produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA poderão ser efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o caput ou, indiretamente, por meio de suas cooperativas e demais organizações formais.

§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a transferência dos produtos do associado para a cooperativa constitui ato cooperativo, previsto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 3º O Poder Executivo federal poderá estabelecer critérios e condições de prioridade de atendimento pelo PAA, de forma a contemplar as especificidades de seus diferentes segmentos e atendimento dos beneficiários de menor renda.

§ 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; (Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017)

II - o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, por cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar seja respeitado, conforme definido em regulamento; e (Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017)

indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que podem acessar o programa individual ou coletivamente.

- e) Unidades Receptoras¹²¹ – Organizações formais, entidades socioassistenciais e equipamentos públicos que recebem e repassam os alimentos doados aos beneficiários consumidores.

III - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários referidos no caput e no § 1º do art. 16 desta Lei e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

§ 1º Na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA. (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

§ 2º São considerados produção própria os produtos in natura, os processados, os beneficiados ou os industrializados, resultantes das atividades dos beneficiários referidos no caput e no § 1º do art. 16 desta Lei.

§ 3º São admitidas a aquisição de insumos e a contratação de prestação de serviços necessárias ao processamento, ao beneficiamento ou à industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, inclusive de pessoas físicas e jurídicas não enquadradas como beneficiárias do Programa, desde que observadas as diretrizes e as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA. (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

§ 4º O limite de aquisição da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA-Leite), a ser estabelecido em regulamento, deverá garantir a compra de pelo menos 35 (trinta e cinco) litros de leite por dia de cada agricultor familiar, pelo período a que se referir esse limite, que será o limitador exclusivo a ser aplicado. (Incluído pela Lei nº 13.789, de 2019)

¹²¹ Segundo a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, Cap. III.

Art. 18. Os produtos adquiridos para o PAA terão as seguintes destinações, obedecidas as regras estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA nas modalidades específicas: (Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017)

I - promoção de ações de segurança alimentar e nutricional; (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

II - formação de estoques; e (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

III - atendimento às demandas de gêneros alimentícios e materiais propagativos por parte da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal. (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)

Parágrafo único. Excepcionalmente, será admitida a aquisição de produtos destinados à alimentação animal, para venda com deságio aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nos Municípios em situação de emergência ou de calamidade pública, reconhecida nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)

Art. 19. Os alimentos adquiridos no âmbito do PAA poderão ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, observado o disposto em regulamento.

Art. 20. Sem prejuízo das modalidades já instituídas, o PAA poderá ser executado mediante a celebração de Termo de Adesão firmado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, dispensada a celebração de convênio.

Art. 21. Para a execução das ações de implementação do PAA, fica a União autorizada a realizar pagamentos aos executores do Programa, nas condições específicas estabelecidas em regulamento, com a finalidade de contribuir com as despesas de operacionalização das metas acordadas.

Art. 22. A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no âmbito das operações do PAA, poderá realizar ações de articulação com cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar.

Art. 23. O pagamento aos fornecedores descritos no art. 16 será realizado diretamente pela União ou por intermédio das instituições financeiras oficiais, admitido o convênio com cooperativas de crédito e bancos cooperativos para o repasse aos beneficiários.

§ 1º Para a efetivação do pagamento de que trata o caput, será admitido, como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos, termo de recebimento e aceitabilidade, atestado por representante da entidade que receber os alimentos e referendado pela unidade executora, conforme o regulamento. (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, o documento fiscal será atestado pela unidade executora, a quem caberá a responsabilidade pela guarda dos documentos, conforme o regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)

Art. 24. Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea são instâncias de controle e participação social do PAA.

- f) Beneficiários Consumidores – Famílias em situação de insegurança alimentar e Nutricional atendidas pelas unidades recebedoras.
- g) Controle Social – Realizado pela sociedade civil através do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) nos níveis municipal, estadual e nacional. O último, até então, extinto pelo governo Bolsonaro.

Ainda segundo o decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o programa está organizado em seis modalidades.

Quadro 02 - Modalidades do PAA

Modalidades	Fonte de Recursos	Órgão Executor
Apoio à Formação de Estoques pela agricultura familiar	Ministério da Cidadania/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	CONAB
Aquisição de sementes	Ministério da Cidadania	CONAB
Compra Direta da Agricultura Familiar	Ministério da Cidadania/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	CONAB
Compra com Doação Simultânea	Ministério da Cidadania	CONAB, estados e municípios
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA leite Compra Institucional	Orçamento dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	Órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA leite	Ministério da Cidadania	Estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais

Fonte: Baseado no decreto 7.775, de 04 de julho de 2012 e Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015/ alterações ministeriais ocorridas.

- *Apoio à Formação de Estoques pela agricultura familiar:* a modalidade Formação de Estoque permite que organizações de agricultores familiares acessem recursos para aquisição da produção dos seus cooperados e associados para formarem estoques em períodos estratégicos. Assim, os produtos, in natura ou processados, podem ser comercializados em momento mais favorável do mercado.
- *Aquisição de sementes:* modalidade que prevê a aquisição de sementes de culturas alimentares, efetuada diretamente ou por meio de chamada pública, de Organizações da

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de Consea na esfera administrativa de execução do programa, deverá ser indicada outra instância de controle social responsável pelo acompanhamento de sua execução, que será, preferencialmente, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.” (BRASIL, 2011)

Agricultura Familiar (associações ou cooperativas) para doação a Órgãos Demandantes para atendimento a beneficiários consumidores.

- *Compra Direta da Agricultura Familiar*: compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes socioassistenciais e para constituir estoques públicos;
- *Compra com Doação Simultânea*: visa atender à compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- *Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite*: compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Essa modalidade é executada somente nos estados do Nordeste e no Norte de Minas Gerais;
- *Compra Institucional*¹²²: aquisição voltada para o atendimento das demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios. Por esta modalidade poderão ser abastecidos hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros.

Atualmente, o programa é executado de acordo com as seguintes etapas: Adesão, pacto de valores e metas (Plano Operacional), planejamento e pacto local (Proposta de Participação), aquisição e distribuição de alimentos, pagamento de beneficiários fornecedores e apoio financeiro às unidades executoras.

Podem participar do Programa de Aquisição de Alimentos todos os agricultores que possuem a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

¹²² A partir de 1º de janeiro de 2016, pelo Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, do total de recursos no exercício financeiro destinados à aquisição de gêneros alimentícios aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar. Esta aquisição poderá ser realizada por meio desta modalidade Compra Institucional. As compras são permitidas para quem fornece refeições como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Os valores da modalidade Compra Institucional não constam no Resumo de Execução do PAA de 2016 nem de 2019, já que não são operacionalizados pela CONAB.

De acordo com o Ministério da Cidadania, no ano de 2016, último ano dos governos petistas, o resumo de despesas do PAA no Brasil se deu da seguinte forma:

Tabela 10 - Resumo de Execução do PAA Brasil por modalidade¹²³ - 2016

Modalidades	Nº de Agr. Fornecedores	Entidades	Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (kg)
Execução Estadual (convênio)	369	192	14.320	2.744.119,89	1.406.551,00
Execução Estadual (termo de adesão)	14.556	4.548	1.742.968	53.429.450,38	15.749.875,69
Execução Municipal (termo de adesão)	19.380	4.468	4.745.943	78.860.958,85	28.633.338,12
Execução PAA Leite	13.273	3.274	701.257	84.796.686,54	61.840.690, 68 ¹²⁴
Execução Conab - R\$ MDSA	28.095	2.290	9.306.016	188.004.455,29	76.525.886,74
Execução Conab - R\$ SEAD	1.223	-	-	9.572.262,79	11.594.289,00
Total	76.896	14.772	16.510.504	417.407.933,74	133.909.940,55

Fonte: PAA Data. (Dados Preliminares 2019).

De acordo com a tabela, pode-se observar o montante de recursos utilizados em 2016 (Últimos dados disponíveis na plataforma PAA Data), último ano dos governos petistas, do qual mais de 417 milhões de reais foram utilizados na compra de mais de 133 milhões de quilos de produtos e 61 milhões de litros de leite nas compras do PAA. Desse montante, a CONAB¹²⁵ executou 47,7% do valor e 65,8% do montante de produtos. Além disso, comercializou com 38,1% dos agricultores beneficiados, relacionou-se com 15,5% das entidades e realizou 56,4% dos atendimentos.

¹²³ Incluído o Valor do PAA Leite.

¹²⁴ Litros.

¹²⁵ A CONAB tem papel crucial na execução do PAA, apesar de não operar em todas as suas modalidades. A sua atuação tem sido referência na transparência e disponibilização dos dados.

3.4.1 A participação da CONAB¹²⁶

Observa-se que, apesar da execução municipal e estadual serem fortes, inclusive com programas próprios e convênios, a participação da Conab no montante de recursos foi de quase 50% em 2016. Esse peso destaca o importante papel ¹²⁷da companhia ao se inserir em um novo contexto.

Desde a concepção do programa, a CONAB tinha sob sua incumbência a formulação dos instrumentos operacionais, tendo em vista a experiência da entidade com programas semelhantes, embora com público distinto. Esse princípio guiou a formação dos quadros de pessoal que entraram na Companhia no início do governo, buscando a formação de uma equipe que fosse capaz de se articular com os movimentos sociais e com os demais setores envolvidos nas questões dos programas que seriam implantados. (MÜLLER, SILVA E SHNEIDER, 2012, p. 15)

Entre 2011 e 2015 a Conab passou a divulgar os detalhes da execução do programa através de uma publicação anual denominada Sumário Executivo do PAA. Já entre 2016 e 2019, as principais informações estão divulgadas em compêndios de Execução, um pouco mais completos. Até então, os últimos dados disponíveis são do compêndio de 2019. Achou-se interessante fazer algumas comparações entre os dados de 2016, último ano dos governos petistas, e 2019, primeiro ano de governo ultraliberal.

De acordo com a CONAB (2017), em 2016, último ano do governo petista, o total de recursos provenientes da então SEAD/MDSA repassados à instituição foi de R\$ 201.315.754,82. Esse recurso foi distribuído entre as modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), com R\$ 183,9 milhões; Aquisição de Sementes, com R\$ 4 milhões; Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), com R\$ 9,5 milhões e recursos que envolvem a operacionalização do programa, com R\$ 2,7 milhões; além das despesas com impostos. Segundo o mesmo documento, os valores utilizados nas modalidades

¹²⁶ “A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). A empresa está presente em todas as regiões brasileiras, com superintendências nos 26 estados e no Distrito Federal, além de 64 Unidades Armazenadoras (UA), como armazéns convencionais, graneleiros, etc, que são capazes de estocar diversos produtos agrícolas e garantir o suprimento alimentar da população. Sua missão é prover inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de Políticas Públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural.” (CONAB, 2017).

¹²⁷ Embora, desde a sua criação, a missão da CONAB fosse o abastecimento alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade, a preservação de mecanismos mais justos de mercado e execução de programas de aquisição, somente na década de 2000 é que a agricultura camponesa transformou-se em seu principal foco de atuação junto aos programas sociais. (IPC-IG, 2013, p. 14)

operacionalizadas pela Conab possibilitaram a comercialização de 88.120 toneladas de alimentos produzidos por 29.318 agricultores familiares organizados em cooperativas ou associações, que apresentaram 845 projetos.

Em 2019, com o governo do presidente Jair Bolsonaro, a CONAB (2020) recebeu do então Ministério da Cidadania e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento R\$ 41.380.857, cerca de 160 milhões de reais a menos que em 2016, o que representou um decréscimo de 79,4% no valor das aquisições em relação ao último ano do governo petista.

Esses recursos¹²⁸ foram distribuídos entre as modalidades Compra com Doação Simultânea – CDS (R\$ 32.319.855), na qual houve uma redução de 82,4% no valor das aquisições dessa modalidade; na Aquisição de Sementes¹²⁹ (R\$ 4.329.728), que registrou um aumento de 5,6%, o qual detalharemos posteriormente. Com relação ao Apoio à Formação de Estoques – CPR-Estoque (R\$ 4.731.274), houve um decréscimo de 50,6%. A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), que em 2016 adquiriu 16,6 milhões em produtos, voltou a ter seu orçamento zerado.

Os valores utilizados nas modalidades operacionalizadas pela Conab possibilitaram, em 2019, a comercialização de 14 mil toneladas de alimentos, o que representou uma queda brusca de 84,1% em relação a 2016, atingindo apenas 5.885 agricultores familiares, reduzindo esse contingente em 79,9%. A reboque, as cooperativas e associações apresentaram à Conab apenas 376 projetos da CDS e CPR-Estoque, redução de 55,5%. Para a modalidade de Aquisição de Sementes foram contemplados em 2019, 326 agricultores contra 269 em 2016, um leve aumento de 17,5%.

Em 2016, os recursos provenientes do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, para a modalidade Compra com Doação Simultânea, foram distribuídos com base em uma nova metodologia aprovada pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA)¹³⁰. Essa metodologia propôs uma distribuição geográfica dos recursos para as unidades da federação, sendo definida após estudos estatísticos com base em dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD) e dos números de integrantes de unidades familiares detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico),

¹²⁸ Esses recursos envolvem a operacionalização do Programa, além das despesas com impostos.

¹²⁹ Modalidade extinta para o ano de 2022, com o novo programa Alimenta Brasil.

¹³⁰ Em 2019 o GPAA promoveu a destinação prevista de 60% dos recursos para as regiões Norte e Nordeste considerando todo o histórico de execução do programa nos anos de 2009 a 2016 e acrescentou-se ainda um teto de 7% por Unidade da Federação e um teto máximo de R\$ 320 mil por organização fornecedora (CNPJ). CONAB (2020, p. 9)

utilizando também o histórico de execução do Programa nas Superintendências Regionais (Suregs).

Nesse caso, foi priorizada a contratação de projetos exclusivamente de produtos orgânicos, projetos de povos e comunidades tradicionais e projetos de assentamentos da reforma agrária, respeitados os critérios de priorização já estabelecidos nos normativos do PAA. Essas premissas estão sendo duramente atacadas por projetos de Lei que gravitam no congresso e que tentam alterar esse texto, permitindo que grandes corporações do campo alimentício possam figurar como fornecedores do programa.

Os dados demonstram que o melhor desempenho do PAA esteve concentrado na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) 78,1% do total em 2019. O êxito dessa modalidade em relação às demais deve-se ao seu desenho e às suas características, ao possibilitar a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, que são adquiridos por meio de organizações fornecedoras e entregues às unidades receptoras. (CONAB, 2017)

Tabela 11 - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2019 (MC e MAPA) pela Conab

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216

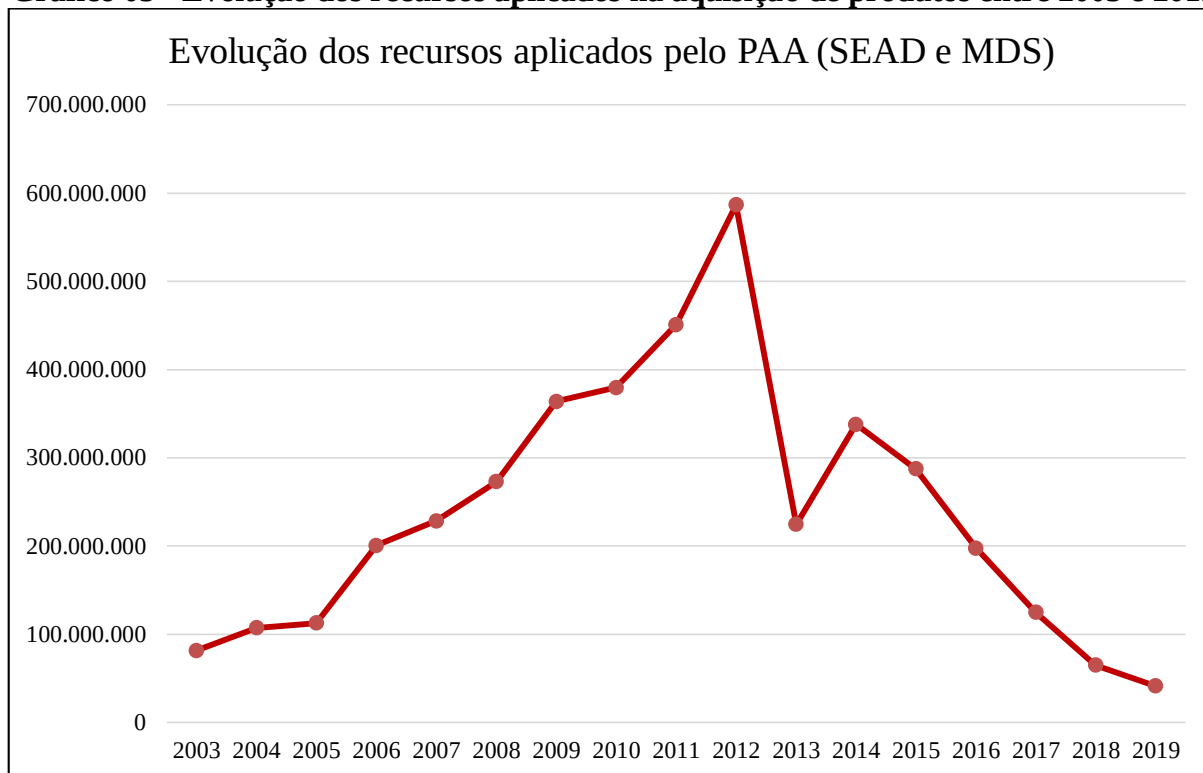
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.358.337	48.870.701	20.628.993	19.664.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	63.330.078
2019	4.589.168	13.281.984	8.043.783	11.623.533	3.842.388	41.380.857
Total	280.092.115	1.251.019.917	382.320.214	937.210.151	1.210.682.559	4.061.804.955

Fonte: Conab, 2020.

A Tabela 11 mostra a evolução dos recursos, por regiões, aplicados pela então Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e executados pela Conab, na aquisição de produtos nos 13 anos de PAA nos governos petistas e posteriormente até 2019.

Diferentemente dos demais órgãos governamentais integrantes do PAA, para a CONAB o Programa apresentava um sentido interno particular: um instrumento para revalorização institucional da Companhia. Na estrutura da CONAB, o PAA exerceu o papel de diversificar o público com que a Companhia atuava e de dar um novo impulso em suas atividades, que vinham sofrendo um enfraquecimento nos últimos governos, tendo em vista a perda de importância do tema do abastecimento e das funções que a ela cabiam. Como uma instituição historicamente concebida para trabalhar com a agricultura de grande porte, o surgimento do PAA e a entrada de novos atores na instituição inserem a agricultura familiar como público da CONAB. Com a retomada do tema do abastecimento alimentar e a partir da estrutura imaginada pelo MESA para a operacionalização do PAA, em que a CONAB tinha papel fundamental, a Companhia é reativada, sobretudo pela entrada de pessoas ligadas aos movimentos sociais da agricultura familiar. (MÜLLER, SILVA E SHNEIDER, 2012, p. 15)

Para os autores, o PAA teve para a Conab um papel particular, principalmente, ressignificando a sua função social, ao diversificar o público de atuação da companhia, já que o tema abastecimento tinha entrado em relativo desuso. Nesse sentido, camponeses passaram a ser importantes fornecedores de produtos para a companhia. Também foi importante, no sentido de que começaram a fazer parte da Conab diversas pessoas ligadas aos movimentos sociais, sublinhando o tema da formação de estoques para a soberania alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade. Públicos como ribeirinhos, quilombolas, assentados de reforma agrária etc. passaram a integrar esse rol de fornecedores.

Gráfico 05 - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos entre 2003 e 2019

Fonte: Conab, 2020.

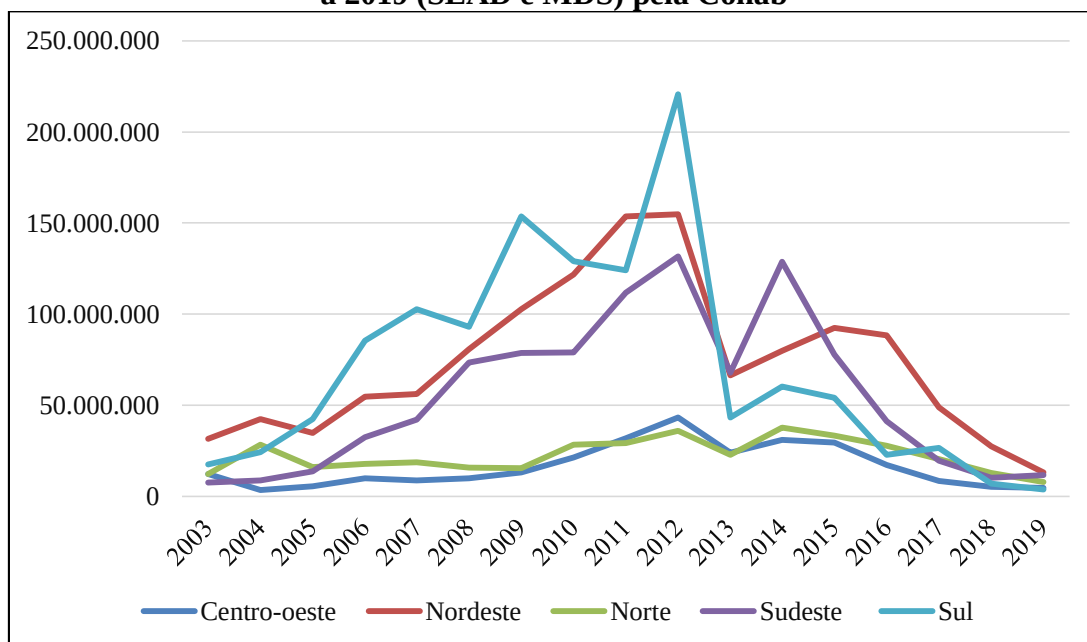
Observa-se que, desde que o programa foi criado, os recursos destinados para a Conab passaram por um aumento gradual e significativo até o ano de 2012 quando atingiram o seu auge. Após 2012, houve uma queda dos recursos aplicados, coincidindo com o momento econômico vivido depois da crise de 2008, que provocou perda na arrecadação do Estado. Após a queda de 2013, o orçamento do programa voltou a subir em 2014, mas sofreu nova queda em 2015 e 2016 (período em que o país já se encontrava na hecatombe política que culminou em um golpe de Estado), ficando as aquisições ainda na casa dos 200 milhões de reais nos últimos anos dos governos petistas.

Em 2017 e 2018, com o Governo Temer, a queda nas aquisições representaram 36,9% e 67,9% respectivamente em relação ao último ano dos governos petistas. Sendo que no último ano registrado, pela primeira vez na história do PAA, esses valores ficaram abaixo do ano de 2003, quando o programa foi criado, representando uma queda de 22,3% em relação ao orçamento inicial.

Em 2019, primeiro ano de governo do Presidente Jair Bolsonaro, os cortes continuaram de forma acentuada, inclinando-se para a completa inviabilização do programa, representando um decréscimo de 79,4% em relação ao ano de 2016 e apenas a metade do que foi consumido em 2003 quando o programa foi iniciado.

A tabela mostra também que, apesar de algumas diferenças, o montante destinado por regiões também obedeceu a mesma tendência, houve um auge até 2012, acentuado principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Depois desse momento inicial, estabeleceu-se uma forte queda em 2013. Houve uma leve recuperação em 2014 e nova queda em 2015, com exceção do Nordeste. A partir de 2016, todas tiveram uma queda brusca que coincidiu com os governos Temer e Bolsonaro.

Gráfico 06 - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2019 (SEAD e MDS) pela Conab

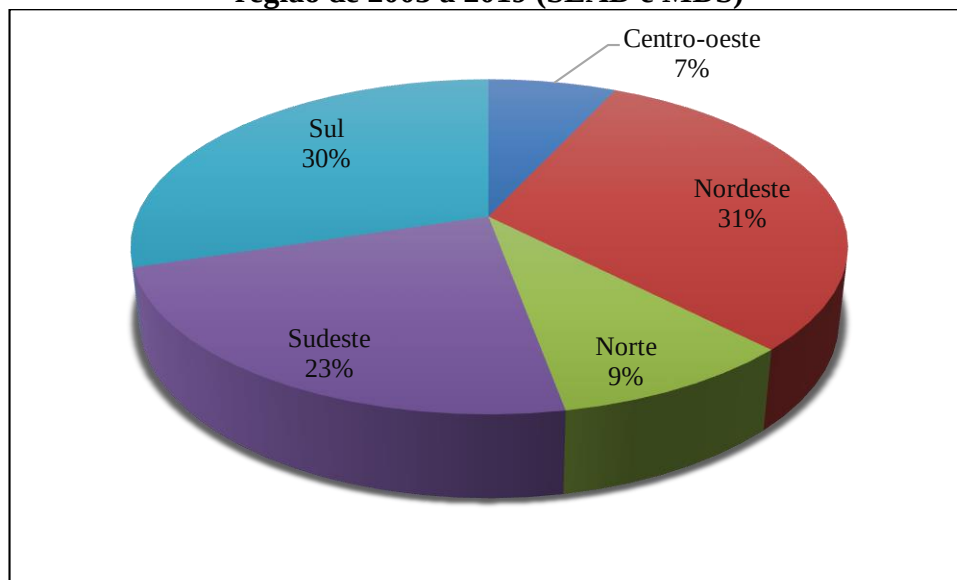


Fonte: Conab, 2020.

Entre 2003 e 2019, a região Nordeste foi a que mais recebeu recursos do programa pela Conab, respondendo por 31% do montante, seguida pela região Sul com 30%, Sudeste 23%, Norte 9% e Centro-oeste 7%.

Embora no começo do programa a região Nordeste tenha liderado o montante de recursos até 2004, a região Sul a ultrapassou entre 2005 e 2010. Em 2011 houve um retorno momentâneo da região Nordeste à liderança, que voltou a preponderar permanentemente entre 2015 e 2019.

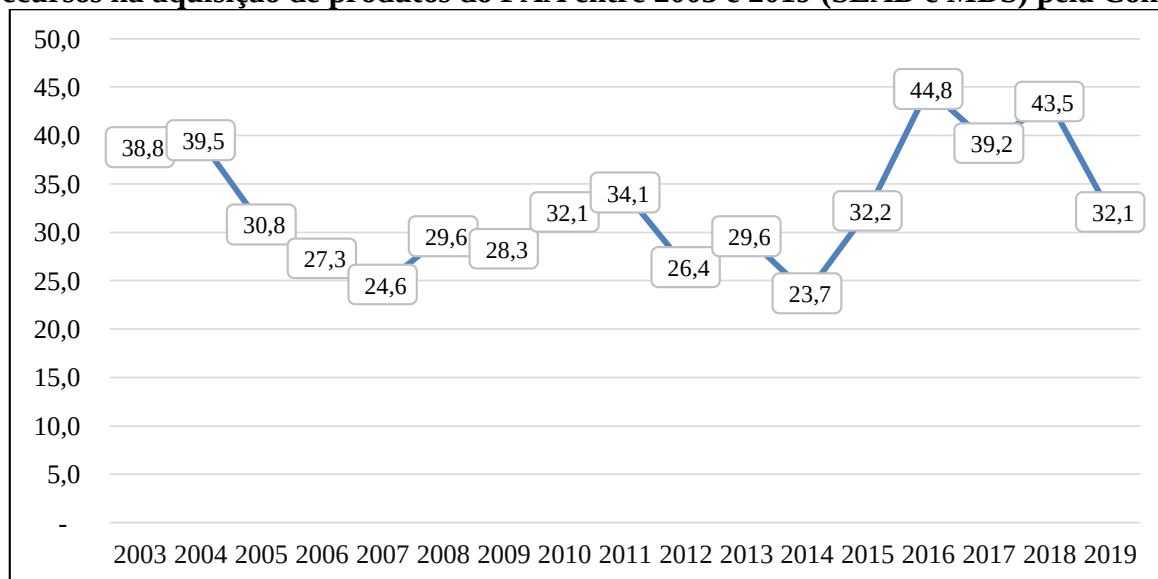
Gráfico 07 - Montante de recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA por região de 2003 a 2019 (SEAD e MDS)



Fonte: Conab, 2020.

Embora a região Sul tenha liderado o montante de recursos executados durante alguns períodos de execução de PAA pela Conab, no último ano de governo petista, a região Nordeste chegou próximo da metade dos recursos destinados pela SEAD e MDS via Conab, demonstrando a importante participação dessa região no programa, a partir de mudanças na ordem de execução de compras previstas pelo GGPA, já citadas.

Gráfico 08 - Evolução do percentual de participação da Região Nordeste - Aplicação de recursos na aquisição de produtos do PAA entre 2003 e 2019 (SEAD e MDS) pela Conab



Fonte: Conab, 2020.

A importância do Programa para a região Nordeste é indiscutível, sobretudo pela numerosa agricultura camponesa (mais da metade dos estabelecimentos familiares do país) e

pelas condições de precarização vivenciadas na região. O gráfico 08 mostra uma participação sempre interessante da região no programa. Dentro da série histórica, há uma média de participação de 32,7%. Sendo a menor registrada no ano de 2014 (23,7%) e a maior registrada em 2016 (44,8%). Provavelmente, os principais impactos relacionados à queda de orçamento incidam também sobre a região Nordeste.

A olhos vistos, os governos Temer e Bolsonaro provocaram uma aceleração na destruição no Programa. Entre 2016 e 2019 houve uma queda contínua e acentuada na quantidade de alimentos consumidos, na quantidade de agricultores beneficiados e na quantidade de projetos aprovados. Essa realidade tem inviabilizado a política pública em todo país, provocando nos agricultores o clima de medo, desestímulo e apreensão.

Tabela 12 – Quantidade de Alimentos adquiridos, agricultores beneficiados e projetos aprovados do PAA entre 2016 e 2019

Ano	Alimentos adquiridos (toneladas)	Agricultores beneficiados	Projetos aprovados
2016	88.120	29.318	845
2017	44.407	18.688	843
2018	23.611	9.675	575
2019	14.000	5.885	376.

Fonte: Conab, 2017, 2018, 2019 e 2020.

A redução dos orçamentos do PAA também estão se fazendo sentir em suas modalidades. Os cortes foram vertiginosos a partir de 2016 e fazem parte da lógica de diminuição orçamentária até a inviabilização da política em um processo decrescente. Boa parte dos recursos que davam sustentação à execução do programa estão sendo bancados por emendas parlamentares. O descaso desses governos com essa política pública se refletiu em praticamente todas.

Tabela 13 - Evolução das Modalidades do PAA 2009 – 2019 executadas pela Conab (Valor em mil reais)

Ano	Compra com Doação Simultânea	Formação de Estoques	Compra Direta da Agricultura Familiar	Aquisição de Sementes	Total
2009	150.375	46.572	167.017	0	363.964
2010	272.458	47.196	60.082	0	379.735
2011	362.993	59.770	28.273	0	451.036
2012	395.009	95.105	96.453	0	586.567
2013	146.410	28.627	19.480	0	224.517
2014	286.447	31.801	19.757	0	338.005
2015	241.263	20.799	11.109	14.344	287.515
2016	183.993	9.572	0	4.102	197.577
2017	98.221	4.853	16.619	5.016	124.709
2018	57.566	3.498	0	2.266	63.330

2019	32.319	4.731	0	4.329	41.379

Fonte: Conab, 2020.

De acordo com a Tabela 13, depois do ano de 2014 houve uma queda acentuada nos recursos do programa, situação agravada a partir de 2016, quando assumiu o presidente Temer e depois Jair Bolsonaro. Todas as modalidades sofreram cortes altos em seus orçamentos, configurando, assim, um verdadeiro golpe nessa política pública.

As tabelas a seguir mostram como estavam distribuídos os valores das aquisições por estados em 2016 e como eles se reconfiguraram em 2019.

Tabela 14 - Distribuição dos recursos do PAA por modalidade e estados - 2016

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
Norte	25.820.092,75	1.875.997,19	177.868,52	27.873.958,46
AC	1.178.970,90	1.499.999,54	-	2.678.970,44
AM	8.834.012,47	-	-	8.834.012,47
AP	5.484.029,06	-	-	5.484.029,06
PA	3.157.283,85	-	-	3.157.283,85
RO	3.513.796,77	375.997,65	-	3.889.794,42
RR	1.707.450,10	-	177.868,52	1.885.318,62
TO	1.944.549,60	-	-	1.944.549,60
Nordeste	87.325.743,06	840.000,00	305.000,00	88.470.743,06
AL	13.862.386,22	-	-	13.862.386,22
BA	23.465.056,80	840.000,00	-	24.305.056,80
CE	8.663.734,86	-	-	8.663.734,86
MA	5.713.056,00	-	-	5.713.056,00
PB	12.462.648,38	-	-	12.462.648,38
PE	8.856.533,06	-	-	8.856.533,06
PI	6.457.185,35	-	305.000,00	6.762.185,35
RN	4.105.084,63	-	-	4.105.084,63
SE	3.740.057,76	-	-	3.740.057,76
Sudeste	41.313.389,75	0	0	41.313.389,75
ES	5.361.055,71	-	-	5.361.055,71
MG	12.764.275,70	-	-	12.764.275,70
RJ	1.236.845,75	-	-	1.236.845,75
SP	21.951.212,59	-	-	21.951.212,59
Sul	14.468.696,70	5.833.214,66	2.428.887,97	22.730.799,33
PR	6.181.105,27	-	729.000,00	6.910.105,27
RS	4.960.209,42	5.833.214,66	1.199.892,97	11.993.317,05
SC	3.327.382,01	-	499.995,00	3.827.377,01
Centro-Oeste	15.064.839,00	1.023.050,94	1.099.937,54	17.187.827,48
DF	793.359,71	-	-	793.359,71
GO	6.217.193,41	-	454.853,54	6.672.046,95
MS	2.765.436,50	-	645.084,00	3.410.520,50
MT	5.288.849,38	1.023.050,94	-	6.311.900,32
Total	183.992.761,26	9.572.262,79	4.011.694,03	197.576.718,08

Fonte: Conab, 2017.

Tabela 15 - Distribuição dos recursos do PAA por modalidade e estados - 2019

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
Norte	5.478.361	493.200	31.500	8.043.783

AC	240.720	200.000	-	440.720
AM	1.196	193.200	-	1.885.118
AP	670.612	-	-	670.612
PA	1.120.531	100.000	31.500	1.602.031
RO	462.967	-	-	462.967
RR	2.584.000	-	-	2.584.000
TO	398.335	-	-	398.335
Nordeste	9.972.192	1.919.889	1.389.904	13.281.984
AL	1.467.814	200.000	359.500	2.027.314
BA	1.483.913	642.700	-	2.126.613
CE	1.285.873	390.317	-	1.676.189
MA	1.226.678	-	-	1.226.678
PB	1.364.908	-	-	1.364.908
PE	1.154.718	375.957	-	1.530.675
PI	712.717	-	435.369	1.148.086
RN	788.851	63.916	595.035	1.447.802
SE	486.720	246.999	-	733.719
Sudeste	10.751.682	871.851	0	11.623.533
ES	3.901.946	-	-	3.901.946
MG	1.459.467	159.978	-	1.619.446
RJ	390.297	183.994	-	574.291
SP	4.999.972	527.879	-	5.527.850
Sul	2.188.688	753.074	900.566	3.842.388
PR	862.553	389.862	-	1.252.415
RS	670.719	243.228	900.566	1.814.573
SC	655.416	119.984	-	775.400
Centro-Oeste	2.733.412	693.200	1.162.558	4.589.169
DF	1.074.826	-	724.027	1.798.852
GO	686.925	-	-	686.925
MS	390.941	-	-	390.941
MT	580.720	693.200	438.531	1.712.451
Total	31.124.335	4.731.214	3.484.528	41.380.857

Fonte: Conab, 2020.

Para melhor visualizar o tamanho dos cortes nos orçamentos por regiões e estados, e o golpe sobre a política de aquisição de alimentos, resumimos os dados na tabela seguinte.

Tabela 16 - Distribuição dos recursos do PAA por regiões e estados entre 2016 e 2019

Região/UF	2016	2019	Aumento/ Diminuição
Norte	27.873.958,46	8.043.783,00	-71,1%
AC	2.678.970,44	440.720,00	-83,5%
AM	8.834.012,47	1.885.118,00	-78,7%
AP	5.484.029,06	670.612,00	-87,8%
PA	3.157.283,85	1.602.031,00	-49,3%
RO	3.889.794,42	462.967,00	-88,1%
RR	1.885.318,62	2.584.000,00	+27%
TO	1.944.549,60	398.335,00	-79,5%
Nordeste	88.470.743,06	13.281.984,00	-85%
AL	13.862.386,22	2.027.314,00	-85,4%

BA	24.305.056,80	2.126.613,00	-91,3%
CE	8.663.734,86	1.676.189,00	-80,7%
MA	5.713.056,00	1.226.678,00	-78,5%
PB	12.462.648,38	1.364.908,00	-89%
PE	8.856.533,06	1.530.675,00	-82,7%
PI	6.762.185,35	1.148.086,00	-83%
RN	4.105.084,63	1.447.802,00	-64,3%
SE	3.740.057,76	733.719,00	-80,4%
Sudeste	41.313.389,75	11.623.533,00	-71,9%
ES	5.361.055,71	3.901.946,00	-27,2%
MG	12.764.275,70	1.619.446,00	-87,3%
RJ	1.236.845,75	574.291,00	-53,6%
SP	21.951.212,59	5.527.850,00	-74,8%
Sul	22.730.799,33	3.842.388,00	-83,1%
PR	6.910.105,27	1.252.415,00	-81,9%
RS	11.993.317,05	1.814.573,00	-84,9%
SC	3.827.377,01	775.400,00	-79,7%
Centro-Oeste	17.187.827,48	4.589.169,00	-73,3%
DF	793.359,71	1.798.852,00	+56,9%
GO	6.672.046,95	686.925,00	-89,7%
MS	3.410.520,50	390.941,00	-88,5%
MT	6.311.900,32	1.712.451,00	-72,9%
Total	197.576.718,08	41.380.857,00	-79,1%

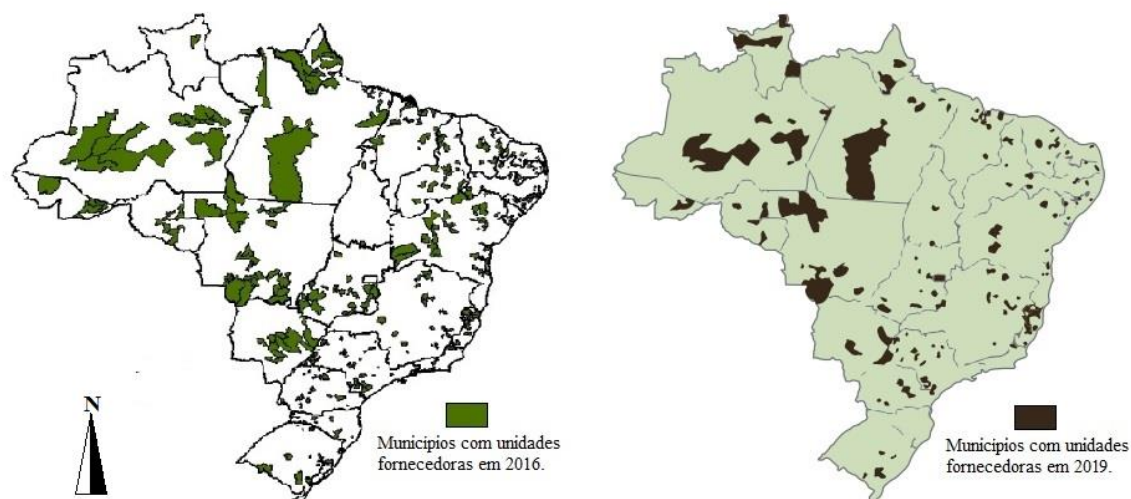
Fonte: Conab, 2020.

Houveram vultosos cortes em todas as regiões, que acabaram por penalizar, principalmente, a região Nordeste, a mais atingida (-85%), e a região Sul (-83,1%). Os estados mais atingidos pelo corte foram, respectivamente, Bahia (91,3%), Goiás (89,7%) e Paraíba (89%). Apenas o Distrito Federal (56%) e o estado de Roraima (27%) apresentaram alta no período.

Outro fator importante a ser abordado nesse cenários de cortes é a distribuição espacial ¹³¹das unidades fornecedoras do PAA. Isto provocou uma diminuição significativa na capilaridade nacional do programa. Segundo a CONAB (2017) e (2020) em 2016 o programa tinha unidades fornecedoras em 476 municípios, já em 2019 esse índice caiu para 254, o que representou uma diminuição de 46,6%.

¹³¹ Em 2012, no ano de melhor desempenho do PAA, o programa esteve representado por unidades fornecedoras em 1.180 municípios, o que naquela altura representava 21% do total brasileiro. (CONAB, 2013)

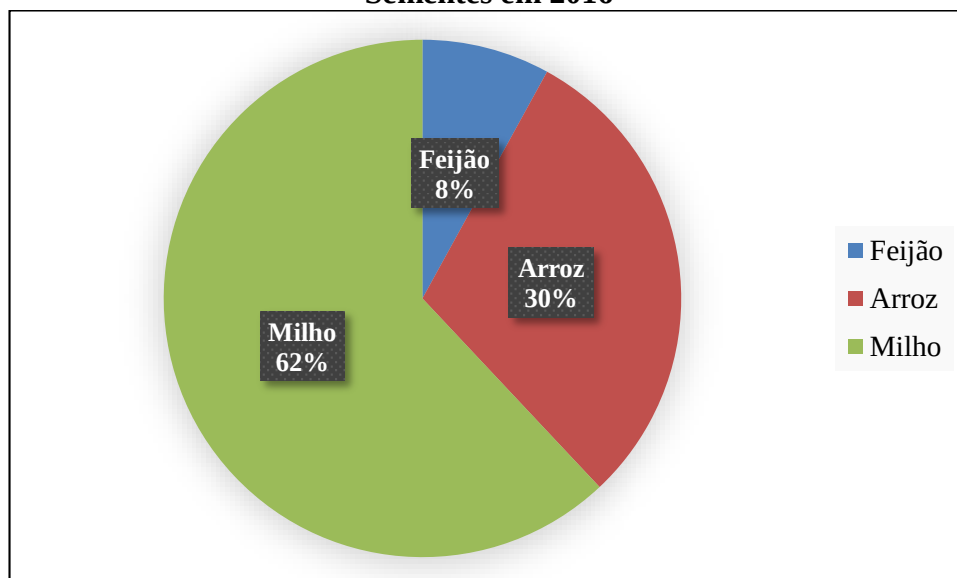
Figura 06 – Comparação entre os anos de 2016 e 2019 dos municípios com unidades fornecedoras – PAA/Conab



Fonte: Conab, 2017 e 2020.

No ano de 2016, foram investidos R\$ 4 milhões na operacionalização da modalidade de Aquisição de Sementes, totalizando 1100 toneladas de sementes provenientes da agricultura familiar localizada nos estados de Goiás, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (sementes entregues no estado do Piauí). As demandas foram feitas pelas delegacias federais da SEAD, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelas secretarias estaduais de agricultura e as sementes adquiridas foram entregues aos assentados da reforma agrária, aos agricultores familiares e quilombolas. (CONAB, 2017).

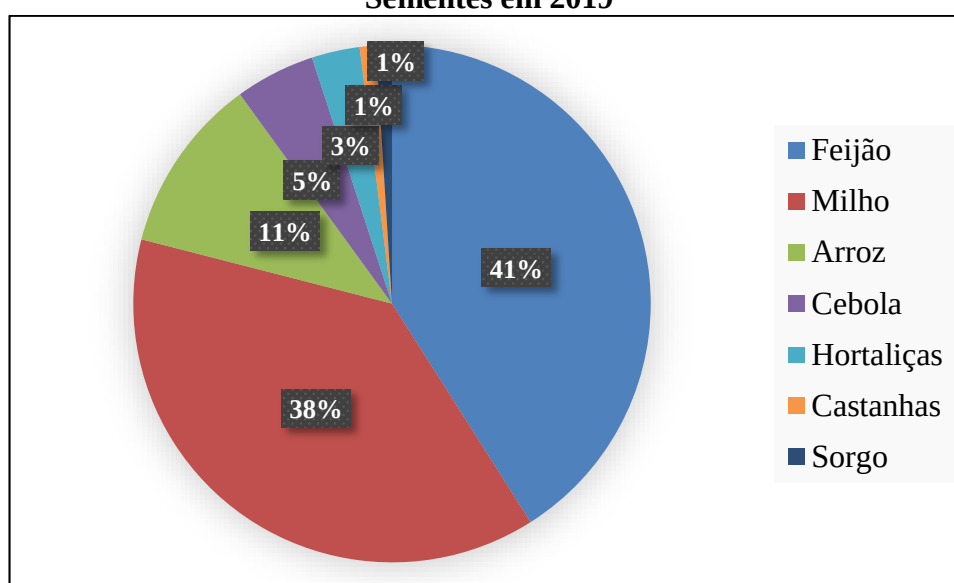
Gráfico 09 - Distribuição percentual dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2016



Fonte: Conab, 2017.

Em 2019, foram investidos um pouco mais de 4 milhões, mas a aquisição de sementes caiu pela metade, representando apenas 576 toneladas (CONAB, 2020). Apesar da diminuição do volume em toneladas, houve aumento da diversidade de sementes e a aquisição se deu da seguinte maneira: 41% de feijão, 38% de milho, 11% de arroz, 5% de cebola, 3% de hortaliças, 1% de castanhas e 1% de sorgo. (CONAB, 2020). Sendo que o elemento estranho é a entrada do sorgo nesse rol, já que o mesmo é mais utilizado para alimentação animal do que para alimentação humana, embora de forma indireta ele também atinja esse fim.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2019



Fonte: Conab, 2020.

Em 2016, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), Aquisição de Sementes e CPR Estoque, foram operacionalizadas mais de 88 mil toneladas de diversos produtos cultivados por 29.318 beneficiários fornecedores.

Tabela 17 - Quantidade (kg) de produtos adquiridos por modalidade de comercialização - 2016

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
Norte	10.847.810	1.539.195	24.750	12.411.755
AC	402.522	1.181.102	-	1.583.624
AM	5.017.116	-	-	5.017.116
AP	2.020.365	-	-	2.020.365
PA	1.460.659	-	-	1.460.659
RO	950.558	358.093	-	1.308.651
RR	511.640	-	24.750	536.390
TO	484.950	-	-	484.950
Nordeste	31.781.912	188.720	61.000	32.031.632
AL	7.555.730	-	-	7.555.730
BA	8.635.778	188.720	-	8.824.498
CE	1.319.346	-	-	1.319.346

MA	1.475.576	-	-	1.475.576
PB	5.003.044	-	-	5.003.044
PE	3.163.538	-	-	3.163.538
PI	1.585.986	-	61.000	1.646.986
RN	904.074	-	-	904.074
SE	2.138.840	-	-	2.138.840
Sudeste	20.179.727	0	0	20.179.727
ES	3.013.570	-	-	3.013.570
MG	6.017.232	-	-	6.017.232
RJ	474.647	-	-	474.647
SP	10.674.278	-	-	10.674.278
Sul	7.044.850	9.144.537	882.405	17.071.792
PR	3.173.625	-	145.800	3.319.425
RS	2.105.896	9.144.537	681.050	11.931.483
SC	1.765.329	-	55.555	1.820.884
Centro-Oeste	5.532.119	721.837	171.314	6.425.270
DF	284.740	-	-	284.740
GO	1.473.438	-	52.514	1.525.952
MS	1.423.848	-	118.800	1.542.648
MT	2.350.093	721.837	-	3.071.930
Total	75.386.418	11.594.289	1.139.469	88.120.176

Fonte: Conab, 2017.

Na tabela 17 é possível avaliar a distribuição das quantidades em quilos adquiridas por modalidades, por região e por unidades da federação. Na avaliação global das aquisições, a Região Nordeste comercializou mais de 32 mil toneladas de produtos, ou seja, 36% com destaque para a modalidade CDS com 31 mil toneladas, seguida pela Região Sudeste com 20 mil toneladas. Já na modalidade Formação de Estoques, a execução foi de 11,6 mil toneladas, com destaque para a Região Sul que formalizou oito projetos com 9 mil toneladas de produtos. Quanto à modalidade Aquisição de Sementes foi operacionalizado um total de 1,1 mil toneladas de sementes, com destaque para a Região Sul que forneceu 882 mil quilos.

No Compêndio de 2019 a Conab não detalhou a quantidade de produtos comercializados nem por região, nem por estado. A publicação apenas divulgou que a modalidade “compra com doação simultânea” adquiriu 12 mil toneladas, um decréscimo em relação a 2016 de 84,1%, a “aquisição de alimentos” 576 toneladas, uma diminuição no período de 49,5%, “apoio a formação de estoques” adquiriu 935 toneladas, um corte de 91,9%.

Ao longo dos anos de operações do PAA pela Conab, muitas famílias têm sido beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal, obtendo garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. No ano de 2016, o total de beneficiários fornecedores foi de 29.318 em todo o Brasil. Essas famílias são categorizadas por um público diversificado, sendo considerados beneficiários fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas,

integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que atendam aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Tabela 18 - Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores - 2016

Região/ UF	Nº de Projetos							Total
	Agricultores Familiare s	Agroextrativ istas	Assenta dos da Reforma Agrária	Atingid os por Barrag em	Comunid ade Indígena	Pescado res Artesan ais	Quilomb olas	
Norte	70	16	27	-	4	7	-	124
AC	3	1	8	-	-	1	-	13
AM	23	1	8	-	1	5	-	38
AP	7	13	6	-	-	-	-	26
PA	11	-	1	-	1	1	-	14
RO	20	1	1	-	2	-	-	24
RR	2	-	2	-	-	-	-	4
TO	4	-	1	-	-	-	-	5
Nordeste	330	2	42	1	3	6	19	403
AL	55	-	7	-	1	-	5	68
BA	101	-	7	1	2	-	2	113
CE	35	-	-	-	-	-	-	35
MA	15	2	3	-	-	1	8	29
PB	27	-	8	-	-	2	1	38
PE	19	-	1	-	-	-	-	20
PI	48	-	10	-	-	3	3	64
RN	18	-	4	-	-	-	-	22
SE	12	-	2	-	-	-	-	14
Sudeste	105		51	0	0	2	11	169
ES	24	-	3	-	-	-	4	31
MG	53	-	-	-	-	-	1	54
RJ	9	-	-	-	-	2	-	11
SP	19	-	48	-	-	-	6	73
Sul	50		13	0	0	0	2	65
PR	19	-	3	-	-	-	-	22
RS	19	-	9	-	-	-	-	28
SC	12	-	1	-	-	-	2	15
Centro-Oeste	57	1	17	0	4	0	5	84
DF	3	-	-	-	-	-	1	4
GO	19	-	3	-	-	-	-	22
MS	4	-	5	-	2	-	2	13
MT	31	1	9	-	2	-	2	45
Total	612	19	150	1	11	15	37	845
Participação (%)	72,43%	2,25%	17,75%	0,12%	1,30%	1,78%	4,38%	100,00 %

Fonte: Conab, 2017.

A Tabela 18 demonstra detalhadamente a distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores, indicando que 72,43% dos projetos foram formalizados com organizações fornecedoras declaradas exclusivas de agricultores familiares.

O Compêndio de 2019 não detalhou o número de projetos de beneficiários fornecedores por estado, mas o fez por região. Na região Norte totalizou 47 projetos, o que resultou em um decréscimo de 62,1%, na região Nordeste 127, corte de 68,5%, na região Centro-oeste foram 34, decréscimo de 59,5%, na região Sudeste foram 145, diminuição de 14,2% e na região Sul, foram contemplados 23 projetos, uma baixa de 64,6%.

Tabela 19 - Quantitativo de beneficiários fornecedores - 2016

Região/U F	Nº de Beneficiários Fornecedores							Total
	Agricultor es Familiares	Agro- extrati- vas	Assenta- dos da Reform a Agrária	Atingi- dos por Barrag em	Comunid- ade Indígena	Pescado- res Artesan- ais	Quilomb- olas	
Norte	2.168	1.155	651	28	91	481	7	4.581
AC	133	204	97	-	-	11	-	445
AM	714	263	258	-	33	381	-	1.649
AP	259	584	121	-	-	1	1	966
PA	285	7	15	-	10	84	6	407
RO	489	80	10	-	47	2	-	628
RR	153	10	70	-	1	-	-	234
TO	135	7	80	28	-	2	-	252
Nordeste	8.794	2.207	1.347	35	118	208	402	13.111
AL	1.517	277	345	-	13	1	59	2.212
BA	2.190	1.291	106	35	105	-	79	3.806
CE	1.134			-	-	26	-	1.160
MA	514	33	64	-	-	31	182	824
PB	932	105	391	-	-	117	29	1.574
PE	962	104	66	-	-	-	20	1.152
PI	537	396	269	-	-	33	33	1.268
RN	531		55	-	-	-	-	586
SE	477	1	51	-	-	-	-	529
Sudeste	3.635	169	1.332	0	1	66	357	5.560
ES	620	6	47	-	1	-	46	720
MG	1.598	121	30	-	-	2	3	1.754
RJ	156	26	1	-	-	64	-	247
SP	1.261	16	1.254	-	-	-	308	2.839
Sul	1.580	441	1.113	0	1	0	26	3.161
PR	663	39	182	-	-	-	-	884
RS	759	84	833	-	-	-	-	1.676
SC	158	318	98	-	1	-	26	601
Centro- Oeste	1.880	178	504	0	196	0	147	2.905
DF	73	6	2	-	-	-	26	107
GO	905	6	145	-	-	-	-	1.056

MS	66		110	-	149	-	104	429
MT	836	166	247	-	47	-	17	1.313
Total	18.057	4.150	4.947	63	407	755	939	29.318
Participação (%)	61,6	14,2	16,9	0,2	1,4	2,6	3,2	100

Fonte: Conab, 2017.

A Tabela 19 demonstra o quantitativo de beneficiários fornecedores em 2016, onde mais de 60% são agricultores familiares, aproximadamente 17% são assentados da reforma agrária e 7% são pescadores artesanais, quilombolas e comunidades indígenas (povos e comunidades tradicionais).

No Compêndio de 2019 a Conab (2020) não detalhou nem por estado, nem por região, o número de agricultores participantes por categoria. Apenas divulgou que foram beneficiados 5.585 fornecedores, redução de 81% em relação a 2016. Desses, 2.818 eram agricultores familiares (-84,4%), 320 agroextrativistas (-92,3%), 1.832 assentados de Reforma Agrária (-63%), 9 atingidos por barragem (-85,7%), 205 de comunidades indígenas (-49,6%), 170 pescadores artesanais (-77,5%) e 531 quilombolas (-43,5%). Como se pode observar, houveram cortes em todas as categorias.

Tabela 20 – Número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidade – 2016

Região/UF	CDS	CPR – Estoque	Sementes	Total
Norte	4.327	237	17	4.581
AC	255	190	-	445
AM	1.649	-	-	1.649
AP	966	-	-	966
PA	407	-	-	407
RO	581	47	-	628
RR	217	-	17	234
TO	252	-	-	252
Nordeste	12.973	118	20	13.111
AL	2.212	-	-	2.212
BA	3.688	118	-	3.806
CE	1.160	-	-	1.160
MA	824	-	-	824
PB	1.574	-	-	1.574
PE	1.152	-	-	1.152
PI	1.248	-	20	1.268
RN	586	-	-	586
SE	529	-	-	529
Sudeste	5.560	0	0	5.560
ES	720	-	-	720
MG	1.754	-	-	1.754
RJ	247	-	-	247
SP	2.839	-	-	2.839
Sul	2.273	734	154	3.161
PR	838	-	46	884

RS	866	734	76	1.676
SC	569	-	32	601
Centro-Oeste	2.693	134	78	2.905
DF	107	-	-	107
GO	1.019	-	37	1.056
MS	388	-	41	429
MT	1.179	134	-	1.313
Total	27.826	1.223	269	29.318

Fonte: Conab, 2017.

Com relação ao número de beneficiários por modalidade, o Compêndio de informação da Conab (2020) explica que em 2019 houve diferenças em relação às modalidades. Na de “formação de estoques”, o programa beneficiou 767 unidades, que representou um decréscimo de 37,3% em relação a 2016. Na modalidade “aquisição de sementes” 326, um leve aumento de 25,8%, já na de “compra com doação simultânea”, o grupo mais destacado, beneficiou 4792 unidades, uma baixa de 82,8%.

Segundo a Conab (2017), os produtos adquiridos pelo PAA são diversificados e, desde o ano de 2003, foram somados mais de 500 tipos de produtos comercializados. No ano de 2016 as frutas e os hortigranjeiros somaram 60% das aquisições. Laticínios, mel e processados, seguidos das carnes e pescados, alcançaram 30% do valor das aquisições. Entre os produtos adquiridos destacam-se a banana, a raiz de mandioca, o milho e a abóbora. A maioria dos produtos são regionais e sua aquisição opera no intuito de promover e valorizar os hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

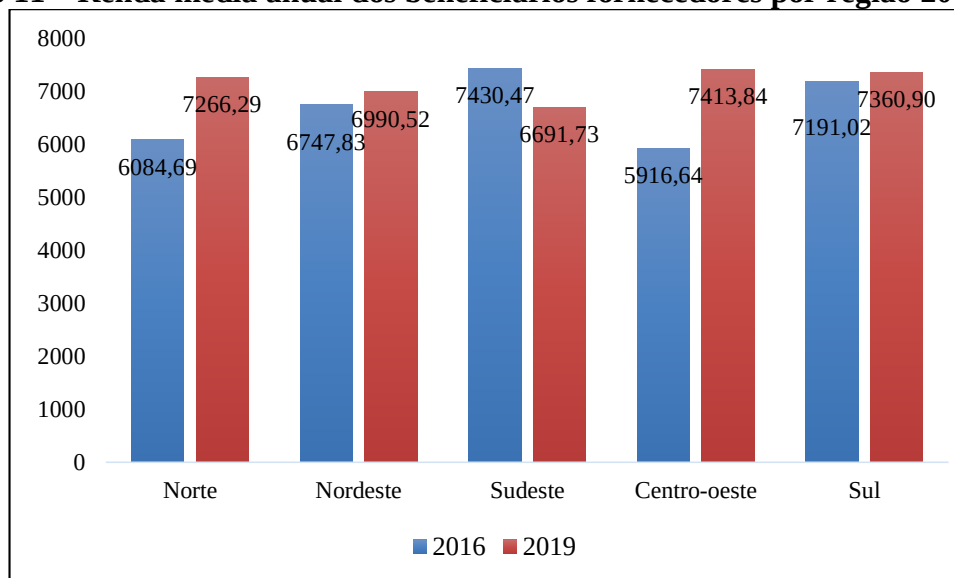
A diversidade de produtos adquiridos tem sido uma das características do PAA, principalmente na modalidade CDS. Em 2019 foram contratados mais de 200 tipos de produtos, sendo destaque as frutas e os hortigranjeiros com 75% das aquisições, o complemento foi 11% de processados, 8% de grãos e oleaginosas, 6% de carnes e pescados e 0,5% de mel e 0,01% de castanhas.

Na modalidade “apoio à formação de estoques”, dentre os produtos constitutivos destacam-se, em reais, as castanhas (17,4%), as polpas de frutas (15,2%), a farinha de mandioca (10,2%) e o feijão (9,4%), mel de abelha (7,3%) guaraná (6,6%), leite de vaca (6,3%), queijo (4,2%), doce de frutas (4%), carne de caprinos e ovinos (3,9%), banana (3,9%), extrato de tomate (3,7%), polvilho (3,4%), outros (4,5%).

Entre os produtos adquiridos pelo PAA, nas três modalidades operacionalizadas pela Conab em 2019, destacam-se, por região, os seguintes produtos: melancia, com 537 toneladas na Região Norte; raiz de mandioca, com 650 toneladas na Região Nordeste; banana, com 658 toneladas e 71 toneladas, respectivamente, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste; e arroz, com 129 toneladas na Região Sul. (CONAB, 2020, p. 14)

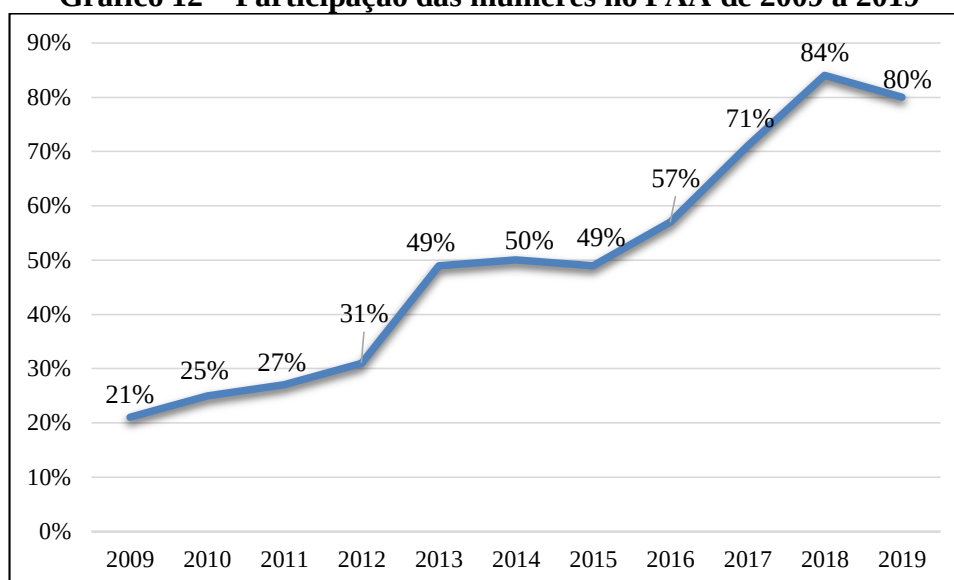
Os acordos de cooperação com o SEAD e MDSA, ao longo dos anos, vêm cumprindo a primeira finalidade estabelecida no inciso I, artigo 2º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, assim definida: “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda.”

Gráfico 11 – Renda média anual dos beneficiários fornecedores por região 2016 e 2019



Fonte: Conab, 2017 e 2020.

O Gráfico 11 demonstra que a aquisição governamental tem proporcionado a inclusão econômica do beneficiário fornecedor, aumentando o seu poder de compra e o seu empoderamento para investir nas melhorias de sua produção e planejar suas despesas com segurança. Em 2016, a renda média dos 29.318 beneficiários fornecedores foi de R\$ 6.739,09, o que equivale a um aumento de 341% quando comparado com o valor da renda média no ano de 2003 que era de R\$ 1.972,41. Já em 2019, a renda média por agricultor, segundo os dados fornecidos, foi de R\$ 7.144,66, um tímido aumento de 5,7%, comparado à alta do IPCA, que registrou entre o início de 2016 e final de 2019 um aumento de 17,3%.

Gráfico 12 – Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2019

Fonte: Conab, 2020.

Outro fator importante a ressaltar, é que a partir do ano de 2011, para acessar o PAA, foi estabelecido como critério de priorização na seleção e execução a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do GGPA n° 44, de 16 de agosto de 2011 (BRASIL, 2011).

Observando-se o Gráfico 12, tem-se que a participação feminina nas modalidades do PAA alcançou 57 % em 2016, consolidando a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica. Importante ressaltar que o fortalecimento do trabalho e da renda das mulheres no campo implica também na consolidação da segurança alimentar de suas famílias, uma vez que “são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família.” (CONAB 2017, p. 20).

3.5 A atuação do Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE

Para a consolidação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, tal como se verifica hoje, foi preciso percorrer um caminho extenso de mudanças e aperfeiçoamentos ao longo de sua trajetória. Antes mesmo de ser institucionalizada nos anos de 1950, já havia, desde o início do século, iniciativas para que as crianças alcançassem o direito à alimentação escolar. Nesse período anterior, registra-se a participação de instituições estatais locais e entidades

filantrópicas e assistenciais em ações empreendidas nesse sentido (BEZERRA, 2002) (COSTA, 2004).

As primeiras ações das quais se tem registro datam do ano de 1908, no antigo estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. As atuações se deram, mais precisamente, nos municípios de Campo Grande, Corumbá e Porto Esperança (último alcançado somente em 1944), onde a “Seleta Caritativa Agropecuária”, instituição filantrópica ligada à maçonaria, teria atendido mais de 1000 alunos. Outras experiências foram registradas nos estados de São Paulo, Pará, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Piauí e Rio de Janeiro. Entretanto, a que melhor se consolidou foi a do último estado¹³² (BEZERRA, 2002) (COSTA, 2004).

Assim, pode-se dizer que a política de alimentação e nutrição no Brasil tem suas origens na década de 1930, no estado do Rio de Janeiro, onde a realização do primeiro inquérito sobre alimentação, orçamento familiar e condições de vida da população estabeleceu critérios para que o então Programa Estadual da Alimentação Escolar - PEAEE definisse os parâmetros de “ração essencial mínima” em 1938 (COSTA, 2004).

O *Histórico de formação do PNAE*, disponível no site do FNDE, explica que na década de 1950, estudos nacionais começaram a ensinar a importância da participação do governo federal nesse âmbito em parceria com atores estrangeiros.

Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil. (FNDE, 2015, p.1)

Em março de 1955, foi criada pelo governo federal, a partir do Decreto-Lei Nº 31.106, a Campanha de Merenda Escolar (CME), agora com abrangência interestadual. Segundo Costa (2004, p. 28) “O programa contava com doações norte-americanas de leite em pó acompanhados de capsulas de vitamina A e D, beneficiando inicialmente os estados do Nordeste Brasileiro”. Em 1956 o governo brasileiro passou a complementar essas doações com

¹³² Deve-se salientar que as ações de maior relevância ocorreram na cidade do Rio de Janeiro devido a fatores políticos e econômicos. O primeiro fator relaciona-se com o fato do município do Rio de Janeiro sediar a capital da república na era Vargas, possibilitando o maior acesso pela população local aos serviços públicos; O segundo, relaciona-se com a concentração de médicos e especialistas, que vinham fazendo levantamentos sobre o estado nutricional dos brasileiros no município e Terceiro, relaciona-se com o fato de Anísio Teixeira, idealizador da sistematização do sistema escolar, ser o administrador do sistema de ensino no município, propiciando assim condições materiais para a sua operacionalização. (COSTA, 2004, p. 27)

outros alimentos, essencialmente, farinha de trigo enriquecida de leguminosas e cereais como: milho, trigo, arroz e soja, adquiridos no mercado internacional. Ainda em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. (COSTA, 2004) (FNDE, 2015).

No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). (FNDE, 2015).

Posteriormente, em 1966, foi decretada a construção de cantinas nas escolas, o que demonstrou os primeiros cuidados com o armazenamento e operacionalização dos alimentos nesses espaços (COSTA, 2004).

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa ainda era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2015).

Em 1981, o governo federal cria o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE), momento em que começa a institucionalização do programa que até então tinha apenas o status de campanha. Nesse ínterim, começam a acontecer mudanças estruturais na política, passando para os estados, através das secretarias estaduais de educação, a sua operacionalização. Em 1983, cria-se a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), resultante da fusão dos órgãos INAE e Fundação Nacional de Merenda Escolar (FUNAME), passando o PNAE a se constituir como responsabilidade desse órgão. A partir de então, institui-se que a compra de alimentos deveria ser realizada junto à Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, que promoveria a elaboração de cardápios regionalizados (COSTA, 2004).

Em 1986, começam algumas experiências de municipalização do PNAE em diversos estados. O número variou de 81 municípios em 1986 até 197 municípios em 1988. Em 1989, o processo de municipalização foi suspenso. Entre 1989 e 1992, no contexto do Governo Collor, a FAE foi submetida a auditorias realizadas pelo do Tribunal de Contas da União (TCU), que descobriu diversas irregularidades no programa, inclusive a de formação de cartel no setor e

compras sem crédito orçamentário correspondente, o que ocasionou a extinção do órgão. (BEZERRA, 2002) (COSTA, 2004).

Em julho de 1994, através da Lei nº 8913, o PNAE foi descentralizado para execução de convênios pelas secretarias de educação municipal, estadual e do distrito federal ficando sua jurisdição sob o âmbito do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão que substituiu a FAE. Depois disso, através da medida provisória nº 2178 de 2001, o programa passou a ter a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados na aquisição de alimentos básicos¹³³, e que fossem respeitados os hábitos alimentares locais, impulsionando o desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2015).

O FNDE (2015, p. 1) explica que em 2006¹³⁴ “uma conquista fundamental foi a exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.”

O PNAE se tornou uma política pública essencial para o campesinato quando a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação fossem repassados para o programa efetuar a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Lei 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (BRASIL, 2009)

¹³³ Produtos básicos são considerados os alimentos imprescindíveis para a composição de uma dieta. No caso da agricultura familiar, alguns dos produtos podem ser hortifrutigranjeiros, laticínios, mel, sementes, pescado, carnes, castanhas, grãos, oleaginosas etc (OLIVEIRA, 2015, p. 43).

¹³⁴ Outro marco que merece destaque, a partir de 2006, foi o estabelecimento da parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do Pnae, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merecem destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (FNDE, 2015).

É importante ressaltar que a inserção desse dispositivo no PNAE demonstrou a força dos contextos de luta que se davam naquela altura nos governos petistas. Entre outros fatores, o reconhecimento do sucesso da política de aquisição de alimentos iniciada pelo PAA, a pressão dos movimentos sociais camponeses e da sociedade civil e a conjuntura do cenário interno e externo de criação de políticas sociais de combate à fome levaram à construção de um novo programa de ampliação do mercado institucional para o campesinato.

Segundo o site do FNDE (2020), no ano de 2017¹³⁵, foram contempladas 5566 unidades executoras (secretarias municipais e estaduais), o valor repassado pelo FNDE foi de mais de 3,9 bilhões. Pela lógica da política pública o valor potencial das aquisições da agricultura camponesa pode¹³⁶ ter alcançado 1,2 bilhões de reais. Na prática, a criação do PNAE duplicou o orçamento para a aquisição de alimentos da agricultura camponesa, o que fortaleceu esse setor. Para Oliveira (2015):

O objetivo principal do PNAE é suprir no mínimo 15% das necessidades alimentares e nutricionais diárias dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Isso é alcançado através da melhoria nas condições fisiológicas e nutricional do aluno, propiciando a aquisição de bons hábitos alimentares e reduzindo assim a evasão e a repetência escolar (OLIVEIRA, 2015, p.43).

Desse modo, o programa promove elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas da educação básica no Brasil e estimular a agricultura camponesa nacional. Assim como o PAA, o PNAE conta com dois tipos de beneficiários, os fornecedores e os consumidores.

Segundo o Manual *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar* (2015) do FNDE, o PNAE¹³⁷ potencializa a afirmação da identidade, a redução da

¹³⁵ Os últimos dados gerais disponíveis no site do FNDE sobre repasses e prestações de contas das unidades executoras do PNAE são do ano de 2017. O que impossibilita obter um retrato geral e mais atual da execução dessa política pública.

¹³⁶ O valor exato não pode ser obtido no documento porque algumas unidades executoras deixaram o dado em branco, por isso, trabalhou-se com o termo valor potencial. Nesse caso, a partir do dado geral, estimou-se uma parcela mínima de 30% assim como estabelece a política pública.

¹³⁷ “O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.” (FNDE, 2015).

pobreza e da insegurança alimentar no campo, a reorganização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar.

Para o FNDE (2015), a conexão entre a agricultura camponesa e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange:

Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;

Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar. (FNDE, 2015, p. 4)

A compra efetuada pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (BRASIL, 2013) (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015) (BRASIL, 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. A principal disposição é que o percentual mínimo de 30% dos recursos do FNDE destinados à alimentação seja direcionado à compra de produtos da “agricultura familiar” nos parâmetros da Lei 11.326/2006. Mas, não necessariamente este é o percentual máximo, ficando a cargo da unidade de compra a disponibilidade para exceder esse número.

As redes de ensino básico nacional (federal, estadual e municipal) são as entidades executoras, ou seja, quem efetua a compra: secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais. A compra pode ser feita de forma centralizada pelas Entidades Executoras, ou de forma descentralizada pelas Unidades Executoras, que são entidades privadas sem fins lucrativos que representam a comunidade escolar¹³⁸, mas o dinheiro não passa por essas últimas.

Quem pode participar do processo de venda são os agricultores ou suas organizações econômicas que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Eles podem participar de forma individual, através da DAP física, organizados em grupos informais, também pela DAP física ou por meio de suas organizações formais, como associações e cooperativas, através da DAP jurídica.

Grupos formais: detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP jurídica) – cooperativas e associações de agricultores familiares devidamente formalizadas.

¹³⁸ As Unidades Executoras podem ser chamadas de “Caixa Escolar”, “Associação de Pais e Mestres”, “Círculo de Pais e Mestres” ou “Unidade Executora”. Representam a comunidade educativa (FNDE, 2015).

Grupos informais: grupos de agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física), que se articulam para apresentar o projeto de venda.

Fornecedores individuais: agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física). (FNDE, 2015, p. 8)

Na verdade, o PNAE segue uma sequência organizada de passos a serem executados: orçamento, articulação entre os atores sociais envolvidos, cardápio, pesquisa de preços, chamada pública, elaboração do projeto de venda, recebimento e seleção dos projetos de venda, amostra para controle de qualidade, contrato de compra e termo de recebimento e pagamento dos agricultores (FNDE, 2015).

De acordo com o FNDE (2015), o valor¹³⁹ repassado pelo governo federal é baseado no total de alunos cadastrados no censo escolar do ano letivo anterior. A partir desse levantamento é calculado o valor da compra da agricultura familiar que pode ser efetuado. O percentual mínimo de 30% deverá ser observado nas aquisições efetuadas por todas as Entidades Executoras, e sua obrigatoriedade poderá ser dispensada pelo FNDE apenas quando presente uma das seguintes circunstâncias, desde que devidamente comprovadas pela Entidade Executora na prestação de contas: I – a impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; II – a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos; e III – as condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que estejam em desacordo com o disposto no art. 33 da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 (BRASIL, 2013) (FNDE, 2015).

A Entidade Executora deve conhecer o valor a ser repassado pelo FNDE antes do início do período letivo, definir o percentual a ser utilizado nas compras da agricultura familiar (considerando o mínimo¹⁴⁰ obrigatório de 30%), utilizar essas informações para o planejamento do cardápio e informar esses valores ao CAE e às organizações da agricultura familiar.

¹³⁹ “O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP). Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches; Pré-escola; Escolas indígenas e quilombolas; Ensino fundamental e médio; Educação de jovens e adultos; Ensino integral; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno. Sendo que os valores mais altos estão nos modelos de educação integral.” (FNDE, 2015).

¹⁴⁰ De acordo com a Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013, do Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, a modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA poderá fornecer alimentos, por meio de doação, para a rede pública e filantrópica de ensino. Nesse caso, os projetos ou propostas de participação deverão ser aprovados pelo responsável técnico do Programa de Alimentação Escolar no município ou estado. A aquisição por meio do PAA tem como objetivo conciliar a demanda das entidades receptoras de alimentos e as características do público por elas atendido com a oferta de produtos dos beneficiários fornecedores do PAA. Assim, os alimentos do PAA poderão compor o cardápio da alimentação escolar, conforme planejamento do

O FNDE (2015) recomenda que os alimentos provenientes do PNAE sejam consumidos a partir da disponibilidade da produção local. Para isso é preciso fazer um trabalho interligado entre as secretarias de agricultura, de educação e outros órgãos, junto às Unidades Executoras, que resulte em um mapeamento que possa dar base para o trabalho do nutricionista, que é responsável pela elaboração do cardápio escolar.

Para identificar a diversidade e a quantidade dos gêneros alimentícios ofertados pela agricultura familiar que poderão ser utilizados no cardápio da alimentação escolar, é de grande importância que haja um diálogo e um trabalho conjunto entre as Secretarias de Educação e de Agricultura (ou equivalente) da entidade executora, e destas com as representações da agricultura familiar e de segmentos que possam trabalhar com a interlocução entre ambas, como as entidades locais de assistência técnica e extensão rural (ATER). A partir dessa articulação, será possível realizar o mapeamento dos produtos da agricultura familiar local. (FNDE, 2015, p. 11)

A discriminação dos produtos locais, quantidade de produção e época de colheita (calendário agrícola) são os elementos mínimos desse mapeamento. O nutricionista, responsável técnico, de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, elabora os cardápios da alimentação escolar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e conforme a safra.

A participação do nutricionista é de fundamental importância nesse processo, pois é este o profissional que irá compor o cardápio escolar, levando em consideração o mapeamento dos produtos da agricultura familiar local. O nutricionista poderá ainda contar com o apoio das entidades representativas da agricultura familiar, para conhecer os agricultores locais e seus níveis de organização, capacidade logística, de beneficiamento da produção, entre outros, de forma a identificar e estimular o potencial para diversificar a sua produção e atender à demanda da alimentação escolar. (FNDE, 2015, p. 11)

De acordo com o FNDE (2015), esse profissional tem um papel fundamental em planejar um cardápio nutritivo de acordo com as carências alimentares dos estudantes com produtos de qualidade para a alimentação escolar. A compra da agricultura familiar permite a aquisição de produtos frescos, saudáveis, respeitando a cultura e a vocação agrícola local. Por isso, é muito importante que o planejamento seja feito com base no mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, considerando a sua sazonalidade e a quantidade produzida na região.

nutricionista técnico responsável e em acordo com as diretrizes do Pnae. Registre-se, porém, que os alimentos provenientes do PAA não estão incluídos no limite mínimo de 30% da agricultura familiar, que se refere apenas às compras realizadas com os recursos do PNAE (FNDE, 2015, p. 11) (BRASIL, 2013).

Antes da publicação do edital de chamada pública deverá ser feita uma ampla pesquisa de preços¹⁴¹. Os preços da aquisição de alimentos deverão constar na Chamada Pública e serão os preços pagos aos agricultores ou suas organizações pela venda do gênero alimentício. Os preços dos produtos a serem adquiridos deverão ser previamente estabelecidos pela Entidade Executora e já publicados no edital da Chamada Pública¹⁴² para a ciência dos agricultores.

Nos casos em que a chamada pública não seja específica para produtos orgânicos ou agroecológicos, e/ou não seja realizada uma pesquisa específica para esses produtos, o gestor tem a possibilidade, considerando-se a pesquisa de preços dos produtos convencionais, de acrescentar os preços de tais alimentos em até 30% em relação aos preços estabelecidos para os produtos convencionais.

As informações disponibilizadas pelo site do FNDE, até então, sobre a execução pormenorizada da atuação do PNAE são escassas e estão desatualizadas desde o ano de 2017. Por isso não é possível fazer uma análise mais detalhada sobre a execução nacional tal como observou-se com o PAA. Nesse sentido, só encontramos nesse sítio algumas planilhas com valores mais gerais que indicam apenas quanto recebeu cada Unidade Executora e a quantidade de recursos utilizados pela compra da agricultura familiar.

Tabela 21 - Valores transferidos pelo FNDE para as Unidades Executoras e valor potencial para aquisições da Agricultura familiar – Brasil (2011-2021)

Ano	Valor transferido FNDE para as Unidades Executoras	Valor potencial de 30% Agricultura familiar	Nº de alunos atendidos (em milhões)
2011	2.990.297.175,20	897.089.152,56	44,4
2012	3.218.920.826,00	965.676.247,80	43,1
2013	3.359.356.603,40	1.007.806.921,02	43,3
2014	3.329.109.837,20	998.732.951,16	42,2
2015	3.762.308.428,56	1.128.692.528,57	41,5
2016	3.882.673.284,31	1.166.801.985,29	40,3
2017	3.918.241.887,80	1.175.472.566,34	40,6

¹⁴¹ “Para a definição dos preços, deverá ser realizada ampla pesquisa de preços, que consiste em etapa fundamental para o bom e regular desenvolvimento do programa. Por isso, a Entidade Executora poderá contar com parceiros que contribuam para a construção da metodologia a ser utilizada na aferição dos preços de mercado. O CAE poderá ser um desses parceiros, bem como entidades de assistência técnica e extensão rural, universidades, organizações da agricultura familiar, secretarias de agricultura e outros. O preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagem, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. A pesquisa de preços deverá dar preferência à feira do produtor da agricultura familiar, quando houver.” (FNDE, 2015, p. 15).

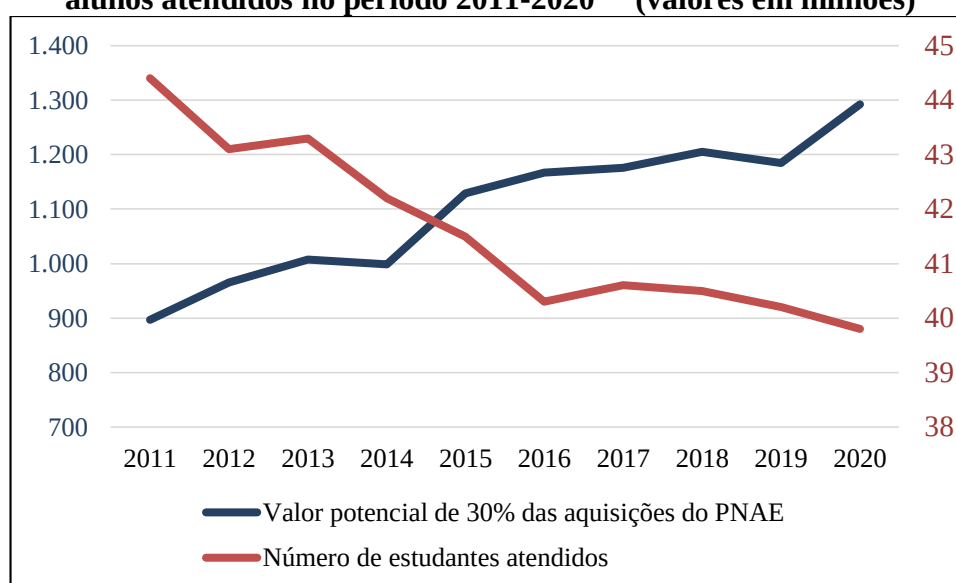
¹⁴² “A Chamada Pública é o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. É um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, ao passo que permite a veiculação de diretrizes governamentais importantes, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social e produtiva local e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Assim, apresenta maior possibilidade de atender às especificidades necessárias à aquisição da agricultura familiar, desde que respeitadas as normas do programa.” (FNDE, 2015, p. 15).

2018	4.018.772.922,77	1.205.631.876,83	40,5
2019	3.950.473.553,79	1.185.142.066,14	40,2
2020	4.306.399.876,34	1.291.919.962,90	39,8
2021	3.791.433.963,08	1.137.430.188,92	37,5

Fonte: FNDE, 2021.

Nesse sentido, observa-se um padrão de crescimento tanto do valor transferido pelo FNDE para as secretarias estaduais e municipais e consequentemente do valor potencial de aquisição de agricultura familiar, mesmo em detrimento da diminuição progressiva da quantidade de alunos matriculados na rede pública, o que denota a importância da ampliação desse canal de comercialização para a agricultura camponesa.

Gráfico 13 – Comparação entre o valor potencial das aquisições do PNAE e o número de alunos atendidos no período 2011-2020 ¹⁴³(valores em milhões)



Fonte: FNDE, 2021.

O aumento dos valores destinados ao PNAE se deve principalmente à popularização e ao aumento das matrículas em escolas de tempo integral no Brasil. Como passam mais tempo na escola nessa modalidade, os estudantes fazem no mínimo três refeições. Apesar disso, muitos gestores reclamam que os reajustes no valor definido por aluno¹⁴⁴ em cada modalidade demoram acontecer¹⁴⁵, não têm critério específico definido e não repõem os níveis de inflação.

¹⁴³ Os valores referentes a 2021 ainda não estão devidamente atualizados.

¹⁴⁴ Segundo o site do FNDE (2021) atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07, Pré-escola: R\$ 0,53, Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64, Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36, Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32, Ensino integral: R\$ 1,07, Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00, Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

¹⁴⁵ O último reajuste nos valores repassados por aluno aconteceram em 2017, depois de 7 anos (2010-2016) sem aumento e giraram em torno de 20% enquanto a inflação acumulada no período registrou variação de 58,27%. De lá pra cá, os valores não foram reajustados e situação econômica tem se agravado com a pandemia, segundo a matéria do jornal O GLOBO, encareceram os valores da merenda em 30%. (O GLOBO, 2021)

3.6 As avaliações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

Desde que foram implementados os programas de aquisição de alimentos, na conjuntura já debatida, pesquisadores de todas as áreas, em especial das ciências sociais vêm avaliando essas políticas públicas. São inúmeros estudos realizados a partir de diferentes abordagens e escalas. A maioria deles está apresentada no formato de artigos científicos de abrangência local. Mas já existe um considerável número de estudos aprofundados que contribuem consideravelmente para a discussão.

Notavelmente, boa parte desses estudos estão situados na área da sociologia rural, na qual há o desenvolvimento considerável de uma literatura sobre políticas públicas para o campo, sobretudo nos temas de desenvolvimento regional. Outras ciências também oferecem importantes contribuições ao tema, desde a economia agrícola indo até a engenharia de alimentos, havendo, portanto, vários e diferentes enfoques sobre o tema.

Por se tratar da área das políticas públicas para o campo, as principais avaliações se dão sob o olhar do “desenvolvimento” local/regional. Boa parte dessas avaliações busca observar a partir de parâmetros, principalmente econômicos, se as políticas públicas atendem aos propósitos para os quais elas foram criadas. Nesse sentido, poucos estudos se dedicaram à contextualização histórica e política a partir da qual se deu a constituição dessas políticas públicas.

Apesar de um aumento sensível no número de pesquisas sobre políticas públicas, a geografia ainda tem, através da sua ampla e profunda perspectiva territorial, um potencial gigantesco de crescimento teórico e técnico sobre esse campo de estudos.

O grande número de publicações sobre essas políticas públicas torna inviável a realização de uma revisão bibliográfica exaustiva sobre a atuação e o contexto dos programas em todo o território nacional, inclusive porque boa parte dessas pesquisas acabam apresentando resultados muito semelhantes. Preferiu-se, nesse sentido, mesclar estudos de diferentes escalas e dar ênfase a autores mais proeminentes na temática.

Ao analisar as principais avaliações sobre o PAA, Sambuichi et al (2019) cataloga 158 pesquisas publicadas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que apresentaram análises baseadas em dados qualitativos e/ou quantitativos, primários e/ou secundários, e explica que:

Em geral, a maioria dos estudos mostrou avaliação bastante positiva do programa, sendo constatados benefícios para os agricultores e os

consumidores que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e a redução da Insan, além de incentivar a produção sustentável, o cooperativismo, a agroindústria familiar e o desenvolvimento local. Essas evidências indicam que o PAA está conseguindo obter os resultados esperados em seu modelo lógico, o que corrobora com as principais hipóteses em que se baseia o programa e mostra que os estímulos gerados por meio de suas aquisições e doações são adequados para atingir seus objetivos. Esses resultados reforçam a importância do PAA como programa estruturante no âmbito da PNSAN, tendo o potencial de gerar impactos positivos sobre a sustentabilidade da cadeia agroalimentar e promover o desenvolvimento rural inclusivo. (SAMBUICHI et al, 2019, p.45)

De acordo com esse levantamento, a maior parte dos autores reconhece os resultados positivos, o que demonstra a importância do programa e a sua bem conceituada execução. De modo que, a maioria dos estudos indica que a política tem atendido satisfatoriamente aos propósitos para os quais foi criada. Infelizmente essa avaliação contrasta com as decisões tomadas por parte do Estado, de diminuição orçamentária e descaracterização da política pública, como temos observado.

Para Muller (2007), a agricultura camponesa encontrou nos governos petistas um novo redirecionamento. Na verdade, o momento propício permitiu articular diversos setores. A autora destaca uma característica do PAA que o diferencia substancialmente do Pronaf. Tal característica consiste no fato de a implantação do PAA ter sido realizada com base em uma discussão mais lenta e aprofundada entre pesquisadores, políticos e movimentos sociais, como já discutimos. Tal composição resultou em um programa que inter-relacionou agricultura camponesa, abastecimento e segurança alimentar.

O PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização dos agricultores familiares enquanto atores. O acompanhamento da evolução destes temas na esfera de debates sobre políticas públicas e mesmo de estratégias de desenvolvimento se faz necessário, para que as opções sejam feitas de maneira consciente e consequente. (MULLER, 2007, p. 119).

De fato, os governos petistas, dentro da conjuntura já apresentada e debatida, abriram-se para que alguns movimentos sociais e outros setores, que estiveram tradicionalmente fora do governo, pudessem participar do debate em torno da formulação e atuar na execução das políticas públicas. Foi a permeabilidade do governo brasileiro nesse momento que permitiu maior integração entre sociedade civil e Estado para se estabelecer as relações necessárias à

construção dessas políticas, culminando na formulação de programas mais democráticos e intersetoriais.¹⁴⁶

Delgado, Conceição e Oliveira (2005) realizam uma avaliação formal do programa, na qual destacam a recuperação dos preços agropecuários, o que conseqüentemente influencia na mecânica da comercialização local. O surgimento de um novo canal de comercialização induz à elevação do valor das mercadorias, o que tende a beneficiar os pequenos produtores, mesmo aqueles que não têm relação direta com as políticas públicas de aquisição de alimentos.

Um aspecto que muitas vezes não é considerado nas análises sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – além do apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo – são os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos pólos de compra da Conab quanto nos demais, onde são realizadas as compras institucionais através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e as prefeituras municipais. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários. (DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005, p. 18).

O aumento dos preços praticados e a conseqüente melhoria da renda das unidades camponesas são elementos encontrados em quase todos os textos, o que denota que houve, no geral, para os beneficiários melhores condições econômicas em relação às formas de comercialização anteriores. Como observa Basaldi (2004):

Também é preciso reconhecer que já são perceptíveis os resultados de melhoria da renda dos agricultores beneficiados. Os indicadores relativos ao valor médio recebido por agricultor; à relação entre preço pago aos agricultores pela modalidade da compra direta e o preço mínimo vigente para as culturas; e aos efeitos indiretos verificados com a recuperação de preços, onde a CONAB abriu pólos de aquisição de produtos da agricultura familiar, apontaram para resultados promissores. (BASALDI, 2004, p. 44)

A estrutura da CONAB, por sua vez, propiciou condições de capilaridade nacional para o abastecimento, já que a mesma se encontra distribuída por todo o território. Outro fator elencado é que a implementação dessas políticas permitiu a ampliação da oferta de canais de comercialização para os beneficiários que puderam optar entre diferentes possibilidades. Esse fator promove mais independência em relação à comercialização com outros canais, a exemplo dos atravessadores. Conforme Sparovec et al (2007):

¹⁴⁶ “Considera-se a intersetorialidade como a integração desses diversos setores para a consecução das ações públicas, ao mesmo tempo em que mantém as especificidades de cada área, vai além de cada setor, buscando a superação de práticas fragmentadas e a eficiência para atingir os objetivos e resultados. Dessa forma, a intersetorialidade nas políticas públicas é compreendida como uma articulação maior entre diversos saberes para alcançar um objetivo mais amplo.” (BELLINI et al, 2014, p. 2).

Foram observados efeitos estruturantes na realidade local em decorrência da implantação do programa. As compras feitas pelo PAA criaram mercados até então inexistentes e alteraram a relação entre produtores e intermediários nas regiões em que os mercados já estavam estabelecidos. O estudo verificou a adoção de práticas mais solidárias e justas na relação dos atravessadores com agricultores beneficiários e não beneficiários, além da adaptação dos agricultores a sistemas mais complexos de comercialização e a mobilização dos agentes locais, instituições governamentais e movimentos sociais no direcionamento de ações locais para atingir o público alvo do programa. (SPAROVEC et al, 2007, p. 63)

De acordo com o estudo, a criação de mercados trazida pela implementação da política de aquisição de alimentos provocou, além de uma relação mais justa de comercialização, uma grande mobilização dos pequenos agricultores em relação à burocracia estatal. Isso possibilitou uma maior movimentação entre a sociedade civil e as instituições locais, o que contribuiu para que o objetivo da política fosse alcançado. Quase todos os estudos alcançados pela pesquisa indicam que a participação dos camponeses resultou progressivamente em uma melhor organização.

Zimmermann e Ferreira (2008) fizeram uma avaliação sobre os resultados do PAA, em Mirandiba - PE, e sublinham dentre os aspectos positivos do programa a melhoria na qualidade de vida da população local:

Los resultados y evaluaciones del PAA indican que el programa ha tenido incidencia en la alteración de la matriz productiva y del consumo de la agricultura familiar menos capitalizada, bien como en la matriz del consumo de las entidades beneficiadas con las donaciones. Esto se debe a que muchos agricultores pasaron a darle valor/producir productos locales, aumentaron sus ingresos, calificaron su producción y el consumo doméstico al incorporar frutas y hortalizas a la dieta familiar. Los beneficios en términos del consumo también abarcaron a las entidades beneficiadas por los donativos, lo que resultó en una alimentación más saludable para la población victimizada por la inseguridad alimentaria. Los datos estudiados muestran que el programa arroja resultados numéricos significativos en recursos invertidos, así como en beneficiarios directos e indirectos. (ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008, p. 38).

Para as autoras, no município estudado, houve toda uma mudança da estrutura produtiva da agricultura camponesa local e esses benefícios foram estendidos para os consumidores. Para elas, além do incentivo à produção local, o maior benefício está na qualidade da alimentação, pois foi introduzida no cardápio uma maior quantidade de frutas e hortaliças. Essa conjectura tende a fortalecer a segurança alimentar que é um dos principais objetivos do programa. Segundo as autoras, foram sentidos como benéficos o aumento da área plantada, a maior diversificação das culturas produzidas e a elevação da qualidade dos alimentos produzidos.

Para Lauro Mattei (2015), um dos principais estudiosos do PAA, dentre outros benefícios, o programa contribuiu para ajudar o agricultor em dois aspectos importantes: oferecer preços superiores aos de mercado e manter um preço fixo.

Neste sentido, um dos aspectos mais citados pelos agricultores e suas organizações foi a possibilidade de organizar e planejar parte da produção a partir de uma lógica local, ou seja, a demanda dos mercados locais foi considerada um importante fator de estímulo à produção de vários tipos de alimentos que não estavam sendo priorizados no plano de atividades das unidades de produção. Paralelamente a isto, os agricultores passaram a ter um compromisso relativo à periodicidade de fornecimento dos alimentos às entidades credenciadas pelas coordenações locais, fato que os obriga a adotar uma estratégia clara em relação ao processo produtivo. [...] Outro ponto relevante diz respeito ao processo de definição dos preços dos produtos agropecuários, que possibilitou o estabelecimento de um preço “mais justo”, segundo a interpretação da maioria dos entrevistados. Este aspecto é essencial, especialmente para aqueles segmentos de agricultores mais vulneráveis e que geralmente têm pouco poder de barganha para defender melhores preços aos seus produtos quando conseguem se inserir nos mercados locais e regionais (MATTEI, 2015, p. 6).

Segundo o autor, o programa trouxe a possibilidade de planejamento da produção em escala local. Os agricultores familiares garantem a periodicidade de suas vendas de alimentos. Essa realidade contrasta com alta volatilidade dos preços praticados em outros canais de comercialização. Como destacado, a previsibilidade trazida pelo contexto da política alavancou inclusive a produção de outros alimentos que estavam ficando de fora da matriz produtiva desses agricultores.

Além disso, segundo o autor, esses agricultores são beneficiados por preços “mais justos”. A utilização desse termo reforça a identificação valorativa do comércio predatório praticado principalmente pelos atravessadores. Neste caso, o programa além de uma política agrícola também se justifica como política social, por fornecer uma renda satisfatória a pequenos produtores em situação de vulnerabilidade.

Doretto e Michellon (2014) fazem uma análise dos resultados do programa no estado do Paraná. Eles ressaltam o aumento da rede de fornecimentos do PAA. O que gera para o pequeno produtor mais opções de mercado, consequentemente.

O Programa tem sido excelente para fortalecer a agricultura familiar e atender a demanda de escolas, creches, hospitais e outros que necessitam de alimentos saudáveis e em quantidade para o pleno desenvolvimento de suas funções acadêmicas e físicas. Vale ressaltar que o tempo de deslocamento (ida e volta) das crianças da área rural até a escola é grande, aliada à baixa condição de vida das famílias, logo, é justo servir merenda de qualidade, principalmente porque boa parte delas tem no período de permanência na escola o maior suprimento alimentar diário. (DORETTO e MICHELLON, 2014, p. 135).

Dentre vários benefícios apontados pelos autores, destacam-se as escolas, hospitais, creches, bancos de alimentos, restaurantes populares e outras instituições favorecidas com o Programa. Para eles, em algumas escolas já foi possível identificar uma melhoria significativa na qualidade nutricional dos alimentos fornecidos. A alimentação escolar traz em sua perspectiva o incentivo e a valorização da produção e consumo de gêneros alimentícios locais e a diversificação produtiva. Como ressalta Hespanhol (2013):

Verificou-se a importância que as compras governamentais, a exemplo do PAA, podem assumir ao incentivarem a diversificação produtiva, o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo. (HESPANHOL, 2013, p. 492)

A autora, além de apontar o fortalecimento dos vínculos associativos entre os agricultores, corrobora com a tese de melhoramento das condições de reprodução social do campesinato a partir da melhoria do fator anímico dos beneficiários com a opção trazida pelas compras governamentais.

O que corrobora com o pensamento de Lucena e Luiz (2009, p. 16) que destacam, em suas conclusões, que “outro ponto positivo observado foi a satisfação dos agricultores em relação ao programa, pois agora eles têm mais uma opção para a comercialização dos seus produtos, podendo escolher para quem desejam vender: PAA, atravessadores e feira livre.”

Nascimento Neto (2012) ressalta que a compra institucional através do PAA cumpre papel, principalmente, de complemento da renda dos camponeses, diminuindo, assim, a vulnerabilidade econômica das unidades.

É perceptível que existem várias deficiências nas unidades familiares estudadas, pois carecem de necessidades básicas para a realização do trabalho e da produção como esterco, mão de obra e insumos, etc. O PAA não resolve todas essas deficiências, mas, segundo os agricultores, ele resulta em um auxílio satisfatório; até pela situação de vulnerabilidade econômica em que eles se encontram, qualquer impacto financeiro, mesmo não representando muito será sempre quantificado como acréscimo na renda. (NASCIMENTO NETO, 2012, p. 130).

O autor conclui que o PAA responde satisfatoriamente à função de acréscimo da renda dos pequenos produtores, e destaca, dentre outros fatores, o fato dos agricultores fornecedores estarem em situação de alta vulnerabilidade. Nesse sentido, ele observa as carências produtivas das unidades e a falta de capitalização dos produtores atingidos.

Vieira e Viana (2014), em uma pesquisa mais ampla realizada em praticamente todos os estados do Brasil, constata diversos avanços, dentre eles a tendência à diminuição do fluxo de pessoas para grandes cidades.

O PAA pode estar influenciando os agricultores a alterarem suas estratégias de trabalho e alocação dos recursos financeiros e humanos. Segundo suas respostas nas oficinas de documentação do PAA, os agricultores têm se voltado à produção agrícola, deixando de migrar para a cidade. (VIEIRA e VIANA, 2014, p. 8).

As autoras tentam fazer uma conexão entre o programa e o modo de funcionamento da agricultura camponesa¹⁴⁷. Segundo as mesmas, o programa tem evitado o êxodo rural e tem incentivado que o agricultor continue produzindo, mesmo aqueles que já haviam deixado a atividade. Essa avaliação se repete nos estudos de Grisa et al. (2011, 2015) e Andrade Júnior (2009), o que sublinha o papel da política no processo de permanência da população camponesa.

Foram encontrados também na literatura diversos pontos fracos que permeiam o PAA. Por exemplo, Grisa et al (2015) enfatizam que a logística do PAA possui alguns limites de execução que comprometem em alguns espaços um melhor funcionamento do programa.

Todavia, o PAA apresenta também alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos do marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação de recurso (GRISA et al, 2015, p. 20).

Os autores detectaram diversos aspectos como a falta de divulgação da política que muitas vezes fica restrita a grupos menores, a falta de conhecimento dos beneficiários, atrasos na liberação de recursos, dificuldades com o transporte, dificuldades com documentação e falta de assistência técnica. Destacam, ainda, a insegurança jurídica e a falta de regularidade institucional da política, que oscila severamente o montante de recursos orçados ano após ano, provocando o desgaste dos agricultores pela inconstância de aprovação dos seus projetos.

¹⁴⁷ Souza (2015) estudou o processo de resistência e recriação camponesa a partir do PAA e concluiu que: com relação à comercialização no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização. Os contemplados pela política pública se distanciam dos demais, pois há uma configuração diferenciada em relação àqueles que não são contemplados. De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa são interessantes, mesmo ainda não se mostrando suficiente para manter a unidade produtiva.

Peixoto e Oliveira (2020) apesar de reconhecerem todos os avanços da ascensão do programa, destacam a sua pequena espacialização em relação aos municípios brasileiros e ao seu público alvo, mesmo no ano em que atingiu o seu pico em 2012¹⁴⁸.

Em 2012, o PAA estava espacializado em 1.142 municípios brasileiros, correspondendo a 20,5% do total de 5.570 municípios do país. Por sua vez, se consideramos os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, tínhamos naquele ano 4,3 milhões de estabelecimentos que foram caracterizados como sendo de “Agricultura Familiar”, conforme o marco legal estabelecido pela Lei nº 11.326/06. Assim, apesar da franca evolução do PAA, sua abrangência em relação ao público alvo que precisaria ser coberto era bastante reduzida, considerando que no pico do programa em 2012, tivemos o efetivo de 115.489 fornecedores o que equivale a menos de 2,6% do número total de agricultores familiares recenseados pelo IBGE (2006). (PEIXOTO E OLIVEIRA, 2020, p. 1)

Outros fatores elencados, além das baixas cotas anuais das modalidades, foram a discrepância entre o calendário de aquisição do programa e a sua inadequação com a produção local fazendo com que os agricultores não conseguissem atingir a totalidade das cotas. Em alguns lugares há problemas no cadastramento da produção local e falta de assistência técnica, aspectos que, se observados, poderiam melhorar a orientação desses beneficiários.

Pontos fracos foram detectados, dada a não utilização total, por parte dos produtores familiares das respectivas cotas anuais e pela centralização das entregas dos produtos em apenas uma parte do ano. Faltou também maior planejamento da produção por parte dos agricultores e o cadastramento desses com diversificada produção por parte do órgão gestor. A assistência técnica desenvolvida na rede e o início de um processo de busca de novos mercados não amenizaram esse entrave. (ALMEIDA, FERRANTE E PAULILLO, 2010, p. 383)

Desse modo, encontrou-se nos principais estudos feitos sobre o PAA, uma discussão ampla de pontos positivos, mas também apontamentos, embora em menor proporção, de aspectos que precisam ser considerados para melhoria e ajustes, principalmente na execução local. A falta de infraestrutura municipal e, muitas vezes, a própria organização do programa comprometem em alguns lugares a dinâmica do mesmo, o que não pode passar despercebido. Situação que também pode ser observada em relação ao PNAE.

¹⁴⁸ Em 2012, ano do pico, o PAA chegou a 185.000 agricultores familiares beneficiados, cerca de 5% do total de estabelecimentos familiares recenseados em 2006 pelo IBGE que promoveu a alimentação de mais de 20 milhões de pessoas. Apesar do seu orçamento significar naquela altura 0,0004% do PIB brasileiro (IPC-IG, 2013) Em 2019, em meio a extrema redução orçamentária, a Conab adquiriu alimentos de menos de 6.000 unidades fornecedoras. (CONAB, 2020).

Desde que foi alterado pela nova lei, o Programa Nacional da Alimentação Escolar tem sido debatido por diversos estudiosos de várias áreas¹⁴⁹, já que tem se tornado importante instrumento de transformação de realidades locais, assim como o PAA. Entretanto, quando se fala na alimentação de crianças, há particularidades, extremamente interessantes. A partir da compra direta de produtos da agricultura camponesa, o programa tem gerado renda e emprego na maioria dos municípios onde é executado.

Ribeiro, Ceratti e Broch avaliam que o programa tem uma participação positiva nos municípios do Rio Grande do Sul.

O PNAE tem sido um instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, pois busca a localização e a regionalização da alimentação escolar; constitui-se em expressivo mercado consumidor de diferentes demandas reprimidas bens e serviços da economia urbana (gerando emprego e renda) e rural (ao adquirir produtos da agricultura familiar, mantendo o produtor e sua família no campo); permitindo a inclusão tanto de beneficiários como fornecedores, e respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados. (RIBEIRO, CERATTI E BROCH, 2013, p. 47)

Os autores têm chamado atenção para as diferentes dimensões positivas do PNAE, pois além de gerar emprego e renda na cidade e condições para a permanência dos produtores no campo, permite a regionalização do cardápio nas escolas. A formação de novos hábitos alimentares promove um novo modelo de consumo mais saudável, quebrando, portanto, a lógica da merenda escolar, formada, principalmente, pelo fast-food (industrializados em geral, como por exemplo refrigerantes, embutidos, enlatados etc.).

Outros pesquisadores têm destacado ainda a aproximação da produção e do consumo, já que, por vezes, a merenda escolar é composta por alimentos produzidos em lugares tão distantes que o vínculo entre a produção e o consumo ficam comprometidos.

Ressalta-se também que esses temas, no contexto do PNAE, mostram um caminho para o desenvolvimento local dos municípios – por aproximarem a produção e o consumo – e o quanto o papel do Estado é determinante para o abastecimento alimentar escolar. No Paraná, a alimentação mais saudável para os estudantes, com a introdução de novos hábitos alimentares e fortalecimento da agricultura familiar, pode ser vista como ação positiva que vem ocorrendo no contexto do PNAE e que deve ser assegurada e ampliada pelos governos municipais e estadual, como demonstração de seu compromisso com a melhoria da qualidade da saúde dos estudantes. (MELÃO, 2012, p.101)

¹⁴⁹ Barros et al (2020) realizaram, através de consultas on-line à base de dados (acesso livre) dos Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES, uma pesquisa de monitoramento a partir do filtro “PNAE” e encontraram, entre 2014 e 2018, 286 trabalhos de mestrado e doutorado.

Desse modo, o ciclo produtivo gerado pela política indica a integração da produção camponesa com a alimentação oferecida nas escolas públicas, no geral, frequentadas por crianças de baixa renda. Nesse sentido, o Estado promove a mediação positiva através das compras governamentais que geram, de um lado, favorecimento econômico aos pequenos agricultores e, de outro, melhoria na qualidade dos alimentos fornecidos aos estudantes.

Outro aspecto a ser observado, e que tem sido assinalado por vários autores, é a importância da qualidade nutricional na alimentação das crianças, mesmo que muitas delas ainda estejam em fase de adaptação aos novos alimentos, a incorporação de novos nutrientes tem promovido ganho de peso e altura para várias crianças.

As avaliações sobre o PNAE, assim como o PAA, ainda destacam, na maioria dos textos, a política pública como indutora do desenvolvimento local, sobretudo pela sua característica de aproximação entre o produtor e o consumidor dos alimentos, relação que é mediada pelo Estado. Campos (2011) identifica diversos aspectos importantes de ciclo em Campina da Lagoa-PR.

Para o município de Campina da Lagoa, o PNAE ao incentivar a agricultura familiar incentiva a produção e o consumo local; melhora a qualidade da merenda escolar e a desempenho dos alunos; estimula o aumento do PIB municipal; evita o surgimento de grandes propriedades rurais e o desaparecimento das pequenas propriedades rurais; evita a evasão populacional; fortalece o comércio local porque gera mais renda e está passa a ser gasta no comércio; melhora a distribuição de renda; reduz a desigualdade social, visto que as pessoas passam a ter maior acesso aos produtos e serviços para atender sua necessidade. (CAMPOS, 2011, p. 43)

Nesse sentido, Campos (2011) resume bem diversos aspectos positivos gerados pela política no interior do Paraná. O Estado, através do programa, dinamiza a economia local, gerando mais empregos e renda. Indiretamente, esses reflexos incidem também sobre o processo de reprodução camponesa, estabelecendo condições para que o camponês permaneça na unidade produtiva dando continuidade à sua forma de produzir.

Assim como no PAA, o PNAE tem provocado a diminuição da dependência dos atravessadores a partir da diversificação dos canais de comercialização. Assim, a política pública serve a alguns produtores como consumidor principal e para outros enquanto complemento de renda.

Pôde ser verificado que, após iniciar as vendas para o PNAE, porcentagem significativa de agricultores deixaram de comercializar nos seguintes canais: feira, Ceasa, sacolão/quitanda, atravessador. [...] Não é possível afirmar que os agricultores migraram, necessariamente, desses mercados para o PNAE. Entretanto os dados permitem sugerir que a entrada no PNAE possa ter provocado uma movimentação entre os canais de comercialização comumente utilizados pelos produtores. (SCHWARTZMAN, 2015, p. 78)

Schwartzman (2015) explica que a diversificação de canais de comercialização trazida pelo PNAE dinamiza o processo de compra e venda gerando aumento da demanda, dos preços e da renda aos pequenos produtores envolvidos. Esse processo de concorrência local beneficia os sujeitos produtores e diminui a importância do escoamento da produção via atravessadores.

Corrêa e Wives (2018) enfatizam que a formação de grupos formais e informais no programa aparece como uma estratégia interessante de comunicação entre os beneficiários, o que promove a prática da associação, da cooperação e do intercâmbio.

A comunicação e cooperação existentes, reciprocamente entre agricultores, seus grupos formais ou informais e unidade executora do programa aparece como uma estratégia para a superação das dificuldades encontradas. Evidenciou-se, também, que o acesso a este mercado institucional, tem inspirado um cuidado maior com a produção. Além disso, constatamos que a sucessão familiar já ocorre ou está planejada para ocorrer por parte dos jovens sendo um dos motivos mencionados a segurança na comercialização. Assim, depreendemos que as influências do PNAE podem ser consideradas significativas no modo de organização das famílias, da produção e da comercialização, sinalizando que políticas públicas de acesso à comercialização podem, num curto espaço de tempo, vir a dar indicativos de fomento à reprodução social da agricultura familiar. (CORRÊA e WIVES, 2018, p. 35)

Na avaliação dos autores, essas práticas levam ao significativo melhoramento da produção e ajuste ao modelo de funcionamento das políticas. O programa traz a reboque a melhoria da organização interna das unidades produtivas, o que denota um prognóstico importante para a reprodução social do campesinato.

Belik, Chaim e Weis (2020) explicam que o programa, assim como o PAA, também favoreceu o crescimento das cooperativas. Em Pelotas-RS, um dos municípios estudados por eles, houve importante envolvimento dos cooperados, a partir do aumento da demanda e da garantia de um mercado regular.

Com o aumento da demanda e a garantia de um mercado regular, as cooperativas cresceram e hoje cerca de 240 famílias de produtores trabalham na produção de feijão, batata, cenoura, beterraba, couve e outros alimentos. O acordo com a prefeitura também gerou o nascimento de uma pequena agroindústria nas cooperativas, para a produção de sucos de fruta. Os agricultores afirmam que 30% do que produzem é para o abastecimento das escolas e que, com a garantia da compra por parte da prefeitura, é mais fácil planejar investimentos para otimizar a produção. (BELIK, CHAIM e WEIS, 2020, p. 9)

Pode ser observado, que a garantia de mercado trazida pelas compras institucionais auxilia em diversos locais a manutenção das unidades camponesas, colaborando para o processo

de reprodução do campesinato. É possível afirmar que os beneficiários têm melhores condições de planejamento e conseguem melhorar, assim, a sua produção. Esse engajamento em cooperativas, associações, grupos informais etc. tem favorecido a compra de maquinário e implementos essenciais à produção para uso coletivo.

Assim como no caso do PAA, os autores apontam limites na execução do PNAE, também em menor proporção em relação aos fatores positivos. Boa parte dessa limitação está relacionada também a questões logísticas e de infraestrutura local, assim como alerta Costa (2004):

O maior desafio enfrentado na operacionalização do PNAE é a falta de infraestrutura no município e nas escolas. Os problemas relacionados ao transporte e estradas no município ocasionam atrasos no recebimento, pelas escolas, dos produtos destinados à confecção da merenda, deflagrando em períodos de suspensão do fornecimento. A ausência de condições de armazenamento e acondicionamento dos produtos nos estabelecimentos de ensino, principalmente os localizados na zona rural, condicionaram a oferta dos produtos. Mesmo para os itens regionalizados, tais como, carne de carneiro e leite, a ausência de congeladores e de depósitos para armazenamento implica no não recebimento pela escola de tais produtos. (COSTA, 2004, p. 95)

Além desses entraves elencados, Gregolin et al (2017, p. 560) explicam que ao comparar o percentual de agricultores familiares atendidos pelo Programa e a relação com o total de agricultores familiares identificados no censo agropecuário, tem-se “um percentual diminuto de cobertura, representando uma contribuição marginal do Programa PNAE ao desenvolvimento rural local”. Os autores apontam também que:

[...] se faz necessária uma melhor discussão entre agricultores e suas organizações com o poder público, haja vista que muitos depoimentos acusaram a logística como um problema central. A falta de estrutura nas escolas, bem como de profissionais para atuar no Programa, também é algo referenciado pelos agentes. Nota-se principalmente que a equipe de merendeiras sempre é tida como pequena e defasada, primeiramente porque não foi pensada e treinada para o trabalho com alimentos da agricultura familiar local. Com a entrega de produtos frescos e que necessitam de manuseio, as equipes se tornam insuficientes e as estruturas das escolas não são adequadas para comportar produtos in natura. Estes são entraves que podem ser superados gradativamente, com investimentos e treinamento ou com adequações na formatação dos produtos entregues. (GREGOLIN et al., 2017, p. 561)

Nota-se, também, o descompasso entre o cardápio indicado pelo nutricionista e a produção regional, tanto na escolha de itens quanto na adequação de seu calendário. Muitas escolas ainda não se encontram preparadas para o recebimento de alimentos altamente

perecíveis ou que necessitem de uma manipulação técnica mais adequada. Isso termina por desvirtuar em alguns locais os propósitos da política pública.

Outra questão é que o percentual de apenas 30% dos recursos pode ser considerado baixo pela diversidade de produtos oferecidos pela agricultura camponesa. Ademais, em diversos lugares, nem esse percentual está sendo atendido. Na verdade, é preciso que os sujeitos envolvidos façam garantir, primeiramente, o cumprimento da lei.

Neste sentido, para que esse potencial seja cada vez maior, recomenda-se a administração de esforços efetivos para que não só 30% dos recursos repassados pelo FNDE sejam investidos na agricultura familiar, mas que este percentual aumente e que também o recurso municipal investido em alimentação escolar seja aplicado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. (GREGOLIN et al., 2017, p. 564)

Ainda na literatura analisada, observa-se a referência a alguns lugares onde os propósitos do PNAE não são atingidos em virtude de problemas como: a falta de profissionalização dos gestores e a corrupção na forma de desvios de merenda e/ou recursos financeiros, como explicam Schotten et al (2018):

Vários problemas foram detectados como falta de profissionalização dos gestores dos recursos do programa, corrupção, desvios de merenda ou mesmo de recursos, atividades operacionais que não condizem com o proposto no programa além de outros problemas detectados e não descritos nessa pesquisa. Esses problemas não inviabilizam ou desvalorizam o projeto, muito pelo contrário, a pesquisa apresenta a importância do programa e demonstra que está atingindo aos objetivos propostos, não em sua totalidade em virtude dos problemas apresentados, mas é relevante e importante. (SCHOTTEN et al, 2018, p. 13)

Outro limite, identificado por Schabarum e Triches (2019), é que o modelo de preços fixos a partir da pesquisa de preço inicial pode trazer prejuízos a alguns fornecedores. Isso porque os preços dos produtos agropecuários em outros mercados são marcados pela instabilidade própria deste segmento produtivo. Tanto fatores naturais como fatores econômicos submetem facilmente o custo de produção, provocando essa volatilidade.

Os preços pagos em sua maioria são maiores aos praticados no Ceasa, podendo sugerir a prática de um valor que permita levar em conta gastos com logística e outros encargos. Porém, ainda existem vários produtos com preços inferiores, alguns deles comercializados com bastante frequência, sugerindo possíveis prejuízos ao agricultor com esses alimentos. Ressalta-se a importância deste mercado para o desenvolvimento rural e, para tanto, os preços pagos aos agricultores familiares devem ser atrativos e justos, sem prejudicar a racionalização do gasto público. Chegar neste equilíbrio é um desafio às Entidades Executoras, mas primordial para o sucesso desta política. (SCHABARUM E TRICHES, 2019, p. 60)

Nas palavras dos autores, embora a maioria dos preços praticados pelo programa estejam acima dos praticados pelos mercados convencionais, casos há em que esses ficam abaixo. Essa relação tem provocado prejuízos a alguns produtores em algumas áreas, contrariando o propósito da política de oferecer preços mais atrativos em relação às formas de comercialização tradicionais. Nesse sentido, equalizar esses valores passa a ser um desafio importante para que a execução da política pública seja bem-sucedida.

Enfim, no geral, o PAA e o PNAE se mostraram, a nível nacional, como políticas públicas muito bem avaliadas pelos principais pesquisadores da área. Essa relevância tem sido primordial para a consolidação dos avanços para os camponeses. As principais análises apontam avaliações positivas e sugerem que, de fato, essas ações têm cumprido o papel para qual foram criadas. Evidentemente, no macrocontexto, essas políticas atingiram uma parcela ínfima de camponeses, mas têm sugerido caminhos e possibilidades de progressos.

Para os beneficiários, a maioria das avaliações encontradas em nossas análises trazem consigo elementos que tendem a reforçar o processo de permanência no campo e, por conseguinte, a realidade da reprodução camponesa, principalmente no que diz respeito à melhoria dos valores recebidos por sua produção, o que pode, por sua vez, diminuir os aspectos de expropriação.

Considerou-se importante estabelecer alguns pontos importantes como: melhoria na renda e na qualidade de vida dos camponeses atingidos; possibilidade de planejamento e melhoria nas unidades produtivas; diminuição da importância dos atravessadores bem como de outros canais de comercialização tradicionais; aumento da demanda de produção trazida pelos canais de comercialização alternativos; aumento sensível das práticas coletivas do intercâmbio, associativismo, cooperativismo etc.; incentivo à produção de gêneros alimentícios locais; incentivo à agricultura orgânica, à agroecologia e aos sistemas mais sustentáveis de produção; melhoria na situação anímica dos pequenos produtores; dentre outros. Fatores que tentou-se aferir também na realidade do espaço em estudo.

CAPÍTULO 4

CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS DO
AGRESTE PARAIBANO E A FORMAÇÃO DO
CAMPESINATO NOS MUNICÍPIOS DE ALAGOA NOVA,
ESPERANÇA, LAGOA SECA E SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA
DE ROÇA

4.1 Características históricas e geográficas do Agreste Paraibano

A Mesorregião do Agreste Paraibano¹⁵⁰, área onde estão situados os municípios focalizados nesta pesquisa, está localizada entre a Mesorregião da Mata Paraibana a leste e a Mesorregião da Borborema a oeste. Ela é formada pela união de sessenta e seis municípios agrupados em oito microrregiões: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro. O Agreste paraibano estende-se por uma área de 13.078,8 km² (23,8% do território estadual) limitando-se ao norte com o Rio Grande do Norte, ao sul com o estado de Pernambuco, ao leste com a Mata Paraibana e a oeste com a Borborema.

O Agreste paraibano apresenta uma estrutura geológica com predominância cristalina, pois a unidade de relevo marcante é o Planalto da Borborema, mas com a presença de algumas áreas de acumulação de sedimentos, a exemplo do que ocorre na microrregião de Campina Grande e do Curimataú Ocidental.

De acordo com Moreira (2002), o relevo da Mesorregião do Agreste compreende basicamente duas unidades geomorfológicas, a Depressão Sublitorânea e o Maciço da Borborema. Situada à retaguarda dos Baixos Planaltos Costeiros, a Depressão Sublitorânea constitui uma superfície alongada no sentido Norte-Sul do Estado da Paraíba, situada numa altitude média de 100 metros em relação ao nível do mar. Ao Norte, a Depressão Sublitorânea integra-se ao vale do Rio Curimataú. Ao Sul, faz contato, na altura de Natuba, com as vertentes a sotavento da Serra de Pirauá (400 metros de altitude em média) e com as serras vizinhas que separam o Rio Paraíba e o Rio Capibaribe em Pernambuco. As altitudes da depressão sublitorânea em relação ao nível do mar variam de 80 a 150 metros. Já na unidade geomorfológica representada pelo Maciço da Borborema, apresentam-se escarpas abruptas (frente oriental). Essas escarpas orientais chegam a alcançar por volta de 600 metros, alinhadas no sentido SW-NE, em uma extensa superfície aplainada (Planalto da Borborema) com altitude média de 400 metros, chegando a ultrapassar os 1000 metros em algumas áreas serranas, que

¹⁵⁰ A mesorregião do Agreste Paraibano compreende uma área formada por 66 municípios, divididos em 8 microrregiões: Curimataú Oriental: Araruna, Cacimba de Dentro, Casserengue, Dona Inês, Riachão, Solânea, Tacima; Curimataú Ocidental: Algodão de Jandaíra, Arara, Barra de Santa Rosa, Cuité, Damião, Nova Floresta, Olivedos, Pocinhos, Remígio, Soledade, Sossego; Esperança: Areial, Esperança, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça; Brejo Paraibano: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões, Serraria; Guarabira: Alagoinha, Araçagi, Belém, Caiçara, Cuitegi, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilõezinhos, Pirpirituba, Serra da Raiz, Sertãozinho; Campina Grande: Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas, Serra Redonda; Itabaiana: Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Riachão do Bacamarte, Salgado de São Félix; Umbuzeiro: Aroeiras, Gado Bravo, Natuba, Santa Cecília, Umbuzeiro.

se desenvolvem na retaguarda da frente escarpada do leste até suas encostas ocidentais que o limitam com o Pediplano Sertanejo.

A exemplo do que ocorre na região Nordeste, o Agreste Paraibano caracteriza-se por se constituir como uma zona de transição climática, ou seja, na porção voltada para o litoral apresenta características de clima quente e úmido, mas na face voltada para o sertão o clima é predominantemente quente e seco (LUÍS, 2010, p. 26).

As altitudes do relevo paraibano não apresentam elevações capazes de reduzir de modo significativo os efeitos térmicos da tropicalidade. Entretanto, algumas condicionantes topográficas ocorrentes no Estado atuam sobre o clima dominante, modificando-o, ainda que pontualmente, no que diz respeito à temperatura e mais significativamente nos índices pluviométricos. É o caso das serras das regiões semiáridas e das escarpas orientais do Maciço da Borborema, onde as temperaturas são mais amenas e os índices de pluviosidade são superiores aos índices do clima geral, graças à ocorrência das chuvas orográficas. Na Depressão Sublitorânea, o clima tropical quente e úmido (As') adquire características de subumidade, diminuindo os índices pluviométricos, para totais médios anuais de 800 mm com cinco meses de período seco. A temperatura média anual é de 27°C e a umidade relativa do ar, de 78%. É provável que o distanciamento em relação ao mar e a sua superfície deprimida entre o Tabuleiro Costeiro, a leste, e os contrafortes da Borborema, a oeste, tenham influência sobre as diferenciações nos totais pluviométricos gerais do clima As' (RODRIGUEZ, 2012, p. 36).

Ultrapassando o setor subúmido, o clima tropical quente volta a apresentar, nas escarpas orientais da Borborema, condições de pluviosidade bem semelhantes àquelas das áreas mais próximas do oceano; nesse caso é, com certeza, as altitudes de 600/700 metros e a posição da escarpa em relação aos ventos úmidos de sudeste, que vão atuar sobre as características climáticas locais. A média anual das precipitações, em torno de 1.400 mm, deve-se às chuvas orográficas, que favorecem a ocorrência de rios perenes e uma umidade de 85%. Índices menores de insolação são a consequência da nebulosidade comum em setores elevados. A temperatura média anual, também influenciada pela altitude, é de 22°C com mínimas em torno de 15°C. O período seco compreende 3 meses no ano, no verão (RODRIGUEZ, 2012, p. 36).

Depois da escarpa oriental (Brejo), as massas úmidas do Atlântico descem e se aquecem, favorecendo a dissolução das nuvens e as precipitações, na superfície aplainada da Borborema, e nos vales que a cortam (rios Paraíba, Curimataú, Taperoá e Seridó). É o domínio do clima *Bsh* ou semiárido, com modificações pontuais na faixa de transição entre o Brejo e o Cariri, e nas serras (encostas a barlavento), onde as condições climáticas modificadas tipificam a subumidade local, com precipitações em torno de 800 mm. O *Bsh* é quente e seco, com chuvas

de verão. A amplitude térmica anual é da ordem de 10°C, sendo a temperatura média anual de 24°C, com média das máximas em torno de 29°C e média das mínimas de 19°C. Os totais pluviométricos anuais registram índices entre 350 e 500mm e umidade relativa do ar não ultrapassa os 75%. Um agravante a esse clima é a irregularidade das chuvas, fenômeno que corresponde a um déficit considerável, ocasionado por alterações ocorrentes nas temperaturas dos oceanos Pacífico e Atlântico, portanto, um fenômeno natural previsível (RODRIGUEZ, 2012, p. 36-37).

Segundo Moreira (2002), o clima dessa área é considerado como subúmido com pluviosidade média anual em torno de 800 a 1000 mm. As temperaturas são suavizadas pela altitude (em torno de 600 metros) e a vegetação apresenta uma transição para o semiárido propriamente dito que se anuncia, acompanhada de uma mudança significativa na forma de uso do solo. Predominam os solos do tipo regossolos, solonetz solodizados, bruno não cálcios e os vertissolos.

O Mosaico climático que constitui o Agreste cria as condições favoráveis para uma maior diversificação da vegetação dessa Mesorregião, onde podemos presenciar a formação arbórea (Mata do Pau Ferro) no município de Areia e as formações xerófilas no Curimataú Ocidental e Oriental (LUÍS, 2010, p. 26).

O Agreste, formação típica da região subúmida, aparece na Depressão Sublitorânea, “Agreste Sublitorâneo” como uma vegetação acatingada, com espécies arbóreas de mata úmida, o que lhe confere o caráter de transição. A abundância da espécie marmeleiro indica tratar-se de uma formação secundária. Entre as espécies estão a canafístula, o juazeiro, o mulungu, o mandacaru e a barriguda. Já na escarpa do Planalto da Borborema, nos municípios de Areial, Campina Grande, Esperança, Pocinhos, Remígio, Algodão de Jandaíra, Puxinanã, Montadas, Fagundes, Queimadas, São Sebastião de Lagoa de Roça também ocorre a vegetação de agreste, classificada como “Agreste da Borborema”, uma mata subcaducifólia de transição, entre o Brejo úmido e o Cariri semiárido, com muitas espécies de caatinga. Destacam-se, entre as espécies a catingueira, umbuzeiro, baraúna, angico, aroeira, mulungu, pau-d’arco, marmeleiro, jurema e facheiro. (RODRIGUEZ, 2012, p. 46-47).

Uma formação vegetal semelhante à Mata Atlântica ocorre no Brejo Paraibano (Serras da região de Areia e de Natuba), classificada como Mata do Brejo, cuja existência se deve à influência do relevo sobre o clima, ocasionando as chuvas orográficas e condições de umidade e de solos compatíveis com uma vegetação de mata úmida. É uma formação vegetal que apresenta espécies de Mata Atlântica como o pau-santo e o pau-d’arco, diferenciando-se dela por possuir grande quantidade de palmeiras (macaíba, pindoba e catolé), e ainda espécies como

o cedro e o bálsamo, características de sua flora. Com a degradação dessa mata úmida surgiram no contato do Brejo com a região seca dos Cariris, uma formação conhecida como “Caatinga Brejada”, onde as espécies da caatinga se fazem presentes (RODRIGUEZ, 2012, p. 46-47).

Com relação à população dessa mesorregião, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), o Agreste Paraibano possui 1.213.279 habitantes, dos quais 851.635 residiam na zona urbana e 361.644 residiam na zona rural, respectivamente 70,2% e 29,8%. Tendo como polo principal a cidade de Campina Grande-PB¹⁵¹. A região diferencia-se pelo grande número tanto dos elementos naturais (vegetação, relevo, clima, solo), como das condições do sistema espaço produtivo que são baseadas na produção agrícola e pecuária.

Tabela 22 - População e área das Microrregiões do Agreste Paraibano

Microrregião	População	Área
Curimataú Oriental	121.531	1.307,4 km ²
Brejo Paraibano	116.488	1.202,1 km ²
Campina Grande	502.669	2.124,8 km ²
Curimataú Ocidental	63.704	3.962 km ²
Esperança	53.596	336,6 km ²
Guarabira	164.827	1.319,2 km ²
Itabaiana	108.561	1.532,8 km ²
Umbuzeiro	53.980	1 293,9 km ²
Total	1.213.279	13.078,8 km²

Fonte: IBGE, 2010.

Para a Mesorregião do Agreste Paraibano a agricultura camponesa se mostra extremamente importante, uma vez que diz respeito à reprodução de boa parte da população da região. A alta taxa da população rural (29,8%) excede a média brasileira e paraibana, respectivamente 15,64% e 24,63%. Mesmo nas áreas urbanas, são muitos os trabalhadores que vivem direta ou indiretamente da atividade agrária como boias-frias, carroceiros, sacoleiros, feirantes, fretistas, atravessadores e comerciantes varejistas e atacadistas. Nessa região, qualquer transformação na organização da produção atingem a maior parte da população.

Tabela 23 - População Urbana e Rural da Mesorregião do Agreste

Mesorregião/Microrregião	Total	Urbana	%	Rural	%
Agreste Paraibano (PB)	1.213.279	851.552	70,19	361.727	29,81
Curimataú Ocidental (PB)	119.735	78.029	65,17	41.706	34,83
Curimataú Oriental (PB)	93.423	52.325	56,01	41098	43,99

¹⁵¹ O município de Campina Grande é o segundo mais populoso da Paraíba, sendo também o segundo mais importante economicamente do estado. Segundo o IBGE, em 2021, sua população estimada é de 413.830 habitantes. Além disso, estima-se que esse centro polariza serviços para mais de 70 municípios correspondendo a uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Nesse sentido, o município tem papel fundamental no dinamismo da economia do interior do Nordeste.

Esperança (PB)	53.596	34.046	63,52	19.550	36,48
Brejo Paraibano (PB)	116.488	61.804	53,06	54.684	46,94
Guarabira (PB)	164.827	118.772	72,06	46.055	27,94
Campina Grande (PB)	502.669	420.997	83,75	81.672	16,25
Itabaiana (PB)	108.561	65.652	60,47	42.909	39,53
Umbuzeiro (PB)	53.980	19.927	36,92	34.053	63,08

Fonte: Sidra, IBGE, 2010.

A região é caracterizada pela diversidade natural e cultural. O vocábulo agreste, por si mesmo, já comporta uma situação intermediária entre o úmido e o semiárido. Dessa forma, o Agreste se constitui numa região extremamente particular. Ao integrar desde as áreas serranas como as de Cuité até as do brejo em Areia, apresentando grande potencial para as atividades agropecuárias (LUÍS, 2010, p. 25-26).

O processo inicial de ocupação e povoamento do Agreste esteve, da mesma forma que no caso sertanejo, relacionado ao desenvolvimento da atividade açucareira. Atividade que promoveu, em seu período áureo, a separação da produção agrícola e pecuária, determinando uma divisão espacial do trabalho: o Litoral se especializou na produção do açúcar, enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidas no Sertão e no Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 79).

A expansão do povoamento, porém, está relacionada, entre outros fatores, à retração da economia açucareira a partir da segunda metade do século XVII. Nesse contexto, houveram intensos movimentos migratórios do Litoral em direção ao Agreste, como decorrência da liberação de mão-de-obra pelos engenhos. Essa população deslocou-se para a região Agrestina onde passou a dedicar-se ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) em pequenas propriedades: os sítios (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 80).

Moreira e Targino (2015) esclarecem que a corrente de povoamento, no entanto, ficou restrita, inicialmente, ao Agreste Baixo seguindo o vale do Rio Paraíba. A ocupação do Agreste Alto, lócus da análise, foi retardada pela conjugação de fatores tais como: vegetação de floresta, relevo elevado, presença de indígenas e falta de disponibilidade de capital.

Contribuiu também para a ocupação do Agreste Alto o surgimento de pontos de pouso e de currais para vaqueiros e gados, respectivamente, oriundos da região sertaneja, que serviam como suporte diante dos grandes percursos em direção ao Litoral. Algumas cidades agrestinas daí se originaram e tiveram a sua dinâmica relacionada às feiras de gado que ali se desenvolveram. O núcleo de povoamento de Itabaiana no Agreste Baixo e a Cidade de Campina Grande são bons exemplos desse processo (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 80). A esse respeito, Ferreira (2015) esclarece que:

Uma feira semanal de gêneros alimentícios, a boa posição geográfica e os caminhos carroçáveis que se dirigiam tanto à “Vila Nova da Rainha” (atual Campina Grande), Brejo de Areia e à Vila de Alagoa Nova, assim como para os Sertões, fizeram-na entreposto de mascates e tropeiros¹⁵² que pernoitavam embaixo dos “Castanheiros” para seguir viagem ao romper da aurora. (FERREIRA, 2015, p 35)

Os tropeiros eram encarregados de transportar, em mulas e jumentos, os produtos destinados à feira de Campina Grande e foram importantes para o desenvolvimento de novos núcleos de povoamento.

Após o século XVIII, com o crescimento da cotonicultura, avançaram a monetarização da economia, o povoamento da região e o crescimento urbano. Além disso, com o declínio da escravidão houve a consolidação do sistema morador¹⁵³. O algodão representou para o Agreste um crescimento populacional considerável, já que havia grande fluxo de migrantes vindo do Litoral e do Sertão atraídos pela disponibilidade de terras e pelas condições naturais favoráveis, como já mencionado.

Presente no Agreste desde os primórdios da organização do espaço agrário regional, a pequena produção de alimentos se constituiu sempre uma atividade complementar. Sua expansão e retração encontrava-se na dependência do processo de expansão ou retração das culturas de mercado. Produzida principalmente por moradores, parceiros e pequenos proprietários, desenvolveu-se no interior das médias e grandes propriedades e nos seus limites. Conviveu com a cultura do algodão em todos os padrões de propriedade; retraiu-se aos limites das pequenas e médias unidades de produção do período áureo do agave. Sempre ocupou os poros da atividade monocultora. A fruticultura, além do milho, do feijão, da mandioca e, em algumas áreas, da horticultura, são as lavouras de maior importância. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 96-87).

¹⁵² “Tropeiro ou condutor de tropas era a designação que se dava antigamente aos responsáveis por conduzir animais a fora. Na Paraíba era comum a circulação de cavalos, bois e jumentos fazendo circular a riqueza do Estado. A cidade de Campina Grande, por exemplo, recebeu uma forte influência dos antigos tropeiros, preservados pela tradição como Tropeiros da Borborema. Em seus caçuás transportavam alimentos (açúcar mascavo, aguardente, vinagre, vinho, azeite, queijo, manteiga, “bacalhau” e outros peixes secos etc.) e artefatos semi-industrializados. As principais trilhas davam acesso ao Sertão e Litoral da Paraíba, passando pelos chamados “Brejos”. (FERREIRA, 2015, p. 44).

¹⁵³ “Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupando um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio e grande portes. Tinha direito a lenha e água. Apesar de produzirem essencialmente para o autoconsumo, obtinham eventuais excedentes que vendiam nas feiras livres. As vezes recebiam salários. Eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro, (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados também a pagar o cambão. Além do morador de condição, existia também o “morador agregado” (sistema de trabalho mais antigo que era utilizado pelos grandes proprietários). Deste modo, no sistema de morada, as condições de sobrevivência da população mantinham uma estreita relação com o acesso à terra. A possibilidade maior ou menor de acesso à terra dependia não só do chefe da família como de toda a família. Isto porque, quanto mais numerosa fosse a prole masculina, maior a possibilidade de encontrar “morada” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 43-44. Grifos do autor).

De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 97) “é importante ressaltar que entre as quatro Mesorregiões do estado, é no Agreste que a pequena produção possui maior importância relativa tanto econômica como social. Com efeito, é nessa região onde se encontra os mais baixos índices de concentração fundiária do Estado”.

Com certeza, o peso da pequena produção, nesse contexto, foi um dos responsáveis pelo adensamento populacional na zona rural dessa região e pela formação do seu campesinato, como pode-se observar adiante.

4.2 A formação do campesinato nos municípios de Alagoa Nova, Esperança, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça

Os relatos dos autores estudados destacam que, antes da chegada dos colonizadores, as terras que pertencem atualmente a esses municípios eram povoadas pelos índios do aldeamento dos Bultrins, grupo que pertencia à Nação Cariri. Elisângela Santos enfatiza que: “[...] os Bultrins ocupavam a região entre os Cariris Velhos, Pilar e Alagoa Nova” (SANTOS, 2007, p. 24). “Os cariris eram ferozes, usavam armas e costumavam guerrear, sendo por isso chamados Tapuias (inimigos) pelas outras tribos” (FERREIRA, 2015, p. 35).

Santos (2007) esclarece que a palavra Bultrins¹⁵⁴ relaciona-se ao lugar onde eram aldeados os índios Cariris pelos missionários, região do estudo. Os indígenas deixaram essa área por volta de 1670, pois os interesses da Coroa Portuguesa entraram em conflito com o interesse dos jesuítas, sendo os últimos expulsos do país. Com isto os índios retornaram para a missão Nossa Senhora do Pilar em Taipu, deixando as terras como propriedade do Estado.

Com o passar do tempo, as terras devolutas foram ocupadas por algumas famílias e outras partes foram vendidas ou doadas pelo Estado a particulares com recursos financeiros para morar e desenvolver alguma atividade econômica, estas ligadas, principalmente, à agropecuária que depois se desenvolveria na área.

O início do povoamento da região propriamente dito remonta à segunda metade do século XIX e início do século XX, à exceção de parte do município de Alagoa Nova (região dos engenhos) que possuiu uma relação de povoamento mais antigo, ligada ao município limítrofe de Areia-PB.

¹⁵⁴ “Os índios Cariris foram aldeados próximo à sede do município de Alagoa Nova, em uma localidade chamada de Aldeia Velha e ocupavam todo o território, que tinha boa disponibilidade de água e vastas matas.” (SANTOS, 2007).

Figura 07 - Ruínas do Engenho Araticum



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O cultivo das terras, que atualmente pertencem aos municípios estudados, de início foi estabelecido por fazendeiros que se dedicaram ao plantio da cana-de-açúcar. Posteriormente, foram implementadas as culturas do algodão, do sisal, da mandioca, dentre outras, sempre assessoradas pela agricultura de subsistência.

Nessa época, as várias culturas que se desenvolviam no território aproveitavam-se da relativa disponibilidade de água que atraíam muitas famílias forasteiras para o trabalho nesses cultivos. Esses trabalhadores vinham de diversas regiões da Paraíba, como do Cariri e do Sertão. O acesso à terra se manifestava de diversas maneiras, sendo a mais comum o sistema morador, como já mencionado.

A cana de açúcar teve, inicialmente, um papel importante para o surgimento de diversos engenhos nessa região, localizando-se principalmente entre Lagoa Seca e Alagoa Nova, que se dedicavam, principalmente, à produção de açúcar, cachaça e rapadura. As relações trabalhistas dessa época ainda não eram tipicamente capitalistas¹⁵⁵. Ao mesmo tempo em que trabalhavam sazonalmente no engenho, os trabalhadores podiam cultivar seus pequenos roçados de

¹⁵⁵ “Outra característica interessante dessas relações era o seu caráter estritamente interpessoal. O acordo e as condições estabelecidas eram negociadas diretamente entre as partes sem qualquer intermediação estatal. O acordo era desigual porque podia ser rompido a qualquer momento pelo proprietário de terra enquanto o rompimento por parte do trabalhador só podia ocorrer se ele não estivesse em débito com o patrão. O contrato era oral e implicava uma série de compromissos de parte a parte.” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 45).

subsistência, enquanto tinham o direito à moradia assegurado pelo senhor de engenho, relação característica do sistema morador.

O algodão, embora tenha tido uma tímida participação no adensamento populacional específico dessa área, contribuiu para que houvesse a monetarização da economia e modificações no crescimento urbano-regional, principalmente do município de Campina Grande, que começou a despontar como importante contingente de consumo do produto desse campesinato. Com o declínio da escravidão, o algodão contribuiu para consolidar também o sistema morador, que já estava implantado (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 81).

Além do algodão outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como uma região policultora por excelência. São exemplos o café, o fumo, a cana, o sisal, entre outros. Pelas características naturais, a cana de açúcar e o café restringiram-se ao Brejo, já as demais tiveram rápida disseminação, inclusive no Agreste Alto e no Curimataú. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 81-82).

Como ressaltam os autores, além do algodão, outras culturas comerciais se popularizaram pelo campo agrestino, reforçando sua tendência à policultura. Algumas se adaptaram mais do que as outras às características naturais locais, como por exemplo o café que ficou restrito às áreas mais elevadas.

Ainda nessa época, o preço da terra não tinha adquirido um significativo valor de mercado, o que ajudou na configuração fundiária atual. O desmembramento era comum, inclusive com intensa concessão para novas famílias que se interessassem em desenvolver os plantios. A divisão progressiva por herança e a necessidade de alta quantidade de mão de obra para estabelecer os cultivos, impulsionaram o crescimento das famílias e dos minifúndios¹⁵⁶, que se configuraram nesse território, posteriormente, como o principal padrão de propriedade.

Outro fator importante para a formação do campesinato nessa região foi o cultivo do sisal¹⁵⁷ e, posteriormente, o crescimento da produção de farinha.

O impacto da expansão sisaleira na região Agrestina se fez sentir através da revalorização das terras, da abertura de novas estradas, renovação das habitações dos proprietários de terra, com destaque para os senhores de Engenho do Brejo e, sobretudo, no nível e sazonalidade do emprego rural e nas relações de trabalho. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 82).

¹⁵⁶ “A região do Agreste de Esperança distingue-se por se constituir numa área policultora-minifundiária por excelência, onde se destaca o cultivo da batata-inglesa, do feijão, da mandioca e da horticultura. O alto índice de produtividade da terra aí encontrado permite que se coloque em questão as afirmativas correntes relativas à improdutividade da pequena produção.” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 166).

¹⁵⁷ “O sisal é uma fibra resistente produzida pela “Agave Rígida”, planta da família das “Amarilidáceas”, originária do México e da América Central. Expandiu-se no Agreste a partir de 1940. Concorreu para isto a conjuntura externa favorável (altos preços e demanda), além das condições ecológicas propícias.” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 82).

O auge do sisal, nas décadas de 1940 e 1950, contribuiu para inserção do trabalho assalariado nessa área, tendo em vista que as relações de trabalho antes praticadas eram raramente monetizadas. O sisal servia para complementar a renda dos trabalhadores principalmente no período de corte, que coincidia com a época mais seca do ano na qual tornava-se praticamente inviável a produção agrícola.

Nesse período, podemos destacar também a produção do fumo, em pequena parcela, em especial na região de Esperança, que também foi citada pelos habitantes locais, que reforça a característica de policultura. A mandioca também teve expressividade na agricultura dessa área, se apresentando por algum tempo como a principal atividade agrícola. A produção de farinha de mandioca entre 1930 e 1950 ocupou espaço de destaque nas atividades econômicas. Nessa última, trabalhavam um grande número de pessoas, envolvendo homens e mulheres, desde o cultivo até os processos de beneficiamentos da mandioca, como a raspagem, a prensa, a eliminação da manipueira e a torragem.

Figura 08 – Casa de farinha abandonada



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 09 - Aspectos internos de uma casa de farinha antiga



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A pequena produção camponesa fornecia alimentos aos trabalhadores, como forma complementar às outras atividades. Tal produção se consolidava nos interstícios de outras formas de produção, possibilitando a organização do espaço agrário caracterizado pela diversidade, ao mesmo tempo em que formava uma classe social camponesa.

Moreira e Targino (1997, p.80) explicam que a “agricultura de subsistência complementada pelo criatório (voltado para o autoconsumo) foram o suporte do processo inicial de organização do espaço agrário agrestino”, assim, para a formação desse campesinato.

As pequenas criações garantiam leite, carne e ovos, bem como serviam como uma espécie de poupança, para serem comercializadas, geralmente, na época mais seca do ano, quando a produção agrícola caía drasticamente. Como ressalta Wanderley (1979):

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura-pecuária” e considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que a evolução destas pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. (WANDERLEY, 1979, p. 3)

Das pequenas criações e da agricultura de subsistência participava toda a família. Como as unidades produziam, primordialmente, para o autoconsumo, raramente os pequenos produtores concorriam entre si, o que fortalecia os traços de solidariedade tipicamente camponeses. Sendo comum, por exemplo, a troca de produtos e de dias de trabalho entre eles, tanto no cultivo e na colheita, ou mesmo na produção de farinha. Apenas os excedentes eram comercializados. Essa prática fortalecia os traços de campesinidade forjando uma identidade baseada nas relações de amizade e compadrios.

Os pequenos produtores faziam essas roças geralmente ao redor das suas moradias nas quais mesclavam as culturas de ciclos mais curtos com as de ciclos mais longos a fim de garantir sua subsistência durante o ano todo e melhor aproveitar o diminuto espaço dos minifúndios (prática do consórcio). Nelas estava envolvida toda a família, sendo importante ressaltar a contribuição do trabalho das mulheres¹⁵⁸ e das crianças, cuja participação reforçava o caráter hereditário da formação do campesinato local.

Essas práticas pouco agrediam o meio ambiente como um todo, pois, nas plantações, nessa altura, havia pouco ou nenhum uso de agrotóxicos e/ou de adubos químicos, o que proporcionava à população local o acesso a uma alimentação saudável.

Com o fechamento de várias casas de farinha nas décadas de 1960 e 1970, houve uma queda na produção da mandioca, relacionada, principalmente, a problemas na ordem do preço do produto. Outro fator importante para essa mudança na estrutura produtiva, foi o crescimento populacional e urbano da cidade de Campina Grande e, posteriormente, da feira do município, que fez aumentar a demanda por produtos “hortifrutigranjeiros”¹⁵⁹, provocando, assim, aumento da produção de excedentes comercializáveis. Essa conjuntura ocasionou a ampliação das áreas de cultivo da horticultura e fruticultura, bem como do rebanho das pequenas criações.

Entre as décadas de 1970 e 1980, se expandiram significativamente as áreas de cultivo da fruticultura e da horticultura nesses municípios, sendo expressivas a produção da laranja, da banana, da alface, do coentro e do chuchu. Entretanto, as culturas de alta rotatividade, notadamente, passaram a necessitar de mais água o que provocou o aumento da construção de pequenas barragens. Uma vez que o investimento era alto, essa produção ficou restrita aos

¹⁵⁸ Sempre presentes, enquanto os homens trabalhavam no eito, as mulheres ficavam em suas casas, cuidando das pequenas criações, muitas vezes variadas, como suínos, ovinos e aves. Normalmente possuíam pequenas hortas no quintal de casa, a fim de abastecer toda a família e ao redor de casa era comum o cultivo de fruteiras, como mangueiras, bananeiras, jaqueiras, laranjeiras, goiabeiras, dentre outros.

¹⁵⁹ Os camponeses se adequaram parcialmente a esta tendência. Mesmo explorando algumas produções mais comerciais, esses não abandonaram algumas tradições locais, como, por exemplo, a produção do milho para colher na festa de São João e das flores destinadas ao dia de finados, satisfazendo também a dimensão simbólica.

agricultores mais capitalizados, pois estes conseguiam manter sua produção na época das secas, a qual, geralmente, coincidia com o período de elevação dos preços.

O aumento da demanda e a popularização do automóvel ocasionou a substituição do transporte animal e, por consequência, o aumento no preço do frete. A nova realidade passou a onerar substancialmente os pequenos produtores e despertar o interesse dos próprios fretistas nessa comercialização. Pois, percebendo o potencial de lucratividade, entraram no negócio se aproveitando do fato de possuir o poder de transporte e de obter uma clientela definida, tornando-se atravessadores. A situação fez com que muitos pequenos produtores deixassem de fazer a venda direta nas feiras, submetendo-se aos comerciantes, resultando na perda significativa de espaços de comercialização.

Por outro lado, possuir o transporte com capacidade de carga, significa, para os pequenos produtores, um diferencial em relação aos que não tem, já que dispor desse recurso possibilita complementar a renda da pequena propriedade com a atividade de atravessador. Nesse sentido, além dos tradicionais fretistas, muitos camponeses tornam-se intermediários de outros nessa comercialização.

Outros fatores importantes para a modificação da estrutura agrária foram as inovações técnicas e o aumento considerável no preço dos insumos agrícolas (Período de introdução da “Revolução Verde”) a partir dos anos 1970. A elevação dos custos de manutenção da unidade também fez com que o produtor dispendesse mais tempo nas áreas de cultivo para aumentar a produção, uma vez que precisava de uma maior arrecadação. Essa exigência, em muitos casos, inviabilizou a comercialização direta, aprofundando a dependência para o escoamento da produção.

A partir dos anos 70, o processo de “modernização conservadora” da agricultura embora mais atenuado na Paraíba, do que em outros estados (sobretudo do Centro-Sul), foi responsável por mudanças profundas na base técnica e na organização da produção agropecuária, na distribuição da posse da terra, na dinâmica da população e do emprego rural, nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora que redundaram numa nova reestruturação do espaço agrário estadual. (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 97)

Considera-se que a partir dos anos 1970, essa modernização provocou a expropriação de um número considerável de camponeses que não conseguiram resistir às novas situações de exploração do modelo capitalista de produção, provocando intensa migração para outras áreas do país, principalmente para a Região Sudeste, influenciados pelo crescimento industrial e, por conseguinte, metropolitano, em especial das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. É

importante ressaltar que é nesse momento que surgem nessa área os primeiros ensaios organizados de resistência ao modelo dominante a partir dos movimentos de associação e sindicalização, que foram fundamentais para a formação posterior do Polo da Borborema e inserção do modo de vida agroecológico.

Ainda nesse ínterim, contribuiu para o aumento da demanda dessas culturas, a criação, nos anos de 1990, da Central de Abastecimento de Sociedades Anônimas (CEASA) de Campina Grande, que atualmente recebe o nome de Empasa e está ligada ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC. A empresa de abastecimento deu ainda mais impulso ao crescimento das plantações, já que facilitou o escoamento das mercadorias para centros mais afastados, dentro e fora do estado, como João Pessoa, Guarabira, Patos, Caruaru, Mossoró, Natal, Recife, dentre outros. Nesse sentido, o órgão passou a ser o principal lócus de comercialização para os produtores locais, o que ampliou a importância dessa produção para o abastecimento regional.

Porém, com melhor condição financeira e observando o crescimento da demanda, alguns comerciantes, que não tinham nenhuma ligação com as atividades agrícolas, foram adquirindo os pontos de venda da Empasa e da Feira de Campina Grande que, inicialmente, eram concedidos aos pequenos produtores. Esses, não suportando o endividamento com o frete, com a elevação dos custos de produção e a instabilidade do mercado se viram obrigados a realizar a venda aos atravessadores.

Beneficiando-se das fragilidades da comercialização direta, o atravessador deslocava-se até os espaços de cultivo, geralmente em áreas longínquas e de difícil acesso, e comprava a produção no atacado, por vezes, ainda na fase de plantio. O que gerava uma relativa condição de garantia para o pequeno produtor. Além do mais, quando essa relação se dava no período de baixa do preço da mercadoria proporcionava uma condição de submissão nos períodos de alta. Essa realidade proporciona aos atravessadores segurança em relação ao fornecimento durante todo o ano.

Com o passar do tempo, os atravessadores foram se especializando na distribuição de frutas e hortaliças, constituindo-se no principal canal de comercialização a partir de um sistema de redes. Atualmente, há atravessadores (donos de caminhão) que compram diretamente dos produtores rurais, que revendem os produtos a outros atravessadores (donos de pontos de venda nas feiras ou na Empasa) que, novamente, revendem a novos intermediários que vendem no varejo, por exemplo em mercadinhos de bairro, constituindo uma espécie de duplo¹⁶⁰ e triplo

¹⁶⁰ Aqui considerou-se como intermediários, todos as instâncias comerciais do circuito entre o pequeno produtor local e o consumidor final.

“atravessamento”. Circuito que encarece o preço do produto na ponta final do sistema, mas não beneficia o pequeno produtor que está na base, configurando uma relação que gera expropriação.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, se consolidaram nos municípios paraibanos e no mercado regional, um número crescente de redes de supermercados, hipermercados e atacarejos, o que proporcionou um maior fracionamento dos pontos de comercialização desses hortifrutigranjeiros, já que o acesso anteriormente era centralizado nas Ceasas e nas feiras. Esses espaços de comercialização provocaram a chegada dos alimentos a diferentes pontos, descentralizando ainda mais as cadeias de comercialização.

Alguns atravessadores se aproveitaram desse crescimento se especializando nesse tipo de segmento. Desse modo, cresceram as empresas de médio e grande porte que drenam a produção regional, a exemplo das empresas Hortaliças Sempre Verde, em Alagoa Nova, e Reino Verde, em Lagoa Seca, que se especializaram no ramo de hortaliças e fornecem suas mercadorias em supermercados, hipermercados e atacarejos situados em todo Nordeste.

O campesinato dessa área tem identificado no problema da comercialização um importante entrave para o processo de reprodução social. Desse modo, através dos sindicatos, associações, cooperativas e demais órgãos, tem buscado estratégias para a diminuição da importância do atravessador como a inserção dos camponeses nas políticas públicas de aquisição de alimentos e na criação das feiras de produção agroecológicas.

Devido às características geográficas e às dificuldades impostas pela comercialização, o campesinato local é marcado pela diversificação da produção, heterogeneidade das formas de trabalho e pela constante permuta entre culturas de ciclos completamente diferentes, nas quais convivem desde as mais comerciais até aquelas que são preponderantemente relacionadas ao autoconsumo, o que denota a adaptação desse tipo de agricultura ao espaço em tela.

Figura 10 – Aspectos da pequena criação de bovinos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 11 – Aspectos da pequena criação de caprinos e ovinos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 12 – Aspectos da produção de banana



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 13 – Aspectos da produção de laranja



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 14 – Aspectos da produção diversificada de hortaliças



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 15 – Aspectos da produção e irrigação de hortaliças



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 16 – Aspectos da produção dos roçados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 17 – Agricultores trabalham na produção de hortaliças



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

4.3 A comercialização da produção: um problema central para a reprodução camponesa

A forma como acontece a comercialização é um dos grandes problemas na dinâmica da organização dos produtores camponeses nordestinos e deve ser tratada como uma das questões mais sensíveis aos pequenos produtores, já que pressupõe drenagem da renda da terra.

A manutenção da unidade familiar é dependente da relação entre a produção e os recursos provenientes dela para a subsistência da família, como já discutido. Quando essa relação não é equivalente, ela se transforma em entrave para a reprodução do campesinato.

Ao longo do tempo, os custos de manutenção da unidade camponesa, mediados pela sociedade capitalista, foram aumentando consideravelmente, tanto em relação ao consumo doméstico, quanto em relação ao aprovisionamento de componentes do processo produtivo, como: energia, adubos, equipamentos etc., que exigem da pequena agricultura um aporte maior de recursos.

A inclusão desses novos itens na organização da unidade de produção torna-se um elemento de agravamento interno, impondo uma maior necessidade de comercialização da sua produção enquanto submete as famílias a um dispêndio maior de trabalho e de tempo. Esse conflito entre valor do trabalho e o valor de troca da mercadoria é uma relação típica do capitalismo e tem base na sujeição da renda da terra pelo capital comercial, como destacou José de Souza Martins (1995), e na monopolização do território pelo capital como explicou Oliveira (2013). O agravamento dessas condições serve aos fins de reprodução ampliada do capital, como já discutimos.

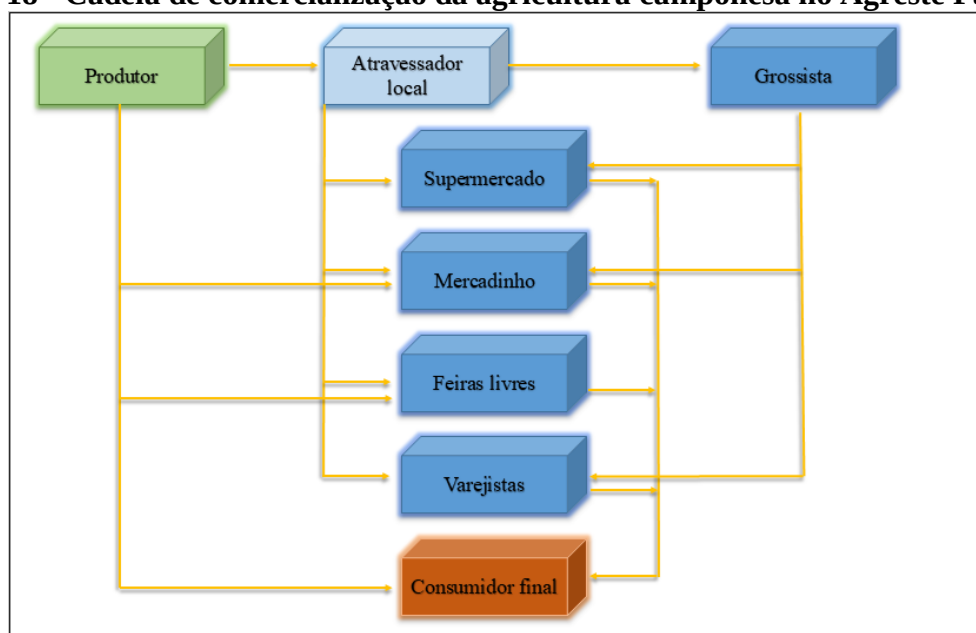
Contribui para esse processo o fato de os principais canais de comercialização serem dominados por intermediários, que submetem os camponeses a uma dependência quase que totalitária. No Nordeste, principalmente, mas também em outras regiões do país, permanecem as formas tradicionais de comercialização. Inclusive, constata-se que na área estudada há um predomínio da venda dos produtos agrícolas aos atravessadores, que, na imensa maioria das vezes, não remuneram os produtores de modo justo, considerando o valor do trabalho incorporado à sua produção.

Representam o capital comercial nessa área, atravessadores de diversas escalas¹⁶¹. Eles são os principais responsáveis pelo escoamento da produção regional. Considera-se que esses não precisam ser exatamente uma pessoa física, podem ser também um supermercado, uma mercearia etc. A cadeia de comercialização pode ser feita por mais de um intermediário, sendo

¹⁶¹ Considerou-se aqui desde os pequenos atravessadores locais à empresas de médio e grande porte.

constituída de várias etapas até que o produto chegue ao consumidor final, através de circuitos que podem ser curtos ou longos.

Figura 18 - Cadeia de comercialização da agricultura camponesa no Agreste Paraibano



Fonte: SOUZA, 2015.

O aumento de atravessadores na cadeia de intermediação permite enxergar uma rede de pessoas e/ou empresas que escoam a produção do campo até o consumidor final, encarecendo o preço do produto já que o intermediário incorpora a sua margem de lucro em cada etapa. O extenso percurso ao longo da cadeia de comercialização provoca, inclusive, o perecimento de mercadorias durante o circuito, e essas perdas geralmente não são compensadas pelo atravessador, que na maioria das vezes pagam aos pequenos produtores apenas o que vendem, descartando a produção avariada.

A gente trabalha assim: compra a mercadoria direto na roça, mas só paga dependendo do resultado da feira, porque tem dias que a feira é muito ruim. Então, quando a gente recebe do freguês, volta na roça, desconta a quebra, que é a mercadoria que se perde no caminho, e paga de acordo com o que a gente vendeu, se vender tudo a gente paga tudo, se deu prejuízo a gente divide com o produtor. (D. P. S, atravessador entrevistado, 2021)

Figura 19 – O atravessador e o poder de transporte



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Essa situação é ainda piorada em lugares mais afastados, onde a dificuldade com o transporte¹⁶² é uma imensa barreira. Esse último é o poder crucial do atravessador. Pode-se observar isso comumente na área estudada, onde os donos dos caminhões vão até às propriedades comprar a produção para levá-las a supermercados e feiras localizadas em cidades próximas. Moreira e Targino (2007) alertam que essas relações permanecem até mesmo dentro dos assentamentos na Paraíba.

A ausência quase absoluta de canais alternativos de comercialização, à exceção de algumas experiências isoladas, tem contribuído não só para a permanência do sistema de “atravessador” como, em alguns casos, para a sua expansão dentro dos próprios assentamentos, através do surgimento da figura do “atravessador assentado”. Verifica-se, em alguns casos, o desenvolvimento de um processo de produção na forma de franquia atrelado a um processo de comercialização dependente de setores agroindustriais, sobretudo no que se refere à produção de aves. As últimas medidas tomadas pela CONAB, permitindo a aquisição de produtos da agricultura familiar, provavelmente terá impactos significativos nas condições de sustentação desse segmento da agricultura nacional. (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 86).

¹⁶² Manuel Correia de Andrade já alertava que “em algumas regiões mais afastadas a produção agrícola é vendida primeiramente a um proprietário de caminhão, que a obtém no meio rural e a revende ao comerciante estabelecido no primeiro centro urbano de alguma importância; este revende a mercadoria a um grossista estabelecido em um grande centro urbano, que transporta para seus armazéns, para revendê-la mais uma vez ao retalhista por intermédio de quem a mercadoria chega ao consumidor.” (ANDRADE, 1981, p. 214).

O atravessador, por sua vez, tem se configurado como um elemento quase imprescindível para que o pequeno produtor escoe a sua produção, criando uma relação de submissão completa na maioria dos casos. Pois sem estes, o agricultor não tem como comercializar a sua produção, que ficaria condenada à perda, pois tratam-se de produtos com nível certo de colheita e altamente perecíveis, dependendo de condições complexas de armazenamento. Portanto, comercializar com o atravessador não é, definitivamente, uma questão de escolha. Desse modo, observa-se que o campesinato está na dependência econômica imposta por ele. Infelizmente, essa situação tornou-se tão banalizada que muitos produtores são repelidos da atividade em função do baixo preço pago pelas mercadorias.

A ausência de canais alternativos de comercialização tem sido ao longo do tempo uma realidade para a produção camponesa e sua reprodução. Praticamente condenado, pela concentração fundiária brasileira, a ocupar terras longínquas de baixa qualidade e de difícil acesso, o campesinato enfrenta o aumento das carências econômicas da produção no balanço trabalho-família que passa a exigir muito mais tempo de trabalho na produção dificultando o acesso a espaços de comercialização. O capital comercial, por sua vez, se apropria desses espaços, submetendo a população local.

Para Nascimento (2002), ao analisar as interações comerciais na Empasa de Campina Grande-PB, essa relação leva à banalização das relações tradicionais de comércio e a um conformismo por parte dos camponeses. Por vezes, a venda é condicionada ao sucesso da revenda pelo atravessador, que submete os camponeses a prazos para pagamentos que ultrapassam semanas. Enquanto isso, a lucratividade de cada intermediário gira entre 50% e 100% do preço do local, dependendo do tipo de produto.

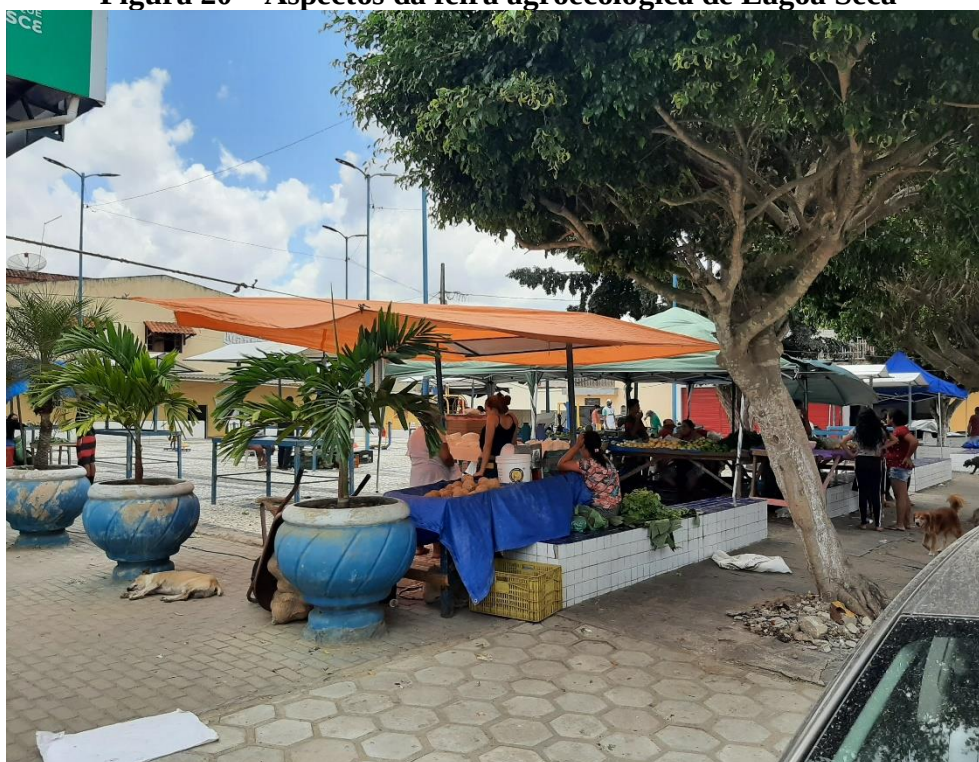
Importante ressaltar que, apesar da intensa volatilidade que caracteriza a comercialização dos produtos agrícolas, condicionados pelos períodos de safra e entressafra e pelas condições climáticas, as margens de lucro dos atravessadores se mantêm constantes. Desse modo, independentemente das oscilações do mercado, os intermediários, diferente dos pequenos produtores, que custeiam todo o processo de produção, têm uma situação de estabilidade.

Portanto, a eliminação completa ou de parte dessa cadeia de intermediação promove vantagens tanto para o pequeno produtor quanto para o consumidor. As políticas públicas de aquisição de alimentos têm atingido essa dura realidade e, em parte, melhorado as condições econômicas das unidades produtivas atingidas através da venda direta, que pode auferir um melhor preço ao camponês.

As principais formas de comercialização dos agricultores camponeses no Agreste do estado da Paraíba são:

- *Venda ao atravessador*: Essa é a principal forma de comercialização. Os pequenos camponeses vendem os seus produtos ainda na propriedade a um atravessador (geralmente possuidor de transporte de carga), normalmente a um preço muito menor do que o valor comercial da produção. Esse comerciante transporta os produtos para feiras ou para supermercados, integrando essa pequena produção ao mercado. Muitas vezes um só atravessador pode escoar a produção de dezenas de camponeses.
- *Venda direta em pequenas feiras agroecológicas*: nesse caso, os próprios agricultores conseguem vender seus produtos sem a necessidade de um atravessador. Esses produtores, em sua maioria agroecológicos, se dirigem a esses espaços para vender suas mercadorias diretamente ao consumidor. Existe uma rede de feiras agroecológicas nessa região, organizadas pela AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) e pelo Polo da Borborema. Entretanto, o alcance desse tipo de comercialização é restrito e o público ainda é incipiente.

Figura 20 – Aspectos da feira agroecológica de Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

- *Venda direta para instituições públicas*: aquisição por parte dos poderes públicos de uma fração dessa produção, que, embora limitada, consegue dar um apoio aos pequenos

produtores durante o ano. Entretanto, esses benefícios são de alcance limitado. Alguns programas se enquadram nesse sentido, como o PAA e o PNAE, já discutidos anteriormente.

- *Vendas em Centrais de abastecimentos (Ceasas) e feiras livres:* Alguns pequenos camponeses são detentores de espaços de comercialização nas centrais de abastecimento e feiras livres. Esse tipo de venda se caracteriza pela inconstância, já que esses produtores se submetem às leis do mercado. Como a maioria dos produtos são altamente perecíveis e geralmente não há espaço adequado de armazenamento, eles ficam sujeitos ao preço do dia.

4.4 A inserção da Agroecologia no *locus* de pesquisa

A partir dos anos de 1970, com o processo de modernização da agricultura no Brasil, a realidade de exploração e expropriação do campesinato advinda do desenvolvimento contraditório do capitalismo fez surgir, em muitos lugares, indicadores de resistência, um deles se instalou, principalmente, no movimento sindical. A associação dos camponeses em movimentos sindicais organizados foi fundamental para a consolidação, na área de pesquisa, de uma posição anticapitalista e anticolonialista, que nega a submissão do espaço agrário brasileiro aos interesses das corporações transnacionais.

As mudanças técnicas implantadas pelo modelo da Revolução Verde no país aprofundaram a concentração fundiária e as desigualdades sociais do campo, ao mesmo tempo que geraram novas frentes de resistência e luta pela sobrevivência física dos camponeses e de sua forma de produzir.

Moreira e Targino (1997) resumem as principais frentes de luta dos camponeses no campo, a partir desse contexto.

Face ao caráter excludente do processo de modernização da agricultura, tem se observado, nas últimas décadas, uma organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência à sua exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. A organização dos trabalhadores rurais tem ocorrido em algumas frentes de luta:

- a) Luta contra a exploração do trabalho e por melhores condições do trabalho e de vida;
- b) Luta contra a expulsão/expropriação, que se configura na luta pelo direito de “ficar na terra”, de “viver da terra” e de “não se submeter ao capital”;
- c) Luta pelo retorno à terra, pela reconquista da “terra para o trabalho”;
- d) Luta dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito não só de permanecer com a terra e na

terra, como de nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna; (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 280).

Diante desse cenário, através do atuante movimento sindical do Polo da Borborema, a agroecologia tem se tornado nessa área muito mais do que um campo científico ou uma forma de produzir. Na verdade, ela tem gerado para a agricultura camponesa, um movimento que resume a negação, pelo menos em parte, à submissão aos ditames capitalistas de produção. Nesse sentido, ela vem se consolidando ao longo do tempo como um modo de vida e uma bandeira de luta unificada para os camponeses locais.

Embora a trajetória evolutiva do Polo na defesa da agricultura familiar camponesa demonstre avanços significativos em vários planos, ela não se faz sem encontros permanentes com atores sociais que defendem a expansão do modelo agrícola baseado na lógica empresarial de gestão dos agroecossistemas. Nesse sentido, o Território da Borborema configura-se como um espaço de disputa de modelos, no qual as redes de inovação agroecológica emergem como expressões de resistência ao modelo hegemônico referenciado no paradigma técnico-científico da Revolução Verde (SILVEIRA et al, 2010, p. 18).

Com o decorrer do tempo, foi se consolidando uma rede importante de organizações, como o Polo Sindical da Borborema, a AS-PTA, a ASA (Articulação do Semiárido), o MST, dentre outras, dos mais variados segmentos (formação, organização, trocas de experiência etc.) que dão suporte ao crescimento das práticas agroecológicas nessa área. Essas entidades locais e regionais formam uma importante base de interlocução e mantêm um reconhecido dinamismo¹⁶³ ao movimento agroecológico local.

Há várias organizações que dão apoio à agroecologia no *lócus* da pesquisa, dentre as mais importantes estão:

- Polo Sindical da Borborema: é formado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos. Dentre estes está a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, sindicato que é bastante atuante no desenvolvimento de novas formas de produção no campo agroecológico e na luta pelas políticas públicas que visam assegurar mais mercados e mais recursos para esta atividade.

¹⁶³ Apesar do reconhecido dinamismo aferido, a pesquisa não encontrou dados quantitativos com relação ao número de estabelecimentos, quantidade produzida ou geração de renda acerca da produção agroecológica local.

Figura 21 – Marcha das Mulheres pela agroecologia em 2015



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Figura 22 – Marcha da Juventude Camponesa do Polo da Borborema 2019



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 23 – Banco de Sementes da Paixão em Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 24 – Aspectos da Feira Agroecológica de Esperança



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

- AS-PTA: é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Há experiência acumulada pela entidade na contribuição do enfoque agroecológico. Ela participa e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Atua também construindo espaços de aprendizado coletivo articulados com organizações e movimentos da sociedade para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas.

Figura 25 – Produtos da agricultura camponesa sendo vendidos na feira agroecológica apoiada pela AS-PTA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia: promove a articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional.
- ASA- Articulação do Semiárido: caracteriza-se por ser uma organização formada por diversas entidades da sociedade civil que atuam no desenvolvimento de políticas de convivência com a seca na região semiárida. Uma dessas políticas é o Programa Um

Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), que vem desenvolvendo movimentos de articulação e convivência sustentável com o semiárido na forma de construção de cisternas, bem como promovendo a mobilização, o engajamento e a capacitação das famílias.

- O MST através do Centro de Formação Elizabeth e Joao Pedro Teixeira, localizado no município de Lagoa Seca-PB, fornece um espaço para formação sobre Reforma Agrária e Agroecologia. A estrutura conta com dormitórios, salas de aula e um sítio para produção experimental.

Figura 26 – Lançamento do livro sobre Elisabeth Teixeira em 2017 no Centro de Formação do MST em Lagoa Seca



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

- Igreja Católica, através da CPT – (Comissão Pastoral da Terra) – A entidade formada em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem tido importante papel no apoio à agroecologia e tem sido voz importante na integração do Polo sindical da Borborema, estendem sua ação através da Cáritas do Brasil e da PJR (Pastoral da Juventude Rural).
- MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) organizado em todas as regiões do país tem importante atuação na resistência contra a exploração capitalista. Tendo como bandeira de luta a saúde de qualidade, a construção de novas relações sociais e de

gênero, políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e o fim de todas as formas de violência e opressão.

- UEPB – Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - Campus II – Município de Lagoa Seca: Além do curso técnico em Agropecuária, oferece desde 2008 o curso superior de Bacharelado em Agroecologia.
- Associações rurais de produtores: são entidades formadas por pequenos agricultores que se unem vislumbrando maior fortalecimento dentro do mercado, além de ampliar a variedade de produtos comercializados, buscam assistência técnica para a participação nas políticas públicas.
- Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Martiniano da Rocha, do Governo do Estado da Paraíba, localizada no município de Lagoa Seca. Iniciou, em 2019, o curso técnico de nível médio em agroecologia, integrado ao ensino médio. As disciplinas do curso de agroecologia são ministradas concomitantemente com as da base comum curricular.

Figura 27 – Alunos do Ensino médio aprendendo práticas agroecológicas



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

A agricultura camponesa nessa área, embora enfrente diversos problemas advindos da articulação com o mercado capitalista, (concentração de terra, falta de infraestrutura, falta de

tecnologia, falta de canais de comercialização etc.) permanece na produção do espaço, tendo na agroecologia, um campo aberto de caminhos e possibilidades¹⁶⁴.

No decorrer dos últimos anos, uma intensa dinâmica social de experimentação de inovações foi se disseminando por meio de um processo de aprendizagem coletiva fundado na revalorização dos conhecimentos sobre o manejo dos agroecossistemas locais que são de domínio das famílias agricultoras. Sob um olhar analítico referenciado nos princípios da Agroecologia, um movimento sistemático de leitura da realidade local foi mobilizando um amplo acervo de saberes e abrindo caminho para a busca de novos conhecimentos, atualizando estratégias inovação dirigidas à superação dos obstáculos técnicos, econômicos e sócio-organizativos vivenciados pela agricultura familiar da região (SILVEIRA et al, 2010, p. 16).

Apesar do imenso potencial ainda inexplorado, os principais frutos dessa articulação entre as diferentes organizações acima citadas têm sido o fortalecimento das práticas agroecológicas locais, o aumento e a diversificação da produção e o incentivo à formação e consolidação do circuito produtivo local integrado entre os camponeses (produção, circulação e consumo). Essas experiências têm sido registradas em diversos estudos científicos e destacado a atuação do Polo da Borborema, inclusive em âmbito nacional.

4.5 Aspectos gerais do campesinato local segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017¹⁶⁵

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 são importantes no sentido de traçar um perfil da produção agropecuária na área estudada, identificando informações importantes

¹⁶⁴ “Alguns dispositivos de ação coletiva foram acionados e/ou construídos pela atuação do Polo da Borborema, gerando efeitos que se irradiam em vários sentidos pelo território. Uma rede de 82 bancos de sementes comunitários, por exemplo, mobiliza milhares de famílias camponesas para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados, enquanto uma intensa dinâmica de mutirões para a construção de milhares de pequenas infraestruturas voltadas à captação e ao armazenamento de água vem dando lugar a uma densa malha hídrica, conferindo níveis crescentes de segurança hídrica e de produtividade aos sistemas de produção. Há também uma rede de viveiros municipais, comunitários e familiares que subsidia as práticas de recomposição do estrato arbóreo, contribuindo para restaurar a paisagem e ampliar os serviços ambientais e econômicos das árvores nos sistemas de produção. Já a circulação de 15 máquinas motoensiladeiras pelos municípios da região ao fim do ciclo chuvoso e a promoção de mutirões para estocar forragem para os rebanhos conferem maior disponibilidade de alimentos de boa qualidade para os rebanhos nos períodos secos do ano. Ocorre ainda um processo de revitalização de centenas de quintais apoiados por fundos rotativos solidários e dirigidos à diversificação e à reestruturação produtiva dos arredores das casas (pomares, hortas de plantas alimentícias e medicinais e pequenos criatórios). Além disso, a articulação de uma rede de 8 feiras agroecológicas vem gerando novas oportunidades de acesso aos mercados para a agricultura familiar da região. Com o passar do tempo, o Polo também desenvolveu um modelo próprio de gestão, organizando comissões temáticas que assumiram responsabilidades de conceber, executar e monitorar os trabalhos de experimentação, segundo recortes específicos.” (SILVEIRA et al, 2010, p. 16).

¹⁶⁵ Por convenção, o IBGE identifica com X alguns dados, “dado numérico omitido para evitar a individualização da informação” (IBGE, 2018, p. 6).

como: a) estrutura fundiária; b) estrutura das propriedades; c) perfil do produtor; d) utilização das terras; e) lavouras e criações; f) padrão tecnológico e g) pessoal ocupado.

Essa radiografia, através do Censo Agropecuário do IBGE (2017), reforça as características principais da pequena produção na área: um campesinato numeroso, produtivo e integrado ao mercado. Entretanto, carente da inserção de políticas públicas por parte do poder público.

Tabela 24 - Número e área dos estabelecimentos - 2017

Município	Grupos de área total	Nº de estabelecimentos	Hectares
Alagoa Nova (PB)	Total	1682	7177
	De 0 a menos de 10 ha	1557	3982
	De 10 a menos de 20 ha	77	938
	De 20 a menos de 50 ha	35	1003
	De 50 a menos de 100 ha	8	554
	De 100 a menos de 200 ha	5	700
	De 200 a menos de 500 ha	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-
	Produtor sem área	-	-
Esperança (PB)	Total	1697	10217
	De 0 a menos de 10 ha	1531	3986
	De 10 a menos de 20 ha	90	1148
	De 20 a menos de 50 ha	51	1596
	De 50 a menos de 100 ha	14	975
	De 100 a menos de 200 ha	5	606
	De 200 a menos de 500 ha	4	1255
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	X
	Produtor sem área	1	X
Lagoa Seca (PB)	Total	2026	6638
	De 0 a menos de 10 ha	1919	3961
	De 10 a menos de 20 ha	68	851
	De 20 a menos de 50 ha	26	768
	De 50 a menos de 100 ha	6	387
	De 100 a menos de 200 ha	1	X
	De 200 a menos de 500 ha	2	X
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-
	Produtor sem área	4	X
São Sebastião de Lagoa de Roça (PB)	Total	1376	3584
	De 0 a menos de 10 ha	1324	2596
	De 10 a menos de 20 ha	38	468
	De 20 a menos de 50 ha	13	X
	De 50 a menos de 100 ha	-	-
	De 100 a menos de 200 ha	-	-

De 200 a menos de 500 ha	1	X
De 500 a menos de 1.000 ha	-	-
Produtor sem área	-	-

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à estrutura fundiária, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017) há um predomínio dos pequenos estabelecimentos, ou seja, dos 6781 estabelecimentos agrícolas encontrados, 6331 tem menos de 10 hectares, o que corresponde a 93,4%. De 10 hectares à menores que 100 hectares, somam 6,3% e os com 100 hectares ou mais somam apenas 0,3% do total¹⁶⁶.

Entretanto, esse número expressivo de estabelecimentos não se reflete na área que esses mesmos ocupam, pois, ainda que em uma escala menor, a propriedade se mostra relativamente concentrada, uma vez que dos 27.616 hectares totais, apenas 7.968 se encontram nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, ou seja, 93,4% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares tem apenas 28,9% da área total.

O aumento dos minifúndios nessa estrutura é possibilitado pelo fatiamento progressivo da terra devido, principalmente, à divisão por herança. Enquanto a outra parte da terra é concentrada nas mãos de uma parte pequena da população de alta renda.

Tabela 25 - Direção dos estabelecimentos - 2017

Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. Lagoa de Roça	Total
Total	1682	1697	2026	1376	6781
Proprietário	1629	1041	1710	1090	5470
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	2	67	-	-	69
Arrendatário	-	12	16	50	78
Parceiro	5	104	58	114	281
Comandatário	36	467	230	110	843
Ocupante	10	5	8	12	35
Produtor sem área	-	1	4	-	5

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à estrutura geral dos estabelecimentos, sobressaem os que possuem proprietários individuais 80,7%, contra 12,4% de comandatários, 4,1% de parceiros, 1,2% de arrendatários, 1% de Concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva, 0,5% de ocupantes e 0,1% de produtores sem área.

¹⁶⁶ As somas de alguns resultados não correspondem a 100% por causa do número de produtores sem área.

Tabela 26 - Agricultores familiares e não familiares - 2017

Município	Total de estabelecimentos	Agricultura familiar - sim	%	Agricultura familiar - Não	%
Alagoa Nova	1682	1286	76,5	396	23,5
Esperança	1697	1258	74,1	439	25,9
Lagoa Seca	2026	1332	65,7	694	34,3
S. S. de Lagoa de Roça	1376	1022	74,3	354	25,7
Total	6781	4898	72,2	1883	27,8

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Os dados do IBGE (2017) também mostram que nesse território predominam os agricultores familiares em detrimento dos não familiares, ou seja, aqueles enquadrados na lei 11.326/2006, 4.898 considerados familiares e 1.883 considerados não familiares, desse modo 72,2% contra 27,8%, respectivamente. Sendo o índice de “familiares” mais expressivo encontrado no município de Alagoa Nova e o menor encontrado no município de Lagoa Seca.

Tabela 27 - Produtores por sexo - 2017

Município	Total	Homens	%	Mulheres	%
Alagoa Nova	1682	1331	79,1	350	20,9
Esperança	1697	1099	64,8	596	35,2
Lagoa Seca	2026	1585	78,2	438	21,8
São Sebastião de Lagoa de Roça	1376	1048	76,2	323	23,8
Total	6781	5063	74,7	1707	25,3

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao sexo do produtor, nessa área, constata-se um predomínio do sexo masculino 74,7% contra 25,3% do sexo feminino. Embora esse índice, comparado a outras escalas esteja menos desequilibrado, como a nível nacional 81,3% contra 18,7% e estadual 76,9% contra 23,1%, respectivamente. Sendo o índice mais desequilibrado em Alagoa Nova e o menos desequilibrado em Esperança.

Tabela 28 - Idade dos produtores - 2017

Classe de idade/Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Menor de 25 anos	16	34	39	11	100
De 25 a menos de 35 anos	150	181	165	112	608
De 35 a menos de 45 anos	339	319	331	252	1241
De 45 a menos de 55 anos	444	412	507	360	1723
De 55 a menos de 65 anos	375	313	492	273	1453
De 65 a menos de 75 anos	219	262	310	224	1015
De 75 anos e mais	138	174	179	139	630

Não se aplica ¹⁶⁷	1	2	3	5	11
Total	1682	1697	2026	1376	6781

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Além desse desequilíbrio, constata-se também outro, 71,1% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por pessoas de 45 anos de idade ou mais, ou seja, 28,9% tem menos de 45 anos, bem perto da média nacional 70,9% contra 29,1% e estadual 70% contra 30%. Observa-se o predomínio da população masculina e também da parcela da população mais velha no campo, o que demonstra, por sua vez, o desinteresse do jovem pela atividade, e, por conseguinte, uma das dificuldades na reprodução.

Além do fato de a direção das unidades produtivas estar, sobretudo, sob responsabilidade de pessoas com mais idade, observa-se que entre os produtores predominam aqueles com pouca ou nenhuma instrução escolar.

Tabela 29 - Escolaridade dos produtores - 2017

Escolaridade/Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Nunca frequentou escola	237	183	223	182	825
Classe de alfabetização - CA	218	465	421	201	1305
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	32	132	14	29	207
Antigo primário (elementar)	489	79	728	562	1858
Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	100	29	102	48	279
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	433	650	213	224	1520
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	9	10	5	2	26
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	25	5	32	9	71
Regular de ensino médio ou 2º grau	93	112	170	92	467
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	4	11	26	4	45
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	4	2	2	2	10
Superior - graduação	37	16	68	14	135
Mestrado ou doutorado	-	1	19	2	22
Não se aplica	1	2	3	5	11
Total	1682	1697	2026	1376	6781

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

¹⁶⁷ Não há como classificar pela idade estabelecimentos que pertençam a pessoas jurídicas públicas ou privadas.

Entre os 6.871 estabelecimentos pesquisados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), apenas 2,3% das pessoas que os dirigem têm curso superior. Os demais: 12% não frequentaram a escola, 23% pararam na alfabetização, 27,4% pararam no antigo primário (o equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental), 22,8 concluíram o equivalente ao ensino fundamental e 7,7% concluíram o equivalente ao ensino médio. Essa situação indica o baixo nível de escolaridade dos produtores que dirigem as unidades produtivas.

O baixo nível de escolaridade pode ser explicado pelo início precoce da entrada no mundo do trabalho no campo, tendo em vista que a maior parte dessa população começou a trabalhar com pouca idade, e a maior parte dos estabelecimentos pesquisados são dirigidos por pessoas com mais de 45 anos, como já mencionado. Além disso, faltam políticas públicas que fomentem a educação no/do campo. A escolaridade se reflete como uma imensa barreira para a participação nas políticas públicas, tendo em vista que é preciso o agricultor se submeter a uma intensa burocracia. Nesse caso, o baixo nível de escolaridade se reflete na dificuldade de leitura e escrita, quando não no chamado analfabetismo funcional.

Tabela 30 – Cor ou raça do produtor - 2017

Cor/Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Branca	439	532	675	271	1917
Preta	188	95	146	63	492
Amarela	9	23	3	3	38
Parda	1044	1045	1199	1034	4322
Indígena	1	-	-	-	1
Total	1681	1695	2023	1371	6770

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE (2017), 6.770 produtores que dirigem os estabelecimentos foram recenseados de acordo com a cor ou raça, predominando os pardos – 4322 (64%), seguidos dos brancos – 1917 (28,3%), pretos – 492 (7,2%), amarelos – 38 (0,6%) e apenas 1 (0,01%) indígena.

Tabela 31 - Associação à cooperativa ou entidade de classe - 2017

Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Cooperativa	2	15	26	32	75
Entidade de classe/sindicato	1105	1280	1213	892	4490
Associação/movimento de produtores	80	1026	223	491	1820

Associação de moradores	877	69	388	267	1601
Não é associado	172	194	115	98	579
Total	1682	1697	2026	1376	6781

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), apesar das dificuldades encontradas, os produtores dessa área têm um elevado índice de associação aos órgãos de classe. Dos 6781 estabelecimentos recenseados, apenas em 579 (8,5%) o produtor não é associado. Entre os que estão associados, 4490 (66,2%) são associados a entidades de classe/sindicatos, os demais se distribuem em: 1820 (26,8%) associação/movimento de produtores, 1601 (23,3%) associação de moradores e 75 (1,1%) cooperativas.

Tabela 32 - Número de estabelecimento por utilização das terras - 2017

Utilização das Terras-Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Lavouras - permanentes	1413	877	1194	595	4079
Lavouras - temporárias	1249	1633	1743	1316	5941
Lavouras - área para cultivo de flores	2	5	12	5	24
Pastagens - naturais	367	817	385	705	2274
Pastagens - plantadas em boas condições	336	78	402	68	884
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	148	307	482	107	1044
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	385	141	152	74	752
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	269	69	207	88	633
Matas ou florestas - florestas plantadas	7	1	42	1	51
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	9	20	78	9	116
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1653	1501	1953	1331	6438
Total	1682	1696	2022	1376	6776

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere à utilização das terras, predominam os estabelecimentos que se dedicam à lavoura temporária (87,7%), visto que a área pesquisada se encontra encrustada na

região do semiárido brasileiro, onde o índice de evapotranspiração é muito alto e a pluviosidade é pequena, ficando algumas lavouras restritas apenas ao período chuvoso, que geralmente vai de março a junho, predominam aqui os pequenos roçados e hortas. Também ocorre a utilização de lavouras permanentes (60,2%), boa parte dos estabelecimentos tem simultaneamente lavouras temporárias e permanentes, o que garante a subsistência familiar a partir da diversificação da produção.

Ainda é considerado o número de estabelecimentos com pastagens naturais (33,6%), pastagens plantadas (28,5%), dos quais (54,1%) estão em más condições e (45,9%) em boas condições, além dos que possuem a floricultura (0,4%). O número de estabelecimentos com matas e florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal corresponde à (11,1%), com sistemas agroflorestais (1,7%) e com matas ou florestas plantadas (0,9%).

Também é significativo observar a quantidade de estabelecimentos que contém lâminas d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis (95%), sobretudo pelo grande número de pequenas barragens, barreiros, açudes, cacimbas, tanques etc., indispensáveis ao armazenamento da água para a produção no local.

Tabela 33 - Área dos estabelecimentos por utilização das terras - 2017

Área de utilização das terras – Municípios.	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Lavouras - permanentes	2327	381	887	258	3853
Lavouras - temporárias	1093	2611	1580	1719	7003
Lavouras - área para cultivo de flores	X	X	5	X	5
Pastagens - naturais	944	4095	600	912	6551
Pastagens - plantadas em boas condições	797	172	678	78	1725
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	178	1353	1234	70	2835
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	609	763	298	58	1728
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	298	118	244	136	796
Matas ou florestas - florestas plantadas	X	X	29	X	29
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	10	230	129	11	380

Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	911	493	954	343	2701
Total	7177	10217	6638	3586	27618

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere à área de utilização das terras, permanece a mesma tendência com poucas alterações com relação ao número. Predominam os estabelecimentos que se dedicam à lavoura temporária (25,4%), contra (23,7%) das pastagens naturais, (16,5%) das pastagens plantadas, sendo desse percentual (62,2%) em más condições e (37,8%) em boas condições, (14%) das lavouras permanentes, (0,02%) da floricultura. O que demonstra o alto índice de aproveitamento da terra nesse território.

Ainda é considerada a área dos estabelecimentos com matas e florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal correspondendo a (2,9%), com sistemas agroflorestais (1,4%) e com matas ou florestas plantadas (0,1%). A área com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis correspondem a (9,8%).

Tabela 34 - Número de estabelecimentos por grupos da atividade econômica - 2017

Grupos de atividade econômica/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Produção de lavouras temporárias	284	763	513	571	2131
Horticultura e floricultura	109	46	368	203	726
Produção de lavouras permanentes	715	52	176	59	1002
Produção de sementes e mudas certificadas	1	-	5	-	6
Pecuária e criação de outros animais	487	781	935	441	2644
Produção florestal - florestas plantadas	6	-	4	1	11
Produção florestal - florestas nativas	80	55	25	101	261
Total	1682	1697	2026	1376	6781

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere à principal atividade econômica desenvolvida em cada estabelecimento agropecuário, o Censo Demográfico do IBGE (2017) explicita que há predomínio da pecuária e criação de outros animais 2644 (39%), lavouras temporárias 2131 (31,4%), lavouras permanentes 1002 (14,8%), horticultura e floricultura 726 (10,7%), as outras atividades somaram 278 (4,1%).

Tabela 35 - Lavouras permanentes – Número de estabelecimentos - 2017

Lavouras permanentes - Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abacate	9	-	-	-	9
Acerola	3	1	10	2	16
Banana	693	12	140	9	854
Caju (castanha)	32	4	20	2	58
Caju (fruto)	57	12	24	7	100
Coco-da-baía	1	1	1	1	4
Fruta-de-conde	-	1	-	-	1
Goiaba	-	-	2	1	3
Graviola	-	2	1	1	4
Jabuticaba	18	5	16	3	42
Jaca	8	-	-	-	8
Laranja	118	43	107	66	334
Lima	-	1	-	-	1
Limão	141	59	22	11	233
Manga	13	2	6	1	22
Mamão	2	-	-	-	2
Maracujá	3	1	12	3	19
Pitanga	-	-	1	-	1
Tangerina, bergamota, mexerica	400	18	208	7	633
Urucum (semente)	3	-	-	-	3
Outros produtos	-	-	2	2	4
Total	1501	162	572	116	2351

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Dentre as lavouras permanentes, cinco produtos se destacam com relação ao número de estabelecimentos. Os produtos mais cultivados são: a banana em 854 (36,2%) das unidades produtivas, a tangerina, bergamota, mexerica em 633 (26,9%), a laranja em 334 (14,2%), o limão em 233 (9,9%) e o caju fruto em 100 (4,3%).

Tabela 36 - Lavouras permanentes – Quantidade produzida - 2017

Lavouras permanentes - Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abacate (Toneladas)	24	-	-	-	24
Acerola (Toneladas)	1	X	25	X	26
Banana (Toneladas)	4305	11	397	24	4737
Caju (castanha) (Toneladas)	6	3	5	X	14
Caju (fruto) (Toneladas)	45	0	0	1	46
Coco-da-baía (Mil frutos)	X	X	X	X	
Fruta-de-conde (Toneladas)	-	X	-	-	
Goiaba (Toneladas)	-	-	X	X	

Graviola (Mil frutos)	-	X	X	X	
Jabuticaba (Toneladas)	44	3	82	12	141
Jaca (Mil frutos)	10	-	-	-	10
Laranja (Toneladas)	356	161	225	321	1063
Lima (Toneladas)	-	X	-	-	
Limão (Toneladas)	276	133	18	17	444
Manga (Toneladas)	26	X	7	X	33
Mamão (Toneladas)	X	-	-	-	
Maracujá (Toneladas)	3	X	16	3	22
Pitanga (Toneladas)	-	-	X	-	
Tangerina, bergamota, mexerica (Toneladas)	2023	147	1170	64	3404
Urucum (semente) (Toneladas)	0	-	-	-	0
Outros produtos (Toneladas)	-	-	X	X	
Total (não se aplica)	7122	472	1948	450	9992

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à quantidade produzida, no ano de 2017 foram produzidas 9.992 toneladas de produtos, relacionados principalmente à fruticultura. Os produtos com maior representatividade continuam os mesmos, com exceção do caju que é substituído pela jabuticaba, os mais produzidos são: a banana 4.737 toneladas (47,4%), a tangerina, bergamota, mexerica 3.404 (34,1%), a laranja 1.063 (10,6%), o limão 444 (4,4%) e a jabuticaba 141 (1,4%).

Tabela 37 – Lavouras permanentes – Valor da produção em mil reais - 2017

Lavouras permanentes - Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abacate	11	-	-	-	11
Acerola	1	X	16	X	17
Banana	10246	8	462	22	10738
Caju (castanha)	16	8	11	X	35
Caju (fruto)	39	0	0	3	42
Coco-da-baía	X	X	X	X	
Fruta-de-conde	-	X	-	-	
Goiaba	-	-	X	X	
Graviola	-	X	X	X	
Jabuticaba	34	2	52	6	94
2Jaca	10	-	-	-	10
Laranja	198	73	132	187	590
Lima	-	X	-	-	
Limão	257	114	19	23	413
Manga	11	X	6	X	17
Mamão	X	-	-	-	
Maracujá	7	X	25	7	39

Pitanga	-	-	X	-	
Tangerina, bergamota, mexerica	1241	88	640	24	1993
Outros produtos	-	-	X	X	
Total	12071	300	1367	282	14020

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao valor da produção das lavouras permanentes nessa área, no ano de 2017 foram produzidos o equivalente a mais de 14 milhões de reais, relacionados principalmente à fruticultura. O produto com maior representatividade foi a banana 10,7 milhões de reais (76,6%) do valor produzido, seguido de: tangerina, bergamota, mexerica, com quase 2 milhões de reais (14,2%), laranja 590 mil reais (4,2%), limão 413 mil reais (2,9%) e jabuticaba 94 mil reais (0,7%).

Tabela 38 - Lavouras temporárias – Quantidade de estabelecimentos - 2017

Lavoura temporária/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abacaxi	-	-	2	-	2
Abóbora, moranga, jerimum	349	252	577	260	1438
Algodão herbáceo	-	3	-	1	4
Amendoim em casca	-	2	-	-	2
Batata-inglesa	4	7	12	-	23
Cana-de-açúcar	43	2	2	1	48
Cebola	-	2	1	-	3
Fava em grão	807	756	736	919	3218
Feijão preto em grão	89	241	244	202	776
Feijão de cor em grão	326	1265	758	559	2908
Feijão fradinho em grão	748	890	926	698	3262
Feijão verde	128	88	268	313	797
Girassol (semente)	-	1	-	-	1
Mandioca (aipim, macaxeira)	193	86	522	257	1058
Melancia	2	3	5	-	10
Melão	-	1	-	-	1
Milho em grão	693	1197	1024	616	3530
Sorgo em grão	-	2	-	-	2
Tomate rasteiro (industrial)	-	-	1	1	2
Forrageiras para corte	-	127	36	63	226
Milho forrageiro	1	27	32	26	86
Palma forrageira	12	164	42	53	271
Sorgo forrageiro	-	-	2	-	2
Outros produtos	3	3	2	4	12
Sementes de feijão (produzidas para plantio)	1	-	-	-	1

Sementes de milho (produzidas para plantio)	1	-	-	-	1
Total	3400	5119	5192	3973	17684

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Entre as lavouras temporárias, em termos de número de estabelecimentos agropecuários, registrou-se o milho em grão, presente em 3.530 estabelecimentos (52,1%), seguido por feijão fradinho 3.262 (48,1%), fava 3218 (47,5%), feijão de cor em grão 2.908 (42,9%), abóbora, moranga, jerimum 1.438 (21,2%), mandioca 1.058 (15,6%), feijão verde 797 (11,8%), feijão preto (11,4%), palma forrageira 271 (4%), forrageiras para corte 226 (3,3%), milho forrageiro 86 (1,3%) e a cana-de-açúcar 48 (0,7). Pelo perfil das compras realizadas são os produtos das lavouras temporárias os que mais interessam aos programas de aquisição de alimentos.

Tabela 39 - Lavouras temporárias – Quantidade produzida - 2017

Lavoura temporária/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Abacaxi (Mil frutos)	-	-	X	-	
Abóbora, moranga, jerimum (Toneladas)	88	30	278	128	524
Algodão herbáceo (Toneladas)	-	0	-	X	0
Amendoim em casca (Toneladas)	-	X	-	-	
Batata-inglesa (Toneladas)	13	3	13	-	29
Cana-de-açúcar (Toneladas)	12739	X	X	X	12739
Cebola (Toneladas)	-	X	X	-	
Fava em grão (Toneladas)	89	56	62	100	307
Feijão preto em grão (Toneladas)	4	47	41	26	118
Feijão de cor em grão (Toneladas)	15	431	85	101	632
Feijão fradinho em grão (Toneladas)	52	137	153	84	426
Feijão verde (Toneladas)	11	12	55	56	134
Girassol (semente) (Toneladas)	-	X	-	-	
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	89	68	541	167	865
Melancia (Toneladas)	X	1	1	-	2
Melão (Toneladas)	-	X	-	-	
Milho em grão (Toneladas)	104	251	241	201	797
Sorgo em grão (Toneladas)	-	X	-	-	
Tomate rasteiro (industrial) (Toneladas)	-	-	X	X	
Forrageiras para corte (Toneladas)	-	1704	276	489	2469
Milho forrageiro (Toneladas)	X	185	98	7	290
Palma forrageira (Toneladas)	97	3180	154	38	3469
Sorgo forrageiro (Toneladas)	-	-	X	-	
Outros produtos (Toneladas)	2	2	X	X	4

Sementes de feijão (produzidas para plantio) (Toneladas)	X	-	-	-	
Sementes de milho (produzidas para plantio) (Toneladas)	X	-	-	-	
Total (não se aplica)	13305	6112	2008	1407	22832

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à quantidade produzida a partir das lavouras temporárias, segundo os dados do IBGE de (2017) foram produzidas 22.832 toneladas de produtos. Temos em primeiro lugar a cana-de-açúcar, que serve principalmente aos engenhos do município de Alagoa Nova, sobretudo para atender à produção de cachaça e rapadura, com 12.739 toneladas, o que representa 55,8% da produção total, depois a palma forrageira 3469 toneladas (15,2%), forrageiras para corte 2469 toneladas (10,8%), mandioca 865 toneladas (3,8%), milho em grão 797 toneladas (3,5%), feijão de cor em grão 632 toneladas (2,8%), abóbora, moranga, jerimum 524 toneladas (2,3%), feijão fradinho 423 toneladas (1,9%), fava 307 toneladas (1,3%), milho forrageiro 290 toneladas (1,3%), feijão verde 134 toneladas (0,6%) e feijão verde 118 toneladas (0,5%).

Tabela 40 - Lavouras temporárias – Valor da produção em mil reais - 2017

	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abacaxi	-	-	X	-	
Abóbora, moranga, jerimum	104	36	331	143	614
Algodão herbáceo	-	0	-	X	0
Amendoim em casca	-	X	-	-	
Batata-inglesa	12	5	17	-	34
Cana-de-açúcar	3075	X	X	X	3075
Cebola	-	X	X	-	
Fava em grão	151	107	93	206	557
Feijão preto em grão	7	88	69	47	211
Feijão de cor em grão	24	800	162	186	1172
Feijão fradinho em grão	96	266	280	162	804
Feijão verde	15	21	93	111	240
Girassol (semente)	-	X	-	-	
Mandioca (aipim, macaxeira)	92	71	503	183	849
Melancia	X	1	2	-	3
Melão	-	X	-	-	
Milho em grão	117	264	285	227	893
Sorgo em grão	-	X	-	-	
Tomate rasteiro (industrial)	-	-	X	X	
Forrageiras para corte	-	174	30	54	258
Milho forrageiro	X	11	8	1	20

Palma forrageira	12	567	20	4	603
Sorgo forrageiro	-	-	X	-	
Outros produtos	1	3	X	X	4
Sementes de feijão (produzidas para plantio)	X	-	-	-	
Sementes de milho (produzidas para plantio)	X	-	-	-	
Total	3708	2418	1907	1332	9365

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), com relação ao valor da produção das lavouras temporárias, observa-se que a quantidade produzida equivale a mais de 9 milhões de reais, dos quais os produtos mais rentáveis foram: a cana de açúcar com pouco mais de 3 milhões de reais, o equivale a (32,8%) do valor produzido, o feijão de cor um pouco mais de 1 milhão, equivalendo a (12,5%), o milho em grão 893 mil reais (9,5%), a mandioca 849 (9,1%), o feijão fradinho 804 mil reais (8,6%), abobora, moranga, jerimum 814 mil reais (6,6%), palma forrageira 603 mil reais (6,4%), fava 557 mil reais (5,9%), forrageiras para corte 258 mil reais (2,8%), feijão verde 240 mil reais (2,6%), feijão preto 211 mil reais (2,3%) e milho forrageiro 20 mil reais (0,2%).

Tabela 41 – Horticultura – Quantidade de estabelecimentos - 2017

Horticultura/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abobrinha	6	2	34	9	51
Acelga	1	-	9	1	11
Agrião	1	-	9	-	10
Aipo	2	-	7	-	9
Alecrim	2	-	6	-	8
Alface	20	9	167	32	228
Alho-poró	2	-	15	-	17
Almeirão	1	-	5	-	6
Batata-doce	125	60	392	356	933
Berinjela	5	1	32	1	39
Bertalha	-	-	1	-	1
Beterraba	2	3	9	-	14
Brócolis	1	-	14	-	15
Cará	-	-	1	-	1
Cebolinha	18	8	111	33	170
Cenoura	6	3	10	-	19
Chicória	1	-	4	-	5
Chuchu	1	-	6	-	7
Coentro	30	9	202	58	299
Couve	26	5	111	15	157

Couve-flor	2	1	16	-	19
Erva-doce	1	51	1	-	53
Ervilha (vagem)	-	-	1	-	1
Espinafre	5	2	27	2	36
Hortelã	3	-	22	-	25
Inhame	-	-	1	-	1
Jiló	3	-	26	3	32
Manjerição	2	-	13	-	15
Maxixe	2	3	27	2	34
Milho verde (espiga)	184	38	526	144	892
Mostarda (semente)	1	-	-	-	1
Nabo	1	-	9	-	10
Pepino	-	-	30	-	30
Pimenta	1	-	8	-	9
Pimentão	5	5	43	18	71
Quiabo	3	2	16	4	25
Rabanete	2	-	11	-	13
Repolho	1	-	6	2	9
Rúcula	4	1	23	2	30
Salsa	5	1	23	2	31
Tomate (estaqueado)	2	4	8	3	17
Vagem (feijão vagem)	1	-	24	-	25
Outros produtos	1	-	1	-	2
Total	479	208	2007	687	3381

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

A presença da horticultura nesse território também é bastante expressiva, no que se refere à quantidade de estabelecimentos, à quantidade produzida e ao valor da produção. Sublinha-se, também, a variedade da sua produção, dos 60 produtos pesquisados na horticultura, essa área registrou 43 tipos diferentes de hortaliças. Dos 3381 estabelecimentos, destacam-se: a batata doce em 933, o que corresponde a (27,6%), o milho verde espiga em 892 (26,4%), o coentro 299 (8,8%), a alface 228 (6,7%), a cebolinha 170 (5%), a couve 157 (4,6%). O município de Lagoa Seca foi o que mais se destacou na diversidade de produtos.

Tabela 42 - Horticultura– Quantidade produzida - 2017

Horticultura/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abobrinha (Toneladas)	17	X	130	8	155
Acelga (Toneladas)	X	-	9	X	9
Agrião (Toneladas)	X	-	2	-	2
Aipo (Toneladas)	X	-	2	-	2
Alecrim (Toneladas)	X	-	10	-	10
Alface (Toneladas)	806	11	2043	176	3036

Alho-poró (Toneladas)	X	-	6	-	6
Almeirão (Toneladas)	X	-	0	-	0
Batata-doce (Toneladas)	211	112	802	711	1836
Berinjela (Toneladas)	44	X	145	X	189
Bertalha (Toneladas)	-	-	X	-	
Beterraba (Toneladas)	X	3	5	-	8
Brócolis (Toneladas)	X	-	13	-	13
Cará (Toneladas)	-	-	X	-	
Cebolinha (Toneladas)	124	2	366	125	617
Cenoura (Toneladas)	2	3	8	-	13
Chicória (Toneladas)	X	-	1	-	1
Chuchu (Toneladas)	X	-	11	-	11
Coentro (Toneladas)	959	7	1375	442	2783
Couve (Toneladas)	192	2	342	256	792
Couve-flor (Toneladas)	X	X	16	-	16
Erva-doce (Toneladas)	X	11	X	-	11
Ervilha (vagem) (Toneladas)	-	-	X	-	
Espinafre (Toneladas)	2	X	22	X	24
Hortelã (Toneladas)	0	-	22	-	22
Inhame (Toneladas)	-	-	X	-	
Jiló (Toneladas)	17	-	122	28	167
Manjerição (Toneladas)	X	-	14	-	14
Maxixe (Toneladas)	X	1	97	X	98
Milho verde (espiga) (Toneladas)	184	11	356	250	801
Mostarda (semente) (Toneladas)	X	-	-	-	
Nabo (Toneladas)	X	-	3	-	3
Pepino (Toneladas)	-	-	94	-	94
Pimenta (Toneladas)	X	-	0	-	0
Pimentão (Toneladas)	18	12	255	80	365
Quiabo (Toneladas)	2	X	8	0	10
Rabanete (Toneladas)	X	-	4	-	4
Repolho (Toneladas)	X	-	3	X	3
Rúcula (Toneladas)	0	X	30	X	30
Salsa (Toneladas)	1	X	54	X	55
Tomate (estaqueado) (Toneladas)	X	1	100	6	107
Vagem (feijão vagem) (Toneladas)	X	-	17	-	17
Outros produtos (Toneladas)	X	-	X	-	
Total (não se aplica)	2635	200	6489	2289	11613

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), a horticultura nesse território estudado produziu o equivalente 11.613 toneladas de produtos. Diversos itens ultrapassaram as 100

toneladas, o mais representativo foi a alface com 3.036 toneladas, o equivalente a (26,1%), seguido de: coentro 2.783 toneladas (24%), batata doce 1.836 toneladas (15,8%), milho verde espiga 801 toneladas (6,9%), couve 792 toneladas (6,8%), cebolinha 617 toneladas (5,3%), pimentão 365 toneladas (3,1%), berinjela 189 toneladas (1,6%), jiló 167 toneladas (1,4%), abobrinha 155 toneladas (1,3%) e tomate 107 (0,9%).

Tabela 43 - Horticultura – Valor em mil reais - 2017

Horticultura/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Abobrinha	17	X	83	6	106
Acelga	X	-	36	X	36
Agrião	X	-	9	-	9
Aipo	X	-	8	-	8
Alecrim	X	-	60	-	60
Alface	2823	30	2293	289	5435
Alho-poró	X	-	23	-	23
Almeirão	X	-	1	-	1
Batata-doce	210	83	646	571	1510
Berinjela	43	X	124	X	167
Bertalha	-	-	X	-	
Beterraba	X	4	11	-	15
Brócolis	X	-	47	-	47
Cará	-	-	X	-	
Cebolinha	162	12	894	163	1231
Cenoura	3	4	12	-	19
Chicória	X	-	2	-	2
Chuchu	X	-	10	-	10
Coentro	3324	27	2534	656	6541
Couve	100	5	541	174	820
Couve-flor	X	X	51	-	51
Erva-doce	X	206	X	-	206
Ervilha (vagem)	-	-	X	-	
Espinafre	3	X	55	X	58
Hortelã	2	-	61	-	63
Inhame	-	-	X	-	
Jiló	27	-	118	28	173
Manjerição	X	-	35	-	35
Maxixe	X	1	101	X	102
Milho verde (espiga)	156	17	276	220	669
Mostarda (semente)	X	-	-	-	
Nabo	X	-	6	-	6
Pepino	-	-	76	-	76
Pimenta	X	-	2	-	2

Pimentão	19	14	300	84	417
Quiabo	4	X	13	1	18
Rabanete	X	-	9	-	9
Repolho	X	-	8	X	8
Rúcula	1	X	75	X	76
Salsa	4	X	55	X	59
Tomate (estaqueado)	X	3	160	7	170
Vagem (feijão vagem)	X	-	34	-	34
Outros produtos	X	-	X	-	
Total	7117	431	8772	2390	18710

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao valor da produção da horticultura, os dados do IBGE (2017) mostram que o valor da produção em 2017 ultrapassou os 18 milhões de reais contra 14 milhões da lavoura permanente e 9 milhões da lavoura temporária, o que denota a importância dessa produção para o incremento da renda local. Os produtos que interferiram significativamente neste valor foram: coentro 6,5 milhões de reais, o que equivale a (34,9%), alface com 5,4 milhões (29%), batata doce 1,5 milhões (8,1%), cebolinha 1,2 milhões (6,6%), couve 820 mil (4,4%), milho verde 669 mil (3,6%), pimentão 417 mil (2,2%), erva doce 206 mil (0,9%), jiló 173 mil (0,9%), tomate 170 mil (0,9%), abobrinha 106 mil (0,6%) e maxixe 102 mil (0,5%).

Tabela 44 - Estabelecimentos com floricultura - 2017

Floricultura/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Flores e folhagens para corte	-	-	7	2	9
Plantas ornamentais em vaso	-	1	3	-	4
Mudas de plantas ornamentais	-	2	3	-	5
Plantas, flores, folhagens medicinais	-	1	-	-	1
Mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)	3	3	-	1	7
Total	3	7	13	3	26

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) na área há 26 estabelecimentos que praticam a floricultura, destes, 9 (34,6%) são para flores e folhagens para corte, 7 (26,9%) são produções de mudas e outras formas de propagação, 5 (19,2%) são mudas e plantas ornamentais, 4 (15,4%) são de plantas ornamentais em vasos e 1 (3,8%) representa as plantas, flores e folhagens medicinais.

Tabela 45 - Valor da produção da Floricultura - 2017

Floricultura/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Flores e folhagens para corte	-	-	278	X	278
Plantas ornamentais em vaso	-	X	59	-	59
Mudas de plantas ornamentais	-	X	47	-	47
Plantas, flores, folhagens medicinais	-	X	-	-	
Mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)	17	2	-	X	19
Total	17	4	384	9	414

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Além disso, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) a produção da floricultura nessa área representou um valor de 414 mil reais nesse mesmo ano. Desses, 278 mil reais (67,1%) adveio de flores e folhagens para corte, (14,5%) são de plantas ornamentais em vasos, (11,4%) são de mudas e plantas ornamentais e (4,6%) são produções de mudas e outras formas de propagação.

Tabela 46 - Extração vegetal, nº de estabelecimentos, quantidade produzida e valor da produção - 2017

Extração vegetal	Nº de estabelecimentos	Quantidade produzida	Valor da produção
Cajarana	3	X	-
Lenha	1063	582	11709
Madeira em toras outra finalidade	15	0	15
Imbú ou umbú	5	3	2
Total	1088	585	11780

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Com relação a extração vegetal, segundo os dados do Censo Agropecuário (2017), foram encontrados apenas 4 produtos que estiveram presentes em 1.088 (16%) estabelecimentos, desses, o mais presente foi a lenha em 11.709 (97,7%) estabelecimentos que tem extração vegetal. No que se refere à quantidade produzida, o total foi de 585 toneladas, no qual o produto mais representativo também é a lenha com 582 (99,5%). Já sobre o valor da produção, dos quase 12 milhões produzidos, a lenha representa 11,7 milhões de reais (99,4%).

Tabela 47 - Agroindústria rural – Número de estabelecimentos - 2017

Agroindústria Rural/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Aguardente de cana	2	-	-	-	2
Doces e geleias	1	3	-	-	4
Farinha de mandioca	5	4	15	2	26
Fubá de milho	3	-	-	-	3
Licores	2	-	-	-	2
Manteiga	-	-	1	-	1
Pães, bolos e biscoitos	2	1	-	-	3
Polpa de frutas	2	1	2	-	5
Queijo e requeijão	2	8	6	5	21
Rapadura	-	1	-	-	1
Sucos de frutas	1	-	-	-	1
Carne de bovinos(verde)	1	-	13	-	14
Carne de suínos (verde)	5	9	14	-	28
Carne de outros animais(verde)	2	3	5	-	10
Couros e peles	-	1	-	-	1
Carvão vegetal	-	1	-	-	1
Outros produtos	2	-	2	10	14
Goma ou tapioca	-	1	-	-	1
Total	30	33	58	17	138

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

A agroindústria rural, segundo os dados do Censo Agropecuário (2017), é exercida em um total de 138 (2%) estabelecimentos, ou seja, em uma parcela bem pequena dos estabelecimentos. Dentre esses a carne de porco verde é produzida em 28 (20,3%), a farinha de mandioca em 26 (18,8%), o queijo e requeijão em 21 (15,2%), a carne de boi verde em 14 (10,1%) carne verde de outros animais em 10 (7,2%), dentre outros produtos recenseados.

Tabela 48 - Agroindústria rural – Quantidade produzida - 2017

Agroindústria Rural/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Aguardente de cana (Mil litros)	X	-	-	-	
Doces e geleias (Toneladas)	X	0	-	-	0
Farinha de mandioca (Toneladas)	1	1	13	X	15
Fubá de milho (Toneladas)	0	-	-	-	0
Licores (Mil litros)	X	-	-	-	
Manteiga (Toneladas)	-	-	X	-	
Pães, bolos e biscoitos (Toneladas)	X	X	-	-	
Polpa de frutas (Toneladas)	X	X	X	-	
Queijo e requeijão (Toneladas)	X	3	2	X	5
Rapadura (Toneladas)	-	X	-	-	

Sucos de frutas (Mil litros)	X	-	-	-	
Carne de bovinos(verde) (Toneladas)	X	-	20	-	20
Carne de suínos(verde) (Toneladas)	3	2	6	-	11
Carne de outros animais(verde) (Toneladas)	X	30	10	-	40
Couros e peles (Toneladas)	-	X	-	-	
Carvão vegetal (Toneladas)	-	X	-	-	
Outros produtos (Toneladas)	X	-	X	1	1
Goma ou tapioca (Toneladas)	-	X	-	-	
Total (não se aplica)	712	48	57	4	821

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere à quantidade produzida, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), foram produzidas 821 toneladas de produtos diversos, o mais representativo foi a carne verde em mais de 70 (8,6%) estabelecimentos. Além disso, nesse quesito, o município de Alagoa Nova tem uma representação que chega a 87,8%, provavelmente pela produção artesanal de aguardente.

Tabela 49 - Agroindústria rural – Valor produzido - 2017

Agroindústria Rural	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Aguardente de cana	X	-	-	-	
Doces e geleias	X	1	-	-	1
Farinha de mandioca	3	3	37	X	43
Fubá de milho	0	-	-	-	0
Licores	X	-	-	-	
Manteiga	-	-	X	-	
Pães, bolos e biscoitos	X	X	-	-	
Polpa de frutas	X	X	X	-	
Queijo e requeijão	X	41	30	X	71
Rapadura	-	X	-	-	
Sucos de frutas	X	-	-	-	
Carne de bovinos(verde)	X	-	280	-	280
Carne de suínos(verde)	33	24	65	-	122
Carne de outros animais(verde)	X	108	155	-	263
Couros e peles	-	X	-	-	
Carvão vegetal	-	X	-	-	
Outros produtos	X	-	X	6	6
Goma ou tapioca	-	X	-	-	
Total	2671	247	588	35	3541

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere ao valor produzido, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontam que a agroindústria rural é responsável por 3,5 milhões de reais nesse território. Desse valor, ao município de Alagoa Nova correspondem 2,6 milhões (75,4%) do valor da produção, seguido por Lagoa Seca 588 mil (16,6%), Esperança 247 mil (7%) e São Sebastião de Lagoa de Roça 35 mil (1%).

Tabela 50 - Criação animal – Número de estabelecimentos - 2017

Criação animal	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Bovinos	649	766	764	593	2772
Bubalinos	4	-	1	-	5
Equinos	153	137	137	36	463
Asininos	186	47	73	28	334
Muare	162	56	27	12	257
Caprinos	88	96	107	85	376
Ovinos	154	292	299	84	829
Suínos	245	253	330	163	991
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	870	998	1060	640	3568
Codornas	11	6	13	2	32
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	64	104	99	39	306
Perus	52	127	97	35	311
Avestruzes	-	1	4	-	5
Coelhos	11	5	9	3	28
Total	1234	1302	1470	977	4983

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), a criação de rebanhos esteve presente em 4983 estabelecimentos, o que representa (73,5%) do número total. O destaque é para as aves: galinhas, galos, frangas, frangos e pintos em 3.568 (71,6%) dos estabelecimentos, seguido de outras criações como criação de: bovinos 2.772 (55,6%), suínos 991 (19,9%), ovinos 829 (16,6%), equinos 463 (9,3%), caprinos 376 (7,5%), asininos 334 (6,7%), perus 311 (6,2%), patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões 306 (6,1%), muare 257 (5,2%), dentre outros.

Tabela 51 - Criação animal – Número do efetivo por município - 2017

Criação animal	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Bovinos	4412	5601	4407	2489	16909
Bubalinos	29	-	X	-	29
Equinos	324	229	666	77	1296

Asininos	208	51	82	37	378
Muare	198	63	34	13	308
Caprinos	465	1031	744	464	2704
Ovinos	1022	2229	2607	636	6494
Suínos	1141	1198	2032	802	5173
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	77263	115056	87810	68552	348681
Codornas	198	80	3479	X	3757
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	514	757	1088	328	2687
Perus	313	796	547	213	1869
Avestruzes	-	X	X	-	X
Coelhos	55	X	202	X	257
Total	86142	127621	103723	73660	391146

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo agropecuário do IBGE (2017), no que se refere à pecuária¹⁶⁸, encontrou-se nesse território um total de 33.291 cabeças. Desse total, predominam os bovinos com 16.909 (50,8%), ovinos 4694 (19,5%), suínos 5173 (15,5%), caprinos 2704 (8,1%), equinos 1296 (3,9%), asininos 378 (1,1%), muare 308 (0,9%) e bubalinos (0,1%).

Com relação à criação de aves, foram registradas um total de 390.889 unidades. Desse número, 348.681 (89,2%) são galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, codornas 3757 (1%), patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões 2687 (0,7%), perus 1869 (0,5%), dentre outros, ainda foram recenseados 257 coelhos.

Tabela 52 - Produção de leite - 2017

Município	Total de estabelecimentos	Quantidade produzida em (mil litros)	Valor da produção em (mil reais)
Alagoa Nova	136	258	532
Esperança	268	708	1193
Lagoa Seca	243	475	931
S. S. de Lagoa de Roça	112	143	274
Total	759	1584	2930

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo agropecuário do IBGE (2017), com relação à produção de leite, identificou-se que ela é realizada em 759 (11,2%) dos estabelecimentos totais e, nesse mesmo ano, foram produzidos mais de 1,5 milhões de litros, o que equivale a quase 3 milhões de reais.

¹⁶⁸ Excluimos aqui a criação de aves.

Tabela 53 - Produção de ovos - 2017

Produção de Ovos	Quantidade produzida (mil dúzias)	Valor da produção (mil reais)
Ovos de codorna	9	23
Ovos de galinhas	2277	7263
Total	2286	7286

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

No que se refere à produção de ovos, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), foi registrada uma produção de 2.286 mil dúzias de ovos, dos quais 2.277 (99,6%) são de ovos de galinhas e 9 (0,4%) de ovos de codornas. Com relação ao valor da produção, registrou-se um total de quase 7,3 milhões de reais, sendo que desse valor (99,7%) veio dos ovos de galinhas. O destaque é para o município de Esperança que registrou uma produção de ovos de galinhas e frangas de 1.774 (77,9%) mil dúzias, o que representou 5,4 (74,4%) milhões de reais.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), observa-se que o padrão tecnológico pode ser considerado restrito tendo em vista a difusão de algumas tecnologias, como será visto a seguir:

Tabela 54 - Estabelecimentos com e sem energia elétrica - 2017

Município	Total	Tinham	Não tinham
Alagoa Nova	1682	1607	75
Esperança	1697	1551	145
Lagoa Seca	2026	1906	118
São Sebastião de Lagoa de Roça	1376	1337	39
Total	6781	6401	377

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática - Censo Agropecuário de 2017.

Conforme os dados do Censo 2017, dos 6781 estabelecimentos recenseados, 377 ainda não tinham energia elétrica, ou seja, em 5,6% dos estabelecimentos agropecuários, em pleno ano de 2017, não era possível acender uma lâmpada.

Tabela 55 - Recursos hídricos - 2017

Tipo de recurso hídrico/Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Nascentes – protegidas por matas	212	14	64	13	303
Nascentes – não protegidas por matas	338	43	194	131	706
Rios ou riachos – protegidos por matas	122	111	89	28	350
Rios ou riachos – não protegidos por matas	166	200	239	36	641

Poços e/ou cisternas – poços convencionais	783	259	663	319	2024
Poços e/ou cisternas – poços tubulares profundos jorrantes	-	-	-	3	3
Poços e/ou cisternas – poços tubulares profundos não jorrantes	119	8	360	26	513
Poços e/ou cisternas – cisternas	975	1428	1771	1227	5401
Total	1412	1503	1925	1286	9941

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), os recursos hídricos dessa área são obtidos por fontes diversas. Foram registradas 9.941 fontes e reservatórios. Desse número, 5.401 (54,3%) são cisternas, 2.024 (20,4%) são poços convencionais, 706 (7,1%) são nascentes não protegidas por matas, 641 (6,4%) são rios ou riachos não protegidos por matas, 513 (5,2%) poços tubulares profundos não jorrantes, 350 (3,5%) rios ou riachos protegidos por matas, 303 (3%) nascentes protegidas por matas e 3 (0,03%) poços tubulares profundos jorrantes.

Tabela 56 - Irrigação – Número de estabelecimentos - 2017

Tipo de irrigação	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Irrigação localizada - gotejamento	20	13	108	23	164
Irrigação localizada - microaspersão	40	10	99	48	197
Irrigação localizada - outros métodos	1	-	4	1	6
Irrigação por superfície - sulcos	1	-	-	-	1
Irrigação por superfície - outros métodos	1	1	-	-	2
Irrigação por aspersão - pivô central	1	-	-	-	1
Irrigação por aspersão - aspersão convencional	44	5	11	20	80
Outros métodos de irrigação - subsuperficial	1	-	5	-	6
Outros métodos de irrigação - molhação	41	58	200	52	351
Total	139	82	362	126	709

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Com base nos dados do último recenseamento do IBGE, apenas 709 estabelecimentos agropecuários possuem sistema de irrigação, o equivalente a 10,5% do total. Molhação é o tipo de irrigação mais utilizado, presente em 351 (43,4%) estabelecimentos, microaspersão em 197

(24,4%), gotejamento em 164 (20,3%), aspersão convencional em 80 (9,9%) e outros métodos somaram 16 (2%).

Com relação à área irrigada os quatro municípios somaram 699 hectares apenas (2,5%) do total. Nos quais destacam-se a microaspersão em 197 (28,2%) hectares, o gotejamento em 188 (26,9%), a molhação responsável por 158 (22,6%) hectares, a aspersão convencional em 109 (15,6%) hectares e as áreas irrigadas com outras técnicas que correspondem a 47 (6,7%) hectares.

Tabela 57 – Adubação - 2017

Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total	% Total	% especif.
<i>Fez adubação</i>	932	1094	1352	881	4259	62,8	100
Fez adubação - química	26	4	18	10	58	0,9	1,4
Fez adubação - orgânica	830	1076	1151	804	3861	56,9	90,6
Fez adubação - química e orgânica	76	14	183	67	340	5	8
<i>Não fez adubação</i>	750	602	672	495	2519	37,2	100
Não fez adubação - não costuma fazer adubação	647	332	465	311	1755	25,9	69,7
Não fez adubação - costuma fazer adubação	103	270	207	184	764	11,3	30,3
Total	1682	1697	2026	1376	6781	100	100

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Conforme os dados do recenseamento de 2017, 4259 estabelecimentos fizeram adubação, o que equivale a 62,8% dos estabelecimentos totais contra 2519 (37,2%) que não fizeram. Dos que fizeram adubação no ano de 2017, 3864 (90,6%) fizeram adubação orgânica, contra 340 (8%) que mesclaram adubação química e orgânica e 58 (1,4%) que fizeram apenas química.

Já com relação aos que não fizeram adubação em 2017, dos 2519 estabelecimentos, 1755 (69,7%) não fez porque não costuma fazer, e 764 (30,3%) não fizeram em 2017, mas costumam fazer, o que permite entender que o percentual potencial da adubação com relação ao total de estabelecimentos é de 93,1%.

Tabela 58 - Uso de Agrotóxicos - 2017

Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total	%
Total	1682	1697	2026	1376	6781	100
Utilizou	42	440	302	74	858	12,7
Não utilizou	1640	1256	1722	1302	5920	87,3

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao uso de agrotóxicos, observa-se no mesmo Censo que sua utilização esteve presente em 858 unidades, o que representa 12,7%. Já os outros 5920 estabelecimentos declararam o não uso em 2016, ou seja, (87,3%). A baixa utilização de agrotóxicos deve ser atribuída também ao trabalho desempenhado pelo Polo da Borborema nesses municípios. Essa articulação faz um trabalho de difusão de procedimentos agroecológicos entre os pequenos produtores rurais, como já discutido (AS-PTA, 2013).

Tabela 59 - Utilização de tratores - 2017

Municípios/	Número de estabelecimentos	Menos de 100 cv	De 100 cv e mais	Total
Alagoa Nova	11	8	4	12
Esperança	13	4	9	13
Lagoa Seca	55	47	14	61
S. S. de Lagoa de Roça	5	x	x	6
Total	84	59	27	93

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

O nível de mecanização é baixo nos estabelecimentos recenseados, há a presença de tratores em 84 (1,2%) do total de unidades recenseadas, desse número existem 93 tratores, em relação aos quais pelo menos 60 (64,5%) tem menos de 100 cavalos.

Tabela 60 - Número de estabelecimentos com transporte - 2017

Transporte/Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Caminhões	43	18	48	7	116
Utilitários	45	25	164	24	258
Automóveis	58	42	55	28	183
Motos	328	366	353	148	1195
Total	474	451	620	207	1752

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Conforme os números do Censo Agropecuário do IBGE (2017), 1752 estabelecimentos possuem meios de transportes, ou seja, apenas 25,8%. Desse número, 1195 (68,2%) possuem

motocicletas, 258 (17,7%) utilitários, 183 (10,4%) automóveis e apenas 116 (6,6%) caminhões. Esse dado é importante para entender o tamanho da dependência do atravessador para o escoamento da produção local.

Tabela 61 - Quantitativo de transportes - 2017

Transporte/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Caminhões	66	22	51	9	148
Utilitários	45	25	167	24	261
Automóveis	67	43	60	29	199
Motos	343	384	369	155	1251
Total	521	474	647	217	1859

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Ainda com relação ao transporte, mas dessa vez referente ao quantitativo, no ano de 2017, foram registrados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017) um total de 1859 veículos, dos quais, 1251 (67,3%) são motocicletas, 261 (14%) utilitários, 199 (10,7%) automóveis e apenas 148 (8%) caminhões.

O uso de meios de transporte também é pouco expressivo, particularmente o uso de caminhões e de utilitários, cuja soma representa apenas (22%), o que dificulta a possibilidade de escoar a produção sem a ajuda de um atravessador ou o pagamento de frete.

Tabela 62- Armazenamento – Número de estabelecimentos - 2017

Tipo de unidade Armazenadora/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S.S. de Lagoa de Roça	Total
Armazéns convencionais e estruturais	1	-	-	-	1
Armazéns graneleiros e granelizados	-	1	-	-	1
Silos	20	126	6	10	162
Total	21	127	6	10	164

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao número de estabelecimentos com unidade de armazenamento, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), eles são apenas 164 (2,4%) do total. Desse número, 162 (98,8%) tem silos. Além disso, foi registrado 1 (0,6) Armazém graneleiro e granelizado e 1 (0,6%) Armazém convencional e estrutural. Foram registradas 296 unidades armazenadoras, 242 (81,7%) estão em Esperança, 27 (9,1%) em Alagoa Nova, 18 (6,1%) em São Sebastião de Lagoa de Roça e 9 (3%) em Lagoa Seca.

Tabela 63 - Recebimento de Assistência técnica - 2017

Município	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Total	1682	1697	2026	1376	6781
Recebe	278	218	355	225	1076
Governo (federal, estadual ou municipal)	231	192	255	158	836
Própria ou do próprio produtor	19	19	57	2	97
Cooperativas	18	9	9	63	99
Empresas integradoras	2	-	6	2	10
Empresas privadas de planejamento	-	-	3	1	4
Organização não-governamental (ONG)	4	-	13	-	17
Sistema S	-	-	7	1	8
Outra	14	3	35	1	53
Não recebe	1404	1479	1671	1151	5705

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Conforme os números do Censo Agropecuário do IBGE (2017), com relação à assistência técnica, o número de estabelecimentos que não recebem é espantoso. São 5705, ou seja, 84,1%. Já os que recebem são 1076 (15,9%). Entre a assistência oferecida 836 (74,4%) vem do governo (federal, estadual ou municipal), 99 (8,8%) vem das cooperativas, 97 (8,6%) é própria ou do próprio produtor, 17 (1,5%) vem de ONG's, 10 (0,9%) de empresas integradoras, 8 (0,7%) vem do sistema S, 4 (0,4%) de empresas privadas de planejamento e 53 (4,7%) vem de outras fontes.

Tabela 64 - Recebimento de financiamento - 2017

Responsáveis pelo financiamento/Municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Bancos	269	306	166	139	880
Cooperativas de crédito	6	18	3	-	27
Governos	36	37	25	1	99
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	-	-	-	1	1
Organização Não-Governamental - ONG	1	1	-	-	2
Parentes ou amigos	-	2	1	-	3
Outro agente	2	3	-	-	5
Total	303	337	176	140	956

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Conforme os números do Censo Agropecuário do IBGE (2017), com relação ao financiamento dos estabelecimentos, apenas 956 unidades o obtiveram, o que corresponde a ínfimos 14,1%. Foram citadas 1017 operações. Desse total, os bancos foram os principais financiadores atuando em 880 (26,5%) casos, 99 (9,7%) casos de financiamento do governo, cooperativas de crédito 27 (2,7%) casos e 11 casos (1,1%) de outros agentes.

Tabela 65 - Proveniência dos recursos e total de estabelecimentos - 2017

Proveniência dos recursos/municípios	Alagoa Nova	Esperança	Lagoa Seca	S. S. de Lagoa de Roça	Total
Não são provenientes de programas de crédito	216	113	104	115	548
São provenientes de programas de crédito	87	224	72	25	408
São provenientes de programas de crédito - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	76	167	62	22	327
São provenientes de programas de crédito - Implantação e instalação de assentamentos (INCRA)	-	1	-	-	1
São provenientes de programas de crédito - Programa Fomento	-	-	1	-	1
São provenientes de programas de crédito - outro programa (federal, estadual ou municipal)	11	64	13	4	92
Total	303	337	176	140	956

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à proveniência dos recursos, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), 548 (57,3%), ou seja, mais da metade, não são provenientes de programas de crédito. Enquanto 408 (42,7%) se enquadram nesses programas. Em relação ao último dado, o PRONAF é o que mais se destaca com relação aos programas governamentais, 327 estabelecimentos (34,2%).

Tabela 66 - Pessoal ocupado - 2017

Pessoal Ocupado	Total	Homens	Mulheres	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Alagoa Nova	4818	3502	1316	1365	3453
Esperança	4679	2898	1781	1236	3443
Lagoa Seca	4272	3148	1124	1449	2823
S. S. de Lagoa de Roça	3760	2407	1353	951	2809
Total	17.529	11.955	5.574	5.001	12.528

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), com relação ao pessoal ocupado diretamente nos estabelecimentos agrícolas, observa-se uma intensa participação da população local nessas atividades. Foram encontradas 17.529 pessoas ocupadas, o equivalente a 20% da população total e por volta de um terço da população economicamente ativa. Desse número, 11.955 (68,2%) são homens e 5.574 são mulheres (31,8%).

Os agricultores que se enquadram na Lei 11.326/2006, que define o que são agricultores familiares pelos poderes públicos, ocupam a imensa maioria dos estabelecimentos recenseados com pessoal ocupado, eles correspondem a 12.528 (71,5%) do total, contra 5.001 (28,5%) dos que não se enquadram.

Tabela 67 – Pessoal ocupado com ou sem laço de parentesco com o produtor - 2017

Pessoal Ocupado	Total	Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor	Pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor			
			Total	Permanentes	Temporários	Parceiros
Alagoa Nova	4818	3770	1048	517	519	12
Esperança	4679	4037	642	159	428	55
Lagoa Seca	4272	3765	507	225	263	19
S.S. de Lagoa de Roça	3760	3307	453	60	376	17
Total	17529	14879	2650	961	1586	103

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática – Censo Agropecuário de 2017.

Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), o pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor reforça a característica de campesinato. Das 17.529 pessoas ocupadas no campo nessa área 14.879 (84,9%) tem laços de parentesco com o produtor contra 2650 (15,1%) sem esse laço. Desse último total, 1586 (59,8%) são trabalhadores temporários, 961(36,3%) são trabalhadores permanentes e 103 (3,9%) são parceiros.

Nesse sentido, as características gerais do campesinato nessa área impelem a sensibilidade por parte do poder público de fomento, investimento e proteção. Uma vez que essa produção se mostra potencialmente importante a nível regional. O que requalifica a sua dimensão estratégica no que diz respeito à manutenção do modo de vida, permanência das famílias no campo, segurança e soberania alimentar, alimentação saudável, geração de emprego e renda, dentre outros.

CAPÍTULO 5
A REPRODUÇÃO CAMPONESA DENTRO DO CONTEXTO
DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
AGRESTE PARAÍBANO

5.1 Caracterização da pesquisa de campo e das unidades fornecedoras

Entre os meses de janeiro e abril de 2019, a fim de qualificar a discussão e alcançar os objetivos da pesquisa, realizou-se, através de pesquisa de campo formal, um estudo que abrangeu um total de quarenta unidades familiares atendidas pelos programas PAA e/ou PNAE, nos quatro municípios da área estudada, sendo dez unidades familiares em cada município. As propriedades foram divididas em dois grupos, no primeiro, em vinte unidades familiares, foram aplicados questionários. Já no segundo, nas outras vinte unidades, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Desse modo seguiu-se o padrão de aplicação, sendo cinco questionários e cinco entrevistas em cada município. Nesse período, estas propriedades foram observadas através de gravações, anotações e fotografias (os demais critérios utilizados foram expostos na introdução desta tese).

Durante todo tempo da pesquisa, também foram realizadas diversas visitas informais junto a secretários de agricultura, responsáveis pelos projetos, chefes de departamento, representantes de conselhos, atravessadores, agricultores não beneficiários, dentre outros. Bem como, em feiras agroecológicas, feiras livres, Empasa, pequenas empresas agrícolas, escolas e creches dentro da área de estudo. O que permitiu entender de forma mais abrangente como se dá a dinâmica da comercialização e fornecimento desses produtos dentro e fora dos programas.

Para atender aos objetivos da pesquisa, deu-se prioridade ao acompanhamento dos beneficiários fornecedores do PAA e/ou PNAE que estão diretamente relacionados à temática da reprodução camponesa, cerne de nosso estudo. Embora, como já apontado, essas políticas públicas possuam também beneficiários consumidores como: escolas, creches, restaurantes populares etc.

Entre o conjunto de fornecedores do PAA, todos participaram da modalidade “Compra com Doação Simultânea”, sendo que o principal órgão consumidor foi o SESC- Mesa Brasil de Campina Grande, órgão que fornece alimentos para toda uma rede socioassistencial. Entre os que fornecem para o PNAE, os principais consumidores foram as secretarias municipais de educação de toda a região e a secretaria estadual de educação da Paraíba.

Os registros de campo foram fundamentais para entender, de forma fática, a importância e os limites da política de aquisição de alimentos junto à realidade do campesinato agrestino. Como já enfatizamos nesse estudo, a dificuldade com a comercialização dos produtos permanece como um importante entrave na reprodução do campesinato local. Tendo em vista que a perda ou a total ausência de canais de comercialização se configura, sobretudo, na

dependência de atravessadores, que se nutrem economicamente da renda trabalho embutida na produção dos pequenos agricultores.

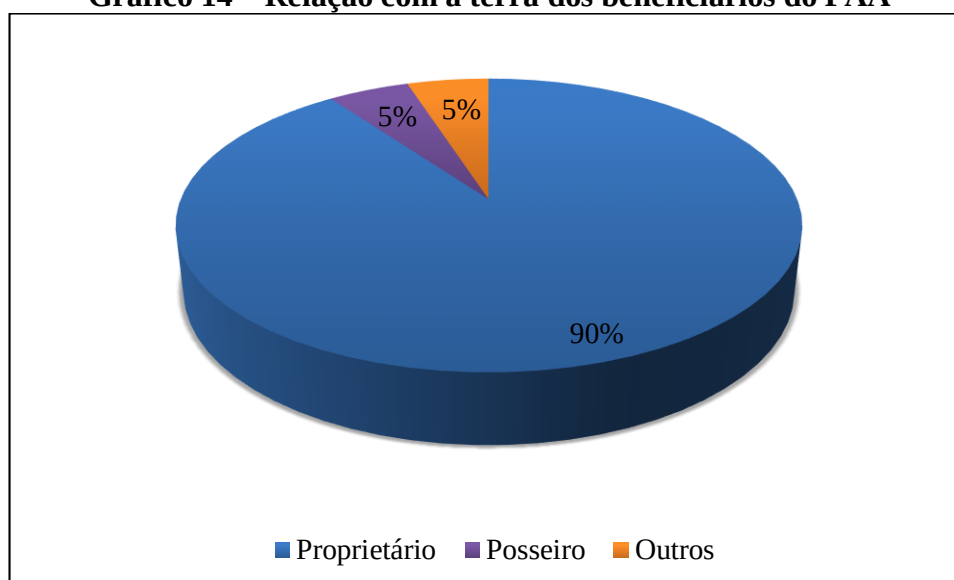
Ainda no início século XXI, permanecem em algumas regiões do Brasil realidades de alta dependência do poder público para tomadas de ações que favoreçam a reprodução camponesa. O que torna essas políticas públicas importantes no exercício de encontro do Estado com as necessidades reais, materiais e imateriais, do campesinato paraibano.

No geral, a maior parte dos resultados encontrados assemelharam-se aos aferidos nas avaliações feitas por outros autores e já expostas no terceiro capítulo. Nesse sentido, observa-se que a maior parte deles são positivos no que diz respeito à estratégia da reprodução camponesa. Entretanto, a realidade encontrada apresenta limites importantes de serem apontados, que refletem as contradições do Estado nas estruturas e no contexto analisado.

Colaboraram para identificar as unidades pesquisadas as secretarias municipais de agricultura locais e os escritórios locais da Emater-PB, que se dispuseram a indicar as pessoas que forneciam para os programas acima citados. O difícil acesso às propriedades, a insegurança com o aumento da violência rural, o cenário de cortes de políticas públicas como o Bolsa família, o desconhecimento sobre o papel do pesquisador, dentre outros, foram fatores que tiveram implicação nos limites experimentados na realização desta pesquisa.

Do total geral de entrevistados, 85% tem mais de quarenta anos de idade. Mais especificamente, 60% tem entre 40 e 50 anos. Entre os interrogados, 75% foram do sexo masculino e 25% do sexo feminino. Todas as propriedades nas quais foi realizada a aplicação dos instrumentos de pesquisa tinham menos de 10 hectares e se constituíam na diversidade do sistema policultor. Todas possuíam DAP e estavam em conformidade com a Lei 11.326/2006 que é condição para que os agricultores possam participar dessas políticas públicas.

A principal situação de relação com a terra encontrada foi a de proprietário, que correspondeu a 90% dos entrevistados, 5% posseiros, 5% outras formas. Não se encontrou nessa amostra arrendatários, parceiros, nem assentados da reforma agrária. Isso acontece, sobretudo, porque nessa área predominam, desde muito tempo, os pequenos proprietários. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017) eles correspondem a 80,7% do total.

Gráfico 14 – Relação com a terra dos beneficiários do PAA

Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Importante ressaltar que, ter o título da terra até meados de 2019 não era realidade para boa parte dos produtores locais. Entretanto, ele se faz importante para a participação nas políticas públicas de crédito, o que justificava, em parte, o baixo acesso.

Um fator interessante também é que na maioria dos casos, os mesmos agricultores que fornecem para o PAA também fornecem para o PNAE, o que facilitou a visão conjunta das duas políticas públicas. Pois, com relação ao beneficiário produtor, a repercussão dessas junto a estes sujeitos é praticamente igual, no que diz respeito aos aspectos em que elas favorecem a agricultura camponesa, mesmo tendo processos de seleção diferentes, como já reiterado.

5.2 A importância das associações, cooperativas e sindicatos

Nas propriedades pesquisadas, o papel das associações se mostrou fundamental para o conhecimento e acesso a estes programas. Os processos que envolvem o associativismo, a cooperação e a sindicalização sempre foram estratégicos para a reprodução do campesinato. Atualmente, essa participação ajuda na instrução aos pequenos agricultores, especialmente em relação às exigências para participação nas políticas públicas, através de atendimentos, palestras, panfletos, cartilhas etc.

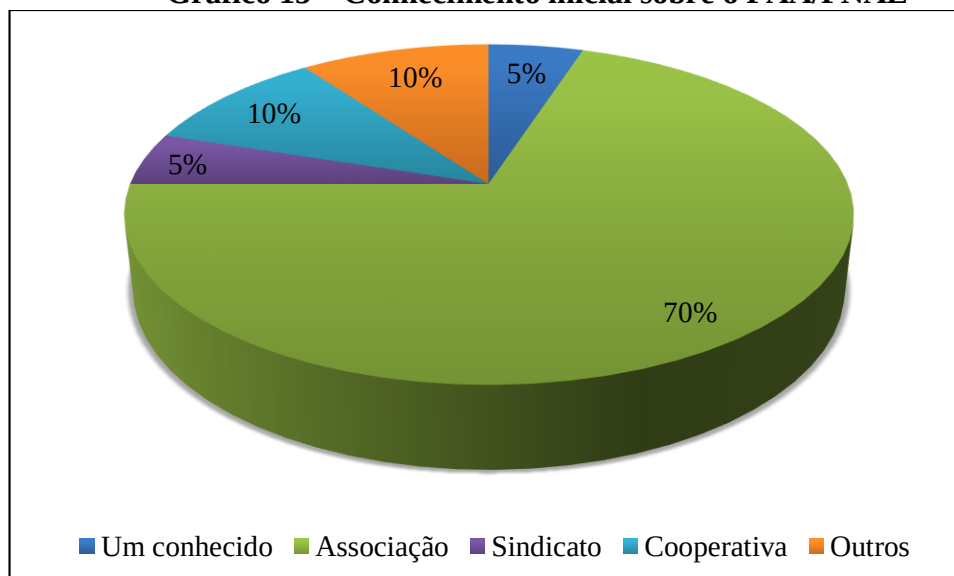
Figura 28 – Associação rural de São Tomé em Alagoa Nova



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Observa-se também que os agricultores que se encontram, por sua vez, mais afastados dessas organizações têm mais dificuldade em participar dos programas sociais. Ocorre, por conseguinte, uma via de mão dupla, na qual o associativismo e a cooperação estimulam a participação nas políticas públicas, assim como essa mesma participação reforça esses laços de colaboração.

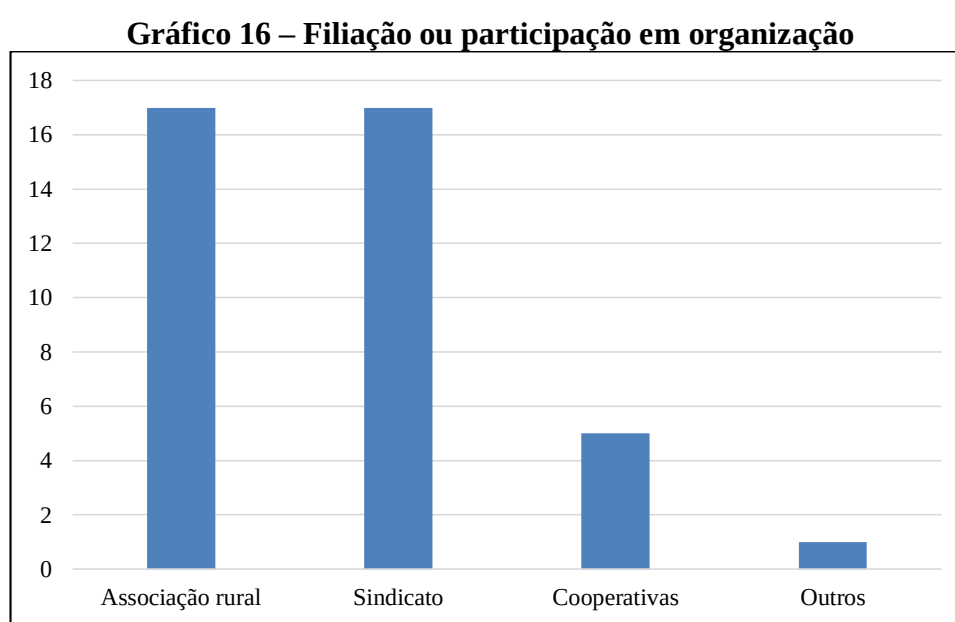
Gráfico 15 – Conhecimento inicial sobre o PAA/PNAE



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Com relação à divulgação dessas políticas públicas, 70% dos questionados disseram ter tomado conhecimento do PAA/PNAE por conta das associações rurais, 10% por meio das cooperativas, 10% por meio de outros órgãos, 5% por meio dos sindicatos e 5% através de conhecidos, as secretarias de agricultura não foram citadas. Esse número revela a importância da participação nesses espaços políticos.

Essas organizações prestam importante assessoria com relação à burocracia exigida pelos programas, tendo em vista que a maior parte desses agricultores tem nível de escolaridade reduzido e não teria como participar dessas políticas públicas sem essa assistência.



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Entre os agricultores entrevistados¹⁶⁹ 85% declarou participar de associações rurais, 85% deles eram sindicalizados, 35% participavam de alguma cooperativa e 5% participavam de outras entidades. Na área estudada, são as associações rurais as principais articuladoras do processo de participação nessas políticas públicas (destaque para a associação de Riacho Fundo e Cambucá em São Sebastião de Lagoa de Roça, Jucá do Cumbe e Retiro em Lagoa Seca e Chã da Barra e Gameleira em Alagoa Nova).

A Emater, o Polo da Borborema e a Ecoborborema da AS-PTA fazem importante articulação a nível regional. Também tem importante papel social entre os agricultores, a cooperativa Ipuaves em Lagoa Seca e Coopaf em São Sebastião de Lagoa de Roça. Como a

¹⁶⁹ Nessa questão poderia marcar mais do que um item, por isso o somatório total ultrapassa os 100%.

divulgação dessas políticas públicas ainda é muito restrita nos municípios, a participação nessas entidades se mostra relevante com relação ao acesso à informação.

Alguns conjuntos de agricultores, formalizados ou não, através da DAP jurídica participam desses programas em conjunto. O que reforça que, nessa área de pesquisa, a participação em políticas públicas tem estimulado o acesso dos agricultores à formação de novos organismos, que proporcionam melhores condições aos camponeses mais dependentes. Muitas dessas associações têm sede, armazém, transporte próprio, maquinário, além de ser ponto de encontro para reuniões, o que favorece a logística e conscientização política entre eles.

Essas associações promovem a nível local e regional a troca de experiências e saberes entre os agricultores reforçando assim os laços de solidariedade que envolvem a agricultura camponesa. Práticas como trocas de sementes, forragens, ferramentas de trabalho, diárias, maquinário etc. se tornam mais constantes nesse universo. Essa realidade contribui também para uma maior articulação entre esses sujeitos.

5.3 Principais produtos fornecidos

Outro fator importante nessas propriedades é que a variedade da demanda de atendimento em creches, escolas, restaurantes comunitários, asilos para idosos etc., reforça a tendência da produção diversificada. Foram citados pelos agricultores uma série de produtos que foram fornecidos nos últimos anos para esses programas: coentro, alface, pepino, cebolinha, couve-folha, tomate, cenoura, feijão verde, manga, jaca, abacate, maxixe, quiabo, batata-doce, jerimum, macaxeira, laranja, limão, banana, galinha caipira, dentre outros.

Pro PAA era macaxeira, laranja tangerina, laranja comum, limão também. Eu gosto de botar os produtos que tem mais, entendesse? Os que tem menos vai ficando nas feira mesmo. Ai eles fazem assim, antes da gente colocar, eles ajeita um projeto tudo direitinho, ai traz uma lista de produtos, os possíveis produtos que a gente possa colocar, ai mais ou menos a gente sabe na época quais são os produtos que a gente vai ter mais. (R. C. P, 2019, agricultor entrevistado)

Era só galinha caipira, porque as outras coisas, depois de 2011 pra cá, com estiagem, a gente não tem água pra gente tá irrigando pra ter uma cultura como batata doce, milho, feijão o ano todo. Era só frango mesmo, é, água aqui dá só quando Deus manda. (L. O. L., 2019, agricultor entrevistado)

Eu botava manga, laranja, tangerina né, laranja a comum, e caju, cheguei a botar caju e limão. Olha eu não colocava a banana mesmo, eu não colocava direto, porque a banana tinha um controle de dia marcado, ai banana não espera não, por exemplo, se for tal dia pra tirar e a banana tano boa pra tirar hoje, ela não espera não, ai que o atravessador entrava mais nessa parte.

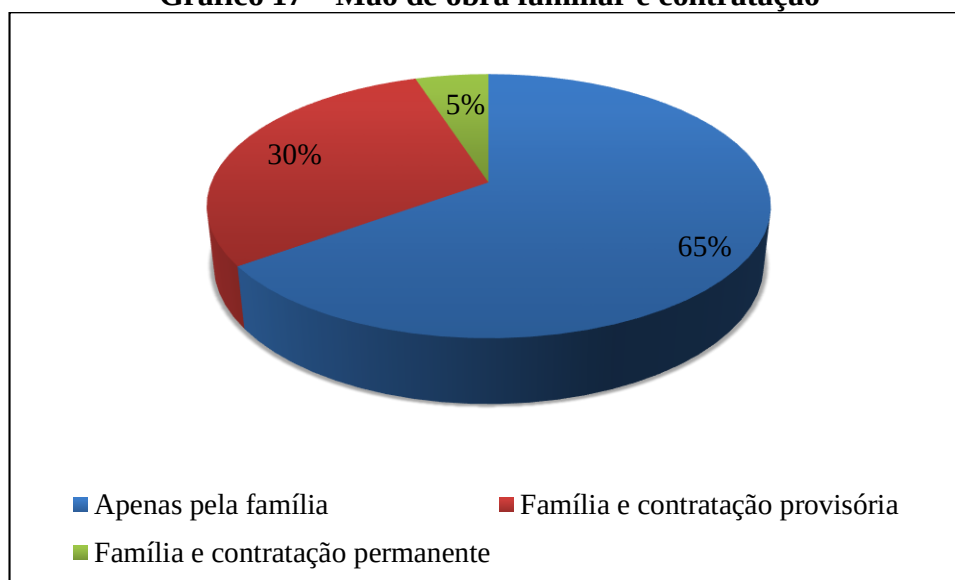
Mas, se fosse bem compulsório, toda semana bem direitinho, oxe era bom, ai pronto. (F. F. C. F, 2019, agricultor entrevistado)

A reprodução camponesa nessas propriedades passa pelo aprofundamento do sistema policultor. Primeiramente, no que diz respeito ao autoconsumo da produção, ou seja, na diversidade da parte da lavoura que abastece à família. Depois, porque esse sistema permite ao agricultor uma gama de possibilidades de acordo com a época do ano (invernos e secas), podendo intercalar culturas de diferentes ciclos produtivos, bem como criar um sistema de reservas econômicas (principalmente com as pequenas criações) para os períodos de maior dificuldade, garantindo o sustento da unidade familiar o ano inteiro. Quando esses programas demandam uma variedade de produtos em uma lista que fica a cargo do agricultor de acordo com a sua disponibilidade de fornecer, esses reforçam a policultura como uma característica da reprodução do campesinato e resguardam também a autonomia da escolha do “que plantar” e “como plantar” do camponês.

Essa conjuntura permite constatar na política de aquisição de alimentos um olhar diferenciado para o seu público-alvo, não determinando o que os agricultores irão cultivar, nem em que tempo irão plantar e colher, deixando essa responsabilidade para o agricultor beneficiado. A reprodução camponesa só é possível dentro do sistema capitalista pela capacidade de adequação que já discutimos anteriormente. Entretanto, os seus principais trunfos políticos são a posição estratégica na economia, a aptidão para o associativismo político (classe social-política) e a sua autonomia relativa em relação ao sistema hegemônico. Esta última que é preservada em parte por esses programas.

5.4 Diminuição na contratação de mão de obra

Entre as principais características encontradas na área pesquisada, está a reduzida contratação de mão de obra. Nesse sentido, na amostra pesquisada predominaram as propriedades que se utilizam apenas da mão de obra familiar, sendo 65% dos casos. As que além da mão de obra familiar fazem contratação provisória representam 30% e as que fazem contratação permanente apenas 5%. Esse dado denota que as propriedades dessa área ainda resguardam fortes traços da “campesinidade” (família-terra-trabalho). A reprodução do campesinato se forja, na maioria das vezes, de forma intergeracional, dentro do núcleo familiar. Políticas públicas, que se prestam a atender esse contingente, se convertem em estímulo para a permanência da família na terra.

Gráfico 17 – Mão de obra familiar e contratação

Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Figura 29 – Família de camponeses fornecedores do PAA/PNAE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

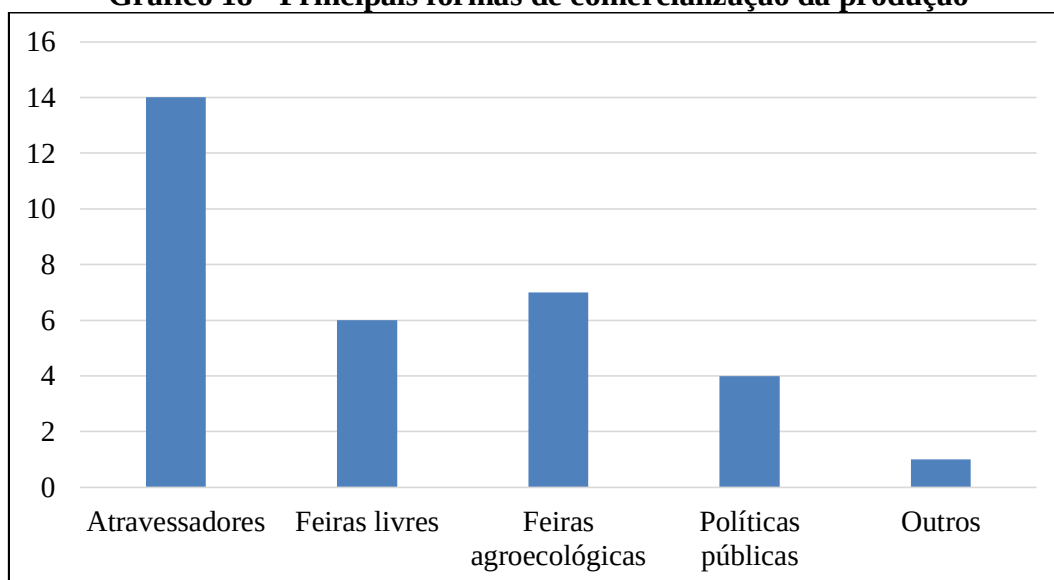
A articulação da família dentro da unidade camponesa, bem como a reduzida contratação de mão de obra se revelam importantes indicadores da reprodução social do

campesinato. Embora entenda-se que essa tenha sido precária ao longo do tempo, os programas tendem a auxiliá-la.

5.5 Diminuição da importância dos atravessadores

Como já foi tratado anteriormente, a área da pesquisa é formada por um campesinato produtivo e dinâmico. Porém, altamente dependente da ação de atravessadores que aviltam de forma demasiada os preços dos produtos. Essa realidade submete esses agricultores a baixos preços ou mesmo até à perda parcial ou completa da produção, quando não tem como e com quem comercializar. Essas políticas públicas têm oferecido um canal de comercialização alternativo aos pequenos produtores, nesse sentido aumentando as possibilidades de comércio de seus produtos.

Gráfico 18 - Principais formas de comercialização da produção



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Nas unidades produtivas, questionou-se, além da participação nas políticas públicas, quais as principais formas de comercialização¹⁷⁰, e constatou-se a permanência de atravessadores, sendo citada em 70% dos casos. Entretanto, percebe-se a diminuição, já que o atravessador, que antes tinha domínio praticamente exclusivo, passou a concorrer com outras formas. Em 35% dos casos, a principal forma de comercialização são as feiras agroecológicas,

¹⁷⁰ Nesse quesito também pôde ser assinalado mais do que uma alternativa, por isso a somatória dos dados não corresponde a 100%.

em 25% as feiras livres, em 20% as políticas públicas e em 5% outros casos, como ambulantes, por exemplo.

Os depoimentos dos agricultores reforçam como se davam as formas exploratórias da comercialização com os atravessadores locais. Quando os preços dos produtos estão em alta geralmente os pagamentos são feitos na hora da colheita, já quando esses mesmos estão em baixa os atravessadores escolhem se vão comprar os produtos e quando vão pagar por eles. Como já explicado anteriormente, os agricultores que conseguem ter o produto em tempos de alta são comumente os mais capitalizados, o que gera uma percepção ilusória à maioria dos pequenos agricultores do “acertar no preço”.

Antes eu vendia só ao atravessador. É assim, você tem a produção, quando você está na produção em alta (preço alto) eles vem e leva. Aí tem semana que eles não querem tirar, aí você fica preso... Porque, geralmente, é o atravessador que tira. Se o preço tiver alto, na outra semana já é outra coisa. Quando o preço estava baixo, a gente ficava com o da gente preso e perdia já de uma semana para outra. Porque nos mercados só o atravessador tem acesso. (A. B., 2019, agricultor entrevistado)

Já comercializei com atravessador já, porque as vezes é necessário para com a gente. Eles vem buscar, as vezes... quem vai dizer é o preço né, quando o preço está baixo... eu tenho que vender. Quando é um preço bom eu entrego também. [Pagamento?] Não eles pedem um prazo, e tem deles que pagam na hora também. Depende do preço... quando o preço é bom pra eles, eles pagam na hora e quando é bom pra gente eles pedem um prazo. (L. O. L., 2019, agricultor entrevistado)

Mesmo com a grande oscilação nos preços dos produtos, a margem de lucro dos atravessadores, independente da alta ou baixa, permanece percentualmente constante, como já explicado. Entre a área de pesquisa e o município de Campina Grande as margens costumam ultrapassar os cinquenta por cento, ainda que a distância média não extrapole os vinte quilômetros.

Agora só comercializo em feira mesmo. Antes a gente vendia feijão a atravessador. O preço do atravessador é baixo demais. Ainda hoje fiquei na conversa com um atravessador e ele quer 50% mais barato sabe. Aproveita a safra do agricultor, a maior parte dos atravessador ainda faz isso. Eu mesmo depois que eu sai, faz cinco anos que eu estou aqui nesse local ai eu nem ia a atravessador, mas antes, era só a atravessador. No período do preço bom, o atravessador ficava com 80% da colheita. (S. A. L., 2019, agricultor entrevistado)

Eles vem, você tira, eles vem, ai leva, apura, depois faz o pagamento. O pagamento é depois, é muito difícil o pagamento ser na hora que tira pagar. É difícil. A maioria leva, por exemplo, pra Campina, pra João Pessoa, pra onde eles... pra Rio Grande do Norte, pra Natal, dependendo da safra, ai vai,

ai apura lá, tira com certeza a parte deles né, e depois de todos os descontos... viagem, tudo, ai... paga a gente (L. D. F., 2019, Agricultor entrevistado)

Eles vão buscar, paga depois quando apura (risos). Paga depois, nós nunca recebe na hora não, é muito difícil você receber na hora. E os preços lá embaixo, muito pior do que a gente vender em feira, em tudo, leva a metade da gente. Ou gente vende barato ou nós perde a mercadoria, entendeu? É assim que acontece. (Z. Q. S., agricultor entrevistado, 2019)

O atravessador, como já discutido anteriormente, se vale do baixo poder de transporte (apenas 25,8% dos estabelecimentos agropecuários dessa área possuem transporte, desse total, 6,6% possuem caminhões) e do estabelecimento de uma clientela já definida previamente. Essa conjuntura implica na submissão dos pequenos produtores aos atravessadores para o escoamento da sua produção.

Muitas vezes os atravessadores mais estabilizados boicotam os pequenos produtores que procuram por mais espaços de comercialização em outros canais, seja em feiras livres ou em redes de supermercado e restaurantes. Por já terem se consolidado nesse seguimento, esses conseguem pela força monetária oferecer condições de estabilidade aos seus clientes, praticamente forçando-os a uma fidelização. Por causa dessa estabilidade, o atravessador não fideliza apenas os clientes, mas, também os pequenos produtores. Essa comercialização se dá na maioria das vezes por base de uma confiança já pré-estabelecida, o que faz esse intermediário comprar os produtos de alguns agricultores na época de baixa dos preços em troca do comprometimento do camponês em vender esses mais baratos na época de alta.

A gente fica em uma sinuca de bico, porque se de repente a gente quiser levar a nossa mercadoria para a Ceasa em João Pessoa, a gente paga frete caro, porque o combustível tá caro, chega lá paga a entrada, e não consegue vender a ninguém, porque lá todo mundo já tem o seu cliente certo. E os atravessadores daqui não deixam entrar no comércio, porque já vende faz tempo, tem confiança, garantia né? (J. M. S., Agricultor entrevistado)

Outros fatores que reforçam a dependência desse campesinato aos atravessadores são: o isolamento das propriedades produtivas e o teor altamente perecível dessa produção. Esse contexto de encurralamento entre perda da lavoura e o baixo preço oferecido pelos intermediários submetem esses sujeitos a uma condição inexorável de exploração.

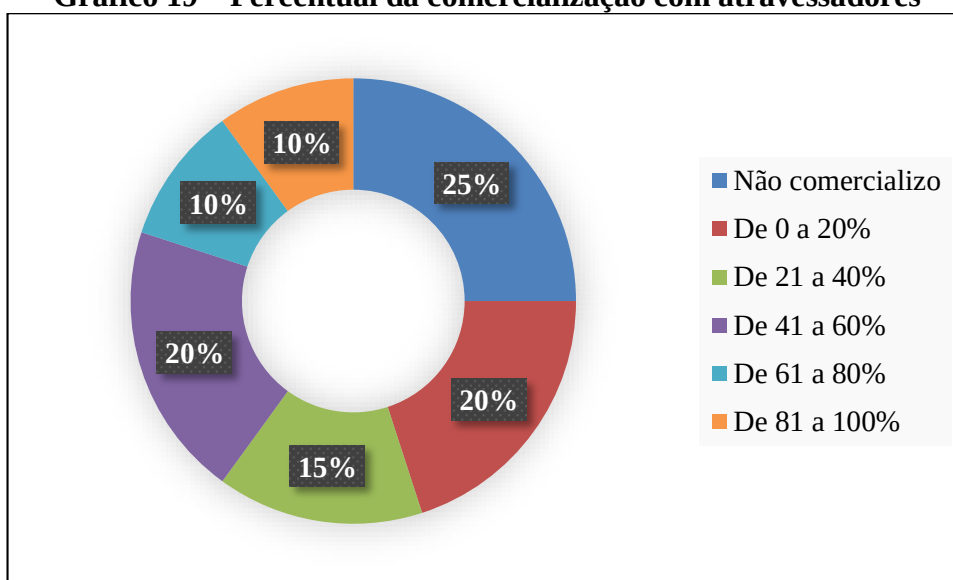
Além disso, nessa área, muitos atravessadores têm praticado uma espécie de “venda em consignação”, ou seja, efetuam o pagamento apenas da parte que conseguem comercializar, nesse caso, o pagamento é feito a posteriori da colheita. Pelo alto grau de perecimento dos produtos, a devolução desses aos pequenos agricultores não tem nenhum sentido lucrativo, se

configurando também como perda da produção. Essa realidade corrobora mais ainda com a opressão desse tipo de comércio, onde a maior parte do lucro fica na mão dos intermediários, e apenas os pequenos produtores são responsabilizados pelas perdas, mesmo nos momentos em que os produtos já não estão mais sobre os seus domínios.

Nos supermercados ninguém consegue mais fornecer, a maioria está entregando, eles exigem que a mercadoria entre com nota fiscal, a gente abre firma, paga imposto na entrada, exigem um funcionário, um promotor de vendas por nossa conta, e lá eles só pagam o que vende no caixa, a gente recebe descontado e de volta a mercadoria apodrecida e avariada, mesmo já tendo pago imposto por ela na nota fiscal de entrada e a mercadoria não servir mais pra nada. O mercado agora só paga o que eles conseguem vender. Ainda por cima, com toda essa exigência, querem concorrer com o preço da Feira e da Ceasa, ganhando mais de 50% em cima da gente. O pagamento é uma promissória pra mais de 30 dias, que o pessoal ganha 10% pra trocar. (J. M. S. Agricultor entrevistado, 2019)

Os atravessadores também pressionam esses camponeses, principalmente em tempos de baixa dos preços a comercializar apenas o que eles selecionarem na produção, ficando a cargo dos intermediários a colheita. Nesse caso, os próprios atravessadores efetuam a escolha do que será colhido, ficando a perda na própria lavoura. Além do mais, muitos desses intermediários possuem também plantações, ou seja, mesmo fidelizando o pequeno produtor, a prioridade é o escoamento da sua própria produção.

Gráfico 19 – Percentual da comercialização com atravessadores

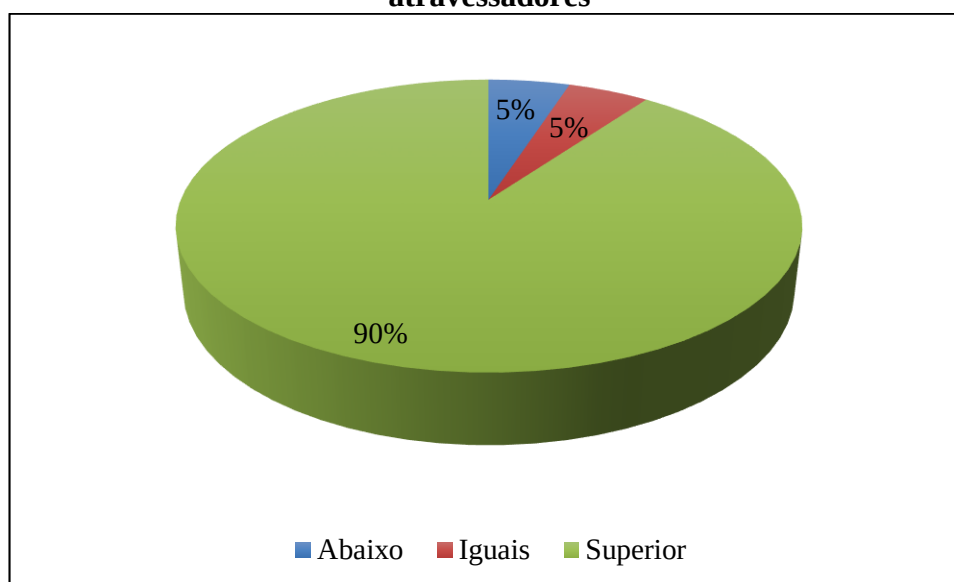


Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Nesse sentido, a comercialização com atravessadores tem se tornado para essa área o mais importante problema para a reprodução do campesinato, dificultando assim a permanência no campo. É por esse aspecto que a política de aquisição de alimentos tem amenizado nas unidades que são contempladas o tensionamento provocado pela dependência do atravessador.

Foi perguntado aos agricultores beneficiários que forneciam/forneceram a atravessadores qual a porcentagem dessa comercialização, afim de aferir em que grau de dependência estavam os participantes dessas políticas públicas: 25% dos entrevistados disseram não comercializar mais com atravessadores, 35% disseram comercializar até 40% da produção. Nesse sentido, os agricultores que participam/participaram desses programas tiveram importante redução na dependência do atravessador, ou seja, mais de 60% desses camponeses entrevistados reduziram para menos da metade a comercialização com intermediários.

Gráfico 20 – Avaliação dos preços praticados pelo PAA/PNAE em relação aos atravessadores



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Dentre os entrevistados, 90% consideram os preços estabelecidos por essas políticas públicas superiores ao preço pago por atravessadores no mercado local, 5% disseram considerar relativamente iguais, e 5% consideraram abaixo.

Os preços praticados por essas políticas públicas possuem uma característica importante para os camponeses que é a estabilidade anual, diferentemente da comercialização com atravessadores que possui grande oscilação. Por isso, mesmo sendo estabelecida uma pesquisa de preço, no mercado local, os preços geralmente ficam superiores, pois, os intermediários

também se nutrem dessa variação, comumente nivelando os preços por baixo, como já mencionamos, fazendo com que os pequenos agricultores sofram um processo de dependência que se configura em exploração.

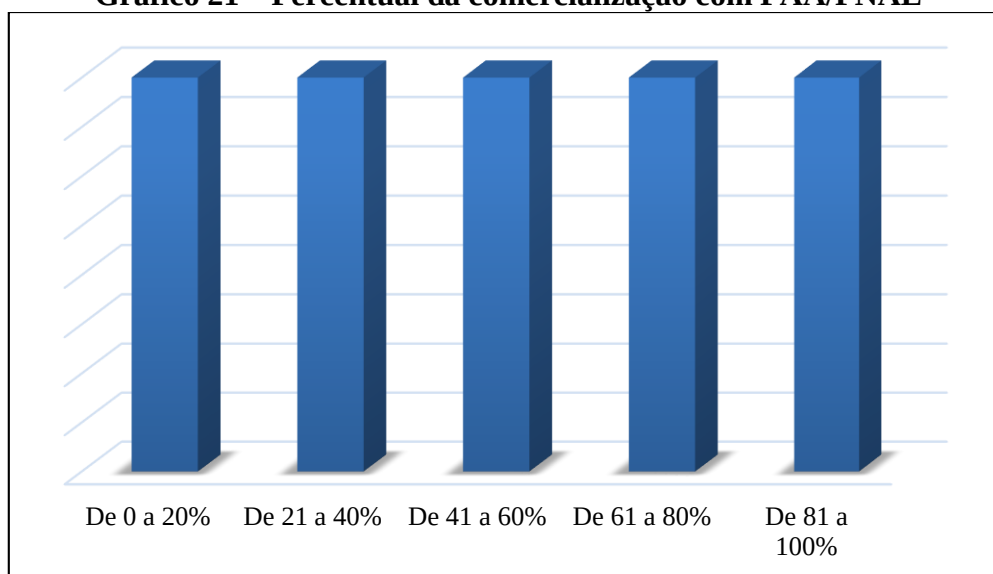
A estabilidade dos preços e a garantia de um canal alternativo de comercialização promoveram um importante ganho na renda desses sujeitos, concretizando-se em melhorias materiais para seus estabelecimentos.

Como já discutimos anteriormente, a existência de uma cadeia complexa de atravessadores barateia os produtos junto aos produtores e encarece-os junto aos consumidores finais. Na avaliação dos entrevistados, os preços alcançados na comercialização por essas políticas em relação aos atravessadores se mostram fundamentalmente superiores.

Os preços do PNAE são bem superiores, aos dos atravessadores, até mesmo os da feira, e pelo menos a gente tem uma garantia de que vai receber, porque a gente vende ao atravessador e é demora pra pagar, leva pra feira e não sabe se vai vender. Além do preço ser melhor, tem a questão da segurança. (Z. Q. S., Agricultor entrevistado, 2019)

Entre os estabelecimentos que comercializam com o PAA/PNAE, encontrou-se uma participação diversa quando falamos em porcentagem da produção consumida pelos programas. Foram identificadas a comercialização em todas as faixas percentuais pré-estabelecidas pelo questionário, o que implica em diferentes graus de importância dessas políticas públicas para os beneficiários locais.

Gráfico 21 – Percentual da comercialização com PAA/PNAE



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Quando perguntado pela porcentagem que o comércio com o PAA/PNAE corresponde em sua produção, em todos os níveis percentuais apresentados pelos questionários, identificamos 20% das unidades produtivas pesquisadas.

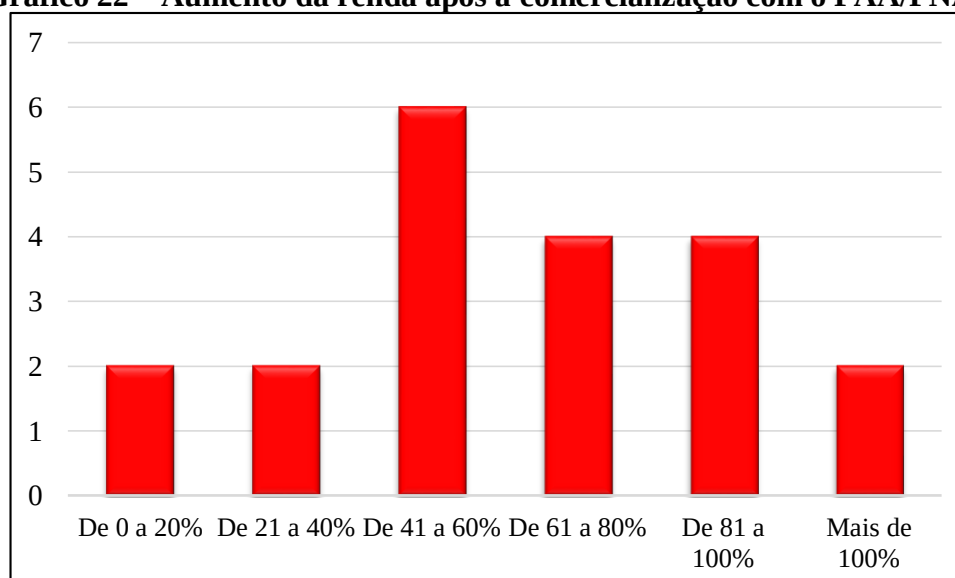
Embora a importância do PAA/PNAE para esses estabelecimentos seja variada, registrando-se percentuais em todos níveis, foi verificado um aumento da renda em todas as propriedades pesquisadas. Foi nítida nos depoimentos dos agricultores a elevação do capital produtivo nesses estabelecimentos, em comparação ao que auferiam antes de ser beneficiários dessas políticas públicas, bem como em relação aos demais agricultores locais que não foram beneficiados. Esses dados se reverberaram nos números da pesquisa.

5.6 Aumento da renda e melhoria das unidades

O aumento da renda dos agricultores atendidos por esses programas advém de duas importantes vertentes: os preços dos produtos geralmente são mais altos, pois são definidos por pesquisa de preço no mercado local ou por chamada pública, praticamente se configurando nos valores de venda direta; também há, diferentemente do comércio local, uma regularidade nos preços e nos pagamentos, o que permite uma previsibilidade ao camponês, que pode assim aumentar a área cultivada.

A pesquisa procurou identificar em que percentual se dava esse aumento da renda. Nesse sentido, questionou-se, a nível de percepção, o percentual dessa melhoria obtida pelos estabelecimentos.

Gráfico 22 – Aumento da renda após a comercialização com o PAA/PNAE



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Para 80% dos estabelecimentos pesquisados, o aumento da renda das unidades superou os 40%. O que demonstra a importância dessas políticas públicas para o incremento da renda dessas unidades camponesas.

Os dados da pesquisa confirmam o estrangulamento produtivo provocado pela dependência dos atravessadores. Sobretudo, porque se obteve na comercialização com essas políticas públicas um considerável ganho de renda. Como já mencionamos, essa elevação pode ser explicada por diferentes fatores: o preço superior pago pelos programas, a estabilidade dos preços, a regularidade dos pagamentos e o aumento da produção. Esse último alavancado pelo próprio aumento da renda e pelo canal alternativo de comercialização.

Melhora porque você fica com mais condições de fazer investimento, porque você vendendo ao atravessador você não tem, e no PAA dá pra você fazer normal e ainda sobra alguma coisa pra você fazer investimento na propriedade. Cerca dá, por exemplo, dá pra você melhorar aquele hectare comprando, por exemplo, esterco, que você vendendo ao atravessador praticamente é difícil, né, porque hoje você vai comprar uma carrada de estrume tá na faixa de 700 reais. Ai quer dizer, você vendendo banana ao atravessador hoje a quanto? A 50 reais, ai quer dizer, não compensa né, sem você tá no projeto, não compensa você hoje investir. (L. D. F., 2019, agricultor entrevistado)

Quando eu tava fornecendo o programa comprei uma forrageira, melhorou também que teve um tempo que eu não tinha nenhum gado, agora já tem, as vezes faço um empréstimo pago outro, já renovei o projeto, já foi aprovado. [Barragem?]. Tem aqui também, aumentadazinha pouca, foi. Aumentou pouco. (J. C. G. L., 2019, agricultor entrevistado)

Na época que eu participei do PAA, eu comprei um pedacinho de terra. Aumentei o sítio. Isso. (D. S. O., 2019, agricultor entrevistado)

Ao serem indagados sobre a relação entre melhoria da renda e investimentos na produção, obtivemos respostas positivas:

Fiz, fiz. Foi cerca que eu fiz, o esterco que a gente compra. Fiz chiqueiro pra criar porco também, já com esse dinheiro. Comprei tela de arame, pras galinha. Foi tudo isso. (P. O. C., 2019, agricultor entrevistado)

Fiz. Fizemos uma cerca, fizemos um barreiro só que não tem mais inverno (risos). E a renda em casa melhorou muito, deu pra comprar uma geladeira, um fogão novinho, dava até pra viajar (risos), era bom. (S. F. O. M., 2019, agricultor entrevistado)

Fiz, fiz. Plantei mais, aumentei mais a área. Fazia, assim, replanta de semente de laranja, porque morre muito, todo ano tem que replantar. Esse ano já num vou replantar porque tô sem condição, mas se tivesse no projeto, ia sobrar dinheiro pra mim comprar umas mudas, porque morre, pensar que não, se acaba de uma vez. (F. F. C. F., 2019, agricultor entrevistado)

Com relação aos agricultores beneficiados, em todas as propriedades pesquisadas, aferiu-se um aumento na produção e alguma ampliação da área cultivada. Desse número, 85%, conseguiram, depois que ingressaram nos programas, fazer melhorias importantes nas propriedades, o que corrobora com a aferição do aumento da renda. Foram citados: a compra de insumos, maquinário, cercamento das propriedades, construção de pequenas barragens, aumento de criatórios, compra de novas matrizes de criações, dentre outros. Além disso, alguns agricultores disseram ter melhorado, inclusive, o aspecto doméstico, comprando geladeira, fogão, e outros utensílios.

Nesse sentido, os ganhos materiais auferidos pelo aumento da renda nesses estabelecimentos quase sempre foram devolvidos em investimentos para os mesmos. Dessa forma, a reprodução camponesa se nutre desse contexto, pois, com o melhoramento do nível técnico das propriedades, melhora-se a produtividade e diminui-se a dependência. Além do impacto material, outros aspectos imateriais revitalizam a resistência camponesa como: a confiança, a autoestima, o interesse, a criatividade e a formação política trazida no bojo desses programas.

Figura 30 – Expansão da área de cultivo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 31 – Aquisição de novos animais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 32 – Expansão das pequenas criações



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 33 – Aquisição de reservatórios de água



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 34 – Aquisição de misturador de ração



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 35 – Aquisição de máquina forrageira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 36 – Aquisição de pequenos tratores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 37 – Construção de Aviários



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 38 – Construção de berçário de aves



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 39 – Perfuração de poço artesiano



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 40 – Cercamento e construção de pequenos barreiros

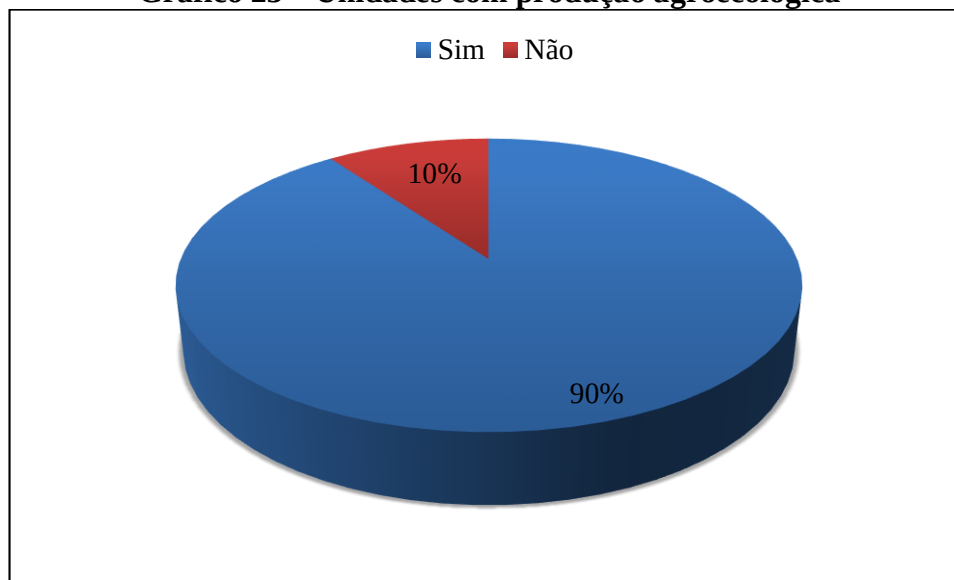


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

5.7 O incentivo à produção agroecológica

Outro fator que implica no aumento da renda desses agricultores é a produção agroecológica. Como já mencionado anteriormente, essa produção é remunerada por essas políticas públicas com uma margem de aumento de 30% nos preços dos produtos¹⁷¹.

Gráfico 23 – Unidades com produção agroecológica



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Dos produtores pesquisados, 90% tem produção agroecológica e apenas 10% adotam uma forma convencional de produção. Como discutido anteriormente, a agroecologia é um (re)encontro do campesinato com o seu modo de vida. Além de ser uma bandeira atual no embate político com o agronegócio.

Como se pode observar, a política de aquisição de alimentos fomenta com esse suporte financeiro as propriedades que se mantêm agroecológicas, reconhecendo a importância das mesmas para a produção de alimentos saudáveis. Desse modo, essas políticas públicas valorizam a melhoria da alimentação dos consumidores, o respeito ao meio ambiente, a convivência com a natureza, a saúde, o consumo consciente, a economia solidária e a soberania alimentar. Traços que instigam o fenômeno da reprodução camponesa

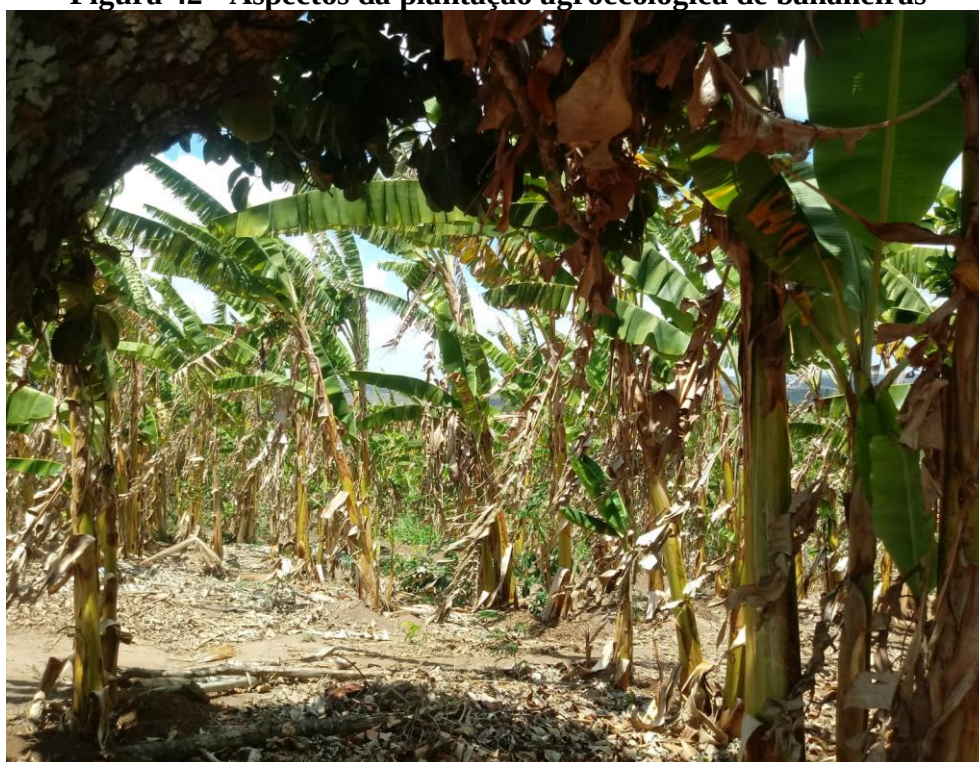
¹⁷¹ Tanto a legislação do PAA quanto a do PNAE oferecem uma margem de acréscimo de 30% no valor do produto quando esse tem origem orgânica ou agroecológica, mesmo o produtor que não possua o selo SISORG (Certificação usada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica). Nestes casos, o agricultor deve estar vinculado a uma organização de controle social (OCS) cadastrada nos órgãos do Governo (associação, cooperativa ou consórcio de agricultores) que se responsabiliza pelo cumprimento dos regulamentos da produção orgânica. “Assim o produtor receberá um documento atestando a qualidade do produto orgânico e poderá divulgar que seu produto é orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeito à certificação de acordo com a Lei n 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

Figura 41 - Aspectos da produção agroecológica de hortaliças



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Figura 42 - Aspectos da plantação agroecológica de bananeiras



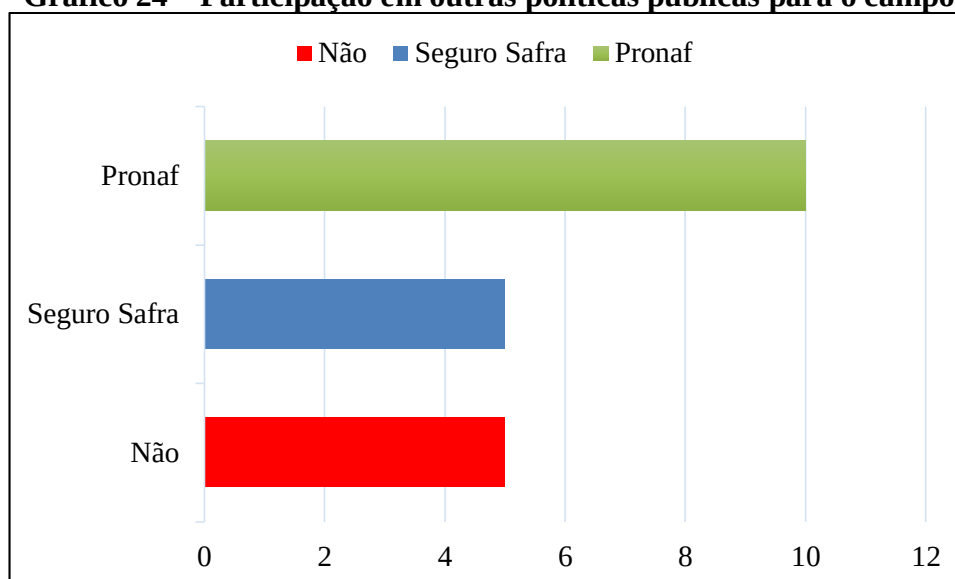
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Com efeito, o reconhecimento da demanda por produtos saudáveis chega até aqueles cuja alimentação depende do Estado, como cozinhas comunitárias, restaurantes populares, hospitais, quartéis, presídios, creches, escolas, dentre outros.

5.8 Integração com outras políticas públicas

A participação em outras políticas públicas para o campo também foi ampliada nesse contexto.

Gráfico 24 – Participação em outras políticas públicas para o campo



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Dos agricultores pesquisados, que fornecem para o PAA/PNAE, 50% disseram participar também do Pronaf, 25% afirmaram participar do Seguro Safra e 25% asseguraram não participar de nenhuma outra política pública exclusiva para o campo.

Provavelmente esse indicador se deve à participação nas associações e cooperativas, além do trabalho de assessoria desempenhado pelos organismos como o Polo da Borborema, a AS-PTA, a Emater, dentre outros. Esse envolvimento, como já mencionamos anteriormente, é fundamental para a tomada de conhecimento por parte dos agricultores dos seus direitos em relação ao ingresso nas políticas públicas.

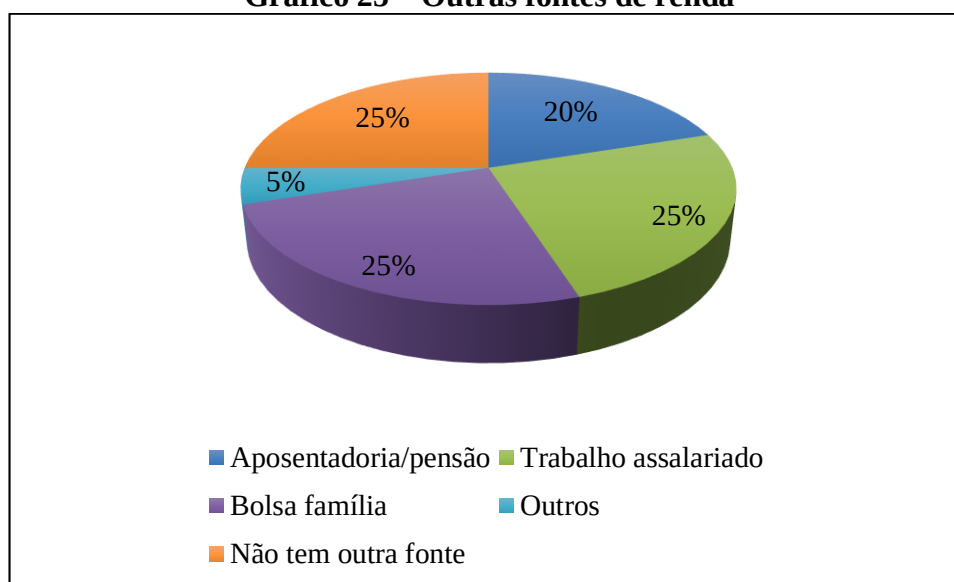
Dentro desse sistema produtivo, que garante a compra através de um canal alternativo de comercialização, a política creditícia, como no caso o Pronaf, obtém importante êxito no que diz respeito à elevação do nível produtivo da terra, pois, dessa forma o agricultor está

relativamente calçado com relação à venda e ao pagamento da sua produção, o que diminui a possibilidade de inadimplência e endividamento.

Já o Seguro Safra, faz-se importante para aqueles agricultores cuja produção fica comprometida pelas variações climáticas. O que permite uma maior segurança financeira para as unidades produtivas.

Outras políticas, não necessariamente exclusivas para o campo, também tiveram importante papel na participação do Estado para a reprodução camponesa regional a exemplo dos programas 1 milhão de cisternas, Luz para todos, Pronera, Bolsa Família dentre outros. Essas políticas, juntamente com o PAA/PNAE, ofereceram um suporte considerável para os camponeses atendendo a demandas diversas e tradicionalmente populares como convivência com semiárido, acesso à energia elétrica, promoção da educação do/no campo e o combate à fome e à miséria extrema.

Gráfico 25 – Outras fontes de renda



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Com relação a outras fontes de renda, 25% dos entrevistados afirmaram que o estabelecimento sobrevive apenas da atividade agropecuária, o que reforça a importância dessas políticas públicas para esse universo. Em 75% das unidades produtivas, os entrevistados disseram completar a renda com outras fontes e atividades, entre essas, 25% advém do Programa Bolsa Família, 20% é oriunda de aposentadoria/pensão, 5% advém de outras fontes e apenas 25% advém de trabalho assalariado fora do estabelecimento, o chamado “trabalho acessório”.

Para um quarto dos agricultores a complementação se dá através do Programa Bolsa Família, que é voltado para pessoas carentes em situação de vulnerabilidade social, o que denota

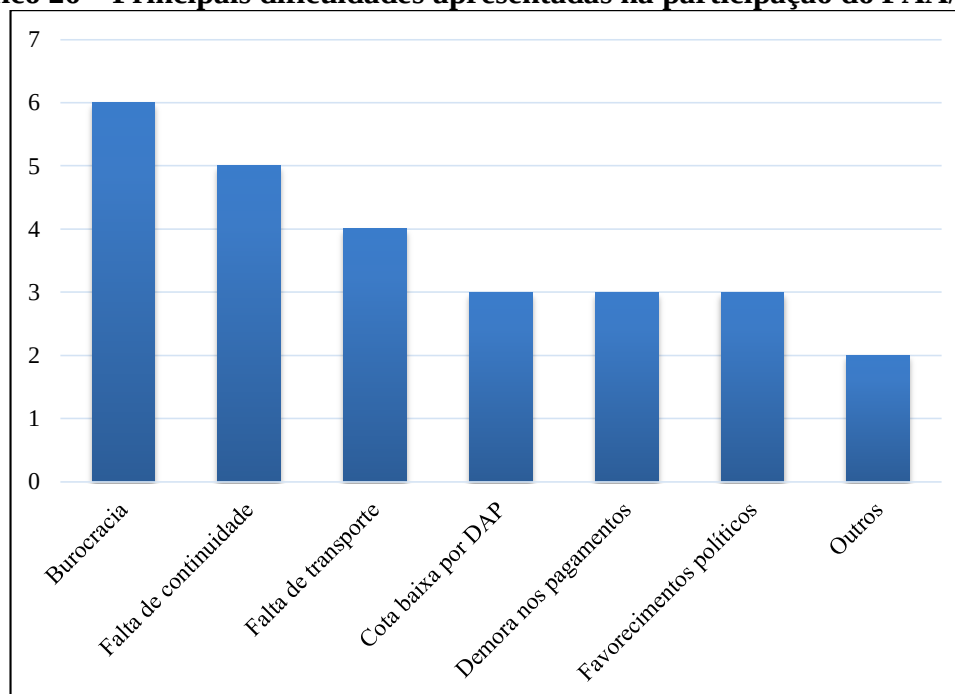
a carência econômica dessas famílias contempladas. Outros 25% dos agricultores beneficiários complementam a renda das unidades produtivas fora dos seus estabelecimentos, o que é um indicador importante quando aferimos a realidade atual da reprodução camponesa.

Para um quinto, a complementação advém de aposentadorias/pensões, o que reflete o campesinato também envelhecido dessa área de pesquisa. O que nos leva a considerar que, embora, notavelmente, as políticas de aquisição de alimentos melhorem a renda nas pequenas propriedades, a vulnerabilidade social dessas unidades ainda está presente, tendendo à piora considerável, caso sejam extintas essas políticas públicas.

5.9 Principais dificuldades apresentadas

Também foi questionado aos entrevistados que fornecem/forneceram para o PAA/PNAE as principais dificuldades das políticas de aquisição de alimentos e quais sugestões dariam para melhorar essas políticas.

Gráfico 26 – Principais dificuldades apresentadas na participação do PAA/PNAE



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Entre as principais dificuldades¹⁷² elencadas pelos agricultores estavam: a burocracia 30%, a falta de continuidade das políticas 25%, a falta de transporte 20%, a cota baixa por DAP

¹⁷² Nesse quesito também pôde ser assinalado mais do que uma alternativa, por isso a somatória dos dados não corresponde a 100%.

15%, a demora nos pagamentos 15%, os favorecimentos políticos 15% e outros problemas 10% (como limitação do número de agricultores). Nesse recorte, nenhum dos agricultores se contrapôs ao ideário da política, mas elencaram vários problemas de logística que influenciaram, sobremaneira, a execução dos programas nessa área.

A burocracia é o item mais citado entre os agricultores questionados. Como discutido anteriormente, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), o campesinato dessa área apresenta dificuldades com relação à escolaridade, inclusive, com alto indicador de analfabetismo, o que compromete a inclusão desses agricultores junto a essas políticas.

De acordo com os agricultores locais, para participar dos programas é preciso juntar uma grande documentação e assimilar uma quantidade de informações diversas, com as quais não estão familiarizados. Nesse contexto, por vezes, se deparam com a perda de prazo ou com projetos negados pela documentação insuficiente.

Esse fato corrobora com o argumento de que o associativismo e o cooperativismo, além do trabalho de assessoria das organizações já citadas, são extremamente importantes para a orientação desses agricultores, por exemplo, na elaboração dos projetos, na divulgação das chamadas públicas, no fornecimento, no transporte, pagamentos entre outros.

A falta de regularidade no calendário das políticas públicas também se destaca como um dos principais entraves enfrentados por esses agricultores beneficiados. Associada ao problema da burocracia, a incerteza do agricultor com relação à continuidade dos programas, à aprovação dos projetos encaminhados ou ao sucesso nas chamadas públicas compromete, de forma demasiada, o planejamento desses sujeitos, submetendo-os a situações de insegurança. Dessa forma, não conseguem projetar o que plantar, nem a quantidade, tampouco, arriscar-se em investimentos.

Essa incerteza se nutre ainda do momento de instabilidade política do país e da vulnerabilidade dessas políticas públicas, que podem ser interrompidas, ou ter cortes bruscos de orçamento, comprometendo a quantidade de agricultores beneficiados. Essa realidade faz com que os estabelecimentos muitas vezes intercalem os anos de fornecimento a essas políticas, ficando no imaginário dos produtores a sensação de que fornecer produtos para esses programas é como ser “premiado”, “sorteado” ou “escolhido”.

A maioria dos agricultores entrevistados também afirmou que, antes de fornecerem para o PAA/PNAE, destinavam sua produção, principalmente, a atravessadores, e que com o aumento de preço pago pelo fornecimento aos programas puderam desenvolver melhor as propriedades. A maioria afirmou também que se esses programas acabarem terão que destinar a produção principalmente a intermediários e a feiras livres.

Eu passaria a comercializar apenas com a feira. E não pode plantar muito. Se plantar muito nós fica sem venda. É porque o comércio tá desse jeito, se levar muito, pronto. Eu tenho que plantar mesmo somente o normal pra não ter que sair me matando tanto de trabalhar e sem ter a quem vender. (J. C. G. L., 2019, agricultor entrevistado)

Eu já estou em fase de diminuição da produção né [Os cortes no PAA?]. Devido as estes problemas aí. Eu estava em um planejamento crescente que a tendência era a gente chegar a um patamar bem maior, produzindo, e agora a gente tá decrescente né? (L. O. L., 2019, agricultor entrevistado)

Tem que ser na feira mesmo, na Ceasa, se vingasse esse projeto que a gente tava era bom. Mas, já que não tem. Tem que conduzir pra Ceasa mesmo. É o jeito. As vezes, vem comprador de fora pra comprar laranja, na época né. No tempo. Eu vendi muita pra Pernambuco, mas o preço é bem mais baixo. (G. C. L., 2019, agricultor entrevistado)

Tem que procurar uma maneira pra vender né. Feira eu não tenho esse dom de tá na feira. Eu sou de fazer projeto, assim, você dizer faça o projeto, eu rapidinho faço o mapeamento dos produtos que tem, isso aí eu sou desenrolado pra fazer. E a feira eu não tenho aquela paciência de tá ali não. Esperando a vontade do consumidor. E hoje tá muito difícil né, porque de primeiro só era a feira, você e o pessoal da cidade só naquele dia da feira comprar ali, e hoje você chega numa quitanda, faz suas compras. Até por telefone liga, venha trazer isso e o cara da quitanda vai e entrega na sua porta, tudo isso facilitou. (P. C., 2019, agricultor entrevistado)

Outros agricultores explicam que se as políticas de aquisição acabarem terão que voltar a vender apenas ao atravessador, ocasionando ainda mais dependência, o que mostra a importância dos programas:

Voltar o que era, atravessador e continuar o resto da produção em feira livre. (A. B., 2019, agricultor entrevistado)

Vou ter que tentar produzir mais do mesmo produto pra conseguir vender aqui, ao atravessador. Porque não adianta, tem que ser uma produção maior. (D. S. O., 2019, agricultor entrevistado)

Continuar do jeito que era, pra feira e pra atravessador. (S. F. O. M., 2019, agricultor entrevistado)

Aí quebra as perna da gente, aí tem que entregar aos atravessador mesmo né. (R. N., 2019, agricultor entrevistado)

Outros agricultores explicam que essa dificuldade já chegou devido, principalmente, aos cortes ocorridos no PAA. Assim, voltaram a comercializar com o atravessador e enfrentar os mesmos problemas advindos deste tipo de comercialização.

Voltar pra o atravessador. É como já tô né. Faz mais de 3 anos que a gente não participa mais, 2 a 3 anos. [dificuldades?] Preço e pagamento, porque não tem outra pessoa pra você vender, né? Com o atravessador é assim, ele é

um cabra pagador, cabra direito, mas se você não tiver com que cobrir, você suja seu nome bem ligeirinho. Alguém reclama aqui porque o preço dele é baixo, mas só que existe o tempo da boia¹⁷³, tá entendendo? Nessa época agora, o preço em todo canto tá lá em cima, e ele não, a gente faz um contrato com ele aí é um preço só. Então quando chega aquela época que todo mundo não tem nem pra onde botar, que a feira tá cheia e de graça, continua aquele mesmo preço, não muda nada. Por isso que eu não acho tão ruim. E as vezes a pessoa não tem pra onde vender, aí ele tira. (C. G. S. J., 2019, agricultor entrevistado)

Já acabou, né. Aí atravessador! Procurar pessoas, terceiros que compre. O ideal era o projeto né, porque o PAA era muito bom, porque pagava num preço legal, você colocava a mercadoria, recebia direitinho, era garantido. (R. C. P., 2019, agricultor entrevistado)

Alguns entrevistados explicaram que têm se preparado para o fim desses programas, diminuindo a produção e a área plantada. Outra parte considerável explicou a necessidade de voltarem a comercializar nas feiras livres e nas feiras agroecológicas, e a grande maioria afirmou que voltará a comercializar com atravessadores.

A não continuação dessas políticas se configura como um problema ao provocar nesses agricultores uma nova fragilização dos seus sistemas de comercialização. Submetendo-os novamente ao comércio predatório praticado pelos intermediários. O que se materializa em perdas econômicas e sociais entre esses sujeitos, além de impactar negativamente nos processos de criação de vínculos e formas de associativismo que fortalecem a participação nessas políticas e são fortalecidas por elas. Aspectos que, em conjunto, constituem entraves para a permanência camponesa.

Outro problema citado é a cota baixa por DAP. Dependendo da modalidade escolhida, o valor máximo do fornecimento por DAP individual é de 8 mil reais por ano, valor que dividido por 12 meses corresponde a 666,67 R\$/mês em produtos, o que representa, por sua vez, um valor bem menor que o salário mínimo vigente (998,00 R\$) no período da pesquisa. Nesse caso, alguns agricultores intercalam o fornecimento a essas políticas públicas com atravessadores, feiras livres, feiras agroecológicas, mercadinhos, sacolões, porta-a-porta, entre outros.

A demora nos pagamentos se configurou, em algumas situações pontuais, como um empecilho para alguns agricultores que não têm, pelo perfil econômico dessa área, como aguardar por longos prazos.

Já com relação aos favorecimentos políticos, alguns agricultores disseram que boa parte do processo de execução desses programas, nos municípios estudados, é influenciado pela

¹⁷³ Tempo de boia é uma expressão coloquial que remete ao período em que os produtos “sobram”, ou seja, devido à grande quantidade produzida, geralmente, em períodos de safra, ficam com preços baixos em razão da dificuldade de comercialização.

política local. Percebe-se que mesmo dentro das associações e cooperativas, os camponeses que estão alinhados com os representantes locais têm favorecimento na aprovação de projetos e nas chamadas públicas. Nesse caso, há um problema de apadrinhamento na execução desses programas em pequenos municípios, que se traduz na restrição da informação a pequenos grupos sobre o funcionamento das políticas.

A falta ou a má fiscalização desses projetos por parte do poder público acarreta problemas de execução, como no caso de complementação de produtos oriundos de outras propriedades (intermediação), ou da entrada no programa de pessoas que não são agricultoras, ou ainda, entrada de produtos “agroecológicos” que não possuem essa origem (certificação) etc.

Outro fator citado que agrava essa situação, principalmente com relação ao PNAE, é a falta de logística dos municípios e estados pela ausência de nutricionistas adaptados a esses programas. Na ausência destes, os profissionais tendem à padronização de cardápios que não se adequam à realidade da produção local nem ao tempo das safras. Alguns agricultores relataram que os diretores das escolas e creches fazem pedidos de frutas como maçã, que é tipicamente produzida em outras regiões.

Ainda sobre as dificuldades e sugestões que os agricultores apontaram em relação à participação e à execução dessas políticas, percebe-se uma predominância da preocupação dos beneficiários com a burocracia e o curto prazo entre a chamada e a apresentação da documentação exigida, como já reiterado. Além disso, a falta de continuidade nos projetos se configurou também como um grande entrave para esses agricultores.

Só a burocracia de uma fiscalização muito grande, de documento, essas coisas né, só isso. Uma sugestão que eu tenho é que continuasse num era? Que seja do mesmo jeito pelo menos, mas. Mas, muito é bom. Porque lá também a gente tinha que levar mercadoria de qualidade, se a gente levasse uma bananinha assim, a gente voltava tudo com ela, entendeu? Tinha que ser do jeito que a gente quer pros outros de qualidade, coisa boa, a gente tinha que levar pra lá, só isso né. Porque a gente não quer as coisas boas? Não quer comer bom? Né isso? (Z. Q. S., 2019, agricultor entrevistado)

Assim, a única dificuldade que as vezes a gente encontrava era a burocracia, assim de documento, assim dessas coisas, as vezes ia e era negado né? até nós encaixar, até hoje, n? Assim, como a gente tava comentando aí, era pra ser automaticamente, já que a gente fez e tem o cadastro de todo mundo lá de quem já fez tudim, pagou tudo direitinho, fez do jeito que eles queria né. Era pra vim automaticamente. (S. F. O. M., 2019, agricultor entrevistado)

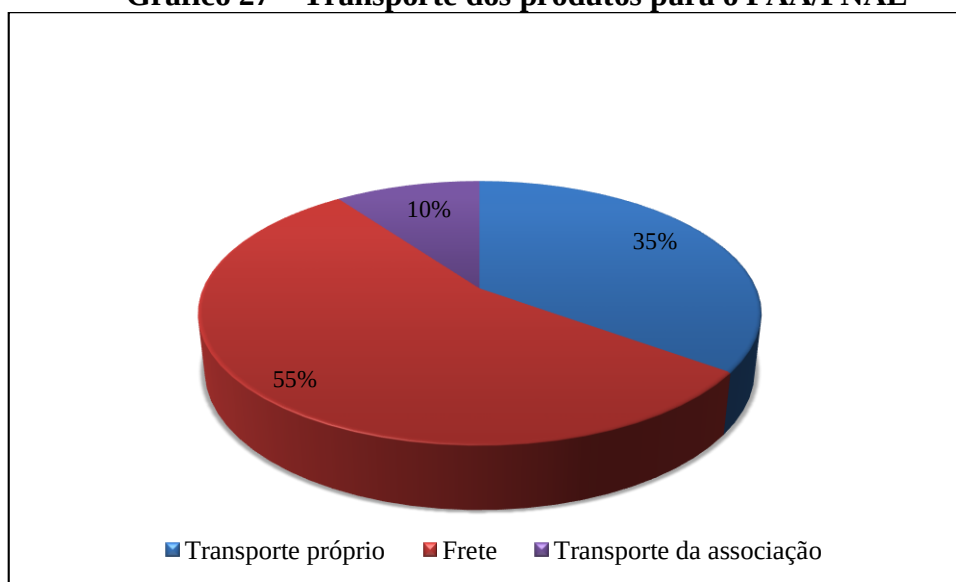
Foi tranquilo isso aí, mas eles podiam melhorar bastante. Tanto a questão da chamada porque é em cima da hora né, quando eles vão fazer a chamada, você ainda vai ajeitar os papéis e tudo mais, aí é um simples descuido. Pronto, o PAA, me chamaram ontem, eu vou ter que me apresentar hoje, quer dizer, a gente só tem até hoje, difícil. Porque a última chamada que teve eu perdi.

Aí eles mandou uma mensagem ontem pra eu ir hoje levar os documentos pra eu ver se eu entro. (D. S. O., 2019, agricultor entrevistado)

Questão de documentação sabe era muito rígida assim. Qualquer coisinha voltava um projeto, as vezes, por causa do sobrenome de uma pessoa. Voltava aquilo tudo de novo, pra fazer tudo novamente. Aí atrasava mais um mês, dois, pra gente começar a botar os produtos. (E. G. S., 2019, agricultor entrevistado)

Outros problemas também foram citados, como a falta de transporte para a entrega da mercadoria no ponto de coleta, por exemplo.

Gráfico 27 – Transporte dos produtos para o PAA/PNAE



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Em 20% das propriedades os agricultores questionados elencaram a falta de transporte como um empecilho para a participação nessas políticas públicas. Muitas propriedades são afastadas e não tem como escoar a produção, como já vimos. O transporte mais presente nessas localidades são as motocicletas, o que faz com que muitos agricultores financiem do próprio bolso as despesas com o deslocamento da produção, com transporte próprio ou com o pagamento de fretes.

Segundo os entrevistados, 90% das despesas com o transporte são arcadas pelos próprios agricultores. Em 55% das propriedades, o transporte da produção é realizado mediante pagamento de veículos fretados, em 35% esse é feito com o transporte próprio e em 10% são usados os transportes das associações. O transporte público municipal não foi citado.

Como discutido anteriormente, a cota por DAP individual possui um valor baixo, o que torna a falta de transporte um problema adicional para esses agricultores. Como muitos não

possuem outra forma de escoar seus produtos, são submetidos ao custeio de veículos fretados ou ficam à mercê do transporte das associações. Essa situação dificulta a participação nesses programas dos que não possuem transporte, inclusive, inibindo outros não beneficiários de participar de novos projetos.

Enfim, segundo os entrevistados, o poder público municipal deveria ter o compromisso de viabilizar o transporte desses produtos, tendo em vista que a maior parte das instituições beneficiadas são creches, escolas, asilos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, dentre outros que atendem a uma demanda socioassistencial. Assim, esses agricultores estariam prestando um serviço indireto ao município.

Tenho, principalmente porque se nós tivesse como adquirir um transporte pra essa área, entende? Era melhor, nós tivesse o próprio transporte, porque nós não ia precisar de ninguém, não ia atrás dos atravessador, de qualquer maneira era diferente, era melhor pra nós. Não precisava pagar frete, pagava mas era um custo mais baixo. (F. F. C. F., 2019, agricultor entrevistado)

Outra questão importante elencada por um entrevistado, se refere ao favorecimento político entre alguns agricultores dentro das associações na seleção dos beneficiários, e à necessidade do fornecimento de produtos que o agricultor não cultivava para contemplar o que está determinado nos projetos, fazendo com que o mesmo tenha que comprar fora de sua unidade produtiva, o que desvirtua o propósito da política pública.

A questão de política é assim dentro da associação. Ficava muito na mão de algumas pessoas. [Demora nos pagamentos] Na época não era tanto como é hoje não. Na época era 15 dias no máximo 20 dias, hoje chega a ser a 3 meses, 60 dias... Eu mesmo eu esperei 63 dias. Já teve gente que esperou 3 meses, mas é 3 meses. [Você reclamava?] Não porque não adiantava a agente falar. Ter mais essa questão de fiscalização, pra que venha, mas que venha pra todo mundo. Mesmo, que eu fosse o mais beneficiado, eu não acho isso certo, porque enquanto eu ganho, outra pessoa perde. Enquanto a pessoa tá ganhando eu tou perdendo. Eu acho que tem que ser algo justo para todos, e é aquela questão assim de chegar aos mais pequenos, não chegam. Sempre quem tem mais é quem ganha mais, quem tem dinheiro é quem ganha quem tem dinheiro. Fica sempre com... nunca beneficia o pequeno. Pronto, o PAA sempre foi assim... nunca foi aquele valor que desse pra sustentar todo mundo. Aí como essas pessoas ficam a frente de cooperativas e associações, eles querem quantidade, muita gente, aí incentivavam as pessoas [...] Porque o certo é a gente usar a iniciativa pública pra gente crescer né, pra gente começar, mas que a gente não fique só nele né. Para que seja apenas uma ajuda, um suporte né. E que sai comprando de fora, também acontece isso. E também a questão porque tem gente que não cumpre a DAP, e o projeto tem que fechar, aí outra pessoa coloca, isso aí não tem problema não, porque ou faz isso ou então a instituição vai ser penalizada no tópico né... se não cumprir com o que assinou o contrato. (L. O. L., 2019, agricultor entrevistado)

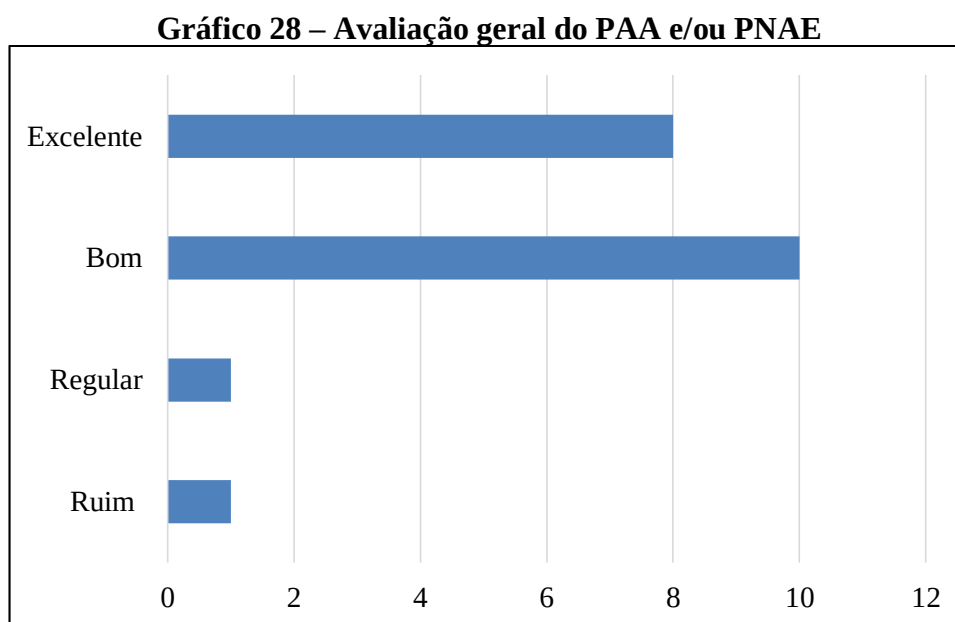
Com relação às sugestões, surgiram algumas como a criação de uma rede estadual interligada para a compra direta e distribuição dos produtos, assim como a contratação de mais nutricionistas.

Foi aquela que eu falei a você, de se criar sua rede do Estado, pra comprar dos agricultores, comprar os produtos que a gente tem aqui, como banana, a manga, o abacate e a laranja. O Governo do Estado através do PAA e PNAE, comprava da gente pra levar pra outra região, né. As vezes tem produto que não tem na região e tem agricultor fornecendo, a gente tem testemunha, né, tem como provar. Eu mesmo eu tenho como provar, a gente tem nas escolas do Estado, você chega lá tem alguém do município ou de outro município entregando naquela escola do Estado um produto que no município deles não tem, que ele não produz. E outro erro, eu não sei se você sabe, mas é uma nutricionista sozinha pro estado, você sabia disso? Eu fui em Bananeiras, ela tava lá, eu conheci, aí depois eu fui em João Pessoa numa reunião, aí ela tava lá, ela é sozinha responsável pelo estado, uma nutricionista só, 223 municípios. (P. C., 2019, agricultor entrevistado)

As dificuldades elencadas pelos entrevistados se apresentam como entraves consideráveis para a execução dos programas, o que denota a necessidade de ajustes dos processos: como fornecimento de assessoria, transporte, melhoria da transparência e fiscalização, dentre outros.

5.10 Avaliação dos programas pelas unidades fornecedoras

Diante do cenário apresentado, de dificuldades e possibilidades, questionou-se também como esses agricultores avaliavam essas políticas públicas.



Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro-abril, 2019.

Entre os entrevistados, 40% avaliam os programas como “excelentes”, 50% como “bons”, totalizando um percentual de 90% de avaliações positivas, 5% avaliaram como “regulares” e 5% como “ruins”. Esses dados refletem a importância que esses programas têm para esses sujeitos, no sustento da unidade produtiva e na reprodução camponesa.

Os dados mostram também que, mesmo com todos os entraves elencados pelos entrevistados, a rejeição a esses programas é baixíssima. O que denota um impacto positivo nas unidades produtivas beneficiadas, tanto em termos materiais quanto imateriais. Nesse inquérito, tentou-se também aprofundar algumas questões que julgamos pertinentes no sentido da reprodução camponesa, como, por exemplo, o interesse dos mais jovens em permanecer na terra, o interesse do agricultor em deixar o campo e migrar para outras atividades e também se os últimos cortes de orçamento do governo atual têm gerado preocupação entre os agricultores.

5.11 O desafio da permanência e o interesse do jovem camponês

O interesse dos jovens em permanecer na atividade é um termômetro de como se encontram as condições atuais de sobrevivência nas unidades produtivas. É possível notar nos depoimentos que as opiniões se dividem em relação à continuação das atividades agrícolas pelos mais jovens da família.

Em alguns casos permanece um ciclo natural de reprodução do campesinato de maneira intergeracional.

Eu acho que aqui só eu né, mainha, que tá interessado em continuar?... que meu irmão vai trabalhar lá fora. É meio a meio né, quem vai dizer é a coragem do cabra. A agricultura dá e não dá. Se o cabra tiver coragem, cabeça e se organizar, dá! Num dá pra enricar né! Nenhuma atividade hoje em dia dá. A não ser que seja um filho solteiro, que trabalhar fora e ter uma rendazinha boa, mas, depois que ele casar, se ele não tiver uma casa e for viver de aluguel, morando na cidade, num dá nem pra pagar as contas, nem pra comer. Por isso, é melhor continuar na agricultura. (L. O. L., 2019, agricultor entrevistado)

Trabalha eu, meu filho e o cunhado dele. O filho, o meu filho, ele segue o destino que mais lembra o do pai, tá se preparando pra...(assumir). (A. B., 2019, agricultor entrevistado)

Meus meninos ajudam também. Eu tenho um que tem mais interesse. Meus meninos, assim, tudim trabalha, de lá. Um é mototaxi mas ele trabalha lá também, tem um lá que cria porco, o mais velho cria gado. (D. A., 2019, agricultor entrevistado)

O que eu vejo mais da família é a menina, mas o menino não. A gente vê que ele não tem o perfil de ficar, de cultivando a terra. Mas a menina eu já vejo que ela mais assim nesse lado assim da terra de sempre está comigo por dentro. Agora o menino nem lá ele vai, eu estou trabalhando lá e nem lá ele vai, agora ela não, ela gosta de andar por dentro dos mato, aonde eu estou, é interessada. Mas eu vejo isso no perfil dela, tem mais assim esse perfil pra agricultura. (P. C., 2019, agricultor entrevistado)

Em outros, o desânimo encontrado com o contexto atual de desvalorização e a descrença no Estado em fomentar esse tipo de agricultura contribui para a repulsão camponesa.

Não, acredito que não viu, já por causa do incentivo que vamos dizer que não tem. A renda é pequena, vamos dizer, os jovens de hoje não querem regressar na agricultura não. Não é nem o trabalho, vamos dizer, que é muito trabalhoso, o problema é o valor, a valorização que não tem. Como é que você sustenta uma família hoje? Vamos dizer, um casal, dois, três filhos, ele não consegue. Porque também, vamos dizer, existe assim, safras né. O tempo né. Hoje nós temos o produto orgânico né. Mas é o que? A gente compra água. Quer dizer, que agora na seca a gente está sobrevivendo para no inverno o que você gastou agora vai pagar depois, você num vai pagar agora não. Um caminhão água por 200 reais. Você coloca três por semana. (M. J. S. F., 2019, agricultor entrevistado)

Rapaz, meu caçula aqui tá com 28 anos, nem liga quase. Ele trabalha de pedreiro, trabalha em Lagoa Seca, ele num é muito chegado a enxada não. Só tem ele mesmo de caçula. Mas, enquanto eu puder arrastar eu ainda faço alguma coisa. (G. C. L., 2019, agricultor entrevistado)

Rapaz, a menina de 9 anos né, não sei como é não. Tem um menino de 15, rapaz vai depender do andar da carruagem né, porque hoje em dia num tem nada certo não. Ele me ajuda aqui, faz alguma coisa, mas se os negócios melhorar o cabra abre espaço para ele. Mas, se não melhorar, o cabra tem que procurar as melhora né. (E. G. S., 2019, agricultor entrevistado)

Não, meus menino não quer saber de agricultura não. O mais velho tá na faculdade e num quer saber de agricultura não. E a moça também, essa é que num quer. Só pra quem é mais velho mesmo viu. Pra quem aguenta o rojão. (C. G. S. J., 2019, agricultor entrevistado)

Tem nada. Mas de todo jeito eu tenho dois, um de 17 e outro de 14, a gente mora no sítio né, não tem outra opção eles, por enquanto né, que eles estudam. Um agora fez o Enem, fez 580 pontos aí dá pra algumas coisas né, mas pra o que quer num deu, ele queria odontologia, aí tem que ser mais né, a pontuação tem que ser melhor. Mas eu disse a ele, tem cursos, terminou agora, mas tem cursos pra fazer. (R. C. P., 2019, agricultor entrevistado)

A principal dificuldade encontrada pelos jovens agricultores é a incerteza na capacidade de sobrevivência a partir da renda gerada nas unidades produtivas no contexto atual, o que se traduz em desinteresse de boa parte dos jovens em continuar na terra. O cenário de cortes de políticas públicas, já apresentado, tem agravado a situação e gerado preocupações.

Figura 43 – O desafio da permanência do jovem no campo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Eu fico pensando se será possível manter o sítio no futuro, hoje meu pai trabalha muito e ganha muito pouco. Além disso, tá ficando velho, quando vende alguma coisa, fica quase tudo nas mãos do atravessador. Quando vem uma ajuda do governo é passageira né? Num instante se acaba. (J. J. N., 2021, jovem agricultor entrevistado, 18 anos)

Meu pai me diz para eu estudar, me formar e fazer outra coisa, que a agricultura num vai dá não. Apesar, de que eu gosto do sítio, gosto de morar aqui, gosto de trabalhar na terra. Mas o incentivo é quase nenhum, e agora com esse governo piorou. (S. V. A., 2021, jovem agricultor entrevistado, 17 anos)

A importância estratégica discutida no âmbito da soberania alimentar contrasta com o pequeno fomento de políticas públicas nesse segmento, uma vez que esse é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no país. O abandono do campo por esses jovens, a partir do contexto atual, pode traduzir-se em falta de alimento e inflação nos preços. A situação, por sua vez, pode levar, também, ao aumento do controle corporativo da produção de alimentos, desemprego rural e urbano, migração rural-urbana, inchaço populacional das cidades, perda da qualidade desses alimentos, dentre outros.

Outro fator importante a ser considerado é o interesse do agricultor beneficiado com os programas de deixar o campo e migrar para outras atividades. Com relação às respostas, a maioria tem interesse em permanecer, mesmo com todas as dificuldades encontradas, o que mostra a resistência camponesa nesse aspecto.

Eu acho que eu nem tenho condições de sair de lá homem (risos) Eu só vou sair de lá quando morrer mesmo. Num tem nem futuro né? (D. A., 2019, agricultor entrevistado)

Já tou sofrida demais (risos). Tem que é sofrimento. Sabe até que horas a gente fica acordado? Ontem mesmo 2 horas da manhã, eu e ele, a gente amarrando coentro tudim, limpando. 2 horas da manhã e acordar de 4, 4 e meia. Isso é dois dias por semana, na quinta e na sexta, já pra feira da manhã, na panela, você ainda espera um dia se aposentar, mas o jovem não, ele estuda e, quando ele ver aquele sofrimento, ele sai fora. (M. J. S. F., 2019, agricultor entrevistado)

Deus me livre! Deus me conserve aqui, eu só quero ir pra cidade quando me levarem. Pra eu num vim mais, ficar lá, igual minha mãe quando morreu, levou e deixou lá na cidade e pronto. Isso aí eu não tenho esse pensamento não. (P. C., 2019, agricultor entrevistado)

Não. Eu tenho minha casa, num pago aluguel e trabalho aqui no sítio, pra mim tá bom demais assim. Se num tivesse o sítio, se fosse pra morar só na rua, também num dava certo não. (C. G. S. J., 2019, agricultor entrevistado)

Nesse contexto, todos elencam as muitas dificuldades encontradas no cotidiano da produção e comercialização. Além de outros fatores como a falta de segurança e serviços básicos. Entretanto, é possível entender a resiliência e a persistência desses sujeitos frente a esse cenário, ainda que em situações de desânimo, permanecem resistindo e recriando-se. Assim como é possível perceber a importância desses programas para a vitalidade dessas formas de produção.

Ainda que os recentes cortes de orçamento do governo Bolsonaro e sua agenda liberal, bem como a insegurança desses programas e o momento político em que se realizou a pesquisa tenham interferido negativamente no cenário apresentado, com relação aos programas estudados, considera-se que, de alguma maneira, eles continuam contribuindo para fortalecer essa resiliência e, mesmo de forma indireta, a reprodução camponesa.

5.12 O cenário de cortes

O movimento recente de cortes orçamentários, sobretudo no PAA, e as recentes reformas apresentadas no campo trabalhista e previdenciário, reiteram a importância da pergunta de como o agricultor beneficiário tem visto a conjuntura do governo Bolsonaro. As respostas corroboraram com o momento de preocupações e incertezas.

A agricultura familiar tá sendo muito prejudicada né. Porque, na realidade, ao longo dos tempos, os governos tem uma carga tributária muito grande e

arrecada imposto para investir em políticas públicas, essa é a realidade do Brasil ao longo de todos esses anos né. E agora refaz essa carga tributária já é maior, mas aí algumas políticas públicas deixam de existir, prejudica a gente que é pequeno né. [Essas políticas estavam surtindo efeito?] Tava sim, é tanto que a distribuição de renda e a qualidade de vida do brasileiro estava melhorando em todos os sentidos. É, o retrocesso é muito grande, as conquistas que foram muitos anos e do governo mesmo, principalmente do governo Lula que começou a mudar né... e agora a gente estamos tendo em pouco tempo um retrocesso do tamanho do mundo. (E. A., 2019, agricultor entrevistado)

Tem! Muito! Muita preocupação nisso aí né? Tem preocupado porque né. Se for cortar as coisas da gente agricultor, é sofrimento... eu num me preocupo nem comigo, é com os mais novo que vai chegar, porque eu já tô aposentada, já recebo meu dinheirinho sofrido pra chegar onde eu cheguei. Aí tem preocupado, porque se acabar esses direitos que o pequeno agricultor... pra os agricultor já é um sofrimento né, se eles tirar... o PAA era muito bom, chega a safra da laranja eu num me importava, levava carro de laranja a vontade né, era muito bom. Os meninos que trabalha com hortaliças também, era muito bom. (Z. Q. S., 2019, agricultor entrevistado)

De alguma forma sim né. Porque igual o PAA e o PNAE se cortar, muita gente por enquanto não tá sendo beneficiado, mas tem muita gente que é beneficiado com isso, a gente não vai só olhar a gente, porque tem muita gente que sobrevive disso aí. Aí se cortar, fica uma renda meio escassa pro povo, um incerteza do amanhã. (S. F. O. M., 2019, agricultor entrevistado)

Isso é uma preocupação grande, porque a melhoria do campo, através mesmo das políticas públicas e isso é uma incerteza que nós temos para a frente. (A. B., 2019, agricultor entrevistado)

No ano de 2019, a incerteza provocada pela reforma previdenciária elaborada pelo governo Bolsonaro também assustara profundamente os agricultores, e a temática acabou por permear parte dos depoimentos.

Ele tá deixando todo mundo sem dormir com essa história de contribuição pra aposentar, porque uma pessoa como eu por exemplo, cinquenta anos, nunca contribuiu né. Ai se eu fosse me aposentar, faltava dez anos, a gente não sabe nem se chega lá né. Aí ele quer que a gente contribua vinte anos né? Então. Num sei como é que vai ficar, se a gente não contribuiu e só falta dez anos pra se aposentar no caso. O que é que vai acontecer se ele quer que contribua vinte? Então eu só ia me aposentar com setenta. Que parece que pra agricultor ele não mexeu na idade não né? Mas tem a contribuição, aí como a gente vai fazer? Tô sem entender. Que tem um negócio lá de transição né que chama, que eu não entendo muito como é que é isso aí não. Tem uns que vai receber metade do salário, é uma complicação. (C. G. S. J., 2019, agricultor entrevistado)

E muito né, falar a verdade é preocupação eu acho que quase de todo mundo né. Acho que só quem não quer ver as coisas né. Pra mim esse governo não vai ser essas belezas pra gente agricultor não. Pelo menos assim o que eu penso né, não sei os outros, porque já começa ferrando já a pessoa com esse negócio da previdência né. (D. A., 2019, agricultor entrevistado)

A maior parte dos agricultores explicou que os recentes cortes resultantes do desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro provocam uma intensa preocupação para aqueles que estavam participando. A incerteza da continuidade dos programas, os cortes de orçamento para esse segmento da agricultura têm repercutido de forma negativa entre esses sujeitos. Alguns falam em perder o sono, outros da própria permanência na terra, outros da perda dos canais de comercialização. Essas incertezas se refletem na continuidade da produção, na perda do interesse dos mais jovens, dentre outros.

5.13 Os programas e o futuro

A política de Aquisição de Alimentos tem demonstrado ser uma experiência exitosa e estratégica para a soberania alimentar do Brasil e para o desenvolvimento nacional. Os programas que têm como alvo a ampliação dos mercados institucionais com vistas a melhorar a comercialização da agricultura camponesa, através da compra direta, têm sido elogiados por diversos pesquisadores de distintos campos do conhecimento como já debatemos.

Entre os principais apontamentos dedicados a essa política estava a necessidade de ampliação orçamentária, o que poderia aumentar o número de agricultores beneficiados e elevar o valor das cotas individuais, contribuindo assim para uma maior autonomia para esses agricultores e também para uma maior popularização dessas políticas. Entretanto, após a ruptura democrática registrada em 2016, e por sequência da diminuição orçamentária dos governos Temer e Bolsonaro, o contrário tem acontecido. São vultosos os cortes de orçamento e as alterações no funcionamento desses programas que têm provocado o desmantelamento dessa política. Os esforços da equipe de governo atual se direcionam para extinguir e inviabilizar as ações e avanços que tinham norteado a agricultura camponesa nos governos anteriores.

A política de aquisição de Alimentos foi extremamente abalada por essa conjuntura golpista e aniquiladora de direitos. Tal política que se configurara, até então, com uma relativa solidez no plano do desenvolvimento territorial brasileiro, além de contribuir para melhores ajustes na integração regional, recebeu elogios inclusive de organismos internacionais, como já reiterado.

Em aproximadamente três anos (2016-2019), juntando os governos de Temer e Bolsonaro, a velocidade e a quantidade de mudanças foram tão expressivas que causaram um efeito desnorteador nos pequenos agricultores. Esses não conseguem, na maioria das vezes, sequer entender sobre quais frentes o seu direito estava sendo atacado (aposentadoria, política de aquisição de alimentos, reforma agrária, financiamentos, programas sociais etc.).

Alguns autores têm colocado em debate a presença mais efetiva da sociedade civil em novas arenas, como no espaço de formulação de políticas públicas que se encontra atualmente dominado pela chamada bancada ruralista. Desse modo, resta à sociedade civil lutar de forma organizada para defender conquistas sociais que tinham sido consolidadas por hercúleo esforço e que agora estão se deteriorando.

Apesar de todos os aspectos negativos do cenário construído para esse início de século, parecem existir novas ferramentas de articulação de massas. Diante disso, é preciso aproveitá-las ressignificando-as para novas formas de luta, como a de aspecto político dentro e fora das casas legislativas. É preciso, pois, pensar novas estratégias e se refazer politicamente para que não se aniquilem os caminhos e possibilidades sugeridos nos últimos anos.

Segundo o site do antigo Ministério do Desenvolvimento Social, no auge do programa em 2012, o governo chegou a liberar R\$ 839 milhões para a compra de alimentos pelo PAA. Em 2017 no início do governo Temer as reduções já tinham sido gigantescas, o orçamento ficou na casa dos R\$ 318 milhões, ou seja, uma queda de mais de meio milhão de reais, o que representou um decréscimo de 62,1%.

De 2009 a 2016, só no Semiárido brasileiro, o PAA movimentou cerca de R\$ 550 milhões na compra de produtos da agricultura familiar, com destaque para frutas e hortigranjeiros, laticínios, mel e processados que estão entre os alimentos mais fornecidos para o programa. (ASA BRASIL, 2020, p.1)

Já para 2018¹⁷⁴ o programa vinha sendo duramente ameaçado, o poder executivo tentou reduzi-lo a valores ínfimos, inicialmente a proposta era de R\$ 4 milhões, entretanto, o auge do problema mostrou-se quando, no mês de agosto de 2017, o governo Temer mandou para a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado a PLOA/2018 que tinha uma proposta de corte de 99,8% no orçamento da política, restringindo o orçamento a R\$ 750 mil.

Os ataques do poder Executivo ao PAA só não colocaram fim à política porque houve forte rejeição entre os órgãos de representação da agricultura camponesa como movimentos sociais, entidades de classe, cooperativas, membros da sociedade civil, do Ministério de Desenvolvimento Social-MDS e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário-Sead. Essas intervenções, entretanto, não recuperaram os valores praticados durante os governos petistas, deixando o orçamento de 2018 próximo do que havia

¹⁷⁴ O Portal Gazetaweb.com, vinculado ao portal de notícias G1 (2018), fez um levantamento das áreas mais atingidas pelo orçamento de 2018. São elas: a agricultura familiar (-35,4%), a reforma agrária (-28%), o bolsa família (-3,6%), a cultura (-15%), as políticas para mulheres (-52,6%), a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (-22%), os direitos das pessoas com deficiência (-44,2%), e os povos indígenas (-4,2%), dentre outras. Todos esses cortes apontam para uma redução drástica da participação do Estado na mediação de demandas sociais extremamente importantes na vida cotidiana do país.

sido praticado no ano de 2017. Essas intervenções se deram a partir de diversas emendas orçamentárias feitas na câmara dos deputados, o que se repetiu em 2019 e 2020. Peixoto e Oliveira (2020) explicam que entre 2003 e 2020 a política se transformou negativamente, já que seus objetivos foram comprometidos pelos cortes orçamentários.

Em 2003, o objetivo era combater a vulnerabilidade social buscando diminuir a insegurança alimentar e nutricional. Em 2020, a vulnerabilidade atingiu a própria política e o retrocesso é evidente ao público beneficiário: de um lado, o Brasil retoma o seu lugar no Mapa da Fome, do outro lado, a agricultura camponesa está submetida a uma condição de fragilidade socioeconômica, o que ameaça sua permanência no espaço agrário. (PEIXOTO E OLIVEIRA, 2020, p.1)

Ainda nesse ínterim, o presidente Jair Bolsonaro entregou ao presidente da Câmara Federal Arthur Lira, em 09 de agosto de 2021, a medida provisória nº 1061¹⁷⁵ que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. O primeiro representa a extinção do Programa Bolsa Família, política social reconhecida internacionalmente, que atende aproximadamente 15 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social. O segundo deverá substituir o PAA, que se tornou referência na comercialização de alimentos através do mercado institucional para a agricultura camponesa. Também nesse bojo de mudanças, a MP sugere o programa Inclusão Produtiva (urbana e rural) que será um bônus de R\$ 200 por mês aos beneficiários do Auxílio Brasil que tenham na família “agricultores familiares”, em troca da devolução de alguns alimentos.

Como já se esperava, além da tentativa de obscurecer o destaque institucional das políticas públicas e sua identificação com os governos petistas, a MP violenta os direitos conquistados e as estruturas construídas com o desmonte dos programas. E assim dá segmento à sua agenda neoliberal. Desse modo, o “Alimenta Brasil” extingue o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sem apresentar, até esse momento, suportes orçamentários nem forma de organização¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Em Carta Aberta divulgada no dia 15 de outubro de 2021, durante a Semana da Alimentação, 230 organizações sociais e entidades populares apontam as incoerências e pediram a rejeição da MP 1061 (ANA, 2021).

¹⁷⁶ Por enquanto, o site do Ministério da Cidadania mantém no seu site cinco modalidades com nomes idênticos ao extinto PAA: “*Compra com Doação Simultânea* (Termo de Adesão e Conab): compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras; *Compra Direta*: compra de produtos pré-definidos, com o objetivo de sustentar os preços; *Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite*: compra de leite para doação às unidades receptoras e, nas hipóteses previstas, diretamente aos beneficiários consumidores; *Apoio à Formação de Estoques*: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público; *Compra Institucional*: compra de produtos da agricultura familiar, por meio de chamamento público, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios de órgãos públicos.” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2012)

Dentre as críticas apresentadas por especialistas, movimentos sociais e pelos próprios sujeitos que participam da política pública aponta-se o desmonte de toda uma estrutura construída ao longo de mais de duas décadas, que se manifesta desde o desmantelamento da regulamentação existente até a retração da importância da Conab. A falta de pressupostos sólidos pela insegurança¹⁷⁷, até então, obscurecem como deverá se comportar o novo grupo gestor e como deverão ser regidos os recursos, já que ficaram à disposição do Ministério da Cidadania. O novo programa também extinguiu a modalidade “Aquisição de Sementes”, que era destaque do extinto PAA.

Já o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, teve suas bases apresentadas no Decreto Nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamentou o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

Do Auxílio Inclusão Produtiva Rural

Art. 75. O Auxílio Inclusão Produtiva Rural será concedido às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil que possuam em sua composição agricultores familiares, nos termos do disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e residam em ente federativo que firmar termo de adesão com o Ministério da Cidadania, nos termos do disposto no art. 36 da Medida Provisória nº 1.061, de 2021.

Parágrafo único. A comprovação de enquadramento como agricultor familiar ocorrerá pela Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Art. 76. O Auxílio Inclusão Produtiva Rural será pago em parcelas mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 1º É vedado o pagamento de mais de um auxílio por pessoa e por família.

§ 2º Iniciada a participação da família no Auxílio Inclusão Produtiva Rural, o beneficiário será mantido na ação de incentivo à produção independentemente da manutenção da família no Programa Auxílio Brasil, condicionada à permanência da família no CadÚnico, pelo período de até doze meses.

§ 3º Na hipótese de a família não retornar à condição de beneficiária do Programa Auxílio Brasil no período estabelecido no § 2º, o Auxílio Inclusão Produtiva Rural será suspenso.

§ 4º Fica estabelecido o percentual mínimo de doação de dez por cento do valor do Auxílio Inclusão Produtiva Rural estabelecido no **caput**, exceto nos casos estabelecidos pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil.

§ 5º A verificação e a comprovação das condições de permanência no Auxílio Inclusão Produtiva Rural serão registradas e acompanhadas por meio de sistema eletrônico específico do Ministério da Cidadania.

Art. 77. O Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, nos termos do disposto no art. 30 da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, poderá definir:

I - os critérios de elegibilidade e de focalização a serem utilizados para a seleção das famílias, a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica, que serão divulgados pelo Ministério da Cidadania; e

¹⁷⁷ Ainda que mantidas algumas das bases do programa anterior como, por exemplo, as modalidades e a execução da Conab, o histórico recente de cortes de orçamento para essa política gera entre os pequenos agricultores contemplados um clima de insegurança, sobretudo, pela vigência do ano eleitoral de 2022.

II - os fluxos e os critérios para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e para validação das famílias elegíveis. (BRASIL, 2021)

O novo auxílio Inclusão Produtiva Rural deverá submeter o pequeno camponês a fazer a doação de alimentos sem que o valor dos produtos e o prazo estejam definidos. Conforme a Resolução Nº 1 de 7 de dezembro de 2021, que estabelece os critérios¹⁷⁸ de elegibilidade e priorização dos beneficiários do Auxílio Inclusão Produtiva Rural esses prazos ficarão a cargo dos municípios. Art. 4:

§ 2º Durante os meses iniciais de carência definidos na legislação, caberá ao município estabelecer Plano de Trabalho junto a família, definido os prazos e produtos a serem doados, que deverão seguir regras a serem estabelecidas em Resolução específica, conforme previsto no termo de adesão. (BRASIL, 2021)

¹⁷⁸ “Art. 2º. São elegíveis para recebimento do Auxílio Inclusão Produtiva Rural (AIPR) famílias que atendam simultaneamente às seguintes condições:

I - estejam com os dados atualizados no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, observado regulamento do CadÚnico e normas específicas aplicáveis;

II- possuam Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa ou documento que venha a substituí-lo;

III- não sejam beneficiários fornecedores do Programa Alimenta Brasil; e

IV - residam em ente federativo que possua Termo de Adesão firmado com o Ministério da Cidadania, conforme estabelecido no Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021.

Parágrafo Único. O Termo de Adesão de que trata o inciso IV será o Termo de Adesão ao Programa Alimenta Brasil, cujo apêndice, de adesão voluntária, trata do AIPR

Art. 3º. A identificação das famílias será realizada de forma automatizada, de acordo com a seguinte ordem de seleção,

I - identificação das famílias elegíveis;

II - identificação das famílias residentes em municípios com mais de 30 famílias elegíveis;

III - classificação das famílias de acordo com o maior percentual da população rural identificada no CadÚnico em situação de extrema pobreza

§ 1º Para os anos de 2021 e 2022 somente serão atendidas famílias em entes federativos que possuam mais de 30 famílias elegíveis.

§ 2º Para o ano de 2021 serão contempladas as famílias residentes apenas nos municípios cujo percentual da população rural registrado no CadÚnico, em extrema pobreza, seja superior a 70%.

Art. 4º. Caso o número de famílias elegíveis ultrapasse o orçamento disponível para o Auxílio, será aplicada a seguinte regra de priorização:

I- aplicação dos mesmos critérios de ordenação utilizados na seleção das famílias receptoras dos benefícios financeiros destinados a ações de transferência de renda com condicionalidades, de que trata o art. 22 do Decreto nº 10.852, de 2021, nos termos da Portaria MC nº 711, de 2021;

II- famílias que residam em municípios com maior percentual da população rural identificada no CadÚnico em situação de extrema pobreza

Art. 5º. A lista de famílias pré-selecionadas será encaminhada ao gestor municipal para validação do perfil familiar, atestando a compatibilidade aos objetivos do auxílio, conforme previsto no termo de adesão firmado.

§ 1º A família selecionada deverá assinar Termo de Ciência junto ao município, conforme modelo constante do Termo de Adesão.

§ 2º Durante os meses iniciais de carência definidos na legislação, caberá ao município estabelecer Plano de Trabalho junto a família, definido os prazos e produtos a serem doados, que deverão seguir regras a serem estabelecidas em Resolução específica, conforme previsto no termo de adesão.

§ 3º A concessão será notificada à família por meio do envio de correspondência ao endereço registrado no Cadastro Único ou por outros meios definidos pela SEISP, preferencialmente eletrônicos.

§ 4º Para o ano de 2021, o prazo para apresentação do Termo de Ciência será o dia 15 de dezembro às 18h00, horário de Brasília” (BRASIL, 2021)

Segundo a ANA-Articulação Nacional da Agroecologia (ANA, 2021, p. 1), “A exigência desconsidera a produção para a subsistência e questões que interferem nas condições de produção (acesso a água, estiagem...) e que afetam, sobretudo, as famílias mais vulneráveis à fome”. Nesse sentido, as famílias que não tiverem condições de fazer a doação no mês estipulado correm risco de exclusão e até criminalização.

Outra diferença diz respeito à temporalidade, o novo programa prevê a participação da família por no máximo 36 meses. Sendo que a família só poderá voltar ao mesmo se decorridos igual prazo. Além disso, não poderá ser acumulado juntamente com o programa Alimenta Brasil, que substitui o PAA. O que reflete o descompromisso do Estado na proteção dos pequenos agricultores e o abandono à sorte do mercado.

Com relação ao PNAE, outros ataques vêm preocupando os pequenos produtores, uma vez que foi aprovado na câmara federal o PL 2.392/2020 de autoria do Deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), e de relatoria do Deputado Carlos Jordy (PSL/RS), que enfraquece o Programa (O PL até então ainda espera tramitação no Senado Federal). Segundo o observatório da Alimentação Escolar, o PL traz dois grandes impactos sobre a política:

O primeiro foi a aprovação da criação de uma cota para aquisição de leite em sua forma fluida. Isto cria um perigoso precedente de reserva de mercado, deixando o PNAE vulnerável a todo tipo de lobby legislativo, uma vez que o cardápio do PNAE passaria a ser definido no Congresso Nacional, e não por técnicos nutricionistas. Essa mudança fere a autonomia de estados e municípios na definição de cardápios, que devem ser definidos localmente, respeitando os hábitos e cultura alimentar da localidade, a sazonalidade, diversificação e promoção da alimentação adequada e saudável. O segundo prejuízo foi a retirada da prioridade dos assentamentos da reforma agrária e comunidades indígenas e quilombolas no fornecimento de alimentos da merenda escolar, o que alija ainda mais estes povos do acesso aos mercados. (OAE, 2021, p. 1)

Para os especialistas, retirar das mãos dos nutricionistas o papel de estabelecer o cardápio e colocá-lo nas mãos dos deputados pode submeter a política a interesses eleitorais. Já a retirada da prioridade dos assentamentos da reforma agrária e comunidades indígenas e quilombolas no fornecimento de alimentos da merenda escolar é uma afronta ao modelo de política que tem sido referência internacional. O FNDE já se posicionou contra o PL, assim como outras entidades.

Diante dos fatos colocados, já é possível consolidar o entendimento de que no governo atual a política de aquisição de alimentos, tal como fora desenhada nos governos anteriores, foi eleita como inimiga de seus pressupostos ultraliberais. Nesse sentido, nos próximos anos, novas

roupagens devem surgir. O que muito provavelmente poderá resultar em um aprofundamento dessa agenda de ataques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da reprodução camponesa no sistema capitalista continua instigando a curiosidade dos pesquisadores, especialmente na grande área das ciências sociais. A literatura científica sobre o tema tem elegido dois prismas principais de análise. A *face interna* calcada, principalmente, no modo de funcionamento das unidades familiares, que tem por característica a resistência e a recriação, e a *face externa* baseada na relação contraditória de dependência e exploração do capitalismo para com o campesinato.

Observa-se que a construção e a participação nas políticas de aquisição de alimentos demonstraram-se como novas e importantes estratégias de reprodução camponesa no capitalismo. Sobretudo, porque conseguem materializar os prismas apresentados, unificando-os em um só processo. De um lado, a capacidade de organização desse grupo social enquanto classe demonstrou-se fundamental, materializando sobre a forma de políticas públicas a pressão exercida sobre o Estado. De outro, o próprio Estado e o mercado capitalista demonstram sua dependência, na medida em que cedem a essas pressões, mas sem quebrar o modelo de exploração.

A construção das políticas de aquisição de alimentos também sintetizou a forma contraditória como os governos petistas encararam a questão agrária no país. De modo que, essas políticas ilustraram, perfeitamente, o papel tradicional do Estado capitalista no processo de reprodução camponesa. À medida que centralizaram suas ações em políticas mais setoriais e compensatórias, se abstiveram da complexa estrutura fundiária (principal questão do campo brasileiro), conformando, assim, os interesses das classes dominantes do campo ao mesmo tempo que mantinham um paralelo apoio de parte do campesinato.

Entretanto, nesse processo, é importante reconhecer o esforço dos movimentos sociais camponeses, que foram fundamentais na construção e proposição política das propostas gestadas. Na medida em que conseguiram encontrar certa permeabilidade nos governos petistas, conseguiram estabelecer uma agenda social mais inclusiva para os camponeses. A política de Aquisição de Alimentos foi uma conquista, especialmente porque esses programas, no período estudado pela pesquisa, modificaram os arranjos produtivos locais, dando às unidades contempladas um diferenciado contexto de reprodução territorial.

Observa-se que nos contextos locais, essas políticas geraram melhores condições financeiras para as unidades familiares beneficiadas, isso refletiu-se no aumento da renda nessas pequenas propriedades. A ampliação do comércio, no geral, garantiu melhorias no campo

material que recaíram sobre os agricultores em proporções variadas de acordo com suas respectivas capacidades de produção, o que diminuiu, nessas áreas, consequentemente, a dependência do atravessador.

Além de um canal de comercialização alternativo, essas políticas praticaram, no geral, melhores preços que o mercado (dominado pelos atravessadores). Isso se refletiu na melhoria técnica das propriedades, que conseguiram, a partir do aumento da renda, ampliar a produção com relação a condição anterior a essa participação. No contexto local, essa realidade se apresentou na forma da compra de insumos e maquinários, ampliação de mananciais, aumento da área plantada e do efetivo das pequenas criações, dentre outros.

A política de preços fixos, baseada em pesquisa de mercado anterior, ofereceu uma condição de proteção às unidades camponesas com relação ao mercado competitivo local, esse último, especialmente refém das oscilações comuns deste segmento. O que proporcionou para esse campesinato uma melhor condição de planejamento, já que as condições de pagamento pré-estabelecidas pelos projetos eram efetivadas diferentemente da realidade da comercialização tradicional, marcada pela instabilidade e exploração.

No contexto local, a própria burocracia de ingresso nessas políticas públicas incentivou de certa forma as unidades familiares beneficiadas ao associativismo, cooperativismo e sindicalização. A dificuldade encontrada pelos pequenos agricultores para a retirada da DAP e a necessidade da elaboração de projetos coletivos, essenciais a participação nesses programas, os aproximou dessas entidades, que servem, além de suas respectivas funções particulares, como canais importantes de divulgação de informações, o que é de grande valia nessa conjuntura. Nesse sentido, ao proporcionar uma maior participação nesses espaços coletivos esses programas levam ao melhoramento do entendimento político dos camponeses e fortalecimento dos laços comunitários, indispensáveis no processo de reprodução.

Ao oferecer preços diferenciados para os produtos agroecológicos e a priorização nos cardápios de produtos da tradição local das unidades receptoras, essas políticas incentivaram a valorização das culturas regionais e da alimentação saudável em instituições como escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, dentre outros. O que tende a melhorar a receptividade dessas populações com relação a esses alimentos e aumentar, por conseguinte, essa demanda, o que favorece e valoriza o pequeno produtor.

O melhoramento da renda proporcionado pelos programas nas unidades produtivas contempladas tem colaborado para o envolvimento maior da família no processo de produção, reduzindo o chamado “trabalho acessório”, que é quando o camponês busca complementar a

renda fora da unidade familiar, geralmente com subtrabalhos. Essa maior participação favorece, especialmente, o processo de permanência no campo (e na/com a família).

Pode-se dizer também, que a melhoria das condições materiais nas unidades produtivas tende a quebrar com as visões estereotipadas construídas pela própria sociedade capitalista quanto à analogia com o arcaísmo e o atraso imputados ao campesinato, versões que são incorporadas pelos próprios camponeses. Essa relação desperta, por sua vez, um ambiente de maior positividade, inclusive entre os membros mais jovens, no sentido de dar continuidade ao processo de reprodução e permanência no campo.

As políticas de aquisição de alimentos, apesar de se constituírem como uma mediação do Estado capitalista ao interferir na etapa de comercialização, preservam nas propriedades traços característicos das unidades camponesas, configurando uma autonomia relativa. Elas não impõem ao camponês mudanças nos processos próprios de suas unidades produtivas, o que favorece a preservação da identidade, cultura e dos ritmos locais.

Observa-se também que foi priorizado por esses programas o fornecimento de alimentos advindos de assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A inclusão desses contingentes no arcabouço técnico-jurídico dessas políticas pelo poder público é extremamente importante do ponto de vista da resistência dessas populações, que até então tinham pouca ou nenhuma expressão na agenda política do Estado.

De forma mediada pelo Estado, a política de aquisição de alimentos proporcionou uma nova relação entre famílias camponesas, trabalhadores urbanos, alunos da rede pública, dentre outros, gerando um laço produtor-consumidor entre grupos subalternos no capitalismo. Possibilitando, ainda, a essas pessoas o acesso a uma alimentação saudável, condição que, na maioria das vezes, fica restrita a grupos de maior poder aquisitivo.

Observou-se isso no contexto local, onde os principais alvos foram a merenda nas escolas públicas, os bancos de alimentos e os restaurantes populares. Desse modo, ao mesmo tempo em que geraram renda para a população camponesa, possibilitaram às classes menos favorecidas o acesso à alimentação de qualidade.

Além das contribuições materiais citadas para a reprodução do campesinato, constata-se também evoluções na política de aquisição de alimentos, especialmente sobre inovações no papel do Estado, que começa a figurar como consumidor de produtos camponeses. A ampliação dos canais de comercialização tem se configurado em aumento da demanda e melhor poder de negociação das unidades contempladas em relação ao preço praticado nos mercados locais pelos atravessadores.

Identifica-se, também, que esses programas inauguraram uma nova forma de pensar o papel do Estado com relação às políticas de abastecimento, sobretudo por gerar com a execução de apenas uma política, uma contribuição para dois segmentos distintos. Garantindo a compra de parte da produção de pequenos camponeses e ao mesmo tempo a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A partir de uma renovada política nacional de abastecimento nos governos petistas, a CONAB teve papel ressignificado pela política de aquisição de alimentos, já que sua estrutura pré-existente se configurou como essencial na execução das compras e da distribuição dos produtos. Além disso, os principais fornecedores do órgão passaram a ser os próprios camponeses, se configurando em uma intermediação interessante, já que esse grupo social passou a ter pelo Estado reconhecido papel no abastecimento do país.

A política de Aquisição de Alimentos também apresentou evoluções significativas em relação à política creditícia, apesar do modo de funcionamento diferente (financiamento x aquisição). A última se mostrou mais inclusiva e fundamentalmente mais assertiva que o Pronaf, predominante até então, que se mostrou profundamente incompatível com o modo de funcionamento da agricultura camponesa, especialmente no Nordeste e na Paraíba. Os dados mostram que uma das grandes marcas desse programa de crédito na área foi a seletividade dos financiamentos e o endividamento dos pequenos agricultores.

Observa-se também que essas políticas públicas consolidaram, no campo da agenda estatal, um espaço de discussão sobre “segurança” e “soberania alimentar”. Além de uma extensa rede orgânica, estruturada nacionalmente, relacionada a esses temas. A contribuição do debate trouxe à tona a pauta da dimensão estratégica do Estado e o reconhecimento da contribuição da reprodução camponesa para a diminuição da “vulnerabilidade alimentar”, para o enfrentamento do “desabastecimento”, para a promoção da “alimentação saudável” e para a “permanência no campo”, dentre outros.

Outro fator observado, dentro das contribuições subjetivas, consiste no fato de que esses programas trouxeram, pela primeira vez, dentro de seus documentos oficiais a valorização dos “produtos agroecológicos”. O uso do termo nos componentes jurídicos indica o reconhecimento por parte do Estado não só de uma forma de produzir, mas de todo um modo de vida discrepante dos moldes impostos pela grande agropecuária capitalista.

Também se constatou nas pesquisas que a formulação dos programas usufruiu de um ambiente mais democrático de discussão e implementação, baseado na participação de diversas entidades da sociedade civil, como os principais movimentos camponeses e as universidades. Isso se refletiu, especialmente, na evolução inclusiva em comparação às políticas anteriores e

na ampla formação dos conselhos locais e nacionais que constantemente avaliam esses resultados.

A transparência dos resultados alcançados alimenta, além dos bancos de dados sobre a temática, a discussão sobre o tema na área própria das políticas públicas. Esse crescimento tem reverberado no aumento dos núcleos e grupos de pesquisa, dos eventos científicos, das conferências, de fóruns de discussão, dentre outros. O que possibilita um debate constante sobre as temáticas de segurança e soberania alimentar.

No campo da Geografia, bem como das demais ciências sociais, essas políticas públicas serviram também para aumentar o debate acadêmico-científico sobre esse rol de temas apresentados, contribuindo para melhoria do universo analítico. Houve um aumento sensível no número de trabalhos e estudos sobre a temática, que teve como produto uma aproximação entre Geografia e o campo científico das políticas públicas.

A respeito dos limites encontrados na execução das políticas, é importante ressaltar que se alegam, no contexto local, ainda muitos problemas relacionados à logística e a operacionalização dessas políticas. Situações que comprometem e até mesmo inviabilizam seu funcionamento em várias localidades. Constatou-se empecilhos como a burocracia, a politização, o clientelismo, o baixo valor econômico das cotas, a baixa quantidade de projetos aprovados, a demora na publicação de editais, distorção dos cardápios, problemas com o transporte de mercadorias, centralização dos projetos nas associações, dentre outros.

A pouca experiência do Estado Brasileiro com relação à execução de políticas públicas para o setor e a reprodução de vícios, encontrados historicamente no Brasil na relação das classes com o Estado, se vinculam fortemente ao panorama de aspectos negativos elencados. De certa forma, apesar da positividade encontrada na maioria dos referenciais encontrados e apresentados, são problemas que devem ser corrigidos com transparência e participação social, para o melhoramento da execução das políticas.

Infelizmente, a partir do ano de 2016, quando entrou em cena um golpe político-parlamentar/jurídico/midiático, já citado, houve uma descontinuidade brusca dessas ações. A partir de então, com o fim dos governos petistas e a aproximação dos ditames (neo)liberais, o cenário que se forjou foi erodindo de forma avassaladora. A perda da representação política fragilizou os espaços sociais de interlocução e a relativa permeabilidade com relação ao Estado, antes conquistada pelos principais movimentos camponeses. A conjuntura trouxe consigo a desregulamentação jurídica de direitos conquistados, vultosos cortes de orçamento para o segmento e uma completa inversão dos interesses governamentais com relação ao setor.

Toda a situação que atingiu de forma avassaladora o Brasil na segunda década do século XXI parece ser parte de um processo maior, de ajuste do capitalismo às sucessivas crises do capital internacional que começaram em 2008 e se agravaram, no Brasil, fortemente pós-2012. Infelizmente, a expansão da crise se reverberou nos países periféricos, sobretudo na América Latina, sobre a forma de diminuição do Estado e severos ajustes fiscais. A reboque dessa situação, o processo de desregulação estatal foi acelerado provocando a fragilização dos direitos alcançados pelas camadas mais subalternas.

A situação posta pós-2016 trouxe para a agricultura camponesa todo um cenário de incertezas diante do contexto de reformas e cortes orçamentários, provocando um gigantesco desnorreamento no segmento. Isso se refletiu na política de aquisição de alimentos, sobretudo sobre o PAA, uma vez que a estratégia governamental foi a redução extrema do orçamento. O que provocou um corte vertiginoso no número de beneficiados e praticamente a inviabilização do programa em muitos municípios. Essa indiferença tem gerado no campo a piora na qualidade de vida de muitas unidades familiares que dependiam do programa. No PNAE, começam a surgir projetos de lei que tentam retirar dos programas a priorização dos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas, para abrir caminho para o fornecimento das grandes redes de supermercado.

A pandemia da Covid-19 conseguiu piorar ainda mais esse contexto no Brasil. A necessidade de manutenção do distanciamento social e a diminuição da circulação de pessoas por causa da alta transmissibilidade e letalidade do vírus levou à retração da demanda e ao fechamento de muitos espaços de comercialização aos quais os camponeses tinham acesso. O cenário se configurou em perdas na produção e, consequentemente, no aumento da fragilização e vulnerabilidade dessas unidades produtivas. Por extensão, a conjuntura tem se refletido no aumento drástico da insegurança alimentar, inclusive no campo.

O conjunto de políticas públicas sociais que se estabeleceu no período 2003-2016, apesar do caráter sectário e compensatório que sujeitaram os governos petistas, conseguiu forjar uma tessitura importante de populações tradicionalmente subalternas na agenda política nacional. As principais ações se fizeram sensíveis no melhoramento dos principais indicadores socioeconômicos do país, especialmente das classes menos favorecidas. A esperança da retomada advém do entendimento de que essa experimentação produziu efeitos importantes nessa fração da sociedade. O aprendizado deve levar consigo a revitalização e atualização das forças/bases políticas que construíram esse momento.

Os números mostram que apesar do descaso do Estado brasileiro, seja pela manutenção das condições fundiárias herdadas, seja pelo atraso das políticas públicas para o setor, o

campesinato no Brasil continua resistente, numeroso e se reproduzindo territorialmente. Ele permanece importante do ponto de vista estratégico para a soberania alimentar nacional. As pequenas propriedades se mostram superiores ao latifúndio, tanto pela manutenção de um número considerável de ocupações no campo, quanto pelo fornecimento de parte significativa dos alimentos consumidos nacionalmente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese (doutorado), 1990.
- AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara aprova projeto que altera regras de registro de agrotóxicos**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/849479-camara-aprova-projeto-que-altera-regras-de-registro-de-agrotoxicos/> Acesso em 12 mar. 2022.
- ALMEIDA, L. M. M. C. FERRANTE, V. L. S. B. PAULILLO, L. F. **Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 3, p. 370-385, 2010.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. In: **Revista Nera**. Ano 13, nº 16, 2010.
- ANA. **Carta aberta pela rejeição da mp nº 1.061 – Em Defesa do Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dizemos NÃO ao Auxílio Brasil e Alimenta Brasil**. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/10/14/carta-aberta-pela-rejeicao-da-mp-n-1-061-em-defesa-do-bolsa-familia-e-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-dizemos-nao-ao-auxilio-brasil-e-alimenta-brasil/>. Acesso em 20 nov. 2021.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- ANDRADE JÚNIOR, Remy Corrêa de. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM** – Ano 22 n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2009.
- ASA BRASIL. **Redução do PAA contribui para o desmonte da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10278-reducao-no-paa-contribui-para-desmonte-da-agricultura-familiar>. Acesso em 20 jun. 2020.
- AS-PTA. **Um movimento agroecológico: 20 anos de parceria entre Polo da Borborema e AS-PTA**. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/12/um-movimento-agroecologico-20-anos-de-parceria-entre-polo-da-borborema-e-as-pta/> Acesso em: 13 jul. 2015.
- BARROS, E. C. P. G. et al. **Balanço de produção científica: operacionalização do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) com agricultura familiar** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 8, p. 55454-55471 ago. 2020.
- BASALDI, O. V. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Os primeiros resultados obtidos em 2003**. Revista Informações Econômicas, SP, v.34, n.5, maio 2004.
- BELIK, W. CHAIM, N. A., WEIS, B. **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local**. 2011. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/2510533-O-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-como-instrumento-de-promocao-do-desenvolvimento-local.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BELLINI et al. **Políticas públicas e intersectorialidade em debate**. 2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento_003%20-%20Maria%20Isabel%20Barros%20Bellini.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

BEZERRA, J. A. **Comer na Escola** – Significados e Implicações. [Tese de Doutorado]. Fortaleza: UFCE/Faculdade de Educação, 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília - DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 591, de 6 de Julho de 1992. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação**. 1992 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm Acesso em: 03 dez. 2019.

_____. Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996: **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012: **Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências**. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Decreto nº 8.293, 12 de agosto de 2014: **Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências**. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Decreto nº 8.473 de 22 de junho de 2015: **Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências**. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Decreto nº 9.214 de 29 de novembro de 2017: **Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. 2017. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/526517085/decreto-9214-17>. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021: **Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>. Acesso em: 21 fev. 2022.

_____. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964: **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971: **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993: **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003: **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10696-2-julho2003497183normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006: **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 11.346 de 15 setembro de 2006: **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009: **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 12.340 de 1º de dezembro de 2010: **Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências**. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12340.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011: **Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.** 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. Lei 13.873 de 24 de outubro de 2013: **Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural e dá outras providências.** 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12873.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei 13.465 de 11 de julho de 2017: **Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e dá outras providências.** 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Lei nº 13.789 de 03 de janeiro de 2019: **Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o limite de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13789.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Lei nº 13.839 de 04 de junho de 2019: **Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.** 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30984545/publicacao/30984976>. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. Resolução nº 1, de 7 de dezembro de 2021: **Estabelece os critérios de elegibilidade e priorização dos beneficiários do auxílio inclusão produtiva rural.** 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-7-de-dezembro-de-2021-365323440>. Acesso em: 21 fev. 2022.

_____. Resolução do GGPA nº 44, de 16 de agosto de 2011. **Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos.** 2011. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/resolucoes/2011/PAA%20Resolucao%2044%20-%20Fomenta%20o%20acesso%20de%20mulheres%20ao%20Programa.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** 2013. Disponível em: <https://www.fnade.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015. **Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** 2015. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf Acesso em: 05 dez. 2019.

_____. Resolução GGPAA nº 59, de 10 de julho de 2013. **Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.** 2013. Disponível em: <https://seapi.rs.gov.br/upload/arquivos/201907/03100954-06100124-caderno-de-legislacoes-paa.pdf> Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL DE FATO. **Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos:** "Um dia para não esquecer". 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>. Acesso em 17 fev. 2022.

CAMPOS, Rafael Albuquerque. **Agricultura familiar e políticas públicas:** avaliação do programa nacional de alimentação escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa-PR. 2011 53 f. Monografia de curso de especialização (Pós Graduação Gestão Pública Municipal), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Curitiba/PR. 2011.

CAPELLESSO, A. J. CAZELLA, A. A. BÚRIGO, F. L. **Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física.** 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000300437#B14. Acesso em 08 dez. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural.** Disponível em: http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/P399_2005-11-10_133719_016.pdf. Acesso em 23 mar. 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

_____. O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: **A questão agrária no Brasil:** Interpretações sobre o camponês e o campesinato. João Pedro Stedile (org.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CECANE UFRGS, **Territórios Rurais - Informações para Acesso ao PNAE.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/cecanenoticias/Territorios-Rurais---Informacoes-para-Acesso-ao-PNAE14_08_2015_09_49_08. Acesso em 20 set. 2020

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: **Por que gritamos golpe?** André Singer [et. al]; Irvana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho] 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da Silva. **A questão agrária.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHONCHOL, Jacques. A Soberania Alimentar. In: **Estudos avançados**. (Dossiê América Latina) vol.19 nº 55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

COCA, E. L. F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. In: **Revista Nera**. Ano 19, nº 32, 2016.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: Resultados da ação da Conab em 2012. Brasília-DF, 2013.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: Resultados da ação da Conab em 2016. Brasília-DF, 2017.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: Resultados da ação da Conab em 2017. Brasília-DF, 2018.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: Resultados da ação da Conab em 2018. Brasília-DF, 2019.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: Resultados da ação da Conab em 2019. Brasília-DF, 2020.

CONGRESSO EM FOCO. **Com 257 parlamentares, bancada ruralista declara apoio à reforma da Previdência**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/com-257-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-reforma-da-previdencia>. Acesso em 03 dez. 2019.

CONTAG. **Conheça agora as principais linhas de financiamento do Pronaf Crédito por modalidades, grupos de beneficiários e valores disponíveis**. 2012 Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=301&ap=1&nw=1&ap=1#:~:text=Os%20cr%C3%A9ditos%20de%20investimento%20se,de%20acordo%20com%20projetos%20espec%C3%ADficos>. Acesso em 03 dez. 2019.

CORRÊA, E. S. WIVES, D. G. **Influências e efeitos do PNAE na agricultura familiar em São Lourenço do Sul**. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. [Dissertação de mestrado] - João Pessoa: UFPB-CCEN, 2011.

COSTA, F. A. CARVALHO, H. M. Campesinato. In: **A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. João Pedro Stedile (org.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

COSTA, Liliam Magda Campos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Perspectiva dos Usuários: Um estudo de Caso**. [Dissertação de mestrado] – Fortaleza: UFCE-PRODEMA, 2004.

COUTO, Alberto Ilha. **Endividamento dos agricultores assentados pela Reforma Agrária no estado da Paraíba no período 1990 a 2004**. [Dissertação de mestrado] - João Pessoa: UFPB-CCSA, 2016.

CPT- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2016**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, 2017.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J; **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. (Texto para discussão). Brasília, IPEA, 2005.

DORETTO, Moacyr. MICHELLON, Ednaldo. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná**. Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf. Acesso em 21 jan. 2014.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **Agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, Escritório técnicos de estudos econômicos do Nordeste- ETENE, 2000.

EXAME. **O crescimento da agroecologia impulsiona o mercado de orgânicos**. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/o-crescimento-da-agroecologia-impulsiona-o-mercado-de-organicos/> Acesso em: 07 dez. 2019.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. In: **REVISTA NERA**. ANO 10, N. 11 – JULHO/DEZEMBRO DE 2007.

FABRINI, João Edmilson. MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/Os%20Camponeses%20e%20a%20Praxis%20da%20Producao%20Coletiva%20-%20Fabrini.doc>. Acesso em 01 abr. 2014.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM>. 1996. Acesso em 22 ago. 2019.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

_____. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: **Estado, Políticas públicas e território**. Eraldo da Silva Ramos Filho et al (Orgs.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: **A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. João Pedro Stedile (org.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FERREIRA, Rau. Pseud. Hasenclever Ferreira Cost. **Banaboé Cariá** – Recortes da Historiografia do Município de Esperança. 1ª ed. Esperança/PB: 2015.

FNDE. **Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2ª ed. Brasília, 2016.

_____. **Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em 15 jun. 2021.

_____. **FNDE repassou mais de R\$ 3,9 bilhões no primeiro quadrimestre de 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/05/fnde-repassou-mais-de-r-3-9-bilhoes-no-primeiro-quadrimestre-de-2021>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. Qual ‘fortalecimento’ da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** – Presidente Prudente: [S. N]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do Capitalismo no campo brasileiro*. In: STÉDILE, Pedro João. **A questão Agrária no Brasil**. vol. 6. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; et al. **Potencialidades e Fragilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar** – PNAE no Território Cantuquiriguaçu (PR) Ponta Grossa. v. 13 n.3 - set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em: 17 fev. 2022.

GREGÓRIO, Jean. Agricultores de 140 municípios estão inadimplentes com Pronaf. In: **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, seção: Economia e Negócios. 07/08/2009. <https://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/agricultores-de-140-municipios-estao-inadimplentes-com-pronaf.html> Acesso em 11 mai. 2020.

GRISA, Cátia. [et. Al]. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**. v. 8 - n. 3. Setembro de 2011.

_____. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-345, 2014.

_____. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate.** Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>. Acesso em 01 fev. 2015.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista Economia e Sociologia Rural**. vol.45 n.2 Brasília, 2007.

GUANZIROLI, Carlos E. [et. Al]. **Agricultura e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1968.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. **GeoUERJ**. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, nº 5, p. 7-19. 1º semestre de 1999.

HARVEY. David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. IN: **Soc. & Nat.**, Uberlândia-MG, 25 (3): 469-483, set/dez/2013

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário 2006: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo demográfico de 2010: Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 23 nov. 2011.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios: Segurança Alimentar (2013)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf> Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO LULA. **História:** O começo: Governo Paralelo (1990-1992). Disponível em: <https://institutolula.org/historia> Acesso em 05 jan. 2021.

IPC-IG. **Demanda Estruturada e a Agricultura Familiar no Brasil:** o Caso do PAA e do PNAE. (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Brasília-DF – Outubro 2013.

KARAN, K. F.; ZOLDAN, P. **Comercialização e consumo de produtos agroecológicos;** pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1972.

KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia e o acesso aos mercados. In: **Políticas Públicas para o semiárido:** experiências e conquistas no Nordeste do Brasil. KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F. (Orgs.) Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A agricultura familiar:** do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEFEBVRÉ, Henri, **La production de l'espace,** Paris, Ed. Anthropos, 1974.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1982.

LÖWY, Michael. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: **Por que gritamos golpe?** André Singer [et. al]; Irvana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho] 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCENA, E. K. LUIZ, J. M. **Uma avaliação da importância do programa de aquisição de alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN).** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) Anais. Porto Alegre/RS, 2009.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUÍS, Ynakam. **Nos caminhos da Paraíba.** Campina Grande-PB, Vento Nordeste e Cultura, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** São Paulo, Ed. Abril Cultural 1985.

MAGELA, Geraldo. Posse de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura. 2016. **Figura 2.** Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/escolha-de-katia-abreu-entre-o-ministerio-e-o-futuro-politico/>. Acesso em 14 jul. 2019.

MALAGODI, E. A. Marx e os camponeses russos. **Raízes.** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 24, 2005.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTS, 2011.

MARQUES, Eduardo César. **Estado e Redes Sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Revan: Fapesp, 2000.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **A questão agrária no Brasil**: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. João Pedro Stedile (org.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes. 1987.

MARX, K. ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2008.

MATTEI, Lauro. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>. Acesso em 01 fev. 2015.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual operativo modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão**. Versão 1.0. Brasília, 2014.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, Agroecologia e Mercados Locais. In: **Agriculturas**. v. 1 – nº 0 - setembro de 2004.

MELÃO, Ivo Barreto. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. In: **Cad. IPARDES**. Curitiba-PR, ISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Modalidades**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimentacao-brasil/modalidades-2> Acesso 18 fev. 2022.

MITIDIERO JR., Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical**. Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba. [tese de doutorado]. São Paulo, Usp, 2008.

_____. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: **A questão agrária e conflitos territoriais**. Eraldo da Silva Ramos Filho, Marco Antônio Mitidiero Júnior e Laiany Rose Souza Santos (orgs.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____. Brutalidade na luta pela terra na Paraíba. In: **Boletim Dataluta**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Nº 132. Presidente Prudente, dezembro de 2018.

MITIDIERO JR., M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. In: **Revista Pegada**. Vol. 18 n. 3. 2017.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2013.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **Revista Nera**, ano 10, nº10, 2007.

MULLER, Ana Luíza. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, A.L; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro V. 20, 2012.

NASCIMENTO, Hélio de Oliveira. **As interações comerciais da EMPASA – CG: Produção de espaço, redes e consolidação dos Territórios**. Campina Grande: Boa Impressão, 2002.

NASCIMENTO NETO, M. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB** [manuscrito]: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. [Dissertação de mestrado]. UEPB – CCSA, 2012.

NERI, M. Cortês. MELO, L. C. C. MONTE, S. R. S. **Superação da pobreza e nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

OAE. **Projeto de Lei que ameaça o Programa Nacional de Alimentação Escolar é aprovado na Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2021/5/7/projeto-de-lei-que-ameaca-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-e-aprovado-na-camara-dos-deputa/> Acesso em: 10 out. 2021.

ODM BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000 Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 05 jan. 2021

ODS BRASIL. **Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2> Acesso em: 05 jan. 2021.

O VENENO está na mesa. Fotografia e entrevistas: Aline Sasahara. Pesquisa e produção: Hélè Pailhous. Edição: Paulinho Sacramento e Kaio Almeida. Roteiro: Silvio Tendler. Narração:

Caco Ciocler, Dira Paes, Amir Haddad e Julia Lemmertz. Trilha sonora: Lucas Marcier/Arpx. Produção executiva: Ana Rosa Tandler. Publicado pelo canal cine amazonia. 1 video (49min22seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>. Publicado em: 2 ago. 2011. Acesso em: 10 jan. 2019.

O VENENO está na mesa 2: agroecologia para alimentar o mundo com sobretania para alimentar os povos. Diretor: Silvio Tandler. Realização: Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Bem Te Vi, Cineclube Crisantempo. 2014. 1 video (01h10min01seg). Publicado no canal Caliban Cinema e Conteúdo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4&feature=youtu.be>. Publicado em: 24 abr. 2014. Acesso em: 10 jan. 2019.

O GLOBO. **Cidades pobres recebem menos recursos para merenda, mostra relatório do governo.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/cidades-pobres-recebem-menos-recursos-para-merenda-mostra-relatorio-do-governo-25084899>. Acesso em 16 ago. 2021.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira - Transformações recentes. In: ROSS, J. L (Org.) **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

_____. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Rumos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. O século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie. In: **Conflitos no campo no Brasil.** Goiania: CPT/Loyola, 2002.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, Pedro João. **A questão Agrária no Brasil.** vol. 6. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo:** Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Insight. 2012.

OLIVEIRA, Leandro Gomes. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: UFSCar, 2015.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral número 12 O direito humano à alimentação (art.11).** 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Coment%C3%A1rio-Geral-12.pdf> Acesso em 14 mar. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **PAA África: investindo em merenda escolar nos países africanos; vídeo.** (2016). Disponível em <https://nacoesunidas.org/paa-africa-investindo-em-merenda-escolar-nos-paises-africanos-video/>. Acesso em: 13 out. 2019.

_____. **Declaração Internacional dos Direitos Humanos.** Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 03 dez. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Território: A Geografia dos camponeses do Norte do Paraná**. Presidente Prudente-SP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás**. 2020. Revista Franco-brasileira de Geografia. Nº 48. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.34041>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PELAEZ, V; SILVA, L. R. da; GUIMARÃES, T. A.; DAL RI, F.; TEODOROVICZ, T. A. (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**. Vol. 14. Nº esp. Campinas-SP, julho – 2015.

PISMEL, Adriana Cattai. **Atuando nas fronteiras: o MST e a implementação do programa de aquisição de alimentos na região metropolitana de campinas**. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Jamerson/Downloads/AdrianaPismel_IIPDPP%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jamerson/Downloads/AdrianaPismel_IIPDPP%20(1).pdf). Acesso em: 08 dez. 2019.

PORTAL G1. **Massacre que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/massacre-que-matou-12-pessoas-em-corumbiara-ro-completa-20-anos.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2000.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 7ª reimpressão. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Brasília: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. In: **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto - gedekon** vol.1, nº. 01, 2013.

RIBEIRO, Raphael Medina. Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores. In: **A questão agrária e conflitos territoriais**. Eraldo da Silva Ramos Filho, Marco Antônio Mitidiero Júnior e Laiany Rose Souza Santos (orgs.) 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas Escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php>. Acesso em: 09 ago. 2018.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: [<igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>](http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf). Acesso em: 07 dez. 2019.

SACK, Robert. **Human territoriality**. (Tradução e fichamento de Rogério Haesbaert). Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMBUICHI et al. *Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar*. In: **Texto para discussão** - Ipea-Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Elizangela Jerônimo dos. **Tarimba: aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca (1929 – 1969)** – Bauru, SP: Canal6, 2007.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses**: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 57, Nº 01, p. 049-062, Jan./Mar. 2019 – Impressa em Abril de 2019.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZZELA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em 05 jan. 2015.

SCHOTTEN, Paulo César; et al. **Execução do PNAE**: um contexto de problemas relatados pela mídia brasileira. 2018. II EIGEDIN. Disponível em: https://desafioonline.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/6076/pdf_2. Acesso em 17 fev. 2022.

SCHWARTZMAN, Flávia. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar**: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo. [Tese de doutorado]. Faculdade de Saúde Pública-USP, São Paulo, 2015.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa** – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais: Teoria e Prática**. São Paulo, Veras, 2001.

SILVEIRA, Luciano Marçal da. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.7, n.1. 2010. AS-PTA.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Ano 8, nº 7, Presidente Prudente, 2005.

_____. **Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: Uma experiência de desenvolvimento regional**. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Ano 8. Nº 16, 2006.

SOUZA, Jamerson R. Monteiro de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oiti, Santo Antônio, Alvinho e Floriano**. Campina Grande: monografia de conclusão de curso de graduação em Geografia, UEPB, 2011.

_____. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca-PB**. [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2015.

SPAROVECK, G. et al. *Estudo comparativo entre as diversas modalidades do PAA- Região Nordeste*. In: PAES-SOUZA, R. VAITSMAN, J. **Cadernos de Estudo: desenvolvimento social em debate: Síntese das pesquisas de avaliação dos programas sociais do MDS**. n.5, 2007.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2006.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Políticas Públicas**. AATR-BA, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UOL NOTÍCIAS. **Número de agrotóxicos liberados no Brasil é o maior dos últimos dez anos**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/11/28/com-novas-aprovacoes-liberacao-de-agrotoxicos-ja-e-o-maior-da-historia.htm>. Acesso em: 07 dez. 2019.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do Agrorreformismo. In: STÉDILE, Pedro João. **A questão Agrária no Brasil**. vol. 6. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VIEIRA, Deborah de F. A. VIANA, Carla A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar**. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Tradução [Oswaldo Caldeira C. da Silva]. Revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____. **Guerras camponesas no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1984.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negueia**: O Campesinato Como Ordem Moral. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol**: pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: Action Aid, 2008.

Apêndice A - Questionário Estruturado (Beneficiário do PAA e/ou PNAE)

RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO

Questionário Estruturado (Beneficiário do PAA e/ou PNAE)

Nome do Entrevistado: _____ Idade: _____

Município: _____

1. Como você tomou conhecimento do PAA e/ou PNAE através de?

- ☐ Um conhecido
- ☐ Secretaria de Agricultura
- ☐ Associação
- ☐ Sindicato
- ☐ Cooperativa
- ☐ Outros

2. Qual a sua relação com a terra que você produz?

- ☐ Proprietário
- ☐ Arrendatário
- ☐ Parceiro
- ☐ Posseiro
- ☐ Assentado
- ☐ Outros

3. Você é filiado ou faz parte de alguma organização?

- ☐ Não
- ☐ Associação
- ☐ Sindicato
- ☐ Cooperativa
- ☐ Outros

4. Qual a principal forma de comercialização da sua produção:

- ☐ Atravessadores
- ☐ Feiras livres
- ☐ Feiras agroecológicas
- ☐ Políticas públicas
- ☐ Outros

5. Com relação à sua produção, o trabalho é realizado:

- ☐ Apenas pela família
- ☐ Família e contratação provisória
- ☐ Família e contratação permanente
- ☐ Outros

6. Além da produção camponesa, a família tem outra fonte de renda?

- ☐ Aposentadoria/pensão
- ☐ Comércio autônomo
- ☐ Trabalho assalariado
- ☐ Bolsa família
- ☐ Outros

7. O comércio com PAA e/ou PNAE corresponde a que porcentagem da sua produção?
- ☐ De 0 a 20%
 - ☐ De 21 a 40%
 - ☐ De 41 a 60%
 - ☐ De 61 a 80%
 - ☐ De 81 a 100%
8. Se você comercializa com atravessadores, corresponde a que porcentagem da sua produção?
- ☐ Não comercializo
 - ☐ De 0 a 20%
 - ☐ De 21 a 40%
 - ☐ De 41 a 60%
 - ☐ De 61 a 80%
 - ☐ De 81 a 100%
9. A comercialização com o PAA e/ou PNAE representou aumento na sua renda, se sim, em que proporção?
- ☐ De 0 a 20%
 - ☐ De 21 a 40%
 - ☐ De 41 a 60%
 - ☐ De 61 a 80%
 - ☐ De 81 a 100%
 - ☐ 100% ou mais
10. Como você avalia no geral os preços praticados pelo PAA e/ou PNAE em relação aos atravessadores.
- ☐ Abaixo
 - ☐ Iguais
 - ☐ Acima
11. Como você transporta a maior dos seus produtos para o PAA e/ou PNAE?
- ☐ Transporte próprio
 - ☐ Frete
 - ☐ Transporte municipal
 - ☐ Transporte da associação
 - ☐ Outros
12. Você possui produção agroecológica? Se sim, o PAA e/ou PNAE consome que proporção da sua produção?
- ☐ Não possui
 - ☐ De 0 a 20%
 - ☐ De 21 a 40%
 - ☐ De 41 a 60%
 - ☐ De 61 a 80%
 - ☐ De 81 a 100%
13. Quais as principais dificuldades que você apontaria para a Política de Aquisição Alimentos?
- ☐ Burocracia
 - ☐ Cota baixa por DAP
 - ☐ Falta de transporte
 - ☐ Falta de divulgação
 - ☐ Demora nos pagamentos
 - ☐ Favorecimentos políticos
 - ☐ Dificuldades de Certificação
 - ☐ Preços baixos

- ☐ Falta de continuidade
- ☐ Outros

14. Como você avalia no geral a Política de Aquisição Alimentos?

- ☐ Péssima
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Boa
- ☐ Excelente

15. Além do PAA e/ou PNAE você participa de outras políticas públicas do governo para o campo?

- ☐ Não participo
- ☐ Pronaf
- ☐ Seguro Safra
- ☐ Outra

Apêndice B - Entrevista semiestruturada (Beneficiário do PAA/PNAE)

RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO

Entrevista semiestruturada (Beneficiário do PAA/PNAE)

Nome do Entrevistado: _____ Idade: _____
Município: _____

1. Quais são os produtos que você comercializa com o PAA/PNAE?
2. Antes de fornecer ao PAA/PNAE com quem você comercializava os produtos?
3. Se você comercializava com atravessadores, explique como se dava o processo.
4. Você fez alguma melhoria na propriedade? Aumentou a área de produção com os recursos advindos do PAA/PNAE?
5. Se a política de aquisição de alimentos PAA/PNAE acabar, o que você vai fazer para comercializar sua produção?
6. Se você observou alguma dificuldade na participação da política, explique os motivos.
7. Que sugestão você daria para melhorar a política de aquisição de alimentos?
8. Os mais jovens da família têm interesse em permanecer produzindo na terra? Por quê?
9. Você tem interesse de deixar o campo e migrar para outras atividades?
10. Como você tem visto os cortes de orçamento do governo Bolsonaro? Tem preocupado?